

2025



REAP Revista de Estudos
Anglo-Portugueses

JAPS

Journal of Anglo-Portuguese Studies

Centre for English, Translation
and Anglo-Portuguese Studies

edn

2025



REAP Revista de Estudos
Anglo-Portugueses

JAPS

2025



REAP Revista de Estudos
Anglo-Portugueses

JAPS

Journal of Anglo-Portuguese Studies

Centre for English, Translation
and Anglo-Portuguese Studies



TÍTULO

Revista de Estudos Anglo-Portugueses / Journal of Anglo-Portuguese Studies

Número 34 2025

ISSN: 0871-6820

SCOPUS / LATINDEX / RUN / MIAR / DOCBWEB

URL: <https://revistas.fcsh.unl.pt/REAP>

DOI: <https://doi.org/10.34619/gpwb-21jj>

DIRECTORA

Gabriela Gândara Terenas, NOVA FCSH/CETAPS, Professora Catedrática
gandaraterenas@gmail.com

APOIO EDITORIAL E À DIRECÇÃO

Cristina Carinhas

COMISSÃO REDACTORIAL

Ana Raquel Fernandes, Universidade Europeia/CEAUL/ULISSES (Professora Auxiliar)

Carlos Ceia, NOVA FCSH/CETAPS (Professor Catedrático)

Cláudia Pazos Alonso, University of Oxford (Full Professor)

Hilary Owen, University of Oxford (Full Professor)

Isabel Oliveira, NOVA FCSH/CETAPS (Professora Associada)

João Paulo Ascenso Pereira da Silva, NOVA FCSH (Professor Auxiliar)

João Paulo Oliveira e Costa, NOVA FCSH/CHAM (Professor Catedrático)

Jorge Bastos da Silva, FLUP/CETAPS (Professor Associado com Agregação)

Maria da Conceição Emiliano Castel-Branco, NOVA FCSH/CETAPS (Professora Auxiliar)

Maria Zulmira Castanheira, NOVA FCSH/CETAPS (Professora Auxiliar)

Malyn Newitt, King's College, University of London (Professor Emeritus)

Paul de Melo e Castro, University of Glasgow (Lecturer)

Paulo de Medeiros, University of Warwick (Full Professor)

Rogério Puga, NOVA FCSH/CETAPS (Professor Associado com Agregação)

Rui Miranda, University of Nottingham (Associate Professor)

DIRECÇÃO E REDACÇÃO

Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies

da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

da Universidade Nova de Lisboa

Av. de Berna, 26 - C - 1069-061 Lisboa

<http://www.cetaps.com>

DESIGN

Nuno Pacheco Silva

PAGINAÇÃO

Pedro Panarra

EDIÇÃO

Tiragem: 100 exemplares

FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Edições Húmus, Lda., 2025

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão

Telef.: 926 375 305

humus@humus.com.pt

DISTRIBUIÇÃO

Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies

Depósito Legal n.º 93441/95

ÍNDICE TABLE OF CONTENTS

EDITORIAL.....	7
EDITORIAL.....	11

PROJECTOS PROJECTS

1. Miguel Alarcão, "A Lad from Portugal".....	19
---	----

ESTUDOS ESSAYS

1. Gabriel Touça, "Visões Utópicas em Portugal e na Inglaterra do Século XVIII: Discursos em Contraste".....	25
2. Elisabete Mendes Silva e Pedro Couceiro, "'The infection of liberty has reached this country': The First Liberal Attempts in Portugal Represented by the British Press".....	63
3. Gonçalo Santos Dias, "'Purposed action never act to be' ou <i>A Vision in a Dream</i> : Interrupção e Criação Literária".....	91
4. Maria Zulmira Castanheira, "'...The Picturesqueness which is Portugal's Charm': o Olhar Estético de Nina Murdoch em <i>Vagrant in Summer: Holiday Memories of Nine European Towns</i> (1937)".....	105
5. Carlos Ceia, "Samuel Beckett em Portugal".....	149
6. Cláudia Capela, "110, Stapleton Hall Road: Imagens de Londres nos Anos 80 em <i>O Mapa Cor de Rosa</i> de Maria Velho da Costa".....	161
7. Márcia Lemos, "Um Mar de Esperança: Uma Leitura de <i>The Road</i> (Cormac McCarthy), <i>A Vida no Céu</i> (José Eduardo Agualusa) e <i>Prophet Song</i> (Paul Lynch) através da Lente das Humanidades Azuis".....	185

RECENSÕES CRÍTICAS REVIEWS

1. João Paulo Oliveira e Costa, "Cacey Bowen Farnsworth, *Atlantic Crossroads in Lisbon's New Golden Age, 1668-1750*. University Park, The Pennsylvania State University Press, 2024." 209
2. Rogério Miguel Puga, "Teresa Pinto Coelho, *Eça de Queirós no Egito e a Abertura do Canal de Suez: Viagem, Orientalismo e Império*. Lisboa: Tinta da China, 2024, 366 pp. ISBN: 9789896718732." 217
3. João Paulo Ascenso Pereira da Silva, "Gabriela Gândara Terenas, *Imprensa, Viagens e Política: Episódios das Relações Luso-Britânicas ao Tempo da Primeira República (1910-1914)*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2024." 225
4. Ana Rita Pereira Brettes, "Neill Lochery, *Out of The Shadows. Portugal from Revolution to the Present Day*. London: Bloomsbury, 2017. 353 pp." 235

ABSTRACTS. 245

BIOGRAPHICAL NOTES 251

PUBLICATION ETHICS AND PUBLICATION MALPRACTICE 257

EDITORIAL

A revolução liberal e a guerra civil são acontecimentos que marcaram de forma indelével e multifacetada as relações luso-britânicas, nomeadamente através de notícias sobre Portugal publicadas na imprensa inglesa, da acção política dos emigrados portugueses em Londres, da intervenção militar britânica nas lutas liberais e respectivas repercussões em relatos de testemunhas oculares, bem como em textos de cariz romanesco, poético e dramático (em português e inglês), cuja acção se desenrola durante esse período. Recorde-se, a propósito, que na altura da evocação do bicentenário destes acontecimentos, em 2020, o número 29 da *REAP/JAPS* foi exclusivamente dedicado a esta temática, que, como se pode constatar no artigo da autoria conjunta de **Elisabete Mendes Silva e Pedro Couceiro** – “**The infection of liberty has reached this country’: The First Liberal Attempts in Portugal Represented by the British Press**” – está longe de se encontrar esgotada, pois o artigo demonstra que a imprensa britânica manteve algumas reservas face ao reconhecimento da Revolução de 1820, sobretudo por ter sido levada a cabo por forças armadas, cuja influência política temia. Na verdade, a imprensa constitui um repositório quase inesgotável de (novas) informações que contribuem para ampliar, de forma significativa, as representações de Portugal na Grã-Bretanha e vice-versa, e respectivas análises. Tal se comprova também no artigo de **Miguel Alarcão**, “**A Lad from Portugal**”, inserido na secção de “Projectos”. A partir dos ecos na imprensa britânica coeva da morte de um jogador português, o autor chama a atenção dos investigadores para o que ainda há para explorar sobre a importância dos cruzamentos culturais luso-britânicos, desde os finais do século XIX, no respeitante a actividades desportivas, nomeadamente através da imprensa.

Neste contexto, o Projecto de investigação intitulado “Cross-Cultural Discourses: Portugal, Britain and the Press”, consultável em <https://cetapsrepository.letras.up.pt/collections/28599715-0efa-41a-1-a8ba-c80f96877183> e integrado na área de investigação “Anglo-Portuguese Studies” do CETAPS, constitui um exemplo paradigmático do muito que ainda há por investigar no periodismo português e britânico da perspectiva da referida área de estudos. O principal

objectivo do Projecto reside em levar a cabo uma análise crítica dos discursos da imprensa portuguesa e britânica do século XX, com o intuito de avaliar até que ponto o confronto de diferentes narrativas e estratégias de representação pode contribuir para o estudo das relações interculturais entre os dois países, bem como auxiliar na (des)construção das muitas imagens culturais que desempenharam um papel de relevo na mudança e hierarquização das duas culturas. Na secção “Recensões Críticas”, **João Paulo Ascenso Pereira da Silva** apresenta uma recensão ao livro de “**Gabriela Gândara Terenas, *Imprensa, Viagens e Política: Episódios das Relações Luso-Britânicas ao Tempo da Primeira República*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2024**”, o qual constitui já um dos primeiros resultados do mencionado projecto de investigação.

Originalmente publicados na imprensa, nomeadamente na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro e no jornal portuense *Actualidades*, os textos reunidos sob o título *Cartas de Inglaterra* e *Cartas de Londres* serão porventura dos primeiros que evidenciam, de forma inequívoca, a relação de Eça de Queirós com a cultura britânica, conferindo ao insigne escritor uma centralidade muito particular no âmbito dos Estudos Anglo-Portugueses. Todavia, será o estudo de Teresa Pinto Coelho, *Eça de Queirós and the Victorian Press* (2014), objecto de uma recensão crítica publicada no número 23 desta Revista, que revela um Eça claramente anglófilo, sobretudo no respeitante à influência que nele exerceu o jornalismo inglês de Oitocentos. A ligação de Eça à cultura britânica é retomada no presente volume da REAP/JAPS através de outra recensão crítica, da autoria de **Rogério Miguel Puga** – “**Teresa Pinto Coelho, *Eça de Queirós no Egipto e a Abertura do Canal de Suez: Viagem, Orientalismo e Império*. Lisboa: Tinta da China, 2024, 366 pp. ISBN: 9789896718732**” –, a mais um estudo queirociano levado a cabo pela mesma autora, desta feita sobre a viagem do jovem Eça ao Egipto. Da perspectiva das relações anglo-lusas, destaca-se a sua admiração pela cultura britânica, mas também a crítica à administração colonial inglesa, a par da previsão de um Canal (e de um Egipto) sob o domínio do imperialismo britânico, como efectivamente viria a acontecer. Recorde-se, a propósito, o golpe político e

estratégico do então Primeiro-Ministro britânico, Benjamin Disraeli, que, já após a inauguração do Canal do Suez, e com o intuito de fortalecer o domínio britânico sobre a rota imperial e o comércio na região, se aproveitou da situação financeira do então Quediva (ou Khedive) Ismail Pasha para comprar a sua parte das acções do Canal (em 1875), ficando rapidamente os britânicos com a maioria do capital. Em consequência, invocando a necessidade de defesa de interesses no Egipto, em 1882 tropas britânicas invadiram aquele território, passando Londres a ter maior influência nele do que Paris.

A relação de Eça com Inglaterra dialoga, de certa forma, com *O Mapa Cor de Rosa (Cartas de Londres)* de Maria Velho da Costa (cujo subtítulo é inequívoco na aproximação a Eça), obra analisada por Cláudia Capela, em **"110, Stapleton Hall Road: Imagens de Londres nos Anos 80 em *O Mapa Cor de Rosa* de Maria Velho da Costa"**. Neste caso, a autora reflecte sobre o que na capital londrina da década de oitenta do século XX, em particular, e na Inglaterra em geral, se afigura susceptível de ser comparado a Portugal: as mitologias imperialistas e o binómio interdependente carência/violência, o que permite a manutenção do diálogo entre os dois países, bem como as convergências e divergências entre auto e hetero-imagótipos lusos e britânicos.

Os cruzamentos interculturais, com grande eco na imprensa como se referiu, encontram-se inevitavelmente ligados às representações de minorias, ao estatuto e ao olhar do migrante e/ou viajante e, ainda, ao exílio, num contexto mais alargado e de cariz trans-cultural, vectores presentes em dois outros artigos incluídos neste volume. Assim, em **"Samuel Beckett em Portugal"**, Carlos Ceia analisa a estada do célebre dramaturgo em Cascais e, depois, no Funchal e em Porto Santo (acontecimento até agora desconhecido no âmbito dos Estudos Anglo-Portugueses), entendendo-a, justamente, como um exílio desejado ou um refúgio face a uma realidade que, após o seu reconhecimento internacional, se tornara algo adversa. Por seu turno, Márcia Lemos, em **"Um Mar de Esperança: Uma Leitura de *The Road* (Cormac McCarthy), *A Vida no Céu* (José Eduardo Agualusa) e *Prophet Song* (Paul Lynch) através da Lente**

das Humanidades Azuis", reconhecendo a forma como a temática dos (i)migrantes e dos refugiados (os Outros) tem vindo a marcar as actuais agendas políticas, centra-se, mediante uma análise comparada anglo-portuguesa, no sofrimento desse Outro, convocando, para tal, "novos e velhos fantasmas que contribuem para dessensibilizar os seres humanos" e a forma como aquele tem sido responsabilizado por tudo o que se entende como errado, criminoso ou temível para a vida em sociedade. Partilhando um oceano comum, o Atlântico, o enredo dos romances permite uma análise também enquadrável no âmbito das humanidades azuis, remetendo, ainda, para reflexões sobre cenários distópicos.

A utopia enquanto género literário constitui objecto de análise, de uma perspectiva anglo-portuguesa, no artigo da autoria de **Gabriel Touça**, publicado sob o título **"Visões Utópicas em Portugal e na Inglaterra do Século XVIII: Discursos em Contraste"**. O autor oferece uma leitura que põe a par duas obras setecentistas, uma britânica e outra portuguesa, exemplos dos aspectos formais da utopia inglesa e do pensamento utópico português, respectivamente, as quais, até agora, ainda não tinham sido objecto de comparação. Por seu turno, **Gonçalo Santos Dias**, em **"'Purposed action never act to be' ou A Vision in a Dream: Interrupção e Criação Literária"**, evocando o célebre poema "Kubla Khan", compara o processo de criação poética de S.T. Coleridge ao de Fernando Pessoa, a partir do conceito de "interrupção", entendendo-o simultânea e algo paradoxalmente enquanto obstáculo (ou bloqueio) e condição interna (ou metafísica) necessários à produção literária.

Embora de forma ainda bastante incompleta, as relações entre Portugal e o Reino Unido durante o Estado Novo já foram objecto de alguns trabalhos realizados no âmbito dos Estudos Anglo-Portugueses. Neste contexto, destacam-se os artigos publicados na *REAP/JAPS*, como os respeitantes a Roy Campbell, John Gibbons, Neill Lochery ou, ainda, às relações transatlânticas durante os anos sessenta do século passado. Deste modo, o artigo de **Maria Zulmira Castanheira**, **"...The Picturesqueness which is Portugal's Charm': o Olhar Estético de Nina Murdoch em *Vagrant in Summer: Holiday*"**

Memories of Nine European Towns (1937)", vem contribuir para colmatar essa lacuna, mediante a análise do olhar de uma viajante australiana (origem que, aliás, constitui uma novidade no âmbito do estudo dos viajantes oriundos de países de língua inglesa em Portugal) em que sobressai uma visão idealizada do Estado Novo, enquanto destino turístico privilegiado, correspondente, em grande medida, à imagem veiculada pela propaganda do Regime. Por outro lado, na recensão crítica "*Neill Lochery, Out of The Shadows. Portugal from Revolution to the Present Day. London: Bloomsbury, 2017. 353 pp.*", Ana Rita Pereira Brettes centra-se na última obra do referido historiador, desta feita dedicada ao período situável entre a Revolução de Abril e a actualidade. Neste caso assinala-se a forma como o autor confere particular relevo às fontes britânicas e norte-americanas (em detrimento das portuguesas) na construção de uma narrativa cujo mote, para cada capítulo, é constituído por letras de canções originalmente escritas em inglês. Trata-se de estratégias discursivas através das quais se visa inserir a história mais recente de Portugal no âmbito das relações europeias e transatlânticas de matriz anglo-saxónica.

Finalmente, João Paulo Oliveira e Costa, na recensão crítica "*Cacey Bowen Farnsworth, Atlantic Crossroads in Lisbon's New Golden Age, 1668-1750. University Park, The Pennsylvania State University Press, 2024*", retoma, em grande medida, a questão das relações transatlânticas e sua importância na história do país, embora em épocas muito anteriores. Neste contexto, destaca-se a dimensão económica conferida à capital, mas também (e talvez sobretudo) o protagonismo das comunidades britânicas sedeadas em Lisboa e no Porto, cujo crescimento e pujança se deviam justamente à sua situação geográfica privilegiada e naturalmente promotora de interações de cariz transatlântico.

Setembro de 2025
Gabriela Gândara Terenas

EDITORIAL

The Liberal Revolution and the civil war had an indelible and complex impact on Anglo-Portuguese relations, principally due to the news in the British press about Portugal or the political activities of Portuguese émigrés in London and to reports of British military participation in the struggle and associated eye-witness accounts, but also because of the repercussions of the novelistic, poetic and dramatic literary works (in both Portuguese and English) which were written during this period. It will be recalled that on the occasion of the bicentenary of these events in 2020, issue 29 of *REAP/JAPS* was devoted exclusively to this subject, which is far from exhausted, as is shown by the article jointly presented by **Elisabete Mendes Silva** and **Pedro Couceiro** entitled “**‘The infection of liberty has reached this country’: The First Liberal Attempts in Portugal Represented by the British Press**” which reveals that the British press expressed certain reservations about the recognition of the revolution of 1820, mainly due to the fear of the political influence of the armed forces which had initiated events. In effect, the press offers an almost inexhaustible store of information which significantly enlarges the scope of portrayals of Portugal in Britain (and vice-versa) and consequent studies. Reinforcing this observation, **Miguel Alarcão** draws the attention of researchers, in an article in the Projects section entitled “**A Lad from Portugal**”, to the echoes in the British press of the death of a Portuguese football player, underlining how much still remains to be discovered in the press concerning Anglo-Portuguese cross-cultural encounters, in this case in the world of sport from the end of the nineteenth century onwards.

And again, the research project entitled “Cross-Cultural Discourses: Portugal, Britain and the Press” which is an integral part of CETAPS’ “Anglo-Portuguese Studies” research area, is a paradigmatic demonstration of the ample resources in the Portuguese and British periodical press which are still waiting to be exploited from the viewpoint of this area of studies. The project may be consulted at: <https://cetapsrepository.letras.up.pt/collections/28599715-0efa-41a1-a8ba-c80f96877183> The main purpose of this project is to undertake a critical analysis of the discourse of the Portuguese and British press

during the twentieth-century in order to assess how far the confrontation of different narratives and portrayal strategies can contribute towards the study of intercultural relations between the two countries, whilst assisting in the (de)construction of the many cultural images which have played an important role in the changes and hierarchisation of the two cultures. One of the first results of this research project is shown by João Paulo Ascenso Pereira da Silva's review of Gabriela Gândara Terenas' study *"Imprensa, Viagens e Política: Episódios das Relações Luso-Britânicas ao Tempo da Primeira República. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2024"*.

Originally published in the press, more specifically in the *Gazeta de Notícias* in Rio de Janeiro and in the Porto newspaper *Actualidades*, the reports gathered together under the heading *Cartas de Inglaterra* and *Cartas de Londres* are perhaps the first to unequivocally reveal Eça de Queirós' relationship with British culture, conferring upon him a central place within the scope of Anglo-Portuguese Studies. In this context it will be remembered that Teresa Pinto Coelho's study *Eça de Queirós and the Victorian Press* – reviewed in issue no.23 of this Journal – revealed a clearly Anglophile Eça, particularly with regard to the influence of nineteenth-century English journalism on his thinking. The links between Eça and British culture are revisited in the present issue of *REAPS/ JAPS* through a review by Rogério Miguel Puga of another book on Eça de Queirós by *"Teresa Pinto Coelho, Eça de Queirós no Egipto e a Abertura do Canal de Suez: Viagem, Orientalismo e Império. Lisboa: Tinta da China, 2024, 366 pp. ISBN: 9789896718732"* which focuses on the journey of the youthful Eça de Queirós to Egypt. Of particular significance from the viewpoint of Anglo-Portuguese Studies are Eça's admiration for British culture, his critical assessment of British colonial administration and his prediction of British Imperialist dominion over the Canal and indeed Egypt itself, as would later come to pass. It will be recalled that, in 1875, in a political and strategic move after the inauguration of the Suez Canal, the then Prime Minister Benjamin Disraeli took advantage of the Khedive Ismail Pasha's delicate financial situation to purchase his shares in the Canal, which gave the British the controlling majority.

As a consequence, in 1882 British troops invaded Egypt on the pretext of protecting the country's best interests, so allowing Britain to exercise greater influence in the region than France.

In a certain way Eça de Queirós' relationship with Britain is reflected in Maria Velho da Costa's *O Mapa Cor de Rosa (Cartas de Londres)* – the subtitle of which is an unequivocal clue to its links with Eça. In her article **"110, Stapleton Hall Road: Imagens de Londres nos Anos 80 em O Mapa Cor de Rosa de Maria Velho da Costa"**, Claudia Capela examines how far the London of the 1880s and indeed Britain itself could be compared to Portugal – especially with regard to imperialist mythologies and the interdependence between poverty and violence – underpinning the dialogue between the two countries, as well as the convergence and divergence between Portuguese and British auto- and hetero- imagotypes.

Cross-cultural encounters such as these, which, as previously mentioned, are the topic of frequent echoes in the press, are inevitably linked to the portrayal of minority groups, to the statute and views of migrants or travellers and also, in a wider and more transcultural context, to exile, aspects which are present in two other articles in this issue. In **"Samuel Beckett in Portugal"**, Carlos Ceia examines the visits of the celebrated dramaturgist to Cascais, to Funchal and finally to Porto Santo (hitherto unrevealed in Anglo-Portuguese Studies), interpreting them as a willing exile or refuge in response to a reality which, after his international recognition, he found unwelcome. Pointing out how the theme of (im)migrants and refugees (the Others) has begun to occupy present-day political agendas, Márcia Lemos in **"Um Mar de Esperança: Uma Leitura de *The Road* (Cormac McCarthy), *A Vida no Céu* (José Eduardo Agualusa) e *Prophet Song* (Paul Lynch) através da Lente das Humanidades Azuis"** focuses on the suffering of this Other in a comparative Anglo-Portuguese analysis which draws attention to how "new and old ghosts which help to desensitise human beings" are conjured up and the way in which the Other is being held responsible for everything which is considered erroneous, criminal or threatening in everyday life. Sharing a common ocean – the Atlantic – the plots of the novels offer the possibility

of an analysis which can be included within the scope of blue humanities whilst provoking reflection on dystopian scenarios.

Utopia as a literary genre is analysed from an Anglo-Portuguese point of view in **Gabriel Touça's** article entitled **"Visões Utópicas em Portugal e na Inglaterra do Século XVIII: Discursos em Contraste"**. The author compares for the first time two eighteenth-century works, which respectively exemplify the formal aspects of utopia as seen through Portuguese and British eyes. **Gonçalo Santos Dias**, in his article **"'Purposed action never act to be' ou A Vision in a Dream: Interrupção e Criação Literária"**, evokes the famous poem "Khubla Khan" whilst comparing the process of poetic creation in S.T. Coleridge and Fernando Pessoa taking as his point of departure the concept of "interruption", which he, simultaneously and somewhat paradoxically, understands as an obstacle or block which is an intrinsic (or metaphysical) condition necessary to literary production.

Although still at an incipient stage of research, the relations between Portugal and the United Kingdom during the "Estado Novo" regime have been the subject of a number of studies in the field of Anglo-Portuguese relations. In this context one may recall the articles published in *REAP/JAPS* referring to Roy Campbell, John Gibbons, and Neill Lochery or those dealing with transatlantic relations during the nineteen-sixties. **Maria Zulmira Castanheira** goes someway to breaching this gap with her article entitled **"...The Picturesqueness which is Portugal's Charm': o Olhar Estético de Nina Murdoch em *Vagrant in Summer: Holiday Memories of Nine European Towns* (1937)"**, in which she analyses the idealised view of "Estado Novo" – which broadly corresponds to the image publicised by the regime – as a tourist destination, as seen through the eyes of an Australian traveller (a first, as far as the study of English-speaking overseas travellers to Portugal is concerned). On the other hand, in her review of **"Neill Lochery, *Out of The Shadows. Portugal from Revolution to the Present Day*. London: Bloomsbury, 2017. 353 pp."**, **Ana Rita Pereira Brettes** examines the latest book by the British historian, set in the period between the April 1974 Revolution and the present day. Notably the

author opts to emphasise British and American sources in detriment to those of Portuguese origin in the construction of a narrative in which the theme for each chapter is inspired by the lyrics of songs originally written in English. Such discursive strategies were conceived to facilitate an approach to the recent history of Portugal within the broader scope of European and Anglo-Saxonic transatlantic relations.

Finally **João Paulo Oliveira e Costa's** review of "**Cacey Bowen Farnsworth's *Atlantic Crossroads in Lisbon's New Golden Age, 1668-1750*. University Park, The Pennsylvania State University Press, 2024**" revisits the question of transatlantic relations and their importance in Portugal's history, albeit in a far more distant era. The economic scale of the country's capital is emphasised, but also (and perhaps above all) the prominent role of the British communities resident in Lisbon and in Porto, whose growth and power were largely due to their privileged geographical situation and their natural promotion of transatlantic trade.

September 2025
Gabriela Gândara Terenas

PROJECTOS PROJECTS

“A Lad from Portugal”*

Miguel Alarcão
(NOVA FCSH/CETAPS)

As origens inglesas do futebol, modalidade introduzida entre nós pelos irmãos Pinto Basto ainda no século XIX,¹ na sequência de experiências e vivências escolares na Inglaterra tardo-victoriana, confeririam por si só, logo à partida, uma dimensão anglo-portuguesa a qualquer projecto de investigação, comunicação, artigo ou dissertação sobre esta temática. Não obstante a relevância do contributo pioneiro da família Pinto Basto, o meu propósito neste momento é o de, aproveitando o profundo impacto desportivo, humano e mediático da trágica morte de Diogo Jota (1996-2025), jogador do Liverpool Football Club (LFC),² partilhar aqui algumas reflexões de índole pessoal.

É frequentemente recordado o protagonismo de Eusébio da Silva Ferreira (1942-2014) no Campeonato do Mundo de 1966, disputado em Inglaterra e no qual o luso-moçambicano viria a sagrar-se

* Título retirado do cântico dos adeptos dedicado a Diogo Jota ([https://www.bing.com/videos/search?q=diogo+jota%27s+song+\(lyrics\)&qvpt=diogo+jota%27s+song+\(lyrics\)&FORM=VDRE](https://www.bing.com/videos/search?q=diogo+jota%27s+song+(lyrics)&qvpt=diogo+jota%27s+song+(lyrics)&FORM=VDRE), entre outras versões igualmente disponíveis na Web).

1. Conforme informação disponibilizada por Miguel Barros no seu *blog*, o principal terá sido Guilherme Pinto Basto (1864-1957), sem desprimor para os irmãos Eduardo e Frederico; a data tradicionalmente apresentada é 1888 (Museu Virtual do Desporto Português: Guilherme Pinto Basto – O pai do futebol português).
2. A ausência de referências a André Silva, o irmão mais novo, não significa, naturalmente, qualquer menosprezo pela outra vítima mortal do acidente de 3 de Julho, devendo-se apenas ao facto de André, ao contrário de Diogo, não jogar na Primeira Liga inglesa.

como o melhor marcador da prova. Ainda no século XX, o exemplo de Jorge Cadete é um caso isolado; em contrapartida, a emigração futebolística de jogadores³ e treinadores portugueses⁴ para a Grã-Bretanha, envolvendo clubes como o Manchester United, Manchester City, Wolverhampton, Chelsea, Fulham, Southampton e Nottingham Forest (além do LFC), é uma realidade característica e expressiva do/no primeiro quartel do século XXI. Será talvez excessivo designá-la de ‘diáspora’ e não terá porventura ainda essa *longue durée* tão cara a historiadores, sociólogos e antropólogos; no entanto, os exemplos fornecidos indicam que não se tratará já de um epifenómeno, mas de um facto cientificamente estudável, visto que, na linha dos comentários de T. S. Eliot (1888-1965)⁵ e George Orwell (1903-1950),⁶ o futebol faz indiscutivelmente parte da cultura popular, corrente e comum do povo inglês, não carecendo, portanto, de quaisquer ‘autorizações’ ou ‘alforrias’ para (poder) merecer a atenção de anglicistas e académicos interessados nos estudos de cultura. Como lembra Kate Fox:

It is no accident that almost all of the most popular sports and games played around the world today originated in England. Football, baseball, rugby and tennis were all invented here, and even when we did not actually invent a sport or game, the English were usually the first to lay down a proper, official set of rules for it (...) sports and games are widely recognized as an essential part of our culture, our heritage and our legacy – one cannot talk about Englishness without talking about sports and games. (239; cf. também 249)

3. Para além de Cristiano Ronaldo, ocorrem-nos os nomes de Ricardo Carvalho, Paulo Ferreira, Jorge Costa, João Moutinho, Bernardo Silva, Ruben Dias, Ruben Neves, João Félix, Pedro Neto, João Cancelo, Bruno Fernandes, Diogo Dalot, Mateus Nunes, José Fonte, Cedric Soares, João Palhinha, Adrien Silva, Rui Patrício, Luís Boa Morte, Nani, Rodrigo Gomes, Gonçalo Guedes, J. Silva...

4. José Mourinho, Marco Silva, Carlos Carvalhal, Bruno Lage, Vítor Pereira, Nuno Espírito Santo, André Vilas Boas, Paulo Sousa, Ruben Amorim...

5. “It [culture] includes all the characteristic activities and interests of a people: Derby Day, Henley Regatta, Cowes, the twelfth of August, a **cup final**, the dog races, the pin table, the dart board, Wensleydale cheese, boiled cabbage cut into sections, beetroot in vinegar, nineteenth-century Gothic churches and the music of Elgar.” (31; negrito meu)

6. “All the culture that is most truly native centres round things which even when they are communal are not official – the pub, **the football match**, the back garden, the fireside and the ‘nice cup of tea.’” (66; negrito meu)

No quadro comparatista específico dos Estudos Anglo-Portugueses e partindo do princípio de que os jogadores podem funcionar como ‘ícones’, ‘emblemas’, ‘bandeiras’, ‘embaixadores’ ou ‘cartões-de-visita’ do futebol português, da cultura portuguesa ou mesmo de Portugal, teria interesse estudar as representações e imagens construídas e difundidas pelos *mass media* britânicos (nacionais, regionais e/ou locais) ao longo dos últimos 20-25 anos, tomando, por exemplo, como ponto de partida a meteórica contratação de Cristiano Ronaldo pelo Manchester United (2003) após derrota dos *red devils*, ainda comandados por Sir Alex Ferguson, em Alvalade. (3-1) No sentido inverso, seria igualmente relevante rastrear as experiências e aculturações dos jogadores portugueses em acção na *Premier League*, através de entrevistas e recolha de depoimentos próprios e alheios, documentários, reportagens, etc. Por último, considerando a frase inaugural do excerto de Kate Fox, valeria a pena apurar as possíveis ou eventuais origens inglesas/britânicas de outros desportos e modalidades cultivados em Portugal e, bem assim, se os mesmos terão ou não surgido em regiões ou círculos sociais marcados por uma efectiva presença demográfica e cultural anglófona.

Se é certo que, minado por suspeitas de tráfico de influências, corrupção, fraude e favorecimentos, além de facciosismos e clubites, não raro intolerantes, violentos e radicais, o futebol português nem sempre constitui um bom exemplo para a sociedade envolvente, a contenção do hooliganismo na Grã-Bretanha tem, pelo contrário, ajudado a fazer sobressair as virtudes do futebol inglês. Para Mike Storry, “A measure of the seriousness with which supporters take their soccer is contained in the Liverpool manager Bill Shankly’s famous remark: ‘Football isn’t just a matter of life and death. It’s far more important than that.’” (Storry e Childs 108) No caso vertente, a morte de Diogo Jota, cuja tragicidade é amplificada pelas circunstâncias da sua vida amorosa (relação com Rute Cardoso desde a adolescência de ambos e casamento em 22 de Junho de 2025, pouco antes do funesto acidente de 3 de Julho, em Puebla de Sanabria, Zamora), tornou patente não só a imprevisibilidade, tantas vezes cruel, da Roda da Fortuna, mas tudo aquilo que o futebol pode, afinal, ter de melhor: sentimentos e acções de solidariedade, humanidade e empatia, patentes nos

memoriais espontâneos em Anfield; na deslocação maciça de uma comitiva oficial do LFC a Gondomar para as cerimónias fúnebres; nas medidas assistenciais tomadas pela direcção do clube relativamente à jovem viúva e aos três filhos do avançado português; na recepção em Liverpool à família da vítima; na retirada da camisola número 20, em ano de celebração do 20º título nacional; na assinatura e pintura de murais, etc. As manifestações de pesar oriundas de outros clubes ingleses de diferentes escalões oferecem-se-nos como sinal do desportivismo e *fair play* tradicionalmente associados aos britânicos e mesmo de um sentido e uma maturidade cívicos ainda por cimentar entre nós, como o comprovam as *selfies* tiradas junto às campas dos dois irmãos, imediatamente após o funeral. A “sociedade do espectáculo” que ajudámos a construir (ou permitimos que se construísse...) não poupa sequer a própria dor, ao encená-la e hipermediatizá-la como um *happening* ou *recuerdo* mais ou menos efémero, menORIZANDO assim a efectiva dimensão pessoal e humana do que pretende homenagear.

Tempos de despedidas..., mas também (inevitavelmente!) de recomeços. Ao deixar a Faculdade na qual estudei e leccionei durante quase cinco décadas, (re)conheço os problemas que afectam as carreiras docente e de investigação e que me dispenso nesta hora de evocar aqui. Ao longo do tempo, conheci, convivi e aprendi com bons mestres, colegas, alunos, funcionários e amigos, muitos dos quais continuarão no activo. Assim, concluo com o refrão de uma música que, embora mais antiga, foi adoptada pelo histórico clube da cidade dos Beatles e entoada nas homenagens britânicas ao malogrado futebolista português:

Walk on through the wind,
Walk on through the rain
Though your dreams be tossed and blown.
Walk on, walk on
With hope in your heart
And you'll never walk alone.
You'll never walk alone.⁷

7. Originalmente composta por Samuel Rodgers e Oscar Hammerstein II para o filme *Carousel* (1945), a canção foi sobretudo popularizada pela versão da banda liverpooliana Gerry & the Pacemakers (1963).

Obras Citadas

- Barros, Miguel. "Guilherme Pinto Basto – o pai do futebol português". Museu Virtual do Desporto Português: Guilherme Pinto Basto – O pai do futebol português. <https://museuvirtualdodesportoportugues.blogspot.com/2019/07/guilherme-pinto-basto-o-pai-do-futebol.html>. Publicado 9 Julho 2019. Acesso 09.08.2025.
- Eliot, T. S.. *Notes Towards the Definition of Culture*. London and Boston: Faber and Faber Ltd., 1983 (1948).
- Fox, Kate. *Watching the English. The Hidden Rules of English Behaviour*. London: Hodder and Stoughton Ltd., 2005 (2004).
- Gerry & The Pacemakers. "You'll never walk alone [Official video]". <https://www.bing.com/videos/riverview/relatedvideo?q=you%27ll+never+walk+alone&mid=23C38A24B0263776C90223C38A24B0263776C902&FORM=VIRE>. Publicado 17 Janeiro 2013. Acesso 09.08.2025.
- "Liverpool fans sing emotional chant for Diogo Jota/Dies in a fatal crash". *You Tube -Diario AS*, [https://www.bing.com/videos/search?q=diogo+jota%27s+song+\(lyrics\)&qpv=diogo+jota%27s+song+\(lyrics\)&FORM=VDRE](https://www.bing.com/videos/search?q=diogo+jota%27s+song+(lyrics)&qpv=diogo+jota%27s+song+(lyrics)&FORM=VDRE). Publicado Julho 2025. Acesso 09.08.2025.
- Orwell, George. "England your England". *Inside the Whale and Other Essays*. Harmondsworth: Penguin Books Ltd., 1982. 63-90 (*Selected Essays*, 1957).
- Storry, Mike e Peter Childs (eds.) *British Cultural Identities*. 5th ed. Abingdon/ New York: Routledge, 2017 (1997).

Visões Utópicas em Portugal e na Inglaterra do Século XVIII: Discursos em Contraste

Gabriel Touça

(Investigador Independente)

Introdução

J. C. Davis anuncia à partida o conceito mais popular de “utopia”, isto é, o sonho do Homem de um mundo melhor. (12) É um conceito desadequado, pela razão de que é demasiado vago e implica muita subjetividade. O aspeto de “sonho”, por si, aponta para a noção de ficção e de irreal. A visão de um estado melhor de vida, e por isto mais feliz, implica eminentemente a noção de que quem deseja vê na sociedade aspetos que poderiam ser diferentes. Colocam-se as questões, portanto, de como aplicar estas mudanças e para quem elas se aplicam. E se, de facto, as mudanças propostas trariam maior felicidade à vida em sociedade, o que impede de serem implementadas.

No fundo, a visualização de um “mundo melhor” é um processo plenamente subjetivo. Dificilmente se encontra um projeto de organização societal em que todos os indivíduos ou grupos estejam de acordo. No entanto, segundo Davis, é simultaneamente “(..) a reflection of existing circumstances, since visions can only be said to be ‘better’ by reference to some pre-existing standard or condition”. (13) Nesta lógica, a visão de melhoria começa pela rejeição do presente *status quo* da vida em sociedade e, ora fica-se por uma fantasia

escapista à realidade, ora avança-se para um apelo à ação, com vista a operar, verdadeiramente, mudanças na organização social.

Para Davis, o maior problema a partir deste ponto está em estabelecer que projetos de mudança são de facto classificáveis como “utópicos” e, neste sentido, quais os meios de os identificar: “The problem is not only what to leave out and what to include, but also when to include what we are going to include, for some programmes are by this definition utopian at one period, ideological at another”. (14) Portanto, só a ação de desafiar o *status quo* não é suficiente para classificar material utópico.

O aspeto determinante está, contudo, na dimensão inerentemente ficcional da obra utópica. O utopista fundamenta a sua visão de mundo, a sua sociedade perfeita, independente de uma base histórica. A *Nusquama* de Thomas More está presente na dimensão da ideia platónica. Este “lugar nenhum” é um exercício de pura contemplação, existindo para contrastar o concreto com o que haveria de ser. É uma sociedade que foi perfeita, é perfeita e que sempre será perfeita.

O ponto de partida para o estudo do modelo ou pensamento utópico no Ocidente é o trabalho de temas já iniciados na Antiguidade Clássica.

Lewis Mumford sublinha que os séculos VI a III a.C. viram grande proliferação de cidades e colónias gregas, manifestação de uma grande força de vontade de experimentação e conceção de novas ordens sociais mais justas, um novo princípio, começando “a partir de baixo”. Quando se concebe as várias utopias que se tentam nesse tempo e em diante, associa-se de imediato àquilo que Platão descreve na *República*. (32-40)

Neste tratado, Platão propagou um idealismo aplicado à justa vida em sociedade, teorizando os melhores meios de incrementar a felicidade humana, ao mesmo tempo que se reduziam as desigualdades entre os estratos sociais. Já a poesia (em contexto helénico, portanto, igualmente referindo o verso e o texto dramático) retratou tanto os desejos mais inocentes de rios de mel e leite (i.e. Hesíodo, *Teogonia*) como contextos ridículos de vivência e organização social (i.e. Aristófanes, *A Assembleia das Mulheres*).

O período medieval, confrontado com a missão de reerguer a Europa após a queda do Império Romano do Ocidente, busca o ideal da Cidade de Deus, surgindo a vida monástica como representante máximo deste ditame, apesar dos mitos Antigos que falavam de um lugar felicíssimo, um Paraíso terreno, não desaparecerem, adquirindo novas formulações, adaptadas ao contexto cristão.

Com o reavivar do interesse pela Antiguidade Clássica com o humanismo renascentista, surgem novas manifestações (seculares e piedosas) do idealizar da vida na *pólis*. Thomas More estabeleceu os princípios de um curso autónomo de pensamento que ocupará boa parte do ideário de pensadores dedicados à matéria à qual o seu tratado deu nome: a Utopia.

A génese da utopia enquanto género literário deveu-se ao desenvolvimento do pensamento humanista, e toda a produção utópica que seguiu no encalço de More ficou devedora à sua vontade de pensar um estado de coisas alternativo ao vigente (no seu caso particular, na Inglaterra de Henrique VIII).

O século das Luzes, alimentado pelo rápido progresso científico que se verificou a partir do século XVII, atingiu um marco na esperança da capacidade do Ser Humano de conseguir melhorar o seu estado. Adquire então o racionalismo grande força pelas penas dos autores franceses e ingleses que marcaram o período, sendo a partir daqui que a utopia incorpora um ideal de missão, da necessidade (e até certo ponto, da inevitabilidade) do progresso (técnico e social).

Frank e Fritzie Manuel salientam as tensões sentidas na Europa partindo do período da Reforma e da Contra-Reforma, tensões não só religiosas, mas também sociais, do ponto de vista das descobertas científicas, que se realizam anunciando o esgotamento do modelo aristotélico e conflituando com a *Suma Theologica* de São Tomás. (205)

No entanto, os autores também destacam as propostas de conciliação entre os novos enunciados científicos e as crenças populares que se haviam enraizado no Ocidente desde o Renascimento. A utopia que se formulou a partir da equiparação dos ensinamentos bíblicos com as descobertas científicas concebia um ideal de síntese entre o cientista e o teólogo, levando à manifestação orgânica da verdade, Pansophia:

Among many theorists who participated in its elaboration, Pansophia entailed a virtual amalgamation of the two spiritual corps, the scientists and the ministers of religion, into a single body, putting an end to the conflict before it assumed disastrous proportions. (206)

Pansophia foi no fundo uma construção de milenarismo cristão, focado nas capacidades transformativas e positivas da procura piedosa e ordeira de conhecimento científico como aproximação a Deus e à Criação.

Apesar do século XVII se ter mostrado constante na manutenção de um ideal Pansofista, no século XVIII é difícil apontar toda a produção utópica para um objetivo só. Manuel e Manuel destacam a gritante falta de referências ao gênero utópico ou autores de utopias nas produções enciclopédicas e suplementos literários do século XVIII: “They dismissed the works with a disdainful *espèce d’utopie* [itálicos no original]. And most philosophical plans and projects for universal reformation received short shrift at their hands.” (413) As vastas e diferentes experiências com o plano da perfeitibilidade humana tornam necessária uma interpretação mais aberta do “espírito utópico”.

Na mente dos pensadores do princípio até meados do século perduram, na extensão da história da humanidade, períodos de revoluções cíclicas. O período de florescimento da civilização é precedido por um de decadência, derivado de um sentimento global de tensão entre natureza e sociedade. (414) O explícito desinteresse setecentista pelo utopismo praticado até aquele momento parte do ensejo de secularização pretendido pelos círculos intelectuais europeus da época, convencidos de que somente moralidade e virtude não poderiam alterar o curso da história, a humanidade sempre viveria servil ao vício e à paixão.

A única solução viável para quebrar o ciclo seria a entrega absoluta a um ideário radical, implicando, claro está, uma transformação radical do estado em sociedade.

De maneira divergente com o ideal revolucionário que rebenta na Revolução Francesa de 1789, o ideário inglês, no rescaldo da *Glorious Revolution* (1688) que viu o destronar de James II e a formalização

dos poderes parlamentaristas, não manifesta o mesmo ímpeto radical. Como comenta Maria de Fátima Vieira, no contexto inglês, as transformações (políticas e técnicas) já haviam sido operadas, sendo, portanto, altura de consolidação de forças e das vitórias obtidas. Diz a autora que a utopia inglesa setecentista não é meio privilegiado para a discussão de questões políticas, “(...) antes se assume como o centro de debate de questões que se prendem com o lugar do homem no seio da sociedade em que vive, bem como do papel que tem que cumprir”. (Vieira, *Futuro* 187)

Embora não haja dúvidas em declarar que o utopismo ou pensamento utópico tenha sido altamente prolífero no contexto anglófono, iniciando-se com Thomas More, passando pelos programas cientifistas de Francis Bacon às utopias socialistas de William Morris, o fenómeno já se torna mais complicado de afirmar no contexto português e lusófono. Mais fácil seria afirmar, à partida, que não existem utopias portuguesas – opinião de João Medina no seu ensaio de 1979 – porém, Sofia Araújo observa que utopia enquanto género literário “tem exigências formais que se encontram de forma distinta em qualquer obra de fôlego habitualmente incluída nas histórias da literatura portuguesa”. (419)

No seguimento da formalização de José Eduardo Reis, que se afasta de uma conceção puramente formal do “conceito” de utopia, partindo para uma afirmação do “espírito da utopia”, propõe-se uma filiação próxima às tendências literárias de uma parte da bibliografia portuguesa que manifesta utopismo, mesmo quando não produzindo “utopias verdadeiras”, adotando o termo de Manuel e Manuel.

Apesar de uma produção pontilhada de utopismo português ao longo dos séculos, pretende-se neste estudo aproximar uma obra particular do Portugal dos meados do século XVIII, *Viagens d’ Altina*, de Luís Altina de Campos, num exercício comparativo entre as tendências estético-literárias de um exemplo refinado de pensamento utópico português e os aspetos formais da utopia inglesa, campo de trabalho de excelência para os críticos e teorizadores da utopia literária, porque, no fim de contas, a sua génese deu-se na Inglaterra.

Para este efeito, optou-se por dividir o raciocínio em três partes: a primeira incidindo sobre o fenómeno da utopia de um modo geral, explorando, por alto, os aspetos mais relevantes que constituíram a sua evolução das características morusianas que primeiramente a destacaram como género literário para a atual conceção mais lata de utopismo como corrente de pensamento. Na segunda parte, dá-se um breve desvio para o campo das tendências gerais da produção utópica portuguesa desde o século XVI ao século XX. A terceira e última parte observa especificamente aspetos nas diferenças do discurso nas duas obras em questão, *An Account of the (...) Cessares* e *Viagens d'Altina*, e de que maneira relacionam a obra de Altina de Campos à realidade da produção utópica no contexto setecentista anglófono.

1. Utopias, em Suma...

António Teixeira Fernandes clarifica que, ao longo das épocas, o pluralismo da sociedade ocidental gera necessariamente contrapostos. Estes contrapostos decorrem, de modo geral, de dois conjuntos dicotómicos, do espírito dionisíaco ou apolíneo e da utopia ou milenarismo, onde a combinação de duas das quatro hipóteses gera duas modalidades de existência: a “beleza apolínea” ou a “potência dionisíaca”. Apolo aparece como o deus inspirador harmonia nas formas, enquanto Dioniso é o deus manifestante do êxtase e do encantamento. (10) As culturas, atravessando as épocas, ora são inspiradas por um espírito ora outro, revelando-se os traços nas manifestações artísticas.

Durante o Renascimento, assistiu-se a uma cristianização dos moldes idealistas greco-romanos e ao desenvolvimento de duas manifestações do que hoje julgaríamos pensamento utópico: as utopias discursivas e as utopias poéticas.

Utopias discursivas, para um renascentista, teriam por base Platão, Aristóteles e Cícero, enquanto utopias poéticas iriam beber a Hesíodo, Ovídio e Xenofonte. Relatos de expedições marítimas durante os

Descobrimientos, alimentados por material medieval,¹ geravam interesse em descrições fantásticas de povos exóticos e terras longínquas.

Antes da publicação da primeira edição, em 1516, do seu hoje largamente conhecido tratado, Thomas More e Erasmo de Roterdão, correspondendo-se, referiam-se ao texto por “*Nusquama*” ou “lugar nenhum”. Mais tarde, More modificou o termo, atribuindo à sua obra o título (abreviado) de *Utopia*, neologismo entre o prefixo *u-* do latim com *-topos* do grego.

Gregory Claeys aponta que a teia de interpretações que o tratado de Thomas More veio a estabelecer, embora não conceba uma sociedade absolutamente perfeita, apresenta uma outra muito melhorada relativamente ao *status quo* que se propunha transformar, sobretudo do ponto de vista moral. Estabelece-se que a maldade e o vício humanos não podem ser totalmente eliminados, mas podem ser restringidos:

This means that however greater order and improved morals are to be achieved (which is chiefly by enforcing equality and community of property), human behaviour is not portrayed as being so substantially modified as to be unbelievable. Utopia thus constrains rather than abolishes vice. It recognizes, but resists, the possibility of decadence and moral degeneration. (Claeys, *History* 53)

Nesta lógica, diferenciando-se de relatos de lugares míticos e desejos fantasiosos de um lugar extraordinário onde todas as vontades são satisfeitas, ou completamente dominadas, *Utopia* apresenta um estado de sociedade atingível, na teoria. Embora as interpretações façam propostas diferentes relativamente à intenção com que o

1. Damos os exemplos das *Viagens* de Marco Polo e do mito medieval da Cocanha. Este último fenómeno, aparentemente com origens em cerca de 1200 num poema anónimo francês, descrevia um país maravilhoso de prazeres e abundância de toda a categoria. Jacques Le Goff equaciona o *mirabilis* medieval no sentido do imaginar um “universo às avessas” como contraposto à banalidade do quotidiano. Em contexto medieval, portanto, produziu-se um maravilhoso focado na abundância alimentar e na libertinagem sexual. A narração no Jardim do Éden do livro do *Génese* será de igual modo alvo de fascínio na Idade Média, ansiando por um “paraíso terrestre” e uma “idade de ouro” que não estão para diante, no futuro, mas para trás, no passado, e se procura reencontrá-los num *millenium* utópico. (Le Goff 26-27)

tratado foi escrito, existe a certeza de que *Utopia* é o texto base para a definição de “utopia” ou “utópico”.

A questão prática dirigida à viabilidade da adoção dos costumes e preceitos utópicos debate-se no diálogo de Rafael Hitlodeu com a personagem literária de Thomas More. É-nos possivelmente fornecido um método direto de análise ao discurso em *Utopia*, um confronto entre o idealismo radical e o pragmatismo prudente, uma realidade muito difícil de ser aplicada devido aos defeitos da avareza e orgulho.

Apesar das incertezas ainda debatidas, o discurso morusiano veio reavivar a adormecida reflexão platónica da perfetibilidade das relações interpessoais e estruturação da vida comunitária, em via a aumentar a felicidade humana pela erradicação do maior mal: a pobreza. Claeys salienta a característica humanista do discurso de More, promovendo fidelidade aos princípios e valores cristãos e advertindo os príncipes das nações a honrarem os seus deveres morais para com os seus súbditos, ansiando, deste modo, soluções dos problemas da humanidade pela mão da humanidade: “More’s ‘pity for the undeserved misery of the exploited poor’, in one account, balanced by a typically Renaissance humanist response that their condition might be remedied by human effort.” (Claeys, *History* 60) Seria uma tentativa de alcançar alguma proximidade ao estado de graça cristão, dentro dos nossos limites enquanto criaturas.

Trabalhos que imitassem o modelo de More seriam, entretanto, designados de “utopias”. Podemos afirmar que o tratado deste humanista foi verdadeiramente um texto fundador de um género literário. As obras possuidoras, em grande parte, dos mesmos tropos de More – a descoberta por acaso de uma ilha, até aquele momento encoberta, habitada por uma sociedade perfeita, regresso à Europa e um recontar da experiência – são classificadas de “utopias verdadeiras”.

Do ponto de vista paradigmático, o conjunto de seguidores de uma corrente de pensamento elaboram significados linguísticos que os distingue e identifica como seguidores dessa mesma corrente. Na lógica de J. C. Davis, seguidores de determinado paradigma histórico/linguístico corroboram na manutenção de pressupostos acerca de aspetos da relação do indivíduo na sociedade, da moralidade,

da natureza do Homem, etc. Nestas pressuposições, assim como na linguagem através da qual são transmitidas, modificadas e autorreferenciadas, o perpetuador do paradigma tem conhecimentos dos seus predecessores e aloca-lhes a autoridade, elaborando-se, assim, uma tradição. Qualquer transformação efetuada ao contexto referencial é uma escolha consciente e crítica. (2)

Embora Manuel e Manuel entendam que é viável a designação de uma “tradição utópica”, contando com a repetição dos tropos em obras diferentes e em tempos diferentes, J. C. Davis opõe-se, pois não é legítima a definição de uma “tradição utópica uma que vez que o autor dito utópico raras vezes está a par do trabalho dos que os precederam:

A history of utopian thought which related it to mainstream traditions of non-utopian thought would be both possible and desirable. But utopian thought itself is not a tradition in the sense outlined above. This is because of the nature both of utopian thought and of many of those who practice it. Its practitioners are not always aware of those utopian writers who have preceded them. In fact such awareness is very rare indeed. Until very recently utopians have not seen themselves as transmitting, extending or transforming a tradition of thought. In that respect the greater number of utopian writers have been unselfconscious. (2-3)

Similaridades são frequentes dentro do universo do pensamento utópico, mas isto não garante a elaboração de paradigma de uma sequência utópica a outra, ainda por mais quando se trata de personalidades separadas, não só em termos de espaço e de tempo, mas também por contexto cultural. O que há de facto é uma partilha da capacidade de conceção de modelos de sociedades ideais. Explica Davis:

What men like Gott and Bacon, Bellers and More, Harrington and Andreae have in common is not self-conscious membership of a developing intellectual tradition but subjection to a common mode of social idealisation and its consequences. Utopia does not offer carte blanche to the political imagination, for, in choosing it, the writer is rejecting other forms of ideal society. (4)

Neste sentido, elementos em comum entre modelos de sociedade ideal observados em autores diferentes pode não revelar uma tradição ou paradigma, mas gera questões relativamente ao que o utopista intencionava quando concebeu o seu modelo de sociedade ideal, em que contexto o concebeu e o que o levou a concebê-lo. Davis determina que estes modelos de sociedade detêm elementos que muitas vezes se complementam e repetem, formando tipologias ou modos de sociedade ideal, cada um com o seu discurso específico. Além da Utopia, o autor identifica quatro: a Cocanha, a arcádia, a “perfect moral Commonwealth” e o milénio.

A Cocanha é essencialmente um lugar onde todos os apetites humanos são satisfeitos, um lugar onde há abundância de todo o tipo de prazeres sensuais e a juventude é conservada eternamente. A arcádia é a figuração do ideal bucólico, promovendo-se a harmonia entre a natureza e o Homem. Enquanto a natureza é generosa nas suas dádivas, o Homem é também temperado nos seus modos e, graças a isto, os males sociais não se manifestam. O trabalho, tipicamente campestre, é ligeiro e agradável, e embora a morte esteja presente, é uma morte pacífica.

A “perfect moral Commonwealth”, como se pressupõe, trata o aperfeiçoamento da vida em sociedade pela adesão a preceitos morais. No contexto ocidental, isto relaciona-se com o preceito ensinado por Jesus Cristo e os santos, pela ação de elites devidamente iniciadas na perfeita mundividência cristã, que inspira estes valores em cada indivíduo, e, por conseguinte, em cada extrato social. É um espelho do ideal medieval de instituições regidas por uma estrita conduta moral.

O milénio no Ocidente cristão confia na segunda vinda de Cristo como salvação derradeira, extirpando todos os males do mundo. É de facto o modo mais profético. Embora a tradição escolástica católica desde o tempo de Santo Agostinho se tenha distanciado de ensejos que profetizem um milénio futuroológico, em favor de uma visão de milénio atemporal, o período da Reforma veio reacender o debate, levantando novo ímpeto radical. (20-36)

No final do século XVI, “utópico” assumia a qualidade de adjetivo, referente a todo o tipo de discurso que manifestasse intento idealista,

não só formas literárias. No século seguinte, já era referente a um perfeito estado de sensibilidades, sobretudo em sociedade, onde todos os desejos e vontades humanas se cumpriam. Observa-se a evolução de um género utopista, plenamente cristão, ansioso pelo regresso ao Éden, manifestando-se, num tipo de discurso, a dualidade de Cidade de Deus/ Cidade do Homem.² Ao mesmo tempo, a filosofia milenar veio desejar o estabelecimento de uma Jerusalém Terrestre, na opinião de Teixeira Fernandes, apressando a situação ao ponto de desespero. (Fernandes 11) Ponderava-se, com isto, os limites da República Cristã ideal, em pleno fervor humanista.

O século XVIII na Europa marcou um virar no discurso utópico. Numa época de crescente laicização da sociedade, autores do período puseram de parte a vertente ficcional e discursiva, rejeitando os moldes clássicos do género. Apresentaram um novo modelo utópico baseado em obras recomendativas, com diretrizes claras para a organização da sociedade humana no geral. Os moldes racionalistas e iluministas assumiram um papel central neste novo meio, aplicando-se em solucionar problemas concretos. Argumenta-se que, neste ponto da evolução do género, a utopia passou de uma visão idealizada a receitas para um caminho concreto a seguir.

Tentativas de identificação concreta do modelo utópico vêm dar a uma rede entretecida de descrições e definições ambíguas ou contraditórias. Manuel e Manuel recomendam a análise de “constelações” de modelos utópicos dentro de limites espaciotemporais adequados, reduzidos aos modelos que partilhem elementos.

As constelações utópicas da segunda metade do século XV até ao XVII partilham plenamente dos moldes e valores cristãos, já as constelações utópicas das Luzes advêm do desvalorizar deste mesmo ideal. Muitos tipos de utopias diferentes, de arquitetónicos a sexuais, seriam produzidas até ao eclodir da Revolução Francesa. Entretanto, o século XIX veria o florescimento das utopias científicas, afogueadas

2. *Civitas Solis* de Tommaso Campanella é uma obra que descreve uma cidade onde a piedade é base para a legislação, discussões teológicas em relação ao conteúdo do texto à parte. Aliás, a obra inclui uma breve reflexão da parte do autor, no capítulo final. Campanella ter-se-á inspirado na vivência monástica como exemplo derradeiro de vida em coletivo.

pelo pensamento marxista e darwiniano, e ainda por todas as outras transformações sociais advindas com a Revolução Industrial.

O modelo utópico, de uma perspectiva sociológica, parte de narrativas de épocas douradas contrapostas com visões de degeneração e queda de sociedades. Neste sentido, são necessariamente construções de uma noção de passado. Muitas vezes, esta realidade é tida como construção mitológica ou narrativa histórica coletiva, inscrita no consciente coletivo de uma sociedade. (Levitas 19-20)

Uma utopia recontada vezes sem conta é necessariamente uma construção histórica, contudo, uma utopia do género do “está para acontecer” levanta interesse pela novidade. (Levitas 20) Utopias futurológicas usufruem de material e conceções socioculturais da sociedade na qual são produzidas. A inteligibilidade de toda a produção cultural parte da memória partilhada, uma vez que signos e significados são dados apreendidos pela experiência.

Na sua génese, o utopismo diverge em dois princípios: no histórico e no abstrato. Este último detém ultimamente mais poder no grande modelo utópico, portanto, a Ideia, ou o idealismo, subordina a História. No entanto, o modelo utópico obedece às leis da Poética, o que implica, de base, tensão entre os aspetos historicista e idealista. Encontramos um grande vazio histórico entre a conceptualização da utopia e os aspetos concretos. Vemos isto no tropo clássico utópico, desde Thomas More e da sua *Utopia*, do contacto com uma nação ou povo oculto, que, até aquele momento, contava com pouco ou nenhum contacto com o resto do mundo, vivendo numa sociedade justa e igualitária.

O objetivo da utopia é o melhoramento da sociedade, velando para que os leitores ou destinatários daquela obra se sintam motivados a atingir ou ultrapassar aquele ideal ou ideais. Como muitas vezes a nação ou povo ideais estão apartados geografica e culturalmente, é possível trabalhar a pena ao mostrar a construção ou edificação de tal sociedade ideal pela forte ênfase na descrição. O objetivo é enraizar nos fruidores uma nova realização de continuidade histórica.

A noção de perfeitibilidade social e humana não parte de princípios empíricos, mas antes de uma conceção já idealizada, não

contaminada pela História. É no fundo a realização de todo o desejo e natureza humanas: entidades já aperfeiçoadas ainda antes de serem sequer pensadas. O pensamento a que aplicamos o modelo utópico vai ultimamente determinar o seu intuito. Depois de um largo período de evolução da sua conceção epistemológica, a utopia foi apropriada pelas doutrinas ideológicas.

Christopher Yorke sumariza três arquétipos para a clarificação da teoria da utopia: historicismo utópico, presentismo utópico e futurismo utópico. O termo “utopia” é encarado com ambiguidade no discurso, na forma e na função das utopias. Quer isto dizer, na maneira como o produtor do discurso vê permissíveis os escopos das visões utópicas, assim que estes possam ser comunicados e observáveis, podendo ter ou não poder na esfera sociopolítica. (83-84)

Há que tomar a perspetiva e esfera temporal que cada argumento refere, ao invés de associar um valor intemporal e impermutável (como o desejo) que acaba por não garantir consistência. Argumentos generalizados podem não ingressar coerentemente em todas as constelações utópicas, uma vez que, segundo J. C. Davis, não se aplicam a determinados tipos de conceção de “sociedade ideal”. O pensamento utópico pode partir tanto de profundo pessimismo como de profundo otimismo, dependendo do entendimento que se tem, sobretudo, da natureza humana, a base para todo o pensamento utópico.

Para Davis, utopia é o tipo de sociedade ideal que encara a natureza humana como falível, e uma que aperfeiçoou instituições e leis para a sua boa gestão. Progresso, nesta sociedade, não é possível, sendo que tal movimento, numa sociedade que já atingiu a perfeição, é encarado como regressão. A maior falha deste modelo, na opinião do autor, é a falta de convenções para a redução ou eliminação da aplicação de argumentos universais que evoquem utopia num contexto atemporal.

Aplicando os três arquétipos de Yorke, que operam em termos particulares temporais, obtém-se menos contradições, prevendo questões relacionadas com a escala, conteúdo e função de utopias passadas (historicismo utópico), utopias no presente (presentismo utópico) e utopias futuras (futurismo utópico).

Ao nível de pensamento e teorização, as delimitações temporais em que se inserem determinadas constelações de utopias, podem vir a gerar contradições dentro dos seus próprios sistemas, sendo que é da natureza do pensamento utópico conter multitudes. Aliás, a natureza humana, e a conceção que se tem dela, é múltipla.

De um modo simplificado, a primeira conceção que se tem de utopia parte essencialmente de matéria linguística, associando de imediato o conceito à narrativa morusiana ou, até mais corretamente, às consequências do valor fundacional atribuído à obra de More. Por consequência, necessariamente, afiguram-se as ideias da eucronia e da utopia estática, tal como Davis teoriza na sua quántupla conceção da rede de pensamento utópico: o progresso é impossível numa sociedade já perfeita.

A tradição, de herança clássica, que desvia a pensamento teórico sobre a utopia e o pensamento utópico pode porventura ser contrariada na evocação das utopias modernas. Diria H. G. Wells: “the Modern Utopia must not be static, but kinetic, must shape not as a permanent state but as a hopeful stage, leading to a long ascent of stages”. (Wells *apud* Yorke 90)

Quer meditemos na tradição clássica da utopia, quer desejemos conceber novos projetos futuristas, é inegável a estrutura relacional de um discurso que, reconhecendo o aspeto histórico da sociedade humana, concebe meios para a sua libertação. Talvez seja mais correto pensar na comparação do que na evolução, até porque as relações que ligam uma constelação utópica a outra são, em muitos aspetos, jogos de conteúdo.

2. Breve Perambulo entre Utopias Literárias Portuguesas

João Medina, em 1979, publicava um artigo com uma observação clara: “Não há utopias portuguesas”. Partiu de uma chamada de atenção ao falhanço da crítica literária em Portugal em sequer interessar-se pelo pensamento sobre a noção de utopia, de um modo geral, quanto mais de uma utopia nacional.

Para Sofia Araújo, o utopismo não é de facto motivo que se encontre facilmente na literatura portuguesa. Contudo, hoje encontram-se estudadas e editadas obras dispersas, um tanto ou quanto imitando temas e tropos de autores estrangeiros.³ Araújo salienta dois caminhos na escrita utópica: “aquele que recorre à idealização utópica com um fim escapista⁴ e aquele que a utiliza como forma de impelir à acção”. (34) As utopias que apelam à acção não são as que figuram sociedades ideais fechadas, mas antes as que pensaram efeitos sociais de medidas concretas com intento de transformação civilizacional. O escapismo, para a autora, subdivide-se de igual modo em duas parcelas: o escapismo lúdico e o mitológico.

O fator de união dos dois tipos está na construção do Ideal por uma entidade extra-humana, contudo, não quer dizer que não se transmitam valores, apenas que os transmitem consequentemente numa escala extra-humana, (*ibidem*) o que vemos, por exemplo, na sociedade perfeita dos lunáticos de José Daniel Rodrigues da Costa.⁵

Jorge Miguel Bastos da Silva apreende que as utopias literárias em Portugal surgem com a tradução de obras estrangeiras, no entanto, por suas palavras, “algumas delas com estratégias tradutivas bem interessantes”, (*Utopias de Cordel* 7) a partir dos séculos XVIII, XIX e

3. A organização da Nova Biblioteca das Utopias, da responsabilidade de Fátima Vieira, da Universidade do Porto, traz à luz obras de cariz utópico de autores portugueses dos séculos XVII a XX, pouco ou nada conhecidos fora deste particular círculo de estudos, entre elas: Amílcar de Sousa, *Redenção: Novela Naturista* (2011); José Manuel Sarmento de Beires, *A Cidade do Sol* (2012); e Luís de Altina de Campos, *Viagens d'Altina* (2021). Na mesma lógica, Jorge Miguel Bastos da Silva organizou uma antologia de literatura de cordel que relata viagens e encontros extraordinários, escritas ao longo dos séculos XVI e XVII, com o título *Utopias de Cordel e Textos Afins* (2004).

4. Lewis Mumford apresenta uma definição mais lata de utopia escapista, figurando-a como uma utopia plenamente privada, produto da imaginação do indivíduo, elaborando um retrato perfeito de uma realidade autocentrada, mas desmoronando-se e reerguendo-se quase todos os dias. (25) Fátima Vieira aprofunda um pouco mais, distinguindo entre duas tendências escapistas: uma primeira que parte das preferências pessoais do utopista, que naturalmente constrói a sua utopia, e uma segunda tendência, que parte essencialmente de uma vontade de fuga ao tempo presente do utopista: “Ao pretender *escapar* [itálicos no original] do presente, enunciando outras formas de organização social (ainda que fantasiosas), o utopista está já a apontar para a necessidade de construção de uma sociedade diferente.” (67) Fátima Vieira é da opinião de que por uma dada construção utópica contar com uma dose maior de fantasia e imaginação, não a invalida de fronte outras mais “realistas”, no ver de Mumford, e remata: “Parece-me bem mais realista a atitude dos autores das Utopias ditas escapistas, que se limitam a esboçar, em traços pouco definidos, um retrato da sociedade ideal, privilegiando a caracterização do espírito da nova sociedade.” (68)

5. *O Balão aos Habitantes da Lua*, 1819.

XX.⁶ No geral, não é identificável uma tradição literária de utopia no contexto português anterior a Setecentos. Não é razão, contudo, para negar que tenha circulado em Portugal um fluxo de ideias de carácter utópico, sendo de destacar, “nos limites do pensamento milenarista e do registo profético, (...) o mito sebastianista, com muito especial relevo para a obra de António Vieira”. (8)

José Eduardo Reis, em 2007, deixou em dúvida se de facto não existiu, ao longo da história da literatura portuguesa,

(...) nenhum exemplo narrativo, digno de menção com qualidade estética ou com pertinência histórico-cultural, que possa ser identificado com o género literário narrativo utópico puro, isto é, que se situe claramente sob o cone de luz do próprio modelo literário incoado por More, ou se não, tal como este modelo foi formalmente caracterizado pelos estudiosos da utopia literária. (521)

A seu ver, os objetos literários esparsos que se encontram mostram evidências de que se tratou de uma prática “errática” e, por esse motivo, não adentrou no cânone do universo literário português. (522) Reis entende que as razões pelas quais o género utópico não se tenha manifestado serão múltiplas, mas a verdade é que os descobrimentos e as navegações promoveram o desenvolvimento de uma atitude utópica plenamente portuguesa, nominalmente representada na Carta de Pêro Vaz de Caminha, nos relatos de Duarte Barbosa, na *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto e no controverso Canto IX de *Os Lusíadas*. (523) A passível visão utopista portuguesa detém uma pesada dimensão profética – uma nação em que cuja história está inscrita a advinda do milénio –, distante da visão imaginativa e esperançosa da tipologia da “utopia verdadeira”.

O pensamento utópico português anterior ao Iluminismo está necessariamente ligado ao aspeto messiânico e profético que

6. *Le monde tel qu'il sera* (1846), de Émile Souvestre, teve tradução de Sebastião José Ribeiro de Sá sob o título *O Que Há-de Ser o Mundo no Ano Três Mil*. Mais do que uma tradução, Ribeiro de Sá realizou uma adaptação do romance de Souvestre para o gosto português, dividindo a edição por panfletos. Chegou a introduzir um capítulo totalmente de sua autoria, onde descreve a realidade de Portugal no ano 3000.

rapidamente associamos ao prolífero mito sebástico e ao Quinto Império Português, que para Onésimo Almeida é “a mais elaborada formulação do utopismo português”, (Vieira, *Entrevista 2*) ganhando forma e força no decorrer do século XVII, em grande parte pelos escritos do Padre António Vieira. Porém, ainda não havia nascido El-Rei D. Sebastião e já corriam largas profecias sobre a vinda de um monarca agraciado por Deus para glória da pátria e de toda a Cristandade (as trovas do sapateiro Bandarra são de especial relevância). Estabelecer-se-ia um novo reino de Deus sobre a Terra, com Portugal à cabeça.

A construção mitopoética do Quinto Império tem origem, em grande parte, na aparição de Cristo a D. Afonso Henriques na véspera da Batalha de Ourique, onde as forças lusas, em inferioridade numérica, mas impelidas pela graça divina, devastam os oponentes mouros, sendo D. Afonso Henriques então proclamado Rei de Portugal pelos seus soldados. Estava firmado o destino dos portugueses enquanto povo escolhido por Deus para o estabelecimento do Seu Reino na Terra. Mesmo quando há o apelo à ação, como no Padre Vieira, trata-se do reforçar de um desígnio que já está escrito.

O pensar racional e concreto no utopismo português torna-se mais presente quando se chega às utopias construtivas com o alvorecer das Luzes na Europa. Luís de Altina de Campos dedica a sua obra *Viagens d'Altina* à exploração de uma conceção de sociedade aperfeiçoada pela dedicação às Ciências Naturais e Humanas e ênfase na instrução. O século XVIII português também vê a aparição de escritos alegóricos, para entretenimento, como a *Viagem à Ilha do Amor*.⁷

Avançando, no século XIX destacam-se obras em torno da discussão de valores e medidas que contribuam para a construção de uma sociedade aperfeiçoada, como *Viagem ao Interior da Nova Holanda* (1841) de Vasco José Aguiar.⁸ O autor traduz, na descrição do Vale da Razão, do seu povo, leis e costumes, um axioma amplamente humano para o aperfeiçoamento das comunidades. Como nos diz

7. Francisco Xavier de Oliveira, *Viagem à Ilha do Amor*. Ed. Vanda Anastácio. Edições Caixotim, 2001.

8. *Viagem ao Interior da Nova Holanda* (1841) é uma das obras incluídas em *Vasco José Aguiar: Utopista Português do Séc. XIX* (Porto: Afrontamento, 2010) editada por Jorge Bastos da Silva.

Jorge Bastos da Silva, “os habitantes do Vale da Razão são uma versão idealizada de nós mesmos, como indica a abundância de ecos culturais (...). Trata-se, enfim, da idealização hiperbólica de uma identidade, não de uma alteridade radical.” (Silva, *Utopista Português* 28)

Já no século XX, vê-se a publicação de algumas novelas ideológicas que encaram a sua contemporaneidade e propõem novos modelos de organização da sociedade, centradas em questões que se debatiam no ambiente político e social português, no período atribulado da primeira República. Temos os exemplos das novelas naturistas *Irmânia* (1912) de Ângelo Jorge e *Redenção* (1923) de Amílcar de Sousa.

3. Tendências Utópicas Literárias Inglesas no Século XVIII

Diz Frederik Polak que no Renascimento o Homem descobriu que a sua razão o possibilitava de tomar as rédeas do seu futuro. Já no Iluminismo, apercebe-se de que essa razão, por um lado, lhe abria a hipótese de viver em felicidade no seu estado natural, e por outro, permitia-lhe atingir a perfeição. A par dos avanços científicos (que já vinham a figurar com grande vigor desde o século anterior), a busca da perfeição humana pela mão humana vai fomentar o período de grande otimismo em que viveriam as classes intelectuais ocidentais durante o período de Setecentos. Promove-se uma figuração do movimento sempre ascendente do progresso humano em todos os campos, a caminho de um futuro em que o homem realize plenamente a sua humanidade. Esta conceção altamente intelectualizada de progresso que se alastra pela Europa tem origem maioritária em França, onde culminará na Revolução de 1789.

Explica-nos Fátima Vieira que na Inglaterra insular os ideários otimistas europeus adentram pouco a pouco pelo contacto dos filhos da aristocracia inglesa com a classe intelectual francesa, apesar da animosidade histórica entre os dois países. E assim, se na França pré-revolucionária o intelectualismo é encabeçado na grande maioria por um extrato não necessariamente nobiliárquico da sociedade, em Inglaterra é uma atitude aristocrática por excelência.

Gregory Claeys, no estudo introdutório à sua edição de *Modern British Utopias, 1700-1850*, enuncia que a Inglaterra de Setecentos era “(...) by and large a profoundly practical society.” (xv) Embora o descontentamento partidário fosse comum, os excessos do puritanismo e do radicalismo político advindos da Revolução Inglesa tornaram-se pouco apelativos no século seguinte. As reflexões centravam-se nas transformações sociais que se viviam com o crescente urbanismo, a prevalência do vício, a arrogância e a avaréza, e na consequente perda da inocência passada.

Para as reflexões utópicas figurava-se, neste sentido, uma busca pela boa ordenação moral religiosa e política da sociedade recorrendo ao racionalismo são. (xv-xvi) Daqui, vão manifestar-se as maiores divergências dentro dos círculos políticos ingleses, denotando-se uma atitude otimista da aristocracia *whig*, que confia nas capacidades do homem de controlar as suas tendências contranatura, e um pessimismo *tory*, politicamente mais conservador, descrente desta suposta autorregulação dos desejos e paixões humanas. (Vieira, *Futuro* 178-179) Demarca-se, então, uma dualidade que diverge essencialmente no conceber da relação entre os indivíduos e com a sociedade como um todo, mas distante da conceção rousseauiana do homem naturalmente bom, corrompido pelos vícios da civilização.

Evocando ainda Fátima Vieira, a autora sublinha que uma das principais diferenças entre o otimismo inglês e a sua contraparte francesa se revela através de duas visões de mundo diferentes:

(...) enquanto que na Inglaterra setecentista se tornam evidentes apenas os resultados de um progresso quantitativo, resultante dos benefícios materiais da Revolução Industrial que inicia então o seu processo climático, em França a discussão da possibilidade de um progresso qualitativo é inerente à publicitação da necessidade e da legitimidade de uma Revolução política. (180)

Na França do século XVIII, a ação da mudança exige uma revolução (política e social), enquanto as elites governativas inglesas entendiam que essa ação, para o seu país, já havia sido iniciada no século

anterior, com o destonar da dinastia Stuart e o início do processo de reforço do poder parlamentar e das elites financeiras e comerciais, que cristaliza após a ascensão de William III e Mary II. A cosmovisão inglesa, neste sentido, percebe a situação a longo prazo, uma mudança que atua paulatinamente.

Estabelecida a doutrina intelectual, é legítima a concepção de novos modelos de vivência coletiva. A afirmação da visão do progresso como uma realidade necessária e plenamente boa rondará na valorização da novidade e na rejeição do passado. Deste modo, a atitude utópica francesa transforma-se numa uchronia, localizando a narração no tempo futuro, que corta toda a ligação ao passado, vendo-o como inútil e nefasto para a civilização. Por isto, o utopismo (ou melhor, uchronismo) francês, desconecta-se do *topos* morusiano, originalmente focalizado no espaço ulterior, para localizar as narrativas em outro tempo.

No contexto inglês, onde a reestruturação das relações do indivíduo com o seu meio e com outros seres humanos avançava a ritmo certo, a manifestação de novas tendências utópicas revela-se em diferentes campos. O campo das produções, denominado *Mirror Utopias*, divide-se tendencialmente em quatro partes: os *Folk Mirrors*, os *Laughing Mirrors*, os *Mirrors for Monarchs* e os *Contrasting Mirrors*.

Os primeiros narram os aspetos em que a utopia é superior relativamente à sociedade nativa do narrador. Os segundos, embora descrevam sociedades ideais, esforçam-se na crítica às circunstâncias contemporâneas da sociedade real. Quantos aos terceiros, pode fazer-se uma aproximação aos Espelhos de Príncipes, género literário popular durante o Renascimento, onde se supõe que a prosperidade da nação se deve à ação de um príncipe devidamente preparado. Polak defende que esta tendência propagandeia a ideia do despotismo esclarecido como necessário para alcançar a sociedade perfeita. A quarta parte dos *Mirrors* está próxima da segunda, com a particularidade do contraste da sociedade perfeita com a sociedade real.

Além dos vários *Mirrors*, Polak descreve outras categorias de produção utópica inglesa do período, como as Utopias platónicas, onde se foca o funcionamento das instituições ou as Utopias do tipo

romântico, afastando-se estas das qualidades de comentário social, valorizando o aspeto estético e dando lugar tanto às solicitações do coração quanto aos da mente. (244-246)

Uma análise superficial parece garantir uma associação fácil das categorias dos *Mirrors* à regra de Thomas More, no entanto, os elementos por ele abordados no seu tratado sofreram transformações, atravessando séculos. Diz Fátima Vieira que a sátira é o principal motivador para as produções utópicas (ou anti-utópicas) deste período, não legitimando necessariamente os elementos tratados como sendo de valor filosófico ou de teoria social, mas antes objeto de sátira pelos autores. O discurso revolucionário das utopias de Seiscentos, como o de Francis Bacon, é substituído por um discurso cáustico. Os valores comunitários que Thomas More versa na sua *Utopia* são alvo de reação por parte dos utopistas do século XVIII, que neste caso são já anti-utopistas.

A ideia platónica de uma sociedade espartana, necessária e pesadamente regulamentada pelas suas instituições – fator indispensável para a manutenção da ordem na sociedade – perde apelo pelo fator individualista da cosmovisão político-social inglesa, no decorrer do século XVIII. (Vieira, *Futuro* 205-210)

Todavia, a percepção pessimista sobre a natureza do indivíduo produz uma outra noção de utopia, mais próxima à realidade do tratado de More e relacionada com a tipologia da *Perfect Moral Commonwealth* descrita à maneira de J. C. Davis. As utopias platónicas descritas por Fred Polak estabelecem maior continuidade com *Utopia*. O aspeto diferenciador passa pela identificação destes textos não como ficcionais, mas como ensaios, dedicados à estruturação de um estado de ordem social ideal para a *commonwealth*, focados na definição do funcionamento das instituições no geral, não numa nação ou estado em particular. (244-245)

Polak refere poucos exemplos de utopias inglesas do tipo platónico, enumerando, ao invés, vários títulos franceses, o que provoca alguma confusão. No entanto, Gregory Claeys vem colmatar esta falta na sua edição de 1994 de *Utopias of the British Enlightenment*.

De facto, a expressão e discussão sérias de organização e comentário social trabalhadas com grande argúcia por vários autores ao longo

do século XIX pressupunha a manutenção de uma linha de pensamento que manteve atualizado o utopismo setecentista inglês, para além das expressões satíricas que dominam a crítica literária neste sentido, nomeadamente *Gulliver's Travels*. Fátima Vieira trata de destacar as qualidades destes textos, fiéis ao topos morusiano,

(...) onde a solução mais comum para os problemas da pobreza e da desigualdade social passa, geralmente, pelo estabelecimento de uma sociedade igualitária, com comunhão de bens (ou, pelo menos, com limitações impostas à posse de terras), bem como por uma reforma de costumes. (193)

Um excelente exemplo de utopias morusianas está no tratado intitulado *An Account of the First Settlement, Laws, Form of Government, and Politics, of the Cessares, A People of South America: In Nine Letters* (1764) de James Burgh, uma sugestão já elaborada por Fátima Vieira, citando da antologia de Claeys,⁹ embora a sua análise tenha sido celebrada com intuito de contextualizar a utopia literária inglesa do século XIX, traçando o seu percurso desde Thomas More a William Morris. As tendências literárias do século XVIII seriam naturalmente tratadas. Não obstante, o crédito é devido à autora pela referência à obra.

3.1. *An Account of the [...] Cessares*

A obra segue uma estrutura de relato epistolar, constituído por nove cartas assinadas pelo senhor Vander Neck, escrevendo da colónia sul-americana, que os Cessares estabeleceram, ao seu amigo Vander Zee, em Amsterdão. As cartas são datadas de 1618 a 1620. O editor comenta com frequência o conteúdo narrado através de notas de rodapé, elogiando as ações e tomadas de decisão dos Cessares, desde a preparação para a partida, à estruturação da sua sociedade e costumes. Muitas das notas incluem esclarecimentos e referências científicas.

9. À falta da edição de Claeys, neste estudo cita-se a impressão de J. Payne de 1764, disponível em <https://archive.org/details/bim_eighteenth-century_an-account-of-the-first-burgh-james_1764>.

Nas notas prévias ao início da transcrição do texto das cartas, o editor faz a seguinte observação: "Some of my readers may perhaps view the following account of the Cessares in much the same light with Sir T. More's Utopia, rather as what a good man would wish a nation to be, than the true account of the state of one really existing."

(iii) Este trecho aparenta querer despistar o desinteresse de potenciais leitores, que de outra forma se afastariam notando a dimensão fantasiosa de um relato que poderiam associar ao tratado de Thomas More, o que ajuda a justificar as observações de Manuel e Manuel, quando comentam a grande descrença que os intelectuais do século XVIII mostraram relativamente ao género utópico.

A totalidade do relato relativo às leis e regimento da nação dos Cessares pode ser sumariado em pontos concretos relativos aos temas abordados em cada carta:

- Ordenação do território (Carta V e VIII)
- Organização da estrutura e órgãos do governo (Carta III, IV, V e VII)
- Requisitos para cidadania (Carta V)
- Os vulneráveis (Carta VI)
- Educação dos jovens (Carta VI e IX)
- Distribuição da propriedade (Carta VI e IX)
- Propriedade comum (Carta VI)
- Agricultura e manufaturas (Carta VI, VII e VIII)
- Matérias de fé (Carta VI e IX)
- Da milícia (Carta VI)
- Das leis (Carta VII)
- Estabelecimento de cidades (Carta VII, VIII, VIII e IX)
- Ocupações de tempos livres dos habitantes (Carta VIII)

A relação dos Cessares elaborada por Vander Neck estipula um exemplo refinado de utopia do tipo morusiano, pela descrição cuidada da organização política e social da sua nação, similares em muitos aspetos aos utopianos, mas divergentes noutros.

Assim, como é recorrente em variados exemplos de sociedades utópicas, a recusa do luxo é um princípio essencial na vida dos

Cessares. Através desta proibição, zelam pelos bons costumes e pela igualdade entre os indivíduos, a base para qualquer estado feliz. As ocupações dos habitantes são a imagem do seu modo de vida, estando dedicados à agricultura e criação de gado. Os ofícios que praticam são completamente dedicados, de maneira útil, à maioria da população. A pobreza não existe, uma vez que a todos cabe uma porção igual, sendo da responsabilidade de todos prestar auxílio a quem entre em necessidade.

A planificação da cidade é uniforme e a magistratura tem camadas que se regulam umas às outras: inspetores, que mantêm a ordem e os bons costumes, vigiando os comportamentos de todos; os senadores, responsáveis pelo poder legislativo e eleitos por sufrágio dos cidadãos de cada paróquia; e o governador, detentor dos poderes executivo e supremo.

Os Cessares praticam um método distributivo da propriedade, em que cada cidadão casado tem direito a uma porção igual de terreno para erguer a sua casa, criar o seu gado e horta, ora atribuída ora recebida de herança do antigo proprietário. A acumulação de propriedade não é permitida. Mantém, no entanto, parcelas do território em propriedade comum para extração de minério (apenas o útil, como ferro e carvão, sendo as minas de ouro ou prata descuradas) e plantações de cereais para preencher os armazéns públicos, contando com o trabalho coletivo dos habitantes de cada paróquia.

Em matéria de educação, os jovens são tidos como responsabilidade comum, postos a aprender em escolas públicas, estabelecidas pelo senado, ao cuidado de cidadãos instruídos, dos próprios senadores e dos inspetores. As matérias ensinadas abrangem os ofícios úteis e o básico da instrução, como ler, escrever e contar. Terminando a instrução básica, são colocados em aprendizados até aos vinte e um anos de idade. As diferenças entre as aptidões pessoais de cada jovem, assim com o seu sexo, determinam o ofício onde são colocados.

Outro dos aspetos que mais regula a vida entre os Cessares é a questão religiosa, um dos principais motivos para o “exílio” da sua terra natal. Embora a liberdade religiosa seja um direito resguardado nas suas leis, os Cessares são todos cristãos protestantes. Neste

sentido, a liberdade de culto pessoal é defendida, mas há regras estipuladas para matérias de culto, em público. Os sacerdotes são escolhidos por sufrágio, de entre os mais piedosos.

Denota-se um certo puritanismo quando Vander Neck se refere à natureza do culto e da manutenção dos bons costumes. Os habitantes são proximamente vigiados em questão de comportamento, sendo qualquer delito motivo para um processo disciplinar junto do senado, havendo a possibilidade da perda da cidadania, em caso extremo. Não obstante, a pessoa pode recorrer da decisão dos senadores, sendo o juízo colocado do lado dos cidadãos, retendo o governador os meios para colmatar as penas dos infratores.

O puritanismo entre os Cessares é mais demarcado em matéria de divertimentos entre os cidadãos. Há proibições que envolvem a crueldade com animais, como lutas de galos e corridas de cavalos, mas também há a proibição do jogo e do teatro, por serem potenciais veículos de imoralidade e ócio. Imodéstia no vestir, linguagem profana e livros ou imagens obscenas são estritamente proibidos, como seria de esperar.

3.2. *Viagens d'Altina*

De maneira diferente do que é feito em *Cessares*, *Viagens d'Altina* combina temas da literatura de viagens com diálogos entre personagens. Aqui, diversos temas são abordados, mas sempre numa lente de comparação entre os costumes da Europa contemporânea da jovem Altina com a sociedade utópica dos Balinos, pelos quais é resgatada após um naufrágio.

A obra está disposta numa sequência de relatos de viagens, quer sejam as vividas pela própria narradora, Altina, ou contadas pelas várias personagens com quem ela se relaciona.

Através da introdução de Zulmira Santos, apreendemos que a obra, publicada pela primeira vez em quatro tomos, de 1790 a 1793, está inacabada. O seu autor, Luís Caetano Altina de Campos, é identificado por Inocêncio Francisco da Silva como “homem dotado de

grande ingenho e talento, não menos applicado às sciencias physico-mathematicas, que aos diversos ramos de philologia e bellas-lettras [sic].” (5) Viajado pela Europa, Atina de Campos foi influenciado pelas obras dos enciclopedistas franceses, sobretudo por Mercier. Precisou também de exilar-se por defender os ideais da Revolução Francesa para Portugal. (*Ibidem*)

Como Santos afirma, embora a obra de Altina de Campos possa ser associada à escrita utópica, a volta para a literatura de viagens, que o título sugere, visaria associar, da perspectiva dos leitores seus contemporâneos, o texto à herança da ficção romanesca de cariz filosófico, visando também retomar as traduzidas *Adventures de Télémaque* (1699), de Fénelon, e *Guilliver’s Travels* (1726), de Jonathan Swift, que haviam gozado de grande de sucesso ao longo do século XVIII. (5-6)

O primeiro tomo centra-se na narração dada por Altina, desde os seus tempos de infância até ao resgate na Ilha dos Naufrágios, conectando uma vasta informação, através do esquema, associado por Santos, das “novelas bizantinas”. (6) Só no tomo seguinte se dá o contacto com os Balinos. A aparente colagem desconexa das narrativas que Altina, na condição de narradora, comunica, adquire propósito a partir do segundo tomo. Narrando a sua infância, a instrução recebida e ainda as digressões pela Europa, a jovem estabelece um precedente para os diálogos que virá a entabular com as homólogas balinas, Cilda e Lisda, e ainda com o rei de Balir,¹⁰ relativamente a todos os conhecimentos que adquiriu através das viagens pela Europa do seu tempo. Altina, que escolhera percorrer as nações europeias em trajes masculinos, em busca de uma educação abrangente, vê-se a reavaliar os motivos da sua jornada.

A escolha particular de uma jovem mulher, que viaja pela Europa disfarçada de homem com o objetivo de adquirir uma educação formal, como protagonista da trama, demonstra de igual modo uma aproximação às equações iluministas de didatismo e de cenários de formação na juventude, nomeadamente nas diferenças entre os quadros de instrução de homens e mulheres. (8) Ao escolher uma

10. Na obra são usados dois grafismos, Balir e Bali. Por motivos de coesão, neste estudo aplica-se apenas Balir.

narradora letrada, uma situação especial no contexto europeu, e relatando os frutos do seu contacto com os balinos, uma sociedade igualmente especial, viabiliza-se o diálogo profundo e filosófico com a realidade daquela civilização utópica.

Será pertinente referenciar duas funções do narrador (ou narradora) autodiegético em romances do século XVIII que Vera Nünning aponta:

(...) on the one hand, one could show a character who deviates from conventional norms and leads an exciting, adventurous life that captures the reader's interest. On the other hand, the use of this form allows the mature, reformed narrator to comment on his youthful self, and censor his earlier thoughts and actions. (24)

De facto, Altina foge, de maneira extraordinária, às normas expectáveis de uma jovem mulher do seu tempo, levando uma vida de grandes contratempos, mas também de grandes experiências. A sugestão de comparar o estado das Artes e Ciências em Balir e na Europa, que Altina faz perante Melido, o magistrado da Ilha dos Naufrágios, denota uma clara vaidade, como, aliás, a própria confessa:

Eu propus a Melido o paralelo das ciências da Europa, em que eu tinha alguns conhecimentos, com as daquele país, para examinarmos em que proporção estavam as nossas com as suas. Uma proposição desta natureza bastava para provar que eu não era isenta de vaidade (...). Supondo Melido não soubesse ainda a que ponto chegavam os meus talentos, a charlatanaria deste discurso era tão clara, que podia ser facilmente conhecida. (113)

O confronto com a realidade dos balinos vai embaracá-la ao ponto de querer retirar-se, quase por completo, da vida na sociedade educada, o maior desejo da sua juventude, chegando ao ponto de deixar ao fogo os apontamentos de viagem que havia compilado. Apenas a visita sobrenatural de um Génio volta a reanimar-lhe o espírito.

Apesar disto, as injustiças de que é vítima, começando pela orfandade, a perda dos pais adotivos, que tanto a incentivaram a cultivar a virtude, e a perda da herança, servem para, de algum modo, justificar

as atitudes que toma. O que sucedeu depois do regresso de Balir viria a ser a maior injustiça que sofre, depois de tantas tribulações por que passou, caindo no desânimo perante toda a ignorância que cobria a Europa, e por todos ignorada. (Nünning 28)

A função de narradora que Altina desempenha é, sem dúvida, o elemento que mais salta à vista na obra. É colocada ao centro de propósito para justificar a tese de que homens e mulheres podem estar em pé de igualdade quando as circunstâncias o permitem. Subscrevendo Santos, este é um aspeto principal no “programa civilizacional” em que “uma sociedade justa, despojada de luxos e riquezas supérfluas, dotada de uma justiça célere e eficaz, capaz de conferir os mesmos direitos e deveres a homens e mulheres.” (10)

O primeiro encontro com duas mulheres balinas, barqueiras que a resgatam após naufragar, é simultaneamente o primeiro momento em que o contraste das vivências das mulheres da Europa e de Balir começa, embora, neste segmento, Altina recorde que uma mulher barqueira é comum na Inglaterra.

Não obstante, o primeiro caso verdadeiramente relevante em que Altina se confronta com esta realidade entre os balinos está na ocasião em que põe pé em solo de Balir e, vendo a passar um batalhão de mulheres soldado, questiona Cilda. Esta responde-lhe: “E porque não? (...) Nós [mulheres] temos como eles braços, pernas, e todas as faculdades intelectuais (...) à exceção da força, não há uma só coisa em que elas sejam inferiores aos homens.” (117)

Levada Altina ao palácio do rei, prossegue a narração sobre as descrições que elabora, a pedido do monarca, em relação ao progresso das ciências e das artes na Europa. Com a evolução da conversa nos encontros com o rei, principalmente a partir do terceiro, onde lhe é pedido que faça uma relação do progresso das Artes e Ciências na Europa, Altina percebe que a primeira impressão que tinha a respeito dos balinos estava longe da verdade, assumindo que seria fácil impressionar o monarca e a sua Corte:

Eles quiseram que se destinasse o terceiro dia para falar das Ciências e das Artes, proposição em que eu concordei com grande gosto, porque,

lembrando-me do rifão que *na terra dos cegos quem tem um olho é rei* [italicos no original], esperava de fazer entre eles uma figura brilhante a respeito das Ciências. (...) julgando dos seus conhecimentos pelos trajes e pela arquitectura das suas casas, eu os suponha nas trevas a respeito das Ciências e das Artes. (118)

A mostra de alguns artigos de luxo diante do rei iria proporcionar com certeza motivo de grande interesse, contudo,

(...) causou menos admiração do que eu imaginava. “Pode supor-se”, respondeu o rei friamente, “a julgar pelo estado de perfeição onde tendes chegado as Artes inúteis, que tereis feito iguais progressos nas da primeira necessidade; todavia, eu não consentirei nunca que os meus vassalos se ocupem das primeiras, porque elas não podem senão servir para os corromper.” (119)

Altina procura dar a conhecer ao rei o progresso das Ciências, através de passagens de obras de autores como Newton, Bacon, Galileu e Descartes. O rei propõe novos encontros para discutir cada uma das áreas das Ciências, em particular, e assimilar os conhecimentos europeus naquilo em que excederem os do seu povo, assim como um novo encontro para debater o benefício (ou perigo) dos luxos.

Os capítulos que se seguem dizem respeito em especial ao progresso da agricultura, à circulação do sangue, aos movimentos dos astros e ao fluxo dos mares. Estes capítulos são autênticos debates literários, com Altina a citar diversos autores que discorreram acerca do assunto em específico, e com Lisda a interpolar com afirmações que os desafiam. Os capítulos alternam com outras narrações variadas, que Santos indica nutrir o efeito de pausa para o leitor, entre as muitas dissertações filosóficas: “O século XVIII usa intencionalmente este recurso como forma de ‘varietas’, para não cansar o leitor (...)”. (7)

Infelizmente, a realidade da obra inacabada não permite retomar a narração. O leitor fica apenas com um pé dentro da realidade dos povos balinos. As reflexões preliminares mostram que Altina, para somar aos conhecimentos que fixa nos presentes tomos, tencionava

voltar a Balir para recuperar os que não havia retido, depois de queimar os escritos originais da sua primeira viagem: “Entre os muitos conhecimentos que eu trouxe dos povos balinos, os únicos que me lembro são os que vou anunciar, para os dar ao público no curso desta obra, enquanto o não enriqueço com outros muitos, que pretendo ir buscar.” (23) Porventura, decidiu permanecer em Balir de vez, onde poderia verdadeiramente cultivar a verdade, que tanto desejava.

A categoria das *Mirror Utopias*, especialmente os *Contrasting Mirrors*, parece aplicar-se confortavelmente neste contexto, dado o valor atribuído ao debate entre os conhecimentos científicos europeus e o dos balinos. Daqui denota-se o esforço de Altina de Campos em comentar a situação da Academia. Se há algo a depreender do prefácio, em que a narradora Altina expõe a insegurança que sente em discutir o que aprendeu em Balir com alegados homens de ciência na Europa, é que questionar verdades que se supõem irrefutáveis resultará inevitavelmente em escárnio, ainda mais por ser uma jovem mulher:

Eu ouvia dizer que os climas estavam mui diferentes do que tinham sido em outro tempo; que as tísicas e as enfermidades de nervos, sobretudo as histéricas (...) se aumentavam cada vez mais (...). Eu conhecia as causas destes males e desejava concorrer para as evitar, mas temendo de me expor a sofrer o ódio e o desprezo público, tomei o partido de comunicar os meus pensamentos a alguns sujeitos, que me pareciam sábios, porque tinham ouvido lições públicas e frequentado as Universidades. Demasiadamente aferrados às lições dos seus oráculos, eles olharam os meus pensamentos como delírios da razão e nem ao menos se dignaram de os examinar. Eu fui forçada a calar-me para evitar a casa dos loucos: castigo que eu merecia bem, por me enganar tão grosseiramente com os sujeitos com quem tratava. (19)

Coloca-se a crítica à elite intelectual europeia por não pôr à prova novos modelos e fórmulas científicos e por complacência com um sistema egoísta, mesmo havendo possibilidade de melhorias e progresso, contribuindo para um bem maior:

Sem carácter que lhes seja próprio, eles [os autores] adoptam servilmente o dos seus predecessores; arrastando-se debaixo dos seus passos, eles se prostram, com um respeito cego, diante da estátua dum grande homem, beijam o seu pedestal e insultam ao pensador que se ri, ao lado, da sua baixeza e da sua mediocridade. (22)

Só o pensamento sinceramente originário da meditação singrará na História, esquecendo-se toda a imitação que se fez e se fará. A verdade é o maior bem que pode advir da filosofia e da ciência, pois a verdade vale mais do que qualquer tomo comentado.

3.3. Contrastes no Discurso e Considerações Finais

A realidade político-social dos Cessares decorre de um desejo de fuga de um plano nefasto para outro necessariamente idealístico do ponto de vista de uma fração da elite da sociedade da qual resolveram desagregar-se. A colónia que estabeleceram veio a reproduzir na realidade a sua forma de ver o mundo. Embora do momento em que Vander Neck começa a escrever a Vander Zee, os Cessares já se tivessem estabelecido, não deixa de ser importante o facto de Neck elaborar uma relação completa para Zee ficar a par de todos os passos que tomaram, incluindo os preparativos para a viagem, pois deixa entrever uma sociedade planificada de cima para baixo, uma comunidade intencional, propriamente falando.

Ainda antes de zarparem, toda a comunidade estava estratificada, pensada e votada em assembleia. Aliás, tinham verdadeiramente um plano para, no mínimo, os próximos cem anos de crescimento populacional.

Apesar de viverem numa sociedade igualitária, em princípio, a presença de uma elite esclarecida mantém-se necessária para a manutenção do sistema político e observância das leis. Uma sociedade centralizada como a dos Cessares tem necessidade da classe dos Inspectores se quiser manter um certo nível de uniformidade e conservar a ordem pública.

As intenções com que os colonos resolveram abandonar a sua terra natal, em busca de outro lugar onde pudessem levar uma vida pacífica e livre de injustiças e devassidão, cumprindo totalmente a sua felicidade, não deixam de ser virtuosas e justas.

Apesar da pouca informação existente acerca da concepção do estado dos povos balinos, a referência superficial à uniformidade dos trajes, à arquitetura das casas e à atenção atribuída pelos habitantes aos ofícios base, como a agricultura e a tecelagem, permitem conceber uma semelhança com as demais sociedades aperfeiçoadas que permeiam o imaginário europeu: igualitária, pacífica e despojada de luxos.

Porventura, o que realça a grande diferença entre a sociedade dos Cessares e a dos povos balinos encontra-se nas matérias relativas à instrução dos jovens. Dadas as declarações de Cilda face à igualdade de capacidades entre mulheres e homens, bem como o facto de ser uma mulher, Lisda, que estabelece o debate com Altina, no palácio de Balir, podemos partir do princípio de que se trata de uma instrução abrangente e comum, gozando mulheres e homens dos mesmos benefícios.

Por outro lado, a sociedade dos Cessares mantém uma separação entre os sexos em termos de atividade e colocação social. Os homens são encarregues de trabalhos e ofícios mecânicos, enquanto as mulheres se dedicam aos afazeres da casa, à criação de vacas e galinhas, e à tecelagem. As mulheres não são cidadãs e não podem deter propriedade em separado do marido. Os bens que têm em seu nome passam para o marido quando se casam. No entanto, detêm o direito de apresentar queixa do marido, por justa causa, e apresentar pedido de divórcio mediante determinadas justificativas, como adultério ou ausência de casa durante cinco anos sem dar notícias. Se enviudar, a mulher assume a posse da propriedade, assim como metade dos bens e do gado, do falecido marido.

Cessares e Viagens d'Altina apresentam divergências significativas. Em primeiro lugar, a relação epistolar do estabelecimento dos Cessares opõe-se à narração autodiegética da jovem Altina entre os balinos, uma narração *a posteriori*. Em segundo lugar, os Cessares

vieram a estabelecer-se num lugar demarcado, na América do Sul. Altina não proporciona uma localização exata do local onde encontrou os balinos, “povos desconhecidos de todo o mundo”, tendo-se o navio onde seguia desviado significativamente da rota, ao largo do cabo de S. Vicente. Depois, os Cessares têm herança europeia, pois são um grupo das Províncias Unidas que abandonou a terra natal. Dos balinos não temos informação suficiente para determinar a sua origem. Daqui decorre a quarta divergência: é sabido que a nação dos Cessares nasceu de uma comunidade intencional, uma colônia formada com o intuito de pôr em prática um plano cuidadosamente estipulado, tendo a nação dos Cessares uma colocação explícita na relação histórica, com um início e estando preparados para o futuro; por outro lado, Altina “descobre” os povos balinos da mesma maneira que Rafael Hitlodeu encontra os utopianos, ou seja, após um naufrágio, mas, ao contrário da descrição de Hitlodeu sobre a origem dos utopianos, Altina não fornece qualquer informação histórica relativa aos balinos.

Os contrastes nos discursos entre uma obra e outra permitem formular uma aproximação com os arquétipos de J. C. Davis, nestes casos específicos, da *perfect moral commonwealth* e da *utopia*. A nação dos Cessares e os povos balinos apresentam ambas sociedades igualitárias, mas a intenção abertamente religiosa nos primeiros aponta para a dimensão da *perfect moral commonwealth*. Uma leitura de *An Account of the (...) Cessares* pode tirar das nove cartas uma só carta constitucional para uma nação alicerçada em diretrizes concretas de comunhão de bens e de fé, estipulando cuidadosamente a organização dos órgãos governamentais, da organização das artes e ofícios e da educação da juventude. A manutenção dos bons costumes e da boa moral, a par da definição de “polícia” são os pontos fulcrais para a manutenção de uma sociedade verdadeiramente feliz e livre de devassidão.

O enfoque principal em *Viagens d'Altina* (embora seja uma obra inacabada) parece ser a divulgação científica e a discussão filosófica, a par da profunda atenção conferida ao debate literário entre as personagens, assim como ao seu conteúdo, servindo os povos balinos como estratégia literária para confrontar abertamente a situação da

Academia contemporânea de Luís Altina de Campos. Mas é também um meio de transmitir um conjunto de valores específicos, da Igualdade em todos os aspetos, atingível através da Razão. Para elaborar um espelho contrastante entre uma visão de uma Europa perdida em conflitos de ego, seria necessária uma sociedade aperfeiçoada porque enaltece necessariamente um conjunto de valores que a Europa deita a perder, a menos que se apoiasse na Razão. Por isto, Balir é uma utopia.

As duas obras são produto do mesmo período, mas compostas com diferentes conjuntos de valores em mente. Ambas retratam sociedades ideais, mas uma foca-se em aspetos de virtude moral e a outra na Verdade, a virtude maior.

Tendo em conta o objetivo inicial deste estudo, espera-se que, por um lado, tenha contribuído para estabelecer uma relação entre as produções utópicas em Portugal e Inglaterra, no período de Setecentos. E, por outro, que possa realçar um exemplo de utopia literária portuguesa pouco conhecido e divulgá-la ao ponto de suscitar mais interesse neste aspeto da literatura portuguesa que se julgava inexistente.

Conclusões

O desejo de uma sociedade ideal é uma realidade comum entre culturas. O indivíduo que idealiza frequentemente aplica aspetos que guarda no seu íntimo ao mundo exterior, construindo, deste modo, uma derradeira utopia privada, acessível e compreendida apenas por si próprio.

Mas há utopistas que assumem o dever de compartilhar modelos de sociedade ideal. Os mitos antigos contam histórias de lugares paradisíacos, onde os desejos humanos são totalmente satisfeitos, mas foi Platão, inspirado pelos exemplos de Esparta e Atenas, o responsável pela estruturação do raciocínio pelo qual nos guiamos para usufruir de uma vida numa cidade onde a felicidade humana seja cumprida.

O raciocínio platónico, adormecido durante épocas, torna-se de novo relevante pela ação dos pensadores humanistas do Renascimento

européu. Se, até este ponto, alcançar o paraíso estava longe da perspectiva terrena, o Renascimento concebeu que a sociedade ideal seria possível de alcançar pela ação da mão humana. Se não fosse possível uma sociedade perfeita, pelo menos no plano terreno, então, pelo menos, poder-se-ia alcançar uma sociedade aperfeiçoada.

Devemos aos utopistas do passado a conceção e desenvolvimento do género utópico literário, começando com o tratado fundador de Sir Thomas More, responsável pela criação de uma árvore que se ramifica em vários códigos de interpretação face ao que pode ser constituído como utópico. A sua *Utopia* é sempre o ponto de partida, estabelecendo-a como uma sociedade igualitária, guiada pelos valores da justiça e do bem maior.

Entende-se que a produção utópica viu grande proliferação no contexto anglófono, onde, afinal, teve a sua origem, mas no contexto português, a situação assumiu outra realidade. No círculo lusófono, o pensamento utópico tem como referência primária uma dimensão messiânica e milenarista, tendo o Quinto Império e o mito sebástico como símbolos maiores. Embora não seja identificável uma literatura utópica portuguesa, pelo menos até ao século XVIII, período do qual seleccionámos o primeiro objeto de estudo, *Viagens d'Altina*, José Eduardo Reis sublinha que existe uma "atitude" utópica portuguesa, passível de se identificar desde o período das navegações marítimas, encorpando-se nos relatos de viagens de Duarte Barbosa e Fernão Mendes Pinto, na busca do profético Preste João das Índias e nas obras do Padre António Vieira.

O século XVIII trouxe uma reviravolta na construção utópica, alimentado por uma crescente laicização do mundo ocidental e encorajada por um conjunto de ideias revolucionárias que se desenvolviam desde meados do século anterior. Numa visão geral do continente europeu, os pensadores e intelectuais enciclopedistas desconsideraram a realidade fantasiosa do utopismo que encarava a realidade "como haveria de ser". As novas utopias setecentistas afirmaram-se como diretrizes concretas a seguir para a resolução de problemas concretos da sociedade. Em casos mais radicais, assumiram-se como autênticas constituições para novos

estados. O progresso é assumido como valor máximo, sendo os valores do passado descartados.

A produção utópica literária, tanto no contexto inglês como no lusófono, e apesar das transformações paradigmáticas operadas no passar das épocas, não deixa de transpor o objetivo original que lhe deu forma: a visão para o exterior, espelhando nas suas construções maravilhosas o desejo íntimo do sujeito de felicidade humana.

Obras Citadas

- Araújo, Sofia. "Um olhar ético-filosófico sobre utopismo português". *Errâncias do Imaginário...*, 2015: 418-425.
- Burgh, James. *An Account of the First Settlement, Laws, Form of Government, and Police, of the Cessares, A People of South America: In Nine Letters, From Mr Vander Neck, one of the Senators of that Nation, to his Friend in Holland*. London, 1764.
- Campos, Luís Caetano Altina de. *Viagens d'Altina*. Ed. Zulmira Santos. Porto: Afrontamento, 2021.
- Claeys, Gregory (ed.) *Modern British Utopias*. London: Pickering & Chatto, 1997.
- . *Utopia: The History of an Idea*. London: Thames & Hudson, 2020.
- Davis, J. C.. *Utopia and The Ideal Society: A Study of English Utopian Writing 1516-1700*. Cambridge University Press, 1983.
- Fernandes, António Teixeira. "As Utopias Militantes como Lugares de Constituição do Sentido". *XV Congrès International de TAI SLF*. Évora, 8-12 julho 1996.
- Le Goff, Jacques. *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Trad. António José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70.
- Levitas, Ruth. "The Archive of the Feet: Memory, Place and Utopia". *Exploring the Utopian Impulse*. Ed. Michael J. Griffin e Tom Moylan. Bern: Peter Lang, 2007. 19-42.
- Manuel, Frank E. e Fritzie P. Manuel. *Utopian Thought in The Western World*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1979.
- Medina, João. "Não há utopias portuguesas". *Revista de História das Ideias*, vol. 2, 1979: 163-170.

- More, Thomas. *Utopia: Ou a Melhor Forma de Governo*. Trad. Aires de Nascimento. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.
- Mumford, Lewis. *História das Utopias*. Lisboa: Antígona, 2007.
- Nünning, Vera. "Gender, Authority and Female Experience in Novels from the Eighteenth to the Nineteenth Century: a Narratological Perspective". *Narrations Genrées. Écrivaines dans L'histoire Européenne jusqu'au début du XXe Siècle*. Ed. Lieselotte Steinbrügge e Suzan Van Dijk. Louvain: Peeters, 2014. 19-42.
- Polak, Fred. L. *The Image of the Future*. Leyden: A. W. Sythoff/ New York: Oceana Publications, 1961. 2 vols.
- Reis, José Eduardo. *Do Espírito da Utopia: Lugares Utópicos e Eutópicos, Tempos Proféticos nas Culturas Literárias Portuguesa e Inglesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.
- Santos, Zulmira. "Introdução". *Viagens d'Altina*. Porto: Afrontamento, 2021. 5-12.
- Vieira, Fátima. *Em Direcção ao Futuro: A Visão de William Morris nos Limites da Tradição da Literatura Utóptica Inglesa*. Tese de doutoramento em Cultura Inglesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997.
- . "Entrevista a Onésimo Teotónio de Almeida". *E-topia: Revista Electrónica de Estudos Sobre a Utopia*, no. 1, 2004.
- Yorke, Christopher. "Three Archetypes for the Clarification of Utopian Theorizing". *Exploring the Utopian Impulse*. Ed. Michael J. Griffin e Tom Moylan. Bern: Peter Lang, 2007. 83-100.

“The infection of liberty has reached this country”: The First Liberal Attempts in Portugal Represented by the British Press

Elisabete Mendes Silva

(CITeD/Instituto Politécnico de Bragança)

Pedro Couceiro

(Instituto Politécnico de Bragança)

Introduction

The Liberal Revolution of 24 August 1820, in Oporto, marked the beginning of a more resonant and compelling effort to change the state of political affairs in Portugal, which had been significantly encouraged by the circulation, since the last quarter of the eighteenth century, of pre-liberal ideas and the profusion of conceptions of liberty and law that tried to fight against the old tendencies of the Old Regime, redefining the political contract between the people and the sovereign, under the mechanisms of juridical and parliamentary control. This rule represented a kind of political backbone of liberalism and constitutionalism that strengthened its position, both in theory and in practice, in many European and American states. As a result, Portugal faced the challenges posed to a peripheral power, at the centre of a territorial dispute over Portugal and the Atlantic in the international scenario, personified by the hegemonic interests of the most considerable maritime and commercial power at the time, Great Britain, Spain and the Eurocontinental supremacy

led by the French civilisational model, of which the Napoleonic Wars were the most obvious consequence.

During this military campaign that spanned the entire European continent, Portugal faced three incursions by French armies into its territory. These invasions were justified by accusations of Portugal adopting a dilatory and hesitant international policy, aimed at ending Lisbon's satellite status to London. The core issue was the enforcement of the Continental Blockade, decreed by Bonaparte in an effort to economically suffocate Britain. Portugal became a strategic target to support British power in the Atlantic. For France, it served as a pawn to limit maritime dominance and hinder free trade, the foundation of Britain's wealth and power. (Sardica, *A Europa Napoleónica e Portugal* 79-89) Ultimately, the Napoleonic order posed a serious threat to the Portuguese monarchy, with disastrous potential outcomes: on the one hand, the threat of French and Spanish annexation of Portugal, which would mean the end of the Bragança dynasty's sovereignty; and, on the other, the risk of breaking the long-standing Luso-British alliance and Britain's conquest of Brazil and other colonies vital for the Portuguese economy.

Due to this political turmoil, the Portuguese court moved to Brazil in 1807, under the protection of London, which objectively demonstrated the British ascendancy over Portugal, under conditions that greatly contradicted Portuguese sovereignty and reflected "the early recognition of Portugal's inability to secure its own independence".¹ (Bonifácio 328) Naturally, since 1807, British ambitions for Portugal found in the protection granted the ideal scenario to dictate Portugal's total dependence on the allied power. Politically, militarily and economically, the prince-regent consented to the growing assertion of British interests in the metropolis and the colonies, particularly in Brazil. There is a consensus that the protectorate situation in which Portugal found itself, driven by circumstances, led to the emergence of nationalist and patriotic sentiments, based on the propaganda of anti-absolutism and an economic situation faced by Portuguese

1. Our translation from the Portuguese.

society that increased, after the anti-French sentiment, an enormous unease with the urgency of English interests in Portugal. Fernando Does Costa highlights the role of Beresford in this situation, noting that he saw his powers strengthened by the prince-regent, who subordinated all authorities to military rule. If that could be accepted in wartime, it soon became notorious that this exceptional condition would be the manifestation of an effective British political and military order in Portugal. (Costa 187)

From an economic perspective, the socio-demographic impacts and devastation caused by years of war had led to the slowdown in trade to worrying levels for the national bourgeoisie, as well as the inoperability of industry and the impossibility of resuming agricultural activity. Alongside this socio-economic paralysis, there were also strong British commercial interests in Brazil, strengthened by the favourable conditions of the Treaty of 1810 and the early manifestations of Brazil's autonomist and independence movements, which would ultimately lead to its independence in 1822. (Sardica, *Portugal e Inglaterra, o Liberalismo e o Império* 34) However, the population's dissatisfaction was also fuelled, particularly since 1817 and Gomes Freire de Andrade's conspiracy, by the army, where "the resentment of this foreign military domination or the expectation of the places liberated by its end later served to explain the assent of the Portuguese officialdom to the pronouncement in Porto".² (Ramos 151)

Finally, the government in Lisbon, handed over to a regency discredited by the state of British military dependence, never able to recover from the consequences of the Napoleonic wars, was threatened by the actions of secret organisations, namely the Freemasons and the Sanhedrin, who capitalised on the kingdom's feeling of political orphanhood and a growing popular support for political regeneration in the country. This was in the face of the defence of the Joanine monarchy by the British authorities installed in the capital and the reinstatement of absolutism by the Holy Alliance across Europe in the post-Napoleonic period.

2. Our translation from the Portuguese.

After the new political order resulting from the Congress of Vienna, it became paramount for the British that the Portuguese satellite did not yield to the continental absolutism of the Holy Alliance. Under no circumstances could it allow itself to be dominated by any Spanish influence or any Franco-centric resurgence. The goal was to avoid the revitalisation of trade blockades as had occurred in 1806. (Sardica, *Portugal e Inglaterra, o Liberalismo e o Império* 33) In any case, the much-desired stability of the Concert of Nations faced enormous liberal resistance throughout Europe. In Spain, following the Constitution of 1812, the reformist spirit was revived during the so-called liberal triennium (1820-1823), while similar movements spread throughout Greece and Sicily. In 1821, the Greek Revolution ceased to be a simple, localised movement, extending to central Greece and clearly taking on an anti-imperialist stance against Ottoman power, with consequences that would be felt throughout the Mediterranean. (Maurizio, *Southern Europe*) Meanwhile, the 1820 uprisings in the Kingdom of the Two Sicilies adopted the constitutionalist discourse and the liberal message of regeneration. These were supported by General Pepe's actions, which spread beyond the Italian peninsula and became another revolutionary wave in the Euro-Atlantic liberal tide. (Fruci 40)

Within this context, Portugal remained under the influence of England's interests, consolidating the political relations between the two countries since medieval times, alongside the growth in trade relations. Nonetheless, according to Bonifácio, it was not only mutual trade interests but mainly British national security that became the major concern for the British government due to the competition between England and France, after the Peace of Vienna. (Bonifácio 285)

Consequently, Portugal was influenced by an English presence led by General Beresford, whose political, economic, and diplomatic influence caused some discomfort among the Portuguese social and political elites. The Anglo-Portuguese relations drew particular interest from the British press regarding the events of 1820, which, with varying degrees of reliability, aimed to report news from Portugal

through private letters, Portuguese newspapers, or foreign press sources, especially French papers.

Over the last few decades, the increased use of various historical sources has expanded this concept to press production and the representations it creates on a wide range of subjects, including political, economic, social, and cultural history. Since the methodological renewal of history in the twentieth century, interest in newspapers and periodicals as reliable sources, often as primary or secondary sources, has grown significantly. However, other sources must also be considered to validate the most commonly and traditionally used sources, as well as those that approach the study of the past from new historiographical perspectives. Press information, when carefully examined, helps to understand past phenomena and representations. Such a methodological approach, of course, has raised some suspicion as the information provided by newspapers may be considered biased and distorted, according to Luca. (112)

Although newspapers can be biased, properly analysed content provides valuable insights into specific contexts. Cross-checking with other sources is essential to avoid misinterpretation. Álvaro Costa de Matos argues that the press is crucial for reconstructing history, filling gaps when contextualised within editorial, political, and cultural frameworks. Periodicals reveal both propaganda and challenges to authority, shaping public opinion and offering a lens into the society that produced them. (Matos 176-178)

This study examines British press reactions to Portugal's 1820 Liberal Revolution, focusing on editorial perspectives shaped by Anglo-Portuguese relations and post-Napoleonic Europe. It highlights how British newspapers represented the revolution in its first year and the role of transnational information networks in constructing and circulating these narratives.³

3. Part of this study was presented at the International Conference *Bicentários: As Revoluções Liberais de 1820 e o seu Impacto na Cultura Literária*, organised by CEHUM-Minho University, in July 2022, albeit under a different title. Furthermore, following two exploratory publications on this subject (Couceiro and Silva, "News from Portugal" and "Liberalismo e opinião pública"), which covered only the initial months after the revolution, this study aims to provide a more in-depth and comprehensive analysis about the topic under investigation.

In our analysis we selected several newspapers with varying editorial lines – Conservative/Tory-supported –, such as *The Times*, the *Morning Post*, *The British Press*, *Public Ledger*, *Daily Advertiser*, and *The Sun*; the moderate Liberal – Whigs-supported – include the *Morning Chronicle*, *The (London) Star*, *The Globe*, *The Statesman*, and *The National Register*; alongside those adopting a more radical stance – *Monthly Repository*, *Cobbett's Weekly Political Register*, *The Black Dwarf*, and *The Examiner*. All are based in London, but other regional newspapers also covered this issue, such as *Leeds Intelligence*, *Windsor and Eton Express*, *Carlisle Patriot*, and *Caledonian Mercury*.

Coverage of Portugal's Liberal Revolution was far more frequent in London-based newspapers than in regional, Scottish, or Irish papers, with many titles often repeating the same reports. Still, it is vital to analyse differences in editorial lines and the political and social nuances and critiques expressed in this coverage. To do so, one must also consider the British context of the early nineteenth century, marked by reformist ideas, social unrest, and a press that played a crucial role in championing freedom of the press and serving as a beacon of hope and a regulatory instrument against political corruption. Within this climate, the Portuguese revolution was interpreted in contrasting ways: for some, the liberal revolution in Portugal meant liberty and a more controlled monarchy, but others viewed it with suspicion.

1. Reform and Political Radicalism in Britain in the Early Nineteenth Century

Britain's first decades of the nineteenth century were crucial in shaping reforms, driven by political, economic, and social shifts. Therefore, the interest in the Portuguese revolution coincided with a period of political unrest in Britain. The early nineteenth century was marked by vigorous political radicalism. Following Waterloo, radical political ideas spread from various ideological groups, influenced by the social and political transformations envisioned by the French Revolution and rooted in Enlightenment thought.

Political radicalism was a key element that balanced the bipartisan political landscape, which was mainly dominated by the most traditional ruling parties, the Whigs and Tories. For a more radical political faction, the press served as a “mobilisation forum” aimed at radical parliamentary reform. (Gilmartin 1) Enlightenment ideals, especially the belief in reform through critical public discourse among a growing educated population, began to regain influence within the radical press, as Paul Keen argues. (xi)

By 1820, Britain, especially England, was grappling with intense social and political unrest. The cauldrons of reform agitated the Tory government, led by Lord Liverpool, who served as Prime Minister from 1812 to 1827. Liverpool’s government, “reactionary” but sitting “edgily on the right centre”, inherited “a post-war slump”, severe industrial unrest, lingering war debt, and the challenge of reintegrating demobilised servicemen. The Whig opposition attacked it heavily “through the medium of the new literary reviews, and a rich culture of popular protest, from the ‘unstamped’ newspapers of Henry Hetherington and Richard Carlile to the bucolic radicalism of William Cobbett and the visionary millenarianism of William Blake”. (Morgan 492)

The claims and protests for parliamentary reform reached their peak in 1819 with the Manchester Massacre, also known as the Peterloo Massacre. Faced with a huge demonstration organised by Henry Hunt, one of the most outspoken radical figures in society, the Manchester Magistrates, fearing the radicalism it involved, ordered the yeomanry to suppress the peaceful protests. This decision resulted in the death of eleven people and the injury of over 400. (Black 214; Morgan 493; Hilton 252) According to Hilton, this episode “held great importance for the Radicals, but for the political nation, as a whole, fear of the mob outweighed acknowledgement that on this occasion the local authorities had overreacted”. (252)

The Whigs and the Radicals, further angered by this tragedy, used the press as a powerful tool to disseminate liberal ideals and accelerate the process of parliamentary reform. According to Victoria Gardner, “press freedom became vital to ensure good governance because

newspapers came to act as mediators between parliament and people, enabling the exercise of public opinion". (197) Victoria Gardner describes the newspapers of the time as 'parasitic' as they "relied on European newspapers and correspondence, diplomatic dispatches, merchants and the captain of ships, printed scaffold speeches, and Royal exchange and coffee-house gossip". (198)

In the wake of the Peterloo Massacre, and in an effort to prevent mob disturbances, the government enacted repressive laws. Ratified in November 1819, the Six Acts negatively affected the Radical Press by raising Stamp duties on newspapers and periodicals. Furthermore, public meetings of more than 50 people could not be held without prior approval. (Hilton 252)

2. The Role of the British Press in the Early Nineteenth Century: Liberty Claims

Despite the approval of the Newspaper Stamp Duties Act and the Seditious Meetings Prevention Act, (Gilmartin 67) which "redefined taxes on newspapers", (Shattock xviii) newspapers still enjoyed some press freedom, even though it was limited by "obvert practices such as the prohibitive 'taxes on knowledge' targeting the radical press". (Bantman 3) Nevertheless, to survive, some newspapers became affiliated with political causes and parties. For example, T. J. Wooler, the editor and owner of the *Black Dwarf*, a satirical radical unstamped newspaper, when struggling to maintain regular publications, was sponsored by Major J. Cartwright, one of the prominent supporters of Reform.

Based on the premise of the sanctity of the liberty of the press, the British Press was "perceived as a means of protection against governmental oppression, with a key mission to educate and enlighten the people in political matters and integral to popular sovereignty". (Bantman 3) The Press as the Fourth Estate gained consistency in the first decades of the nineteenth century. Newspapers were considered a "public watchdog", (Barker 12) playing a pivotal role in denouncing

corruption and defending citizens' rights. (Barker 1-2) The end of the Printing Act in 1695, which removed several printing restrictions, the right to report Parliament in 1771, and the 1774 Act, which abolished perpetual copyright, (Williams 14, Barker 1, Hilton 15) marked meaningful steps towards freedom of the press in England. It was not until 1861, with the abolition of the final press tax, that its full impact was achieved.

Despite high illiteracy rates, a print culture was becoming part of people's lives. London dominated the printing world. Since the eighteenth century, readership has steadily increased, and books, newspapers, and periodicals have gained widespread popularity. Newspapers and periodicals were shared and read by the working and middle classes interested in reform. (Harris and Lee) Public houses were also "the most important access points" in facilitating many press titles, which were provided to customers. Furthermore, as noted by Michael Harris and Alan J. Lee, "group purchase and reading, the hire and posting of copies, loan arrangements between business colleagues, neighbours, or families and their dependents gave a widespread experience of the press". (23)

With only a few titles available in the early eighteenth century, the proliferation of newspapers became evident throughout the nineteenth century. Despite the strict restrictions on press freedom, London experienced a rise in the number of newspapers published during the "revolutionary years of 1816-1821" as "the annual production of stamped newspapers rose from seven million in 1801 to 16.3 million twenty years later". (White 228)

Notwithstanding its social and political regulatory role, the press also served the interests of politicians. According to Harris and Lee, (23) politicians used the press to pursue their political goals, influencing voters at elections despite the limited scope of the franchise. Therefore, by contributing "to the gradual extension of the political nation", (Harris and Lee 23) the newspapers claimed to be a powerful and legitimate communication channel, shaping public opinion.

Newspapers followed different editorial policies depending on their owners' political aims. The owner served as both editor and

writer, commenting on current events. Kevin Williams argues that the emergence of the editor is linked to the rise of class politics. (17) To survive, due to the numerous duties imposed on the press, newspapers became associated with political causes or parties, finding ways to secure patronage.

The Times, a newspaper supported by the Tories, served the interests of the upper classes. It began in 1785, initially known as the *Daily Universal Register*. (Brake and Demoor, xii) *The Morning Chronicle*, Whig-supported, was founded in 1769 with William Woodwall serving as "its printer, reporter and editor", succeeded by James Perry. (Hunt 99, Brake and Demoor x) Frederick K. Hunt claims that in 1819 *The Morning Chronicle* "was the most uncompromising of all opposition papers, and its sale was then higher than either before or afterwards, till 1835, when Sir Robert Peel's Tory Ministry was supported by the Times". (Hunt 110-111) The conservative *The Morning Post* first appeared in 1772. It was "a liberal opposition paper", (Hunt 142) but in the early years of the nineteenth century, it became Tory. (Brake and Demoor x) *The Globe*, an evening paper, founded in 1803, "moved from apolitical to Whig to Tory over the century". (Brake and Demoor x)

The revolutionary and reformist atmosphere of Britain's first two decades of the nineteenth century, as well as the years leading up to the Reform Act of 1832, was also marked by the widespread circulation of radical newspapers, periodicals, and books. In fact, between 1816 and 1820, the "hand-press" and the "weekly periodical" helped shape popular Radicalism, with the liberty of the press being one of its key claims, alongside political organisation and freedom of public meeting. (Thompson 738-739) Founders of newspapers, including John and Leigh Hunt, Henry Hunt, Richard Carlile, T. J. Wooler, and William Cobbett, (Thompson 661) were also influential voices of the radical movement. They fed a radical press that served reform interests and parliamentary reform, in addition to voicing "the suffering labouring classes of England". (Smith 25)

William Cobbett's weekly *Political Register*, founded in 1802, was initially Tory, (Thompson 492, Shattock xvii) but ultimately radicalised. (Brake and Demoor x) Leigh Hunt was the first editor of

The Examiner in 1808. This newspaper “served with brilliance as the weekly of the Radical intelligentsia”. (Thompson 741) Furthermore, Henry Hunt established the satirical radical newspaper *The Black Dwarf* in 1817, which continued until 1824. It targeted the working and middle classes interested in reform. Henry Hunt and his contributors wrote about “Universal Manhood suffrage, the misuse of sedition laws and the suspension of the Habeas Corpus, the justice system, taxation, parliament”, (Brake and Demoor 58) among other topics.

The few examples provided illustrate the diverse purposes of newspapers, reflecting the political connections and editorial lines that guided their owners at the time. These individuals could also serve as editors, illustrators, or writers, featuring news about political and social events, to promote liberal ideas and denounce corruption. Some served the interests of their benefactor, giving visibility to their patron’s political or economic interests. The revolution in Portugal was also a matter of interest to the British Press, regardless of each newspaper’s editorial line.

3. The Liberal Revolution in Portugal: British Press Representations

Unsurprisingly, the events in Portugal provided news that was understood and portrayed differently depending on each newspaper’s editorial stance. For Whig and radical papers, the revolution was seen as a hopeful and eagerly awaited event. Conversely, more conservative newspapers, such as *The Times*, regarded the revolution’s outcomes with fear and suspicion:

The news from Portugal of this day is highly interesting. It appears that Gen. Amarante,⁴ who at first seemed to be attached to the old government, and upon whose adherence great faith was placed, has joined the

4. General Amarante (Francisco da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira) was the first Earl of Amarante, also known as General Silveira. He was a senior officer in the Portuguese Army and a politician who gained prominence during the Peninsular War.

revolutionary Party. The business, therefore, may be considered as decided in the country of our faithful ally. Would to God we were equally well assured that the Portuguese would as speedily arrive at tranquility and a free establishment; but revolutionary courses are fearful and uncertain ones to all parties; they should neither be provoked on the one hand, nor adopted without overwhelming necessity on the other. (*Apud The Sun*, 27 September 1820)⁵

of the REGENCY, it is evident that the Revolution goes on prosperously and apace, and this is fully confirmed by an arrival also from Oporto. The soldiers, as fast as they are enabled to express their sentiments, join the patriotic cause. The regiment of Saurarm had raised the Constitutional Standard, and it was reported that the 20th regiment being deserted by its leaders, two British Officers carried them over to the Portenians. Count Amarante is also said to have declared in their favour, but we should rather think it is the troops and province of Tras os Montes he commended. The province of Beira and its Governor, Victoria, have entered into the patriotic coalition, as well as the corps under Count Barbacena. In short, the population and strength of the country seem deserting the Regency as fast as they can, notwithstanding the powerful aid of Count Palmella's councils, and the stratagems resorted to. In order to bribe the soldiery by satisfying their arrears of pay, the Regency had attempted to raise a contribution or loan among the capitalists, but after all their exertions they could only get one subscriber for about 100*l.* sterling. This shows the feeling of Lisbon. They had also suspended the British Officers in the Portuguese service for six months, thinking by this means to conciliate the public opinion. On the 10th the Creole sailed for Rio Janeiro with the news of the Revolution, and it seems strange that they had not one of their own ships ready. The Perola was, however, fitting out, no doubt to be in readiness for any emergency. The Government paper had risen from 27 to 23½ discount. A large fire had broken out near the river at Boa Vista, in the shipwright's stores, by which a large quantity of staves, tar and coals had been destroyed. The favourable accounts transmitted by Colonel Sepulveda to the new Government at Oporto, had induced them to move on towards Lisbon, and for the present to establish themselves at Coimbra. This exhibits the attitude in which they stand, and the firm reliance they have on the entire concurrence of the people.—(*Ibid.*)

[*The Times.*]
The News from Portugal of this day is highly interesting. It appears that Gen. Amarante, who at first seemed to be attached to the old Government, and upon whose adherence great faith was placed, has joined the Revolutionary Party. The business, therefore, may be considered as decided in the country of our faithful ally. Would to God we were equally well assured that the Portuguese would as speedily arrive at tranquility and a free establishment; but revolutionary courses are fearful and uncertain.

abhorrence.—(*Ibid.*)

[*British Press.*]
THE LISBON PAPERS contain several Proclamations, addressed by the Regency to the troops at Oporto, and in other parts of the kingdom, carefully distinguishing those who, as they say, deviated from their duty, and those who, by not declaring publicly for the Constitutionalists, are concluded by the Regency to have been faithful to the old Government. In these addresses the members of the Regency venture to assume a high tone, but their swaggering is not sufficient to conceal the real terror that influences their conduct. They boast of the fidelity of the major part of the army, and tell the "deluded" few, that if it had so pleased them they might soon have displayed the strength of the King's authority, and the irresistible weight of their vengeance. And yet in the Proclamation for convoking the Cortes, the Regency acknowledged that they thus acted in conformity with the general wishes of the army and the nation! The Junta forming the Provisional Government of the northern provinces are acknowledged by a large portion of the army and several of the provinces. They have lately removed the seat of their Government from Oporto to Coimbra, leaving a Committee at the former place. The Lisbon Papers, under the control of the Regency, affirm that the discipline of several of the Oporto troops has been extremely relaxed, to a degree dangerous even to their Officers. Accounts from Oporto of the 13th say, that this army had then commenced its march upon Lisbon.—An impression prevailed very generally, both in Lisbon and Oporto, that the British Cabinet would interfere in the internal affairs of Portugal, and maintain the old form of government.—This belief has excited an angry feeling among all classes of persons, but, as it would seem, more particularly among the troops, for it is to the troops that the Regency especially address themselves when they undertake to remove the impression. They affirm, that not only has no foreign Power offered to lend its aid to the Government for the restoration of the long-established usages, but that the Regency entertained no desire to receive any such assistance. English persons and property continue to be respected in every part of Portugal.

[*Morning Herald.*]
It is to be feared the REVOLUTION in PORTUGAL will not be completed without a shock between the Lisbon and Oporto Parties. In the Capital of the Kingdom there is a feeling of jealousy against Oporto. We have even under-

Majesty's secret instigators. The Ward of Farringdon Without is informed, that "the Selfish Faction" is aiming a blow at the rights of every individual in the realm. The inhabitants of Cripplegate are reminded of the "domineering views of that Selfish Faction." The Spitalfields Addressers hear of the same "Selfish Faction" as her only enemies. And the People of Leeds are informed, that "the Selfish Faction are her Majesty's accusers."—The people of England who know that under this term, the Selfish Faction, is included all that is great, venerable, wise, or honourable in the country, will not fail to appreciate such language. They will feel that she who is made to express her hope that she may be the means of "overthrowing the power of this Faction," and of "delivering the people of England from oppression," is made in effect to assume to herself the office of First Revolutionary Leader.

[*Morning Post.*]
A MEETING was yesterday held at the FARMASONS' TAVERN, to CONGRATULATE the QUEEN on the ATTORNEY-GENERAL having closed his CASE. The room was full, and the Ladies, in their best bills and tuckers, presented as splendid a display of fashion and beauty as Mrs. Watson, and the Radical belles exhibited at the Crown and Anchor on the day of the memorable meeting to congratulate the triumph of Mr. Hunt. We make no comparison between the two cases, but some may think the exultation of yesterday a little premature, as the Crown and Anchor Congratulations turned out to be. It seems, however, that her Majesty's friends, in the plenitude of their purity, are quite astonished and delighted at finding the facts proved to be so very slight, though in the same breath they rave against the perjuries of the witnesses who state so much. Mr. Hobhouse made his appearance among the Ladies with boots and spurs. They ought to have given him a vote of thanks (after the manner of Joe Miller) for leaving his horse behind. He came, and was called to the chair, and took about an hour from the company to amuse himself with a speech. Some parts of his harangue were very edifying. He has discovered that if all that has been deposited against her Majesty should prove true to the letter, it will not be a question of "morals," but of "manners." John Cam Hobhouse, Esquire, has discovered that a Queen of England may recline on her couch with a lover in the face of day;—that she may sit on his lap, with her arms round his neck;—bathe with him;—all without the slightest imputation on her morals, though pos-

Fig. 1 – Extracts of letters and articles from other newspapers. *The Sun*, 27 September 1820 (<https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/viewer/bl/0002194/18200927/020/0004>)

5. V. <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk> All newspapers, except *The Black Dwarf* and *The Monthly Repository*, have been consulted at this online archive, which displays digitized versions of the newspapers.

This extract exemplifies the common practice of news publication followed by various newspapers, whether based in London or more provincial areas. Possibly due to delays in sourcing information and the necessity to keep the public informed about recent and relevant topics, newspapers relied on news published by other papers, dispatches, or private letters. As shown in Figure 1, *The Sun*, besides trusting *The Times*, also reprinted news from *The Morning Herald*, *The Morning Post*, and *British Press*.

News about the revolution in Portugal began to be published in British newspapers on 12 September 1820, including titles such as *Windsor and Eton Express* and the *Globe*. These papers reproduced the content of the Portuguese *Gazette* dated 30 August and featured extracts of letters, as seen in the *Globe*:

The Lisbon packet (...) has brought the "gratifying" intelligence that a revolution in the government of Portugal has already commenced. The revolution, it seems, originated in the city of Oporto, where the garrison proclaimed a constitution and then extracts of letters are shown. (*Globe*, "Foreign Intelligence")

The most common headlines we can see are "Revolution in Portugal" or "Portuguese Revolution". All newspapers relied on national secondary sources, such as *The Lisbon Papers* (*Gazeta de Lisboa/Lisbon Gazette*), dispatches, private letters, or Paris Papers (e.g., *Moniteur de Paris*). Essentially, the same news is reported, including the Proclamation of Independence by the Provisional Junta, which was issued on 24 August 1820. Figure 2 illustrates this, as seen in *The Morning Post* ("Revolution in Portugal" 4):

"Braga, August 27, 1820."

PROCLAMATION.
THE GOVERNOR-GENERAL OF THE ARSENALS OF THE
DIVISION OF OPORTO, TO THE PEOPLE OF THE SAME
DIVISION AND THE TROOPS STATIONED IN IT, AND
THE NATION.

"Portuguese! The day of glory and national independence has at last dawned. A Government, chosen by the People, is appointed; and speedily the same Cortes which existed at the time of the glorious restoration of the Portuguese name (but of which a feeble Administration has bereft us), secured our independence and the Throne of the most Serene House of Braganza. We are now about to confer equal benefits, securing in the most solemn manner a Constitution analogous to our customs, and which will protect us from the vices which despotism is sure to introduce into the most useful Institutions of the State. Wait quietly, I entreat you, the glorious destinies which are preparing for you. Confide in the Government which the Nation has chosen; and let every one perform willingly that to which he may be invited by his Country.—Exclaim with me—'Long live our good King John VIth.' 'Long live our sacred Religion.' 'Long live the Cortes, and by its means the Portuguese Constitution.

(Signed) "PHILIPPE DE SOUZA CANAVARRO.
 "Head Quarters, Oporto, Aug. 25, 1820."

PROCLAMATION.
FROM THE PROVISIONAL JUNTA OF THE SUPREME GO-
VERNMENT OF THE KINGDOM, TO THE PORTUGUESE.

"If the agitation which pervaded the several nations of Europe, shook their thrones, your army saved the country; immortalizing its name, it is not less meritorious that it should have removed it from the abyss into which it was precipitated by the almost total loss of the national representation.
 "An inconsiderate Administration, full of error and vice, had

Fig. 2 – Proclamation of Independence from the Provisional Junta (*The Morning Post*)
 (<https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/viewer/bl/0000082/18200922/005/0002>)

The Star published extracts of anonymous letters (dating from 8 September), news from the Portuguese press (*Lisbon Gazette*), and telegraphic dispatches from Paris announced in Calais on 9 September. *The Star* highlighted the inevitability of the revolution, bearing in mind the revolutionary episodes in Spain and Naples in the defence of constitutional values. The desertion of the Royal Family to Brazil, leaving Portugal's governance at the mercy of a foreign power, would also serve as a trigger to the revolution, as *The Star* wrote:

Ignorant of the real feelings of the Army, the Brazil Government had no doubt that an immediate remittance of power, to pay the arrears, would remedy the evils that began to be apparent. How ignorant must they have

been on the tone and feeling inspired among the troops by the events of the war which expelled the French from the peninsula! They had fought side by side with the Spaniards under constitutional banners, and in the same glorious cause. (*The Star*, "Revolution in Portugal")

Published on 14 September, letters from Oporto and news from the *Diário Nacional* (dated 31 August) provided further details about the events in Portugal, including arguments that help explain the causes of the revolution. Another letter, allegedly from an Englishman, emphasised the role of the British in Portugal:

In truth, the conduct of the English officers is highly laudable, and duly appreciated by the Portuguese; they are suspended from actual service until the pleasure of the Cortes is known, but in the meantime continue in possession of their pay and rank in the army; in fact, so pleased is the Provisional Government with their conduct, that it has issued a circular stating the above, and complimenting them in the highest terms for the services it will always feel grateful. (*The Star*, 14 September 1820)

This letter exempts the British from any possible onus on the revolution's causes or from a more irregular behaviour or attitude, as, naturally, they are educated and polite in any circumstance, as the letter claims. Like the Portuguese revolutionaries, the British also sought to throw off the yoke of tyranny and despotism both abroad and at home, using the argument of their relatively long constitutional tradition.

An article published in *The British Press*, a Tory newspaper, warned about the dangers of declaring independence while the royal authority remained in the former colony, Brazil. As such, it would appear more difficult to establish a limited monarchy "in consequence of the absence of the king from Portugal, and his consequent freedom from all personal and moral control." (*British Press*, 13 September 1820, 2) The article also highlighted the long-standing relationship between Britain and Portugal, particularly emphasising the crucial importance of trade between the two nations, a point strongly supported by those

who favoured the mercantile system. However, the article's stance was clear. It supported the Revolution unless it threatened Britain's commercial and economic interests.

(...) nothing could be more impolitic in our Government than to suffer at the present moment any part of our trade to be affected by a punctilious adherence to diplomatic forms. It is the duty of every change that takes place in the domestic concerns of another nation, until the contrary is clearly shown, and we certainly have no right even negatively to control the free expression of a people's will unless our own interests are materially affected. We trust that our Government will in their actions be careful how they injure the property of any considerable body of our mercantile body. (*British Press*, 13 September 1820, 2)

However, newspapers with a more liberal editorial independent stance, such as *The Statesman*, *The Morning Chronicle*, *The National Register*, or radical newspapers, went further in their interpretation of the events in Portugal and, more specifically, of the role of the British in Portugal. On 13 September 1820, *The Statesman*, in a piece of news titled "State of Opinion in Portugal", reinforced the idea that Portugal had lost its European political and economic importance due to the tyranny of a government that became narrow, bigoted, and tyrannical, curtailing people's liberty. Whilst progress and the spirit of liberal ideas illuminated the rest of Europe, Portugal remained stationary and under the complete servitude of the political and ecclesiastical institutions. (*The Statesman*, "State of Public Opinion in Portugal" 1) *The Morning Chronicle* ("Portuguese Revolution") and the *National Register* (24 September 1820) underlined that "the spirit of liberty is extending itself in every direction". "The powerful voice of a nation cannot be resisted" in their quest for liberty. As Portugal's ancient ally, Britain should rejoice in the face of these hopeful events.

Nonetheless, *The Morning Chronicle*, although applauding the ideals of the Portuguese Revolution, prudently refuted the idea that they supported the revolution in Portugal, Spain, and Naples on the grounds that the military brought it about. This newspaper's

position, in line with the principles of Whiggism, is that the British Government should never place its “trust in an armed force” as a Standing Army “might easily be made an instrument for the overthrow of the Government” (*The Morning Chronicle*, “Revolution in Portugal” 2) and, consequently, would be a pending threat to the Throne and the Constitution of Britain. This, of course, is in accordance with the seventeenth-century anti-army ideology, which defended the idea of “No standing Armies”, arguing that a standing army would be inconsistent with a free government, going against the constitution of the English monarchy. Being a tool for tyranny, visible in Cromwell’s autocratic rule, liberals feared the maintenance of a professional and costly military force. Instead, militias would better safeguard citizens’ interests and individual liberties. (Schwoerer 1) *The Carlisle Patriot* also reacted to the Revolution in Oporto, praising it, but calling attention to the potential dangers coming from a military mutiny:

It is true, that where the influence of the people has been extinguished, as in the lately revolutionized countries, by a long course of oppression, by the army alone can freedom be achieved; but it will always be found that, as in the case of Spain and Portugal, the soldiers’ motives are merely selfish; and never, never should a military mutiny be desired as the instrument of civil reformation, but in that case of dark and hopeless slavery, when the captive would become the lightning or the earthquake to rend his prison walls. The strongest government is that which owns no force but citizen soldiers. The weakest, that which permits the interference of soldier citizens. (*The Carlisle Patriot*, “Revolution in Portugal” 2)

This newspaper’s approach raises questions about the political, ideological, or corporate origins of the revolution in Oporto, as the British press was fully aware of Portugal’s political turmoil, driven by the sense of political abandonment due to the absence of the Portuguese crown in Brazil. Furthermore, another suspicion arose from the forced submissive positions of Portuguese officers concerning British dominance over the Portuguese Army. This uncomfortable

situation led to the death sentence of the Portuguese Army officer Gomes Freire de Andrade in 1817.

The radical press, such as *The Examiner*, *The Black Dwarf*, and *Cobbett's Political Register*, for instance, depicted the events in Portugal as "glorious" and, by selecting words carefully, potentially establishing an analogy with the 1688-89 "Glorious" Revolution, created a discourse aligned with the same liberal ideals defended at home: "Our attention has been so entirely absorbed by the affairs of her Majesty, that we have scarcely been able to look at the glorious events, which have taken place in Spain, Naples, and especially Portugal." (*Political Register* "Affairs of Portugal" 26) The pre-revolutionary situation in Portugal is described as "monstrous", and the revolution is seen as "the voice of independence" by *The Examiner*. (17 September 1820, 3) *The Monthly Repository* also emphasised the importance of liberty, a highly prized value that had gained prominence in Portugal. However, it is very critical of the English influence in Portugal (Couceiro and Silva "News from Portugal" 494):

The infection of liberty has reached this country, in which the abuses and intolerableness of a wretched system of misgovernment had created and given strength to a spirit of discontent, whose first step was irresistible. (...) She [Portugal] has long existed like a colony of England, and has owed her nominal independence, not to the patriotism or public virtue of her people, but to the strong and terrible hand of English power. (...) Her rich and extensive vineyards (...) have only served to fill the coffers of a cruel and grinding monopoly. (*The Monthly Repository*, "Portugal" 564)

The Black Dwarf reports the news about Portugal by discussing the situation in Spain. Once again, the importance of defending the priceless value of freedom is emphasised, praising Spain, Portugal, Naples, and Sicily for their struggles for liberty, rooted in the ideals of social justice and political freedom. (*The Black Dwarf*, "Dinner in commemoration (...) " 469) They are portrayed as the champions of liberty, in contrast to Britain, whose unwritten constitution is described as a "mass of confusion, incomprehensibilities, and uncertainties". (*The*

Black Dwarf, "Dinner in commemoration (...)" 467) Therefore, in a very sardonic manner, *The Black Dwarf* published a piece of news highlighting a dinner commemorating the revolutions in Spain, Naples, Sicily, and Portugal, as Figure 3 illustrates:

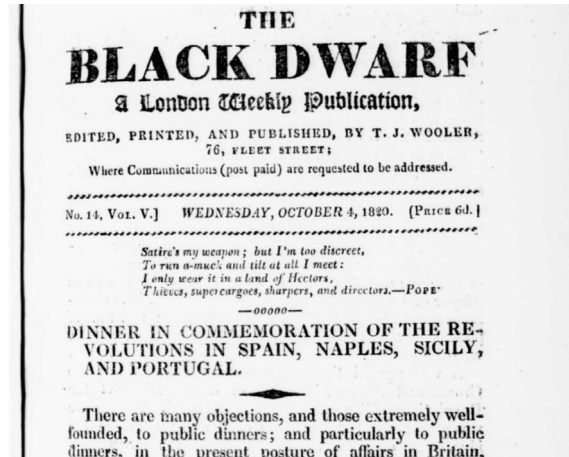


Fig. 3 – Dinner in commemoration of the revolutions in Spain, Naples, Sicily, and Portugal
(https://archive.org/details/sim_black-dwarf_1820-10-04_5_14/page/n5/mode/2up)

It renewed toasts to the:

Spanish Cortes; genuine representatives and assiduous regenerators of their native land. (...), wished "success to Naples and Sicily in amicably adjusting their future relationship, and in consolidating their freedom! And may the resurrection of patriotism in Portugal replace her with dignity on the roll of the free nations!" (*The Black Dwarf*, "Dinner in commemoration (...)" 470)

Additionally, and more importantly, it underlined the significance of political liberty:

May those who seek freedom in religion, freedom of the person, or freedom of the Press, not fail to discover, that would they enjoy any of these, they must first secure that whole of which these are parts: namely POLITICAL LIBERTY, which includes them all. (*The Black Dwarf*, "Dinner in commemoration (...) " 470-471)

The first three or four months after the revolution were characterised by a surge in the dissemination of news about the revolution in Portugal, with the same information reported in various newspapers and periodicals. In 1821, news about the revolution became scarce because the revolutionary stance had lost its visibility and interest in the press, as it was regarded as a taken-for-granted event that was not objectively confirmed. Nonetheless, there are still newspapers dedicated to covering the events in Portugal, as well as the revolutions in Madeira and Brazil.

In January 1821, *The Morning Chronicle* reported on the Constitution of the Cortes in Lisbon. It praised the provincial deputies as distinguished and "the best characters" the Cortes could have. As the newspaper reports, Portugal was finally shedding "an abject state, governed according to the whim of a few privileged Nobles and Court favourites". This body of national representatives, which was freely elected by the people, would curb long-standing privileges and empower the people with "imprescriptible rights which belong to men in every clime". No pending threats would extinguish "the patriotic flame [that] has been enkindled in Portugal". (*The Morning Chronicle*, 12 January 1821) This newspaper, a Whig-supported one, emphasised the importance of civil liberties. As liberal ideas spread, they were believed to lead to a better world – a core Enlightenment principle that fuelled the promotion of universal liberalism.

In March 1821, several reports on the revolution in Madeira appeared in the *Public Ledger and Daily Advertiser* (14 March 1821). Reports on the revolution in Rio de Janeiro followed in April, May, and August (*Caledonian Mercury*, "Revolution at Bahia" 4). On 28 April, *The Morning Chronicle* addressed the revolution in Bahia, which had taken place on 10 February 1821, and published the Declaration

of Bahia. However, it wrote a preamble to it, praising the system adopted in Portugal as the best way to avoid civil war and protect the wealthiest people in the Portuguese colony, taking into account the considerable enslaved population that might rebel against the established system:

Notwithstanding the crooked policy on which the Cabinet of Rio de Janeiro seemed determined to act, it was clear the people of Brazils would declare in favour of the system adopted in Portugal, as the only means of promoting their real interests, and avoiding a civil war, for the strength of the country consists in European soldiery, and European capitalists, and these are naturally joined by the rich creoles (...). (*The Morning Chronicle*, 28 April 1821)

We can then infer from these statements that the European capitalists might also be referring to the British trade interests, which, in this period, had preferential treatment in trade with Brazil, as endorsed by the Commercial Treaty of 1810. This treaty allowed the direct entry of British traders into the Brazilian seaports. Furthermore, this treaty was expected to be renegotiated in 1825. Interestingly, two days later, *The Morning Post* reported the same news about the "Revolution at Bahia", which was also covered by *The British Press* and *Leeds Intelligence* on the same day of publication. The initial paragraphs were identical: "By the ship Maria Elizabeth, arrived from Bahia, which place she left on the 14th of February, bound to Hamburgh, accounts have been received of an important revolution that broke out there on the 10th". (*The Morning Post*, "Revolution at Bahia") Nevertheless, it lacked the critical (political) positioning of *The Morning Chronicle*, as it reported the news in a very objective manner, only attaching the Declaration of Bahia. Once more, relying on the same sources and reproducing news from other newspapers was a familiar pattern.

Concluding Remarks

Our analysis highlights the growing influence of the British Press during the tumultuous first decades of the nineteenth century. It emerged as a powerful tool for shaping public opinion in a society grappling with turbulent political times. The period also saw the rise of liberal and radical ideas, which would eventually pave the way for parliamentary reform, with the first more noticeable impact being the passing of the First Reform Act in 1832.

The liberal revolutions in Europe, especially in Portugal, marked important steps towards freedom, which newspapers helped to shape. Although the coverage varied across papers with different editorial viewpoints, often without much critical alignment, some newspapers with a Whig or radical stance viewed the Portuguese revolution as an exemplary event to criticise internal political strategies and promote liberal values such as liberty and the constitution, while also criticising the oppressive British presence in Portugal. However, both Tory and Whig newspapers greeted the revolution cautiously. It took some time to fully understand the true significance of the event. As long as it did not threaten the crown's power in Britain or undermine constitutional principles, the revolution was largely celebrated.

However, the news did not reach the newspapers directly, nor did the newspapers verify their sources. They had to rely on other newspapers or secondary sources, such as letters or dispatches, as evidenced by the news in *The Morning Chronicle* and *The Sun*. By doing so, they constructed their discourse around the (forcefully imagined) idea of revolution. The circulation of news through multiple channels highlights the significance of these transnational networks in promoting literacy, despite high illiteracy rates, as well as the liberal values of freedom and political justice. These were justified in the struggle between two major opposing forces as described in *The Black Dwarf*: on the one hand, the patrons of despotism and those who supported reform and liberty, on the other. The latter were patriots and brave men who would "live to see the blessed

dawn of liberty", according to the romantic J. W. Dalby, a frequent contributor to the periodical:

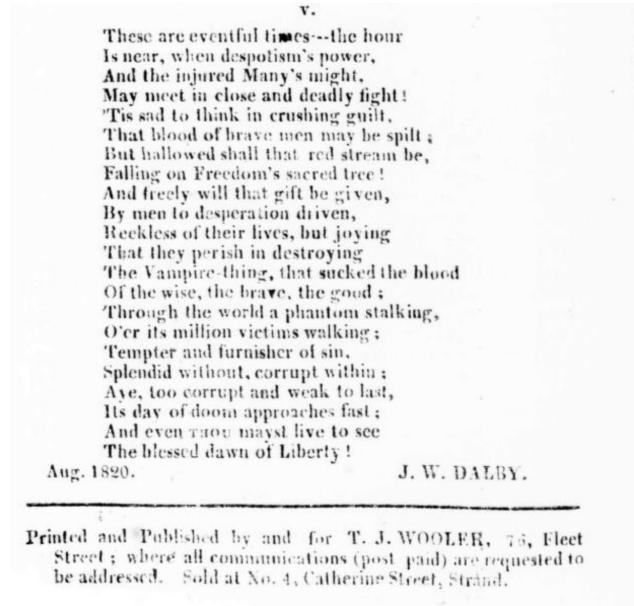


Fig. 4 – "To Major Cartwright"
(https://archive.org/details/sim_black-dwarf_1820-08-23_5_8/page/n35/mode/2up)

Ultimately, it became clear that the British approach to internal politics was not immune to external political pressures arising from some of the revolutionary experiences in European kingdoms, including Portugal. The British regarded Portugal, Spain, and Naples with caution and suspicion, believing that the revolutions in these countries could threaten the stability of the British constitutional monarchy. We can therefore say that the stance of liberal newspapers was as conservative as that of Tory-supported ones, both fearing the importation of violent revolutionary influences from abroad.

Works Cited

I) Newspapers and Periodicals

- British Press*, 13 September 1820. *The British Newspaper Archive*. Accessed on 25 July 2025 at <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/viewer/bl/0002643/18200913/009/0002>
- Caledonian Mercury*. "Revolution at Bahia", 3 May 1821: 4. Accessed on 25 July 2025 at <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/viewer/bl/0000045/18210503/012/0004>
- Dalby, J. W. "To Major Cartwright". *The Black Dwarf*, vol. 5, issue 8, 23 August 1820: 282-284. Accessed 24 July 2025 at https://archive.org/details/sim_black-dwarf_1820-08-23_5_8/page/268/mode/2up
- Globe*, "Foreign Intelligence". 12 September 1820. *The British Newspaper Archive*. Accessed on 25 July 2025 at <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/viewer/bl/0001651/18200912/009/0002>
- Public Ledger and Daily Advertiser*, 14 March 1821. *The British Newspaper Archive*. Accessed on 25 July 2025 at <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/viewer/bl/0001255/18210314/014/0002>
- Political Register*, 4 November 1820. *The British Newspaper Archive*. Accessed on 25 July 2025 at <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/viewer/bl/0000050/18201104/002/0026>
- The Black Dwarf*. "Dinner in Commemoration of the Revolutions in Spain, Naples and Portugal", vol. 5, issue 14, 4 October 1820: 465-475. Accessed 24 July 2025 at https://archive.org/details/sim_black-dwarf_1820-10-04_5_14/page/476/mode/2up
- The Carlisle Patriot*. "Revolution in Portugal", 16 September 1820: 2-4. *The British Newspaper Archive* Accessed 24 July 2025 at <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/viewer/bl/0000365/18200916/001/0002>
- The Examiner*, 17 September 1820: 3-16. *The British Newspaper Archive*. Accessed on 25 July 2025 at <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/viewer/bl/0000054/18200917/002/0003>
- The Monthly Repository*. "Portugal". September 1820: 564. Accessed on 25 July 2025 at <https://ncse.ac.uk/periodicals/mruc/issues/vm2ncseproduct2492/page/64/articles/ar06400/>

- The Morning Chronicle*. "Portuguese Revolution", 14 September 1820. *The British Newspaper Archive*. Accessed on 25 July 2025 at <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/viewer/bl/0000082/18200914/004/0002>
- The Morning Chronicle*. "Portuguese Revolution", 22 September 1820: 2. *The British Newspaper Archive*. Accessed on 25 July 2025 at <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/viewer/bl/0000082/18200922/005/0002>
- The Morning Chronicle*, 12 January 1821. *The British Newspaper Archive*. Accessed on 25 July 2025 at <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/viewer/bl/0000082/18210112/004/0002>
- The Morning Chronicle*, 28 April 1821: 2-4. *The British Newspaper Archive*. Accessed on 25 July 2025 at <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/viewer/bl/0000082/18210428/005/0002>
- The Morning Post*. "Revolution in Portugal", 15 September 1820. *The British Newspaper Archive*. Accessed on 25 July 2025 at <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/viewer/bl/0000174/18200915/030/0004>
- The Morning Post*. "Revolution at Bahia", 30 April 1821. *The British Newspaper Archive*. Accessed on 25 July 2025 at <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/viewer/bl/0000174/18210430/021/0004>
- The National Register*, 24 September 1820. *The British Newspaper Archive*. Accessed on 25 July 2025 at <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/viewer/bl/0002644/18200924/011/0004>
- Star*. "Revolution in Portugal", 11 September 1820. *The British Newspaper Archive*. Accessed on 25 July 2025 at <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/viewer/bl/0002646/18200911/009/0002>
- Star*. 14 September 1820. *The British Newspaper Archive*. Accessed on 25 July 2025 at <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/viewer/bl/0002643/18200914/014/0002>
- The Statesman*. "State of Public Opinion in Portugal", 13 September 1820: 1-4. *The British Newspaper Archive*. Accessed on 25 July 2025 at <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/viewer/bl/0002647/18200913/002/0001>
- The Sun*. 27 September 1820. *The British Newspaper Archive*. Accessed on 25 July 2025 at <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/viewer/bl/0002194/18200927/020/0004>

II) Secondary Sources

- Barros, José D'Assunção. "Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica". *Revista Portuguesa de História*. T. LII, 2021: 397-419.
- Bantman, Constance. "Introduction. The Foreign Political Press in Nineteenth-Century London: Local and Transnational Contexts". *The Foreign Political Press in Nineteenth-Century London: Politics from a Distance*. Ed. Constance Bantman and Ana Cláudia Suriani da Silva. London: Bloomsbury Academic, 2019. 1-14.
- Barker, Hannah. *Newspapers, Politics and English Society. 1695-1855*. London & New York: Routledge, 2014.
- Bonifácio, Maria de Fátima. *Seis Estudos sobre o Liberalismo Português*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- Brake, Laurel and Marysa Demoor (eds.). *Dictionary of Nineteenth-century Journalism in Great Britain and Ireland*. London and Gent: Academia Press, 2009.
- Costa, Fernando Dores. "Beresford, William Carr". *Dicionário Crítico da Revolução Liberal [1820-1834]*. Coords. Rui Ramos, José Luís Cardoso, Nuno Gonçalves Monteiro e Isabel Corrêa da Silva. Lisboa: Don Quixote, 2025. 186-194.
- Couceiro, Pedro and Elisabete Mendes Silva. "'News from Portugal'. Ecos da Revolução de 1820 na imprensa inglesa". *A Construção da(s) liberdade(s). Congresso comemorativo do Bicentenário da Revolução liberal de 1820*. CITCEM, Coleção Transversal, n.º 7. Porto: University Porto Press, 2021. 485-500. <http://hdl.handle.net/10198/24885>
- . "Liberalismo e opinião pública. Representações da imprensa liberal britânica em torno da revolução portuguesa de 1820". *A Revolução Liberal*. Orgs. Miriam Halpern Pereira, Ana Cristina Araújo, Daniel Alves, Jorge Fernandes Alves, José Luís Cardoso, Maria Alexandra Lousada, and Zília Osório de Castro. Lisboa: Fundação Calouse Gulbenkian & Assembleia da Republica, 2022, cap.17. 305-321 <http://hdl.handle.net/10198/26185>
- Fruci, Gian Luca. "Democracy in Italy. From Egalitarian Republicanism to Plebiscitarian Monarchy". *Re-imagining Democracy in the Mediterranean, 1780-1860*. Eds. Joanna Innes and Mark Philp. Oxford: Oxford University Press, 2018. 25-52.

- Gardner, Victoria. "Eighteenth Century Newspapers and Public Opinion." *The Routledge Companion to British Media History*. Eds. Martin Conboy and John Steel. Abingdon and New York: Routledge, 2018. 195-205.
- Gilmartin, Kevin. *Print Politics. The Press and Radical Opposition in Early Nineteenth-Century England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- Harris, Michael and Alan J. Lee. "Introduction". *The Press in English Society from the Seventeenth to the Nineteenth Centuries*. Eds. Michael Harris and Alan J. Lee. London and Toronto: Associated University Presses, 1986. 19-24.
- Hunt, Frederick Knight. *The Fourth Estate: Contributions towards a History of Newspapers and the Liberty of the Press*. London: Henry Vizetelly, 1850, vol. 2. Accessed at https://www.google.pt/books/edition/The_Fourth_Estate_Contributions_Towards/maA4AAAAIAAJ?hl=ptPT&gbpv=1&dq=the+-fourth+estate:+contributions+towards+a+history+of+newspapers&printsec=frontcover 21 July 2025.
- Keen, Paul (ed.) *The Popular Radical Press in Britain. 1817-1821*. Vol. 1. Oxon & New York: Routledge, 2016.
- Luca, Tânia Regina de. "História dos, nos e por meio dos periódicos". *Fontes Históricas*. Org. C. B. Pinsky. São Paulo: Editora Contexto, 2008. 111-153.
- Matos, Álvaro Costa. *A Gazeta de Lisboa e a Revolução Liberal de 1820: ensaio de formalização concreta*. Lisboa: Cadernos do Arquivo Distrital, série n.º 15, janeiro, junho 2021. 175-192.
- Maurizio, Isabella. *Southern Europe in the Age of Revolutions*. Princeton: Princeton University Press, 2023.
- Morgan, Kenneth O. *The Oxford History of Britain*. Oxford: OUP, 2010.
- Ramos, Rui. "Vinte e Quatro de Agosto e Martinhada (1820)". *Dicionário Crítico da Revolução liberal [1820-1834]*. Coords. Rui Ramos, José Luís Cardoso, Nuno Gonçalo Monteiro e Isabel Corrêa da Silva. Lisboa: Don Quixote, 2025. 142-165.
- Sardica, José Miguel. *A Europa Napoleónica e Portugal. Messianismo Revolucionário, Política, Guerra e Opinião Pública*. Lisboa: Tribuna da História, 2011.
- . *Portugal e Inglaterra, o Liberalismo e o Império. Estudos sobre a aliança luso-britânica no século XIX*. Lisboa: Tribuna da História, 2024.
- Schwoerer, Lois G. "No Standing Armies!" *The Antiarmy Ideology in Seventeenth-Century England*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 2019.

- Shattock, Joanne (ed.). *Journalism and the Periodical Press in Nineteenth-Century Britain*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- Smith, Edward. *William Cobbett*. Vol. 2. Frankfurt am Main: Outlook Verlag, 2020.
- Sydney, William Connor. *The Early Days of the Nineteenth Century in England. 1800-1820*. Vol. 1. Hungerford: Legare Street Press, 2022 (1898).
- Thompson, E. P. *The Making of the English Working Class*. London: Penguin Books, 1991.
- Vernon, James. *Modern Britain. From 1750 to the Present*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- White, Jerry. *London in the 19th century*. London: The Bodley Head, 2016.

“Purposed action never act to be” ou *A Vision in a Dream*: Interrupção e Criação Literária

Gonçalo Santos Dias

(IELT – Instituto de Estudos de Literatura e
Tradição da NOVA FCSH)

S seja na poesia ou em textos de reflexão teórica, a temática da “interrupção” manifesta-se de forma recorrente, podendo ser elevada a conceito no seio da obra pessoana. Quer motivada por fatores externos, quer pelo próprio eu, este conceito sofre um movimento de internalização extremo, através do qual a autoconsciência se torna aparentemente paralisante. Porém, a interrupção de uma (tentativa de) ação ou da construção de um pensamento elevado toldado pelas vicissitudes da vida quotidiana, como o autor aborda em 35 *Sonnets*, ou da expressão ou criação poética e artística, como reflete no texto “O homem de Porlock” revisitando o prefácio do poema “Kubla Khan” de S. T. Coleridge, constituem tanto entrave como condição indispensável para a construção da obra poética. Aliás, também a carta a Adolfo Casais Monteiro datada de 13 de janeiro de 1935¹ expressa uma série de interrupções no processo de criação heteronímica que se torna essencial para a conceção do “drama em gente”. A interrupção opera, assim, em dois planos: em primeiro lugar, num plano universal como aporia ontológica que

1. Fernando Pessoa, “Carta de Fernando Pessoa a Adolfo Casais Monteiro, de 13 de janeiro de 1935”. *Correspondência 1923-1935*. Ed. Manuela Parreira da Silva. Lisboa: Assírio & Alvim, 1999. 342-343.

afeta toda ação humana e, portanto, toda a expressão; em segundo lugar, num plano interno à obra, convertendo-a em matriz estética e estrutural, tornando-se princípio programático que culmina não só numa poética de interrupção e em fragmentariedade lírica, mas que se reflete também na própria construção do sistema poético de Pessoa.

Neste sentido, o presente ensaio propõe uma articulação hermenêutica entre os sonetos V e IX do opúsculo 35 *Sonnets*, publicado em 1918, nos quais é abordada uma ideia de ação permanentemente interrompida – uma “purposed action never act to be” (v.4, soneto IX²) –, e o texto “O homem de Porlock”, publicado no semanário *O Fradique* em fevereiro de 1934, que “dá corpo a uma concepção de poesia lírica como *interrupção*”. (Santos 247) Neste ensaio literário, o símbolo do visitante inesperado que acorda Coleridge da sua “visão em sonho”, o homem proveniente de Porlock, é reinterpretado por Pessoa como uma figura que transcende a sua origem para se tornar alegoria interna do processo criativo, do qual resultam apenas fragmentos.³ Este resultado atormenta o sujeito, impedindo-o de alcançar a unidade orgânica (na aceção aristotélica) que tanto almeja para o objeto escrito.

Pretende-se, assim, demonstrar como a interrupção se manifesta tematicamente nos sonetos enquanto obstáculo e condição para a ação e como Pessoa reconfigura essa mesma condição, adquirindo um estatuto programático. A análise seguirá, portanto, um percurso dialógico, evidenciando em que medida a transformação conceptual é decisiva para entender tanto os sonetos quanto o ensaio, tendo Coleridge como ponto de partida. Irão estabelecer-se temáticas e preocupações comuns através de uma interpretação dos sonetos lado a lado com passagens de “O homem de Porlock”.

2. Todas as citações dos sonetos são retiradas da edição de João Dionísio, pelo que apenas se fará referência ao verso e ao soneto citados no corpo do ensaio. Ver Fernando Pessoa, *Poemas Ingleses*. Vol. V, Tomo I. Edição Crítica de Fernando Pessoa. Ed. João Dionísio. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

3. Sobre “O homem de Porlock” enquanto expressão de uma teoria do fragmento ver Jerónimo Pizarro, “Pessoa e Borges, leitores de Coleridge”. *Pessoa Existe?* Lisboa: Ática, 2013. 99-111.

Os sonetos V e IX e o ensaio de Pessoa, tal como é possível encontrar em autores latinos ou da tradição anglo-americana,⁴ transmitem uma ideia de interrupção que é simultaneamente obstáculo e “condição necessária, ainda que lamentável, de qualquer ato da escrita” (Sepúlveda 83) ou, simplesmente, de qualquer ato. É o que Maria Irene Ramalho de Sousa Santos conceptualiza como interrupção política,⁵ interrupções externas derivadas do mundo invariavelmente social em que o ser humano e, por conseguinte, o poeta, se situa, que permite ao poema de Coleridge ter existência material ainda que incompleta ou fragmentária: “Embora Coleridge insista que o poema não existe realmente porque ele, o poeta, foi interrompido (...), a verdade é que, sem o homem de Porlock a trespassar esse limiar, o poema não existiria mesmo”, (Santos 245) tal como as considerações que Pessoa tece nos sonetos.

No ensaio literário que publica em *O Fradique*, Pessoa narra a história contada por Coleridge no prefácio do poema “Kubla Khan”, “como se a estivesse a descrever para um público português que a desconhecesse”. (Castro 64) Na realidade, o mais provável é que grande parte deste público desconhecesse Coleridge e a história da concepção do poema, o mesmo público que seria incapaz de ler ou de reconhecer valor nos sonetos pessoanos: “Pessoa sabia perfeitamente que, no seu tempo, e entre os seus amigos ou possíveis críticos, não havia, ou quase não havia, quem lesse inglês (...)”. (Sena 333) Neste prefácio, Coleridge informa que compôs o poema em sonho. Após ter adormecido, apareceram-lhe as imagens e respetivos versos que foi redigindo em estado onírico. Ao acordar, o autor começa a transcrevê-los de memória para o papel, mas é interrompido “quando lhe foi

-
4. No artigo “Interrupção poética: um conceito pessoano para a lírica moderna”, Maria Irene Ramalho de Sousa Santos apresenta um conjunto de exemplos das tradições latina e anglo-americana em que este gesto de interrupção da criação poética se manifesta. Para o propósito deste ensaio, destaco o poema “Una Playa Sin Fin” da poetisa venezuelana Hanni Ossot, sobre o qual Sousa Santos afirma: “a interrupção surge neste poema como, simultaneamente, o problema e a solução do poeta.” (239)
 5. “Pelo ‘político-que-interrompe’ entenda-se aqui a estrutura *naturalizada* da sociedade ocidental que dá forma às vidas das pessoas e as condiciona, e, ao mesmo tempo, o modo como as pessoas são levadas a perceber e a experienciar a sociedade”. (*Idem* 237)

anunciada a visita de ‘um homem de Porlock’”. (Pessoa, “Porlock”⁶) Após a partida deste visitante, Coleridge esquece-se de parte do poema. Tinha redigido as trinta linhas iniciais, é interrompido, e apenas consegue ainda transcrever os últimos vinte e quatro versos, resultando assim em “fragmento ou fragmentos”, (*ibidem*) de uma unidade inconcretizável como aliás indica o título completo do poema, “Kubla Khan: Or, A Vision in a Dream”, e logo abaixo como subtítulo “A Fragment.” (Coleridge 219)

Ao contar a história de Coleridge, Pessoa faz mais do que traduzir um exemplo: ele procede a uma resignificação do episódio. O homem de Porlock deixa de ser apenas figura externa. Em Pessoa, o visitante transforma-se em metáfora da divisão interna do sujeito criador e, a partir daí, adquire um estatuto conceptual próprio, distinto de uma ideia imediata de interrupção.

Esta interrupção da criação poética surge também em 35 *Sonnets* como conceito de âmbito geral, na medida em que, através de incessantes construções antitéticas e paradoxais que ascendem a um plano metafísico de tensão irresolúvel, o autor reflete acerca da própria natureza existencial da ação que é reiteradamente interrompida, tal Coleridge, e, consequentemente, todos os poetas, de acordo com a sua teorização.

Assim, passemos agora à análise da interrupção em 35 *Sonnets* enquanto expressão de uma tensão entre vontade e inércia, isto é, da forma como atua como obstáculo metafísico a toda a ação em articulação direta com o ensaio “O homem de Porlock”, com o objetivo de mostrar como esse dado existencial adquire uma formulação teórica e alegórica que interioriza o interruptor e o eleva a princípio poético, já indiciado nos sonetos. Por fim, abordar-se-á sucintamente a forma como os heterónimos existem em função de um processo de interrupção.

6. As citações do ensaio “O homem de Porlock” são retiradas da seguinte referência: Pedro Sepúlveda, Ulrike Henny-Krahmer e Jorge Uribe (eds), “O homem de Porlock”. *Edição Digital de Fernando Pessoa. Projetos e Publicações*. Lisboa/Colónia: IELT/CCeH, 2017-2024. Versão A3.0.0-C2.1.1 pessoadigital.pt/pub/Pessoa_O_homem_de_Porlock/diplomatic-transcription DOI: 10.18716/cceh/pessoa. Consultado em 20 de dezembro de 2025. Por conseguinte, o corpo do texto terá apenas a indicação Pessoa, “Porlock”. As citações encontram-se na ortografia original.

"How can I think, or edge my thoughts to action, / When the miserly press of each day's need / Aches to a narrowness of spilled distraction" (vv. 1-3, soneto V) é a questão que angustia o sujeito poético ao longo de todo o quinto soneto. Estes versos refletem explicitamente um processo de interrupção que não permite a concretização de um pensamento ou de uma ação ("task" [v.5, soneto V]), que o leitor descobre mais tarde ser "the task / My soul was born to think that it must do" (vv. 5-6, soneto V). O soneto não esclarece explicitamente a que tipo de ação se refere, podendo ser interpretado como ato criativo ou de criação, no qual se inclui a escrita, autorizando a sua interpretação como uma possível arte poética. Esta tentativa de agir culmina somente num bloqueio existencial que impede o sujeito poético de alcançar a realização plena – a unidade. A ação é, portanto, interrompida pelas exigências do quotidiano que forçam o eu a afastar-se do seu verdadeiro propósito. A este respeito, Mariana Gray de Castro afirma:

O homem de Porlock de Coleridge é geralmente considerado como sendo um símbolo para as obrigações do mundo exterior, que transtornam o mundo criativo, ou seja, para os problemas triviais do dia-a-dia que impedem o poeta de acabar a sua obra. Pessoa, numa correção originalíssima, transforma-o em símbolo do mundo interno do próprio poeta. (65)

Parece, então, que a primeira quadra do soneto V remete para um nível inicial externo da ideia de interrupção, ou seja, para o homem de Porlock de Coleridge na forma como a crítica o lera habitualmente, e que Pessoa reinterpreta, trazendo-o para o "mundo interno".

Na senda da aceção porlockiana, sem ainda o ser, o conceito assume novos contornos na segunda quadra do soneto. Já não se trata aqui das exigências do dia-a-dia, mas antes de uma necessidade interior de um pensamento, imposta por cada instante – "When every moment has a thought to ask / To fit the immediate craving of its cue?" (vv. 7-8, soneto V). Neste passo, denota-se uma interiorização inicial da interrupção, que, apesar de tudo, é ainda motivada por um fator externo. Como afirma Castro, no ensaio dá-se um movimento

“maravilhosamente original [de] interpretação deste símbolo”, (65) no qual Pessoa vê o homem que interrompe Coleridge na reminiscência do poema de gênese onírica como algo que chega “de dentro, ‘o Homem de Porlock’ o interruptor imprevisto. Tudo quanto verdadeiramente pensamos e sentimos, tudo quanto verdadeiramente somos, sofre”. (Pessoa, “Porlock”) Aqui, tal como no soneto, a interrupção internaliza-se.

Esta consciencialização de que a interrupção surge de dentro atinge um plano metafísico⁷ na última quadra do soneto à qual a descrição pessoana da construção do “quase-poema” que é “poema” (*ibidem*) não escapa. Este “Além” ou “Oriente impossível, mas que o poeta positivamente viu” (*ibidem*) em sonho e que não consegue transcrever, tem paralelo poético numa construção “‘i’t’h’ greater Time-to-be” (v. 10, soneto V), símbolo de plenitude e permanência, tão impossíveis de atingir quanto as linhas que Coleridge esqueceu, mas que sabe que existiram num outro plano – quanto mais se aproxima, mais se furtam ao seu pensamento. Esta será uma possível leitura do pensamento filosófico veiculado no conjunto dos trinta e cinco sonetos.

Ainda no quinto soneto, o sujeito poético explicita que o dia-a-dia lhe retira a possibilidade de atuar sobre o mundo e, assim, ascender a um plano mais elevado, “And I feel beggared of infinity”, (v. 12, soneto V) estabelecendo uma comparação com o casamento com a sua Musa e a construção de um lar através de uma metáfora associada ao dinheiro. Todo o dinheiro que gasta com as necessidades do dia-a-dia – estes interruptores políticos, imprevistos, constantes –, poderia utilizá-lo para casar e construir uma casa com a Musa: união perfeita e absolutamente concretizada entre inspiração e criação filosófica ou poética. Isto reflete-se no ensaio como a concretização plena do ato

7. É visível em todo o ciclo de sonetos uma concetualização excessiva do corpo e da experiência material, em que tudo o que se encontra num plano terrestre é elevado a um plano metafísico e neoplatónico extrassensorial. A este respeito ver Maria Irene Ramalho Santos, “Blindfolded Eyes and the Eyable Being – Pessoa, the senses, and the 35 Sonnets”; “Inside the Mask: The English Poetry of Fernando Pessoa”. *Pessoa Plural – A Journal of Fernando Pessoa Studies*, nº 10, ISSN: 2212-4179. Rhode Island: Brown University, 2016. 135-150. Disponível em brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/pessoaplural/. Consultado em 28 de dezembro de 2025.

da escrita, mas que se dissolve em nada mais que inércia, numa limitação inescapável, mas essencial ao ato expressivo. Tal como “Kubla Khan”, este soneto apenas existe em virtude da impossibilidade de realizar aquilo a que o eu se propõe: no caso de Coleridge, a escrita a partir das imagens e consequentes expressões verbais que lhe aparecem em sonho; no caso do sujeito poético do soneto, a materialização da ação de âmbito mais abrangente através da quebra de uma inércia inelutável. O poeta é, assim, afetado pela interrupção do pensamento e da ação por si próprios, impedindo a comunicação “com o Outro Mundo de nós mesmos”, (Pessoa, “Porlock”) um mundo criador mais elevado, apartado de questões banais.

A fechar o soneto, num dístico epigramático, o eu compara-se a um “true-Christian sinner” (v. 13, soneto V) que pelos seus próprios atos carnaís perde o direito a ascender ao paraíso. Aqui, consubstancia-se a internalização do ato interruptivo, atingindo um plano próximo ao do ensaio – o processo criativo é impedido pelo seu criador: “Esse visitante, – perennemente incognito porque *sendo nós*, não é ‘alguém’; esse interruptor – perennemente anonymo porque, *sendo vivo*, é ‘impessoal’.” (Pessoa, “Porlock”) Repare-se que, à medida a que se assiste a este movimento de interiorização da interrupção em ambos os textos, verifica-se simultaneamente um movimento de generalização da premissa – uma situação particular vai sendo extrapolada em sentido universal, tornando-se, em última análise, programática.

Considere-se adicionalmente uma análise do soneto IX, começando por destacar a temática do sonho a que já se aludiu. Neste poema, o eu refere-se a uma ação⁸ que não existe senão num espaço interior, onírico, espiritual, o “sonho da ação”, que o relega a um estado de ociosidade (“Ever in action’s dream, in the false stress / Of purposed action never act to be.” [vv. 3-4, soneto IX]). Conta-nos Pessoa que Coleridge “compoz o poema surgindo em seu espirito, parallelamente e sem esforço, as imagens e as expressões verbaes que

8. Novamente sem a especificar, atribuindo à composição uma qualidade muito própria do soneto isabelino de transmissão de máximas ou considerações universais.

a ellas correspondiam", ("Porlock")⁹ após um adormecimento derivado da toma de um anódino. Relata o próprio poeta:

The author continued for about three hours in a profound sleep, at least of the external senses, during which time he has the most vivid confidence, that he could not have composed less than from two to three hundred lines; if that indeed can be called composition in which all the images rose up before him as things, with a parallel production of the correspondent expressions, without any sensation or consciousness of effort. (Coleridge 219)

No nono soneto da sequência, este "sonho" corresponde a uma vontade de realização que se manifesta apenas em espírito. No caso de Coleridge, dá-se de facto um adormecimento que permite a composição de um poema que acaba por nunca existir como sonhado, um poema impossível. Na interpretação pessoana, o sonho é símbolo daquilo que não se pode concretizar materialmente, de algo que apenas existe num universo onírico e interior, impossível de realizar ou transcrever, porque não se encontra no plano da ação ou da linguagem. Paradoxalmente, é deste universo interno que surge a interrupção. No soneto, a ação é interrompida pela vontade de agir ("My will to act binds with excess my action" [v. 6, soneto IX]), assim como a "escrita em sonho" (uma ideia desde logo problemática por não entrar no plano da inscrição na qual está sempre presente o atrito) é interrompida pela própria ação da escrita que é, portanto, entrave à expressão:

É que todos nós, ainda que dispertos quando compomos, compomos em sonho. E a todos nós, ainda que ninguém nos visite, chega-nos, de dentro, "o Homem de Porlock", o interruptor imprevisto. Tudo quanto verdadeiramente pensamos e sentimos, tudo quanto verdadeiramente somos, soffre, (quando o vamos exprimir, ainda que só para nós mesmos),

9. É aqui possível identificar uma relação curiosa com o quadro *Dickens' Dream* de Robert William em exposição no Charles Dickens Museum, em Londres. Tal como Coleridge, Dickens compõe em sonho, apartado da secretária, construindo imagens.

a interrupção fatal d'aquelle visitante que também somos, d'aquella pessoa externa que cada um de nós tem em si, mais real na vida do que nós próprios: – a somma viva do que apprendemos, do que julgamos que somos, e do que desejamos ser. (Pessoa, "Porlock")

Ao contrário do quinto soneto, no soneto IX toda a interrupção é interior. O autor recorre a construções comparativas para demonstrar que a sua inércia deriva de uma incapacidade ontológica de agir sobre o mundo que não é apenas prática ou circunstancial. Compara-se a um animal selvagem ou a um monstro que se enclausurou a si próprio – "Like a fierce beast self-penned in a bait lair" (v. 5) – e a uma pessoa que, pelos seus movimentos, se enterra em areia movediça – "As in one sinking in a treacherous sand, / Each gesture to deliver sinks the more". (vv. 9-10) A concretização é impedida pelo próprio eu, tal como a criação poética é impedida pelo "interruptor improvisto" que "chega de dentro." (Pessoa, "Porlock") A imagem da fera autossitiada representa, desta forma, inércia existencial. O sujeito torna-se vítima consciente das suas próprias limitações, um homem de Porlock profundamente interno que sabotava qualquer tentativa de ação. Este caso revela-se ainda mais grave, uma vez que qualquer ato que considere empreender é imediatamente deitado por terra por si mesmo, situação que o asfixia, conduzindo-o a um estado de insatisfação permanente.

O dístico final concretiza a ideia insolúvel da impossibilidade de atuar. O resultado é uma vida que não é vida, é "vida morta", tal visita do homem de Porlock, que resulta em nada mais que na materialização de "qualquer coisa perdida" (*ibidem*) dia após dia – "Hence live I the dead life each day doth bring, / Repurposed for next day's repurposing." (vv. 13-14, soneto IX)

À parte uma linguagem excessivamente literária ao estilo de Shakespeare, os sonetos parecem transmitir um pensamento embrionário e de teor mais genérico, ao qual Pessoa regressa no ensaio. Segundo Jorge de Sena, os sonetos "importam muito pelo que revelam do poeta Fernando Pessoa (...) e por conterem (...) muitos dos temas, ou praticamente todos, que ele desenvolverá em diversas

direcções." (344) Proponho que uma dessas direcções se agudiza em "O homem de Porlock". Colocando o holofote sobre a criação poética, mas sem nunca deixar de tecer considerações sobre toda a forma de expressão, Pessoa teoriza um pensamento de cariz filosófico: "Para Pessoa, a expressão é por definição defeituosa. Sempre que tentamos exteriorizar o que quer que genuinamente pensemos, sintamos ou sejamos, distrai-nos desse intuito (...) a ideia que fazemos de nós próprios (...)". (Amado 70)

No artigo "O homem de preto", Nuno Amado defende que "a partir de um incidente individual, acontecido a um poeta num contexto particular, Pessoa elabora, portanto, uma teoria geral da arte." (*Ibidem*) Assim sendo, considerando que 35 *Sonnets* desenvolve um pensamento filosófico, é possível reconhecer um novo grau de aproximação entre os sonetos e o ensaio, na medida em que o sentido mais lato de interrupção do pensamento ou da ação, que por sua vez se interrompem a si próprios por questões mundanas do dia-a-dia, "entrava a revelação dos Mystérios" e "estorva uma comunicação entre o abysmo e a vida". (Pessoa, "Porlock") Por conseguinte, não só Pessoa elabora uma teoria geral da arte, como ascende no ensaio a um plano metafísico que é questão absolutamente central em 35 *Sonnets* como teorização filosófica do ser humano enquanto agente no mundo. Esta "revelação dos Mystérios" pode ser interpretada como inspiração ou condição para a criação literária, filosófica, artística ou toda a forma de expressão. A tarefa da alma – "the task / My soul was born to think that it must do" (vv. 5-6, soneto V) – é inerentemente metafísica, filosófica e, consequentemente, literária, como o é a "revelação dos Mystérios" ou a "comunicação entre o abysmo e a vida". (Pessoa, "Porlock") Pedro Sepúlveda no estudo acerca do conceito de "fragmento" na obra de Pessoa, também reconhece em "O homem de Porlock" um sentido mais abrangente, "uma dimensão necessariamente fragmentária de qualquer forma expressiva (...)". (84)

Podemos concluir que, nos sonetos e no ensaio, a ação, aceção que abrange a expressão criativa ou artística – a escrita –, nunca se concretiza senão em sonho ou pensamento, tal como o poema de Coleridge, resultando invariavelmente em *disjecta membra*, fragmentos de algo

que nunca foi nem poderá ser, condição eminentemente paradoxal dado que apenas temos acesso a esta conclusão através da materialização em escrita do prefácio de Coleridge, do ensaio e dos sonetos.

Não devemos, no entanto, confundir a fragmentação resultante do fenómeno interruptivo e que se expressa como entrave à ação ou à linguagem, com a fragmentação associada à dispersão material e ao estado de inacabamento de parte da obra de Pessoa, que a crítica tem habitualmente apontado “em sentido material e hermenêutico” como “um tipo de programa poético, que concebe o fragmento como fim necessário”. (*Idem* 81) Apesar de existirem trabalhos críticos que apontam nesse sentido,¹⁰ dados os pontos em comum, trata-se aqui de questões distintas. Na verdade, o estudo do espólio de Pessoa demonstra que a fragmentariedade não era fim, mas estado que atormentava o autor “na concretização de um ideal de organicidade”. (*Idem*, 83) O fragmento é, portanto, “condição da escrita que decorre da sua falta de coincidência com um conjunto perfeitamente delineado”, “objeto de lamento”, mas “incontornável”. (*Idem* 84)

Ainda assim, Pessoa aponta (im)possíveis soluções para a questão. Em “O homem de Porlock” a via apresentada é ser criança, como símbolo de inocência: “Pudéssemos nós ser crianças, para não ter quem nos visitasse, nem visitantes que nos sentíssemos obrigados a attender!”; no soneto IX, “to be idle loving idleness”, (v. 1) não procurar conforto na ação. Claro está que são soluções inalcançáveis, na medida em que estes “*disjecta membra* que (...) é o que fica de qualquer poeta, ou de qualquer homem”, é “o que com todos nós se passa”. (*Ibidem*) A hiperconsciencialização a que Pessoa nos habituou acerca de si próprio, do outro e do mundo reflete a “aguda autoconsciência interruptiva”, (Santos 248) ou ainda “autointerruptiva”, expressa em 35 *Sonnets* e simbolizada pelo “interruptor”.

Contrariamente ao fragmento, a interrupção como condição paradoxal para a criação poética pode ser interpretada como elemento programático na arquitetura da obra pessoana, acrescentando, assim, um novo significado a este conceito que apenas adquire sentido na

10. Cf. nota 3 acerca do estudo de Jerónimo Pizarro (2013).

obra de Fernando Pessoa. Termino, assim, regressando à questão levantada na introdução com a referência à carta sobre a génese dos heterónimos, como nota para se entender a interrupção num plano macroteórico da obra de Pessoa.

Tanto Maria Irene Ramalho de Sousa Santos como Mariana Gray de Castro veem a interrupção como elemento presente na construção da obra como um todo, mais concretamente, na criação dos heterónimos. As autoras defendem que “no Dia Triunfal, houve uma série de interrupções, involuntárias e sucessivas”. (Castro 67) Ou seja, os heterónimos surgem ao autor de toda a obra enquanto se interrompem uns aos outros, interrupção sempre interior, mas impulsionadora de criação:

Pessoa conta tudo. Mestre Caeiro acontece-lhe subitamente (tal como um visitante “impessoal”, “incógnito”, e qual interruptor ou interrupção “fatal”), e logo Caeiro, Campos, Reis, o ortónimo Pessoa e todas as outras pessoas-livros se traduzem na mais ousada encenação da interrupção como estratégia poética. (Santos 249)

Seja pela pressão do mundo externo (o interruptor político) que impede a ação no soneto V, seja pela autoconsciência paralisante que aprisiona e angustia o eu no soneto IX, ou ainda pela figura do homem de Porlock, símbolo sintetizador de internalização, a interrupção torna-se chave para a criação até da obra heterónima:

Além disso, os poemas dos heterónimos são fragmentos do todo que é a obra pessoana, criados pelos homens de Porlock que são os próprios heterónimos. Estes, por sua vez, e bem como os poemas a eles atribuídos, são *dissecta membra* do Pessoa de carne e osso. (Castro 68)

Assim, este conceito parece edificar-se em matriz estrutural e criativa, revelando-se em Fernando Pessoa não apenas como um obstáculo inevitável, mas como uma condição essencial para a criação poética. À medida que se verifica um movimento de internalização, nota-se também, de forma complementar e antitética, um movimento de generalização, dado que o autor vai tecendo considerações

em direção a todos os poetas, todos os homens. Os jogos de comparações antitéticas exploradas até ao limite em 35 *Sonnets* perpassam “O homem de Porlock” através da construção de uma alegoria paradoxal motivada pela história de Coleridge. Tal como os dísticos finais dos sonetos transmitem máximas ou ensinamentos universais, o ensaio teoriza uma condição que afeta todos os homens conscientes de si mesmos e do mundo.

Longe de representar mera limitação de expressão ou linguagem, a interrupção é elevada a condição, visível também na génese dos heterónimos, que surgem enquanto se interrompem mutuamente e assumem um carácter fragmentário na sua relação com o todo. Posto isto, a interrupção é matriz criativa, onde cada fragmento carrega a impossibilidade de um todo inalcançável, mas eternamente procurado, “daí que o fragmentário em Pessoa não seja contingente e fortuito, mas a marca textual de uma interrupção sistémica.” (Martins 125)

Em síntese, se aceitarmos que a interrupção designa uma condição que torna todo ato de pensamento e de escrita vulnerável à concretização plena, mas que simultaneamente permite a constituição material de um objeto, entendemos que Fernando Pessoa opera uma dupla transformação. Primeiro, interioriza o interruptor – o que era exterior em Coleridge passa a residir no sujeito – e, noutro plano, converte essa experiência em estrutura poética: aquilo que impede a realização plena do objeto poético é também o que possibilita a sua multiplicidade e fecundidade formal.

Obras Citadas

Amado, Nuno. “O homem de preto”. *Revista Estranhar Pessoa*, n.º 9. 2022: 63-85.

Disponível em estranharpessoa.com/nmero-9. Consultado em 3 de janeiro de 2025.

Castro, Mariana Gray de. “Pessoa, Coleridge, homens de Porlock e dias triunfais: sobre génio, inspiração, interrupção e criação poética”. *Revista Estranhar Pessoa*, n.º 1, 2016: 58-70. Disponível em estranharpessoa.com/nmero-1. Consultado a 27 de dezembro de 2024.

- Coleridge, Samuel Taylor. "Kubla Khan: Or, A Vision in a Dream". *The Poetical Works of S. T. Coleridge*. Biblioteca Particular de Fernando Pessoa, Casa Fernando Pessoa. Londres: W. & G. Foyle, 1893. 219-221. Disponível em bibliotecaparticular.casafernandopessoa.pt/8-117/1/8-117_item1/index.html. Consultado a 7 de janeiro de 2025.
- Martins, Fernando Cabral. "Modos de escrita em Pessoa". *Atas Congresso Internacional Fernando Pessoa*. Lisboa: Casa Fernando Pessoa, 2021. 124-129.
- Pessoa, Fernando. *Poemas Ingleses*. Vol. V, Tomo I, Edição Crítica de Fernando Pessoa. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.
- Santos, Maria Irene Ramalho de Sousa. "Interrupção poética: um conceito pessoano para a lírica moderna". *Veredas: Revista – Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, Vol. 3, Tomo I. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2000: 235-253. Disponível em revistaveredas.org/index.php/ver/article/view/270/269. Consultado em 2 de janeiro de 2025.
- Sena, Jorge. "Jorge de Sena responde a três perguntas de Luciana Stegagno Picchio sobre Fernando Pessoa". *Fernando Pessoa e C^a Heterónima (Estudos Coligidos 1940-1978)*, 3.^a ed., Obras de Jorge de Sena. Lisboa: Edições 70, 2000. 331-346.
- Sepúlveda, Pedro, Ulrike Henny-Krahmer e Jorge Uribe (eds.). "O homem de Porlock." *Edição Digital de Fernando Pessoa. Projetos e Publicações*. Lisboa/Colónia: IELT/CceH, 2017-2024. Versão A3.0.0-C2.1.1 pessoadigital.pt/pub/Pessoa_O_homem_de_Porlock/diplomatic-transcription DOI: 10.18716/cceh/pessoa. Consultado em 20 de dezembro de 2025.
- Sepúlveda, Pedro. "Fragmento". *Ostensivo e Reservado – Leituras de Pessoa*. Col. PESSOANA, série Ensaios. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2024. 67-87.

**“...The Picturesqueness which is Portugal’s Charm”:
o Olhar Estético de Nina Murdoch em *Vagrant in Summer:
Holiday Memories of Nine European Towns* (1937)**

Maria Zulmira Castanheira
(NOVA FCSH/CETAPS)

No decurso da investigação que nos últimos anos tenho vindo a realizar sobre mulheres viajantes de língua inglesa que visitaram o Portugal do Estado Novo, deparei-me com o nome de Nina Murdoch, segundo Richard White “the best-known Australian travel writer of her time, with her travel books published in fairly rapid succession and running to multiple printings.” (Hanley 384)

As viagens de Nina Murdoch tiveram lugar na primeira metade do século XX, quando o turismo se afirmara já como uma indústria e a experiência de visitar o estrangeiro por razões culturais e recreativas se democratizara, passando agora a estar ao alcance das classes médias e não apenas das elites endinheiradas. No caso dos australianos – povo com grande tradição de viagem,¹ constituindo esta prática uma das suas marcas identitárias² –, como nos informa Jane Hanley, o

-
1. “Australians are among the world’s most travelled peoples, despite the fact that historically it has been harder to travel the world from Australia than just about anywhere else, particularly when Europe was the primary destination as it was until the 1970s.” (White 1)
 2. “Travel has always been central to the experience of living in Australia and to giving that life a meaning.” (Pesman *et al.* ix) Enfatizando a centralidade da viagem na identidade australiana, Robyn Davidson, na introdução a *The Picador Book of Journeys*, afirma: “Australia is a travel narrative”. (*Apud* Johnston 267)

número daqueles que viajavam para a Europa “rose from a few thousand per annum in the late nineteenth century to tens of thousands by the 1930s.” (385) Entretanto, em 1 de Janeiro de 1901, a Austrália tornara-se uma nação, quando seis colônias britânicas (New South Wales, Victoria, Queensland, South Australia, Western Australia e Tasmania) se uniram para formar o Commonwealth of Australia, um processo conhecido como Federation. Tal contexto histórico explica que viajar para a Grã-Bretanha fosse “an essential rite of passage for many white Australians in the 20th century (...) Britain was felt to be Home for many, and a journey there was believed to provide a kind of finishing school for the individual and an affirmation of settler heritage”; (Johnston 3)³ mas também se sentiam atraídos por outros países europeus, como é o caso de Nina Murdoch, que registou no seu primeiro livro de viagens, *Seventh Heaven: A Joyous Discovery of Europe*, “the satisfaction of making contact with the beauty and graciousness of an old civilization”.⁴ Tais propósitos e interesses culturais devem ser encarados nas suas implicações identitárias, quer ao nível nacional quer no plano individual, como sublinha White:

(...) the figure of the Australian Abroad has long had a resonance in Australian culture. The impact of overseas travel appears in all sorts of unexpected places. It plays a large part in shaping and maintaining Bourdieuesque notions of distinction, taste and sophistication: the capacity and desire to travel have long depended on class identities and the travel experience is still a marker of social status. (1)

Entre os muitos australianos que viajavam para o estrangeiro contava-se uma quantidade significativa de mulheres de classe média e alta que se aventurava até ao Velho Continente, visto como o berço da

3. Sobre este assunto, ver também White 2009.

4. “For my part, I was scarcely sane, I think, the year that I found Europe! – I had slipped, it seemed, into a fourth dimension where, disembodied and exalted, I flowed from one enchantment to another – sublimated and adoring, humble and triumphant together; not knowing whether I wanted most to laugh or weep, so intense was the satisfaction of making contact with the beauty and graciousness of an old civilization.” (Murdoch, *Seventh Heaven*. *Apud* Pesman *et al.* 131)

civilização, para ampliar o seu conhecimento do mundo, numa perspectiva transcultural: “Women were numerically the more enthusiastic travellers to Europe and indeed the notion of England as Home drew heavily on Victorian notions of separate spheres for men and women, picturing England as domestic and feminine and the rest of the world, including Australia, as ‘the outside world’ and hence the preserve of men.” (Pesman *et al.* xx)⁵ Viajantes instruídos, quer homens quer mulheres, eram atraídos pela arte, os monumentos, as paisagens e os costumes da Europa, que apreciavam de acordo com determinados padrões de gosto, um deles o conceito de *pittoresco*. O passado, a tal luz, constituía um dos principais focos de atenção destes forasteiros provenientes de um *novo mundo*.

Nascida em Melbourne no dia 19 de Outubro de 1890, Madoline “Nina” Murdoch (1890-1976) (nome de casada Madoline Brown, pseudónimo “Manin”), que confessava sentir “hunger for the picturesque”, (1935, 58) foi uma mulher independente, multifacetada, e, em certos sentidos, uma pioneira. Jornalista, escritora e radialista, começou a sua carreira profissional como professora na Sydney Boys’ Preparatory School, tendo desde cedo revelado talento para a escrita. Em 1913, um soneto seu sobre Canberra conquistou o prémio literário do muito popular semanário *The Bulletin*, onde continuou a publicar poesia ao longo de vários anos. Esta influente revista, fundada em Sydney em 1880 e que existiu até 2008, dedicava-se essencialmente à política, à economia e à literatura australiana, seguindo uma linha editorial em defesa de interesses nacionalistas. Com o tempo, tornou-se um periódico muito procurado por jovens autores que aspiravam ao reconhecimento público, como foi o caso de Nina Murdoch. No ano seguinte ao da conquista do referido prémio, 1914, começou a trabalhar para o *Sydney Sun* como uma das suas primeiras repórteres femininas. Ao longo da vida, juntamente com o seu marido, o também jornalista James Duncan Mackay Brown

5. Importa sublinhar que esta preponderância de mulheres australianas em viagem pela Europa não significava um maior acesso ao mercado editorial: “While women were the more active travellers, and probably the more assiduous recorders of their travels, men were still more likely to have their accounts of travelling published.” (Pesman *et al.* xxi)

(1886-1957), colaborou com outros jornais, nomeadamente o *Sun News-Pictorial* e o *Herald*, ambos publicados em Melbourne, e foi a primeira mulher a quem foi permitido cobrir debates do Senado. Em 1934 iniciou a sua colaboração com o grupo de *media* News Ltd. (Adelaide, Austrália do Sul). Durante o período da Grande Depressão, na década de 30, tendo sido despedida do *Herald*, deu palestras sobre viagens na estação de rádio de Melbourne 3LO e, após a fundação da ABC (Australian Broadcasting Commission), em 1932, dedicou-se a programação infantil, conduzindo o Children's Corner como "Pat". No seguimento de tal experiência de cariz educativo, concebeu o Argonauts' Club, um programa de rádio para crianças inovador, pelo qual ainda hoje é lembrada. Inaugurado em 1933 na ABC (Melbourne), teve de ser descontinuado em 1934 devido à mudança de Nina Murdoch para Adelaide, mas foi retomado em 1941, atingiu grande popularidade e esteve no ar até 1972. Aberto a rapazes e raparigas entre os 7 e os 17 anos, a cada novo membro era atribuído um pseudónimo baseado na mitologia grega, um emblema esmaltado e um certificado com um compromisso que tinha de ser assinado: "Before the sun and night and the blue sea, I vow to stand faithfully by all that is brave and beautiful; to seek adventure and having discovered aught of wonder, or delight, of merriment or loveliness, to share it freely with my comrades, the Band of Happy Rowers." De acordo com Suzanne Edgar, a autora da entrada sobre Nina Murdoch no *Australian Dictionary of Biography*, este juramento "epithomized her style". (2)

Paralelamente à sua actividade jornalística, Nina Murdoch dedicou-se à literatura. Para além das dezenas de poemas vindos a lume em *The Bulletin* entre 1913 e 1922, publicou dois livros de poesia (*Songs of the Open Air*, 1915; *More Songs of the Open Air*, 1922), três romances (*Miss Emily in Black Lace*, 1930; *Portrait of Miss Emily*, 1931; *Exit Miss Emily*, 1937), uma biografia de Sir John Longstaff (1861-1941), pintor e artista de guerra australiano (*Portrait in Youth*, 1948), e quatro narrativas de viagem que constituem uma parte muito significativa da sua produção literária, tendo contribuído para dar a ver a Europa ao público leitor do seu país.

Viajante apaixonada, Nina Murdoch aventurou-se sozinha por terras estrangeiras no período entre as duas guerras mundiais, numa demonstração da sua curiosidade intelectual e da sua crença de que viajar é uma maneira particularmente enriquecedora de aprender sobre o mundo, os múltiplos e diversos Outros que o habitam e, dialecticamente, aprender também sobre nós mesmos e a nossa própria identidade. Pode dizer-se que os relatos de viagem que produziu reflectem os dois grandes modelos da escrita de viagens australiana: “The two most common models Australians have used to describe their travel experiences, particularly of Europe, are two older forms of travel: the pilgrimage and the Grand Tour. Australians have long construed their travels as pilgrimage.” (Pesman *et al.* xvii)

Visitou a Europa pela primeira vez em 1927 e novamente nos anos de 1934, 1935 e 1937. Os livros que resultaram dessas viagens, escritos numa linguagem expressiva e colorida, reveladora dos seus dotes literários, evidenciam o seu prazer em observar paisagens e povos estrangeiros e o seu interesse pela história e a arte europeias, bem como o seu desejo de se afirmar como autora num género tradicionalmente considerado um domínio masculino.⁶ A sua resposta emotiva, extasiada mesmo, ao Velho Continente é sublinhada por White, que nota a sensualidade implícita numa passagem de *Seventh Heaven: A Joyous Discovery of Europe* (1930):

Consider the overwrought excitement of Nina Murdoch, a prolific Australian travel writer of the 1930s, describing the ‘rapture and the wonder of the first exodus from a new world to the old ... Sometimes in Italy joy rose to such a pitch in me that it was only by the grace of God and early discipline that I did not career – a Maenad drunk with delight – screaming with ecstasy across the face of the Continent!’ (White 2013, 19)

6. “Until well into the twentieth century travel writing was often defined as a masculine domain, a showcase for contemporary norms, heroism and virility.” (Bird 237)

Para a autora, qual peregrina, a Europa representa um centro espiritual que a arrebatava.⁷ Este fascínio pela herança cultural da Europa, que Nina Murdoch partilhou com muitos outros viajantes australianos,⁸ é não só revelador dos seus interesses e sensibilidade, mas também, do ponto de vista da história da viagem, da sua filiação “in the tradition of a colonial Grand Tour, where the expectation was that it was only through European travel that crude colonial manners might be refined (Pesman *et al.* xix-xxii).” (White 2012, 185) No contexto da Austrália, a viagem pela Europa era assim particularmente valorizada no caso das mulheres: “within strands of bourgeois Australian culture, travel to Europe was highly valued, and indeed women’s role as nurturers included responsibility for maintaining European manners and ‘civilised’ values in Australia. If anything women were more active in the pursuit of high culture in Australia, and for much of Australia’s history that pursuit ended in Europe.” (Pesman *et al.* xx-xxi)

As palavras que escreve quase no final do seu primeiro livro de viagens, que alcançou bastante sucesso,⁹ citadas por White no seu ensaio “Armchair Tourism: The Popularity of Australian Travel Writing”, comprovam claramente o ponto de vista segundo o qual a viagem ao estrangeiro constitui uma forma de agradável e útil aprendizagem, a possibilidade de ver *o melhor do mundo* e de ambicionar/sonhar com a replicação de tais belezas na sua própria pátria. A voz da autora define-a como uma mulher que determinadamente procura ampliar os seus horizontes, insurgindo-se contra a miopia de compatriotas de mentalidade provinciana:

-
7. “The gushing of a Nina Murdoch (...) has something of the ecstatic religious about it, highly charged, erotic even. Complete spiritual fulfilment could only occur on the other side of the world. There was also, perhaps, a literalness in colonial culture which required tangible demonstration that these old worlds really existed, and also thought of the spiritual as being impossible in a mundane place like Australia.” (Pesman *et al.* xix)
 8. “In the 1930s overseas travel became a more self-consciously cultural affair, not least because the fact that 330 000 ordinary Australian soldiers had visited the Old World during the Great War considerably devalued the social cachet of overseas travel in itself (White 1987). Being there was no longer enough: many travellers felt the need to demonstrate a heightened appreciation of culture.” (White 2012, 184)
 9. “Between the wars, the most popular Australian writer of international travel was Nina (Madoline) Murdoch, a journalist who initiated and for a time presented ABC radio’s long-running children’s program, *The Argonauts*, a self-consciously ‘cultural’ magazine devoted to art, music and literature (Edgar 627). Her first travel book, *Seventh Heaven: A Joyous Discovery of Europe*, appeared in 1930 and was into its fifth printing by 1934.” (White 2012, 184)

I am not of those who can contentedly say: "Australia's good enough for me!" I heard that assertion with its terrifying avowal of myopia (...) again and again, yet it never failed to depress, like meeting a blind man on a perfect day (...) *Australia is not good enough for me!* (...) they most truly love Australia who return to her with minds like argosies, full-freighted with memories of the best things of the world and the desire to see her reproduce them for her own embellishment. (256) (White 2012, 185)

Tais reflexões remetem-nos para o *regresso a casa* que a grande maioria das viagens implica e para o potencial transformador da viagem, em virtude do conhecimento adquirido e do decorrente aguçamento do sentido crítico em relação à pátria: "When I came home I was able a little to see ourselves as others see us. No one but an imbecile would be able to travel without afterwards seeing himself and his native land from a new and more critical angle." (*Seventh Heaven*. *Apud* Pesman *et al.* 308) No caso de Nina Murdoch, tal *abrir de olhos* traduziu-se num discurso pródigo em elogios aos países europeus visitados e numa visão desapaixonada da Austrália, como a que exprime em *Seventh Heaven*:

I must confess to suspecting the flattering stranger of insincerity, and the Australian who can see no fault in Australia, either of insensibility or a cowardly assumption of blindness. If Australia wants to be self-satisfied she has as yet only her climate for complacent contemplation – and even that is no more wonderful than Italy's. Physically, she is not beautiful except with the beauty of familiarity to those who are her sons. (*Apud* Pesman *et al.* 306)

Os títulos das narrativas de viagem de Nina Murdoch apontam quer para a sua condição de mulher independente, que viaja sozinha,¹⁰

10. No final de *The Tao of Travel*, Paul Theroux propõe uma lista de regras de viagem ("The Essential Tao of Travel"), sendo a segunda "Go alone". (Theroux 275) Um dos mais reputados autores de escrita de viagem da actualidade, Theroux tem reflectido filosoficamente sobre as vantagens, poderíamos mesmo dizer a necessidade, de viajar sozinho para se poder desfrutar o mais profundamente de tal experiência, reflexões essas que poderão ajudar a entender a escolha de Nina Murdoch. Num dos seus livros, *The Old Patagonian Express* (1979), Theroux escreveu: "Travel is at its best a solitary enterprise: to see, to examine, to assess, you have to be alone and unencumbered. Other people can mislead you; they crowd your meandering impressions with their own; if they are companionable they obstruct your view, and if they are boring they corrupt the silence with non-sequiturs, shattering your concentration with 'Oh, look,

quer para o tipo de viajante de lazer que foi. *She Travelled Alone in Spain*, publicado em 1935, representa claramente uma estratégia publicitária intencional baseada no género (indicativa de que esta questão condiciona o acto de viajar, o conteúdo e o estilo dos relatos dele resultantes, a própria publicação e recepção dos mesmos¹¹) com vista à conquista de leitores, dado ser à época ainda pouco convencional as mulheres viajarem sozinhas (e não acompanhadas pela figura masculina do pai, do marido, de um irmão mais velho) e tais experiências terem, pois, o potencial de despertar curiosidade. Apesar de viajar na terceira década do século XX, quando a liberdade de movimento das mulheres havia já aumentado consideravelmente em comparação com tempos mais recuados,¹² Nina Murdoch ainda enfrentou velhos preconceitos contra mulheres viajantes solitárias, frequentemente vistas como estranhas, excêntricas, contranatura, de moral duvidosa. Anna Johnston comenta que em Espanha “Murdoch finds herself the frequent object of attention, in a reversal of the tourist gaze. Spanish women have little sympathy for Murdoch’s independence.” (Johnston 6)¹³ No seu caso, a invulgaridade do seu comportamento podia ser julgada ainda mais negativamente por se tratar de uma mulher casada que tinha “abandonado” a sua casa e o seu marido para ver o mundo e se empoderar através da escrita: “travel

it’s raining’ and ‘You see a lot of trees here.’ It is hard to see clearly or to think straight in the company of other people. What is required is the lucidity of loneliness to capture that vision which, however banal, seems in your private mood to be special and worthy of interest.” (*Apud* Theroux 5)

11. “Gender has influenced what travellers can and cannot do, and where they can and cannot go. It inflects interests, choice of destinations, contacts people form, the perspectives they develop, and the style of accounts they record.” (Aldrich 520) Contudo, há que não perder de vista outras condicionantes, como sublinham Shirley Foster and Sara Mills: “Gender interacts with other variables, such as race, age, class and financial position, education, political ideals and historical period”. (Foster and Mills 1)
12. Nina Murdoch viaja precisamente numa época que marcou definitivamente a diferença na história da escrita de viagem em termos da crescente visibilidade das mulheres: “One of the most important features of twentieth-century travel writing is the proliferation and popularity of women travel authors.” (Youngs 2019, 135)
13. Nina Murdoch não regista ter sido alvo de curiosidade em Portugal por viajar sozinha, mas trata-se de um aspecto que frequentemente é referido por mulheres viajantes que visitaram a Península Ibérica, quer antes quer depois da estada da jornalista e escritora australiana neste país. Evidentemente, também os viajantes masculinos despertavam a atenção dos nativos por serem forasteiros, com comportamentos e costumes diferentes. Como observa John Berger: “Soon after we can see, we are aware that we can also be seen. The eye of the other combines with our own eye to make it fully credible that we are part of the visible world.” (9)

and travel writing constituted an important route to self-empowerment and cultural authority”, diz Carl Thompson. (189)

Os títulos dos seus outros três livros de viagens, *Seventh Heaven: A Joyous Discovery of Europe* (1930), *Tyrolean June: A Summer Holiday in Austrian Tyrol* (1936) e *Vagrant in Summer: Holiday Memories of Nine European Towns* (1937), não revelam de imediato a autoria feminina, mas identificam Nina Murdoch como uma viajante de lazer, alguém que “voluntarily displaces him or herself from the relative safety of the home environment at some significant expense, and often no small measure of discomfort, to experience an unfamiliar area, and possibly to meet people from other cultures.” (McCabe 349) A expressão “Seventh Heaven”/Sétimo Céu, que se refere a um estado de felicidade extrema, foi escolhida para qualificar a sua primeira experiência na Europa como “a joyous discovery”, enquanto “A Summer Holiday” e “in Summer” fornecem o contexto temporal em que as viagens narradas tiveram lugar, um período geralmente conotado com as ideias de prazer e alegria, relaxamento, pausa das rotinas e preocupações quotidianas, aventura.

Foi, na verdade, em clima de férias, num estado de espírito propício a “a constant interaction with the surrounding world” (Löfgren 2014, 443) e com desejo de desfrutar do momento presente que Nina Murdoch visitou Portugal no Verão de 1934,¹⁴ experiência que relata em *Vagrant in Summer: Holiday Memories of Nine European Towns*, publicado três anos mais tarde. A estreita relação entre escrita de viagem e escrita memorialística é tornada clara no subtítulo¹⁵ e o adjectivo “vagrant” apresenta a autora como alguém errante, em contínua deambulação de um lugar para outro de sua livre vontade,

14. Nina Murdoch não fornece informação precisa sobre as datas da sua estada em Portugal. Refere brevemente no seu relato (página 265) a Exposição do Porto de 1934, que decorreu entre 16 de junho e 30 de setembro no Palácio de Cristal, uma iniciativa de propaganda colonial do Estado Novo, mas não diz claramente que a visitou.

15. “A travel text is obviously some species of memoir, tied to specific geographical locations, whose aim is to reflect or capture the character of that location and its people. It is tied to reality, but it will inevitably be reshaped in the memory and in the imagination (...). When the travel experience is set down on paper, the memoir becomes a theatre in which the writer plays a double part, as both spectator and actor: what is seen is seen through his eyes, but he is also a protagonist of the action. So the writer is not merely recording an experience, he is creating it.” (Whitfield x)

transgredindo velhas ideias da ideologia patriarcal que associam as mulheres ao lar, à esfera doméstica e, conseqüentemente, à imobilidade.¹⁶ A própria decisão de viajar sem companhia masculina dá-lhe autonomia de movimento e de discurso, uma liberdade tradicionalmente apenas privilégio dos homens. O seu pensamento é igualmente deambulante, estimulado pela novidade do que observa, numa demonstração de como “the mental and the material come together” e “[m]oving limbs and roving minds interact”, na feliz expressão de Orvar Löfgren. (2014, 448)

Como viajante, Nina Murdoch é uma mulher que vibra com “excitement and anticipation” (212) perante a perspectiva de visitar lugares diferentes, os seus sentidos sempre em alerta para as “miraculous possibilities” (213) que tais experiências possam proporcionar, consciente de que “It may turn out to be the one place in all the world for you!” (*Ibidem*) Como sempre acontece, o olhar da viajante é subjectivo e selectivo. Nina Murdoch está bem ciente de que o sentido da visão, que medeia predominantemente o encontro do viajante com o Outro na escrita de viagem em geral, é um meio privilegiado de conhecer o mundo (oculocentrismo) e que cada um de nós percepção o que vê de forma diferente. Na sua opinião, a razão de ser da escrita de viagem reside precisamente nesta possibilidade de diversidade de perspectivas subjetivas:

I can never marvel enough over the miracle of sight. How in one instant the eye takes in not only form and colour, but the movement of things; and not only their direction but their speed, their proportions, and their relation to each other. So that the idly gazing train traveller rushing past collects without conscious effort a series of mental snapshots of which the most vivid will not lose their sharpness until death destroys them altogether. It is the unconscious selectiveness of the eye and the resulting composition and development of these instantaneous pictures that is so astonishing; and the different composition each individual pair of eyes will make of an identical subject that is so fascinating. For though

16. Cf. Thompson 168-169.

they may have sat side by side, no two travellers have the same mental snapshots to turn over at the end of the day.

That is why one dares to write a travel book. (233)

Dea Birkett e Sara Wheeler, na introdução a *Amazonian: The Penguin Book of Women's New Travel Writing* (1998), ao caracterizarem aquilo a que chamam "New Travel Writing" (uma mistura de autobiografia, memorialismo e ficção) na escrita de viagem do século XX, apontam precisamente no sentido da *singularidade do olhar* de cada viajante aludida por Nina Murdoch, mas acentuam também o valor distintivo da *resposta/viagem emocional* que o encontro com o Outro estrangeiro pode desencadear, sendo esta, contudo, uma faceta ausente da escrita de viagem da viajante australiana:¹⁷

(...) it is the psychological journey that is paramount. 'The most foreign country,' Alice Walker wrote, 'is within.' (...) We, the authors, don't have to have done anything ridiculously daring, or to have heroically suffered great acts of violence. It's what we thought and how we reacted that matter; *it's not what we see, but how we see*. The long red line drawn across continents – the Cape-to-Cairo kick – has been replaced by an emotional journey. And women have a head start here: the emotional terrain is traditionally seen as the territory of women writers.

If the emotional journey is the most important, it is that which has to be unique. At last, we can all go to the same place. We just have to write something different about it. We describe our unique relationship with that place. (Birkett and Wheeler viii-x; *itálicos meus*)

Como o título da obra sugere, *Vagrant in Summer: Holiday Memories of Nine European Towns*,¹⁸ o olhar de Nina Murdock é atraído em particular pelas cidades. Autodenominando-se de "really interested traveller" (212) – significativamente usa os termos "traveller" e

17. "Emotional transformations common in women's diaries are minimal in Murdoch's writing, attributable to her journalistic training and drafting her works as complete travelogues." (Hanley 399)

18. A obra está estruturada em 4 partes: "Part One: Gibraltar", "Part Two: Salzburg", "Part Three: South Tyrol" e "Part Four: Sud Express to Portugal".

“visitor”, não “tourist”¹⁹ –, declara: “towns have character as clear-cut as human personalities. (...) Comparable with the presentation of a hitherto unknown human is the moment for the traveller of coming to a strange place.” (212-213) Nos quatro últimos capítulos de *Vagrant in Summer*, com uma extensão de 38 páginas, Nina Murdoch tenta captar o carácter de duas cidades portuguesas, Coimbra e Porto (e de Portugal como um todo), através de curtas descrições que sugerem breves estadas nesses lugares e que são exemplificativas da sua capacidade de observação atenta e de interação multisensorial com o ambiente (atenção a vistas, mas também a sons e cheiros), como frequentemente acontece com as memórias de Verão, conforme salienta Orvar Löfgren no seu livro intitulado *On Holiday: A History of Vacationing*: “When people are asked to describe their (...) favorite summer memories, the language often becomes very sensual – there are a lot of smells and sounds as well as sights.” (149) Tais descrições são também bastante reveladoras da sua visão eminentemente estética de Portugal, comprovando que a escrita de viagem no século XX, à excepção dos guias, se tornou “a form at once more subjectivized and more aestheticized than its generic precursors”, (Thompson 199) mais impressionista, ou seja, em que a personalidade do viajante, a sua formação, sensibilidade, idiosincrasias, ideologia, interesses, valores, desempenham um papel fundamental na percepção e interpretação da realidade estrangeira e em que o estilo literário se acentua, quando comparado com o de narrativas de épocas anteriores.

Quando Nina Murdoch visitou Portugal (1934), este país tinha acabado de entrar no sistema político “autoritário, corporativo, anti-parlamentar e anticomunista” (Rosas 151) conhecido como Estado

19. Sem querer elaborar aqui sobre a dicotomia entre *viajante* e *turista*, as conotações negativas que o último termo adquiriu a partir do século XIX e a superioridade reclamada por aqueles que se autodenominavam de viajantes, é contudo relevante para a caracterização do eu que narra, na primeira pessoa, as suas memórias de férias passadas em nove cidades europeias, mencionar que se pode atribuir a Nina Murdoch traços que integram convencionalmente a definição de viajante, como os sumarizados por Kinsley: “The traveller, it is often suggested, is adventurous, spontaneous, genuine, active, curious, and in search of a real and authentic experience of other places and cultures; they are likely to want to plan their own travelling itinerary.” Pelo contrário, o estereótipo do turista define-o como “unadventurous, predictable, artificial, passive, inquisitive, and happy to experience place and culture performed for them within a setting that is comfortable and familiar; such individuals choose ready-made itineraries packaged for them by a third party.” (Kinsley 237)

Novo que se manteria no poder entre 1933 e 1974, o ano da Revolução dos Cravos, seguindo-se à ditadura militar saída do golpe de estado de 28 de Maio de 1926 contra a muito instável, dos pontos de vista político, económico, financeiro e social, Primeira República (1910-1926), de cariz liberal-republicano. Durante tal período da história portuguesa dá-se a emergência, na cena nacional, primeiro como Ministro das Finanças (1926; 1928-1932) e depois como Presidente do Conselho de Ministros (1932-1968), da figura de António de Oliveira Salazar (1889-1970), o construtor de uma nova ordem a que o texto de Nina Murdoch por vezes alude directamente. Fernando Rosas contextualiza tal evolução política:

É hoje razoavelmente pacífico na historiografia sobre o Estado Novo que este regime se deve entender como a modalidade nacional de superação autoritária da crise em que se debatiam os sistemas liberais em geral, e o português em particular, desde finais do século XIX. (...) Fruto do complexo e prolongado período de transição da ditadura militar para o novo regime, o Estado Novo viria a impor-se como o pragmático equilíbrio, sob a tutela arbitral do salazarismo, dessas várias direitas da direita: no plano político-institucional e no plano económico-social. Uma plataforma, simultaneamente, das várias correntes antiliberais e anticomunistas e dos distintos grupos sociais dominantes em torno de um projecto mínimo de “ordem” política e financeira (...). (10-11)

Em 1933, vésperas da estada de Nina Murdoch no nosso país, entrara em vigor a nova Constituição Política da República Portuguesa que veio substituir o texto constitucional de 1911 e legitimar o novo regime de índole autoritária. Nesse mesmo ano (Outubro) fora criado o Secretariado de Propaganda Nacional (SNP),²⁰ organismo que desempenhou um papel de relevo na promoção do ideário salazarista e das obras dele decorrentes, e apenas dois meses antes (Agosto) havia sido também criada a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado

20. Em 1945 foi substituído pelo Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (conhecido de forma abreviada por SNI).

(PVDE),²¹ um órgão policial de natureza política de âmbito nacional ao qual cabia, entre outras missões, vigiar as fronteiras e controlar a presença de estrangeiros em Portugal.

Para o Estado Novo, o turismo constituiu não apenas uma importante fonte de rendimento, mas também um eficaz meio de promoção da sua ideologia nacionalista. Através da sua máquina de propaganda, fabricou uma imagem idealizada de Portugal como um país com um passado glorioso, rico em herança natural e construída em tradições populares, repleto de monumentos simbólicos da sua identidade nacional, pacífico, hospitaleiro, festivo, pobre mas honrado, com uma população trabalhadora, crente e temente a Deus, um Portugal rural, genuíno, mas também moderno e aberto ao progresso.²² Precisamente no ano em que Nina Murdoch esteve em Portugal, em Maio, realizou-se o I Congresso da União Nacional (organização política civil criada para apoiar o regime e com estreita dependência do governo, que funcionou como partido único legal embora tal designação nunca tenha sido aplicada), cujos trabalhos tornaram claro o quanto o turismo representava para o Estado Novo simultaneamente uma indústria lucrativa e uma arma de propaganda do regime dentro e fora de portas, como sublinha Cândida Cadavez:

A exuberância com que o sector turístico foi apresentado no I Congresso da União Nacional permite concluir que, já no ano de 1934, o regime de Salazar parecia, de facto, começar a encará-lo como algo mais do que a mera fonte de riqueza que tantos lhe chamavam. (...) deve entender-se a relevância atribuída à rotina turística pelo I Congresso da União Nacional como uma prova evidente e irrefutável de que, para o regime do Estado Novo, este sector poderia constituir mais um poderoso instrumento de propaganda ideológica. (123)

21. Em 1945 deu lugar à Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE).

22. Sobre as estreitas relações entre a indústria do turismo e a ideologia do Estado Novo ver o estudo incontornável de Cândida Cadavez, *A Bem da Nação: As Representações Turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940* (2017).

No caso dos forasteiros que visitavam Portugal, importava que estes formassem uma opinião favorável do país e que a divulgassem no estrangeiro, promovendo assim uma imagem positiva do poder instituído e do seu líder, Salazar. Como veremos, alguns dos traços do retrato de Portugal construído pelo Estado Novo que, na óptica do regime, estavam na base do sucesso de Portugal como destino turístico estão presentes na narrativa de Nina Murdoch, quando a viajante australiana concentra a sua atenção no passado histórico português – veja-se a passagem em que elogia a originalidade de pensamento e a acção do Infante D. Henrique, apresentado como o pioneiro da política colonial europeia (283-284) –, nas tradições do país, nos costumes considerados típicos, nas belezas naturais, no pitoresco da diferença cultural em relação ao que lhe é familiar, e valoriza a ordem, a tranquilidade, a segurança²³ e os sinais de modernidade e progresso material apregoados pelo regime que concorriam para o conforto dos viajantes em Portugal.

A política não está inteiramente ausente do relato de Nina Murdoch sobre Portugal, embora esse não seja de todo o tópico principal, como era, aliás, convencionalmente esperado de um livro de viagem escrito por uma mulher. Faz curtas referências ao controlo exercido pela polícia internacional sobre a entrada e saída de turistas, até com algum humor,²⁴ e aos muitos impostos cobrados pelo governo, vendo estes últimos, porém, de forma positiva, pois considera que constituem uma fonte de rendimento que era bem canalizada para o desenvolvimento económico do país. Ao concluir o seu relato, contextualiza brevemente a situação política portuguesa, no que se revela uma viajante

23. "Os turistas que visitaram Portugal durante as décadas de trinta e quarenta do século passado parecem confirmar esta tese [de que a estabilidade política atrai o turismo], pois a aparente estabilidade e a falsa tranquilidade, tantas vezes divulgadas nas narrativas do regime, ganhavam pontos face ao lado mais oculto e violento do salazarismo." (Cadavez 85)

24. "But on the moment of arrival at your destination nothing is permitted to take precedence at the hotel of the filling in by yourself of a questionnaire concerning your origin, which is sent off post-haste by bell-boy to the international police, together with your passport, so that you may be confounded if the two do not agree. (...) An amusing feature of the Portuguese Government's determination to acquire wealth is that you have to pay to get out as well as to go in. You may not leave the country until the international police have again been visited, with your passport and a considerable number of *escudos*." (Murdoch 288)

informada, tornando-se evidente a sua “sympathy for the hierarchical organisation of fascist modernity” (Hanley 390):

Only a decade ago Portugal was a country torn this way and that; agitated, revolutionary, improvident. But General Carmona, the President of the Republic, in 1926 proclaimed a dictatorship suppressing parliamentary while extending municipal powers; surrounded himself with young and vigorous soldiers and university men in place of politicians; made roads, reorganised the army, the navy, and the air force, encouraged industry, and saved Portugal from financial disaster by offering Professor Salazar, of Coimbra University, the Ministry of Finance. Salazar (since 1932 President of the Council) demanded immense sacrifices from the people, but in a few years Portugal had regained her equilibrium and attained wealth, even if as individuals her people remained poor.

The Government cure has necessarily its harshnesses. (...)

For the visitor how charming to find *orderliness* and *the picturesque* going hand in hand, even if one has to pay a little unexpectedly for the *orderliness*. (Murdoch 289-290; *itálicos meus*)

Os termos *orderliness* e *picturesque* são centrais na representação de Portugal de Nina Murdoch. A autora encontra-se de férias, viaja por motivos recreativos e culturais, e valoriza a ordem, o asseio que encontrou em Coimbra – qualidade de particular importância para os australianos, segundo *The Oxford Book of Australian Travel Writing*,²⁵ ainda que a autora opte aqui por citar outros padrões de exigência: “The market, and, indeed, all Coimbra, is clean enough to please even the Dutch or the Swiss” (267) – e os bons produtos e serviços que o país de Salazar, se bem que sob um regime opressivo, proporcionava aos

25. “At its worst and most basic, [social criticism] sprang from an obsession with dirt as a supreme test of social efficiency, the traveller a disdainful visitor running a superior finger through the dust on a foreign window sill. Australian travel narratives are full of comments on exotic diseases, dodgy plumbing, dubious food, undrinkable water, disabling climates, smelly foreigners, grinding poverty, and dirt. Patrick White’s melancholy scrutiny of Greek cisterns is a vivid reminder of the Australian abroad. Cleanliness was the supreme test of civilisation, and coming from this cleanest of all possible worlds, Australians often considered themselves more vulnerable to disease and more sensitive to dirt than travellers from grimmer, less-favoured Regions.” (Pesman *et al.* xv-xvi)

estrangeiros, ainda que estes tivessem de pagar por isso: "The foreigner may feel resentful over the cost of visas and the 5 p.c. tourist tax on the hotel bill, yet one cannot help admiring the determined organization of prosperity which these and other domestic taxes represent." (288-289) Para além desses confortos, Portugal possuía paisagens idílicas, uma herança histórica e arquitectónica rica, singulares tradições populares que satisfaziam o olhar parcial – a visão é sempre parcial (ou seja, limitada, selectiva), nunca imparcial (quer dizer, desinteressada ou destituída de juízos de valor e influências intelectuais) (Topping 78) – desta viajante australiana que buscava prazer na contemplação de lugares e costumes para si fora do comum.²⁶ Movida pelos seus próprios focos de interesse, Nina Murdoch, da sua posição de privilégio, ainda que nelas repare, como podemos ler na citação acima transcrita, não se debruça criticamente sobre problemas sociais como a pobreza, o trabalho infantil e a falta de direito à liberdade de expressão, negligencia as duras condições de vida do povo português e concentra-se antes nas deleitosas experiências visuais que a visita a Portugal lhe oferece, observadas pelo prisma do pitoresco. O Outro cultural é, assim, basicamente consumido como um espectáculo belo a ser desfrutado, cujos aspectos desagradáveis são ignorados, atenuados, desvalorizados ou transfigurados em termos estéticos. É exemplo desta atitude um dos escassos episódios relativos a uma interacção directa da viajante com portugueses, talvez devido à barreira linguística, questão a que voltaremos mais adiante: "in course of a conversation, a Portuguese offers the information that in this country one does not discuss politics on pain of imprisonment. Yet the people do not seem inconsolable on that account, and, like most Southern Europeans, they seem to have a great many absorbing topics of conversation despite the elimination of politics." (289-290) A falta de liberdade de expressão é, como vemos, aligeirada e vista de passagem como uma das necessárias severidades (*harshnesses*) que o regime ditatorial português teve de impor ao povo.

26. "It is the gaze that orders and regulates the relationships between the various sensuous experiences while away, identifying what is visually out-of-ordinary, what are relevant differences and what is 'other'." (Urry and Larsen 14)

Mesmo quando descreve as mulheres portuguesas das classes sociais mais baixas e o seu costume de carregar fardos à cabeça (um aspecto que frequentemente chama a atenção dos forasteiros em viagem por Portugal e que no relato de Nina Murdoch tem acentuada presença), tal prática é apreciada sobretudo pelo seu efeito visual e não lhe desperta reflexões sobre as dificuldades da vida que tal implica, uma atitude da viajante que pode ser considerada uma espécie de “cegueira”. O seu olhar fixa-se nos trajas coloridos, na graciosidade do seu andar e na coragem, que compara às de princesas e de deusas da mitologia (exs. Pomona, divindade dos frutos e dos jardins; Amazonas, as mulheres guerreiras; Atalanta, corajosa heroína, corredora veloz e grande caçadora), e não demonstra preocupação com a sua vida árdua; pelo contrário, prefere referir-se à alegria e à força que nota no modo como as portuguesas se comportam, romantizando a pobreza. Os pesados fardos que estas mulheres transportam nas suas cabeças (tabuleiros, canastras, cestos, embrulhos, cântaros de água, bilhas de leite, madeira, cargas de carvão, caixões, arcas, peças de mobiliário) são descritos como se fossem ornamentos e toucados: “It was always an entertainment to observe what passing women of the people carried on their heads. In Liberty Square [Porto], the centre of the city, I met on with a tray of eight plucked fowls, four at either end, with their legs all tied together, claws pointing skywards. It made an interesting headdress.” (278) Tópico recorrente no seu relato de viagem sobre Portugal – é ainda hoje habitual, como realça Dúnlaith Bird, a expectativa de que as viajantes demonstrem um interesse especial pelas condições de vida das mulheres dos países visitados, mas nem sempre tal atenção resulta em demonstrações de solidariedade e empatia, ou denúncias de desigualdades e injustiça social (Bird 36-37) –, as mulheres locais são vistas, essencialmente, como uma das mais eloquentes razões para que afirme que “picturesqueness (...) is Portugal’s charm”, (267) não havendo da sua parte, contudo, qualquer expressão de fobia que aponte para que se sinta superior. Vale a pena citar algumas das passagens referentes a essa prática das mulheres do povo, pois são bastante elucidativas do modo de ver subjectivo de Nina Murdoch, atento sobretudo ao pitoresco, à vivacidade

e graciosidade das cenas, aos efeitos visuais sugestivos de uma composição artística, mas ao mesmo tempo elogiando o carácter forte e decidido dessas figuras femininas das classes populares cujas "heads burdened" (268) lhe merecem descrições detalhadas e que, no seu modo recorrente de estabelecer associações com manifestações artísticas, compara a malabaristas:²⁷

Behind the cart through the thick white dust, moving lightly as on winged feet, came Pomona. Over her hair was tied a kerchief of old gold brocade, and from her ears great rings of gold swung with the rhythm of her step. Her full skirt was the colour of sage, her tawny bare feet were slipped into purple mules, and she had on a blouse of faded purple like the bloom on ripened grapes. On her head she carried a great flat dish of brown glazed pottery into which were flung pell-mell tomatoes, lettuces, carrots, and a bunch of flaring purple and scarlet zinnias standing upright at one side. The boy, the ox, the man in the cart, had the air of living in a coma of routine. Only the woman seemed vital as a goddess. Though she had the humblest place in the procession she passed in triumph. (261)

Up and down these strangely exotic streets [of Porto] move supple, sun-tanned women less attractive in dress, more forceful than the women of Coimbra, yet still picturesque because of the beautiful of balance of their bodies, the noble bearing of those who carry burdens on the head and walk barefoot or sandalled.

(Once, only once in Portugal, I saw a peasant woman Cuban-heeled. It was a distressful sight. Her feet clawed the earth instead of springing from it, and what she carried on her head had become a burden instead of an adornment.)

Portuguese women will carry anything on their heads. Outside the railway station at Oporto they wait as luggage porters. I saw one enter briskly the hotel where I was staying, with somebody's cabin trunk on her head,

27. "Vaudeville artists who perform balancing feats can have no honour in Portugal, where the simplest working woman will think nothing of setting a little above her forehead a bulbous, amorphous parcel and upon that at a perilous angle an oblong package, with a petrol-tin full of something or other to top off the parcels before she sets out with her springy step and no apparent effort of concentration over the uneven cobbles of her native town." (Murdoch 278)

and I walked behind another who strode forward with an oak chest of drawers on hers. Down by the river quays barefooted women unload cargoes of coal, saltpetre, and logs, working side by side with men (...) I have seen a woman erect and steady carrying a great log in that way the length of three barges (...) The most surprising burden I ever saw was a coffin borne swiftly and gracefully through the streets on a woman's head. (...) There are hard pine logs too for Oporto's Amazons to handle (...). (277-278)

Um outro aspecto que também poderia ter motivado considerações sobre a pobreza que grassava em Portugal, e que a autora menciona no segundo excerto acima transcrito, prende-se com a prática de andar descalço, que não passou despercebida à viajante. Comum entre os camponeses, tratava-se de uma questão de tradição e de comodidade, é certo, mas também de falta de recursos, de miséria. Nina Murdoch informa os seus leitores de que apenas recentemente haviam sido tomadas medidas para proibir tal hábito, por razões de higiene e saúde pública. Uma vez mais, aligeira o assunto ao elogiar a graciosidade pitoresca do andar das mulheres do campo que resistem à imposição do uso de calçado e o transportam antes à cabeça, apenas obedecendo à lei quando algum agente da autoridade está por perto, o que comprova que a erradicação do hábito de andar descalço se revelou um processo lento, sobretudo na província:

Until a year or two ago they [peasants] went barefoot. But tetanus claimed so many that the progressive republican Government under General Carmona brought in a law insisting upon shoes of some kind for everyone. On the outskirts of the towns you will meet peasant women barefooted and moving with the swift grace of Atalanta, their slippers neatly balanced on their heads. Only when the crowding houses give warning of the likelihood of meeting some representative of the law are the slippers moved from head to feet. (262-263)²⁸

28. Dos anos de 1920 e 1930 datam efectivamente medidas que tinham como intuito extinguir a prática de andar descalço, alegando-se motivos de saúde pública e civilizacionais. Fundada no Porto em 1924, a Liga Portuguesa de Profilaxia Social assumiu, a partir de 1928, a luta contra este problema social e um decreto-lei de Agosto de 1926 proibiu a circulação de pés descalços em áreas urbanas, prevendo inclusivamente multas para os infractores. A mesma Liga combateu também a prática de transporte de cargas feito por seres humanos. V. Ferreira 164-166.

Escapa-lhe, ou opta por não referir, que tais medidas visavam também uma modernização da imagem de Portugal para consumo externo, sobretudo a das suas cidades, no intuito de esconder a pobreza dos olhos de forasteiros como Nina Murdoch. Como lembra Elizabeth A. Bohls, embora os teóricos incluíssem os quadros de pobreza como potencialmente interessantes para o olhar em busca de pitoresco,²⁹ tal modo de ver focado no prazer visual “could insulate the tourist from depressing poverty or threatening cultural difference”. (Bohls 247)

Pitoresco é um termo do léxico artístico repetidamente usado por Nina Murdoch nos anos de 1930 para qualificar aquela que era, a seu ver, a característica mais encantadora de Portugal, prova da longevidade do uso de tal conceito: “The aesthetics of the picturesque flourished between roughly 1780 and 1820, endured well into the nineteenth century, and established conventions and practices still fundamental to tourism.” (Bohls 246) Com o tempo, esta categoria estética, que começou por ser aplicada a paisagens e significava a observação de cenários naturais de acordo com determinados critérios relacionados com a pintura (nomeadamente a pintura paisagista de Claude Lorrain, Salvator Rosa, Gaspar Poussain e Thomas Gainsborough) ou, como um dos seus principais teóricos, William Gilpin (1724-1804), a definiu, a apreciação da beleza que “would look well in a picture” (digna de ser pintada, de ser tema de composição artística e de ser representada num quadro, seguindo regras da composição pictórica), estendeu-se a outros elementos, como edifícios, indivíduos, povos (o pitoresco etnográfico que se encontra, por exemplo, nas representações de povos indígenas contidas

29. “Old age and poverty provided the visual ruggedness favoured by theorists of the picturesque”. (Bohls 247) Mais adiante, no seu ensaio, Bohls explica que com o tempo o olhar distanciado implicado no conceito inicial de pitoresco tornou-se problemático e veio a evoluir para uma relação de compaixão, empatia e solidariedade do sujeito observador em relação ao observado: “Seen from a distance, poverty, neglect, and decay could be aesthetically appreciated, even if they were ugly and disgusting up close, argued Uvedale Price in his *Dialogue on the Picturesque and Beautiful* (1801). By mid-century, though, this view was being questioned. (...) John Ruskin famously proposed a new version of the picturesque in 1856. On the example of his favourite painter, J.M.W. Turner, he contrasted the old heartless surface picturesque, delighting in disorder and ruin, with a higher kind that could successfully communicate the artist’s sympathy with his subject.” (Bohls 254)

em narrativas produzidas por viajantes em contexto colonial), costumes, trajes, e incorporou também o primitivo e o exótico, que transportavam o viajante para tempos e lugares distantes. Entre os seus traços distintivos contavam-se variedade, irregularidade, complexidade, rusticidade, originalidade, singularidade, graciosidade, contrastes de cores, o imprevisto, o surpreendente, todos eles qualidades que Nina Murdoch encontrou em abundância nas duas cidades portuguesas que visitou (embora diga que também visitou Lisboa, são muito escassas as referências à capital na sua narrativa de viagem) e que corroboram a observação de Elizabeth A. Bohls, segundo a qual existe “an intercultural element inherent in pictures-que aesthetics.” (247)

A somar ao pitoresco das mulheres das classes sociais mais baixas da população – a viajante australiana não refere as mulheres das classes médias pois não contactou com nenhuma, dado o seu modo de vida reservado, fora da esfera pública e de espaços de sociabilidade, um sinal, a seu ver, da herança mourisca de Portugal³⁰ –, Nina Murdoch encontrou-o também nas paisagens naturais, nos costumes, na melancolia dos nativos, na lamentosa canção nacional, o fado, no “instinct for beauty in colour” (262) dos portugueses, revelado nos trajes, nos azulejos, no amor pelas flores, nos delicados trabalhos em filigrana. De Coimbra guardou memórias agradáveis e diz recordar com emoção – “exultation and (...) dreaming delight” (259) – os dias passados naquele lugar, lamentando apenas não possuir os dotes para transpor para a tela as belezas naturais da cidade do Mondego, “(...) the sole distress of which was that I had no gift for setting down on canvas what I saw” (*ibidem*):³¹

30. “Of middle-class women I cannot speak, since the majority still live very much in seclusion after the fashion the Moors set. Women of the better class do not go about alone, nor do they enter coffee-shops or restaurants unless escorted by men of the family.” (Murdoch 263)

31. Nas páginas 265-266 repete tal lamento: “All market morning I wandered about Coimbra between the bridge and the market-place, torn between pleasure at the groups I saw and the discontent of not being able to put them on canvas.”

I came there at eight o'clock in the twilight of a summer evening, and had the illusion of stepping into a landscape by Watteau or Lancret or Corot. It was undoubtedly a landscape by one of the French masters, for it had the same serenity of sky, the poetic charm of veiled light, the delicate profuseness of grey-green foliage where the woods sprang up feathery light like beech leaves in spring; the woods where wandering one expected to come upon a *Fête Galante* by Watteau. (259)

O estatuto de Nina Murdoch como uma viajante educada na estética do pitoresco e com conhecimentos artísticos está bem patente nas palavras acima transcritas e numa outra passagem da obra demonstra que aprecia as cores tendo por referência mestres da pintura ocidental: "I have never seen peasants with a surer instinct for beauty in colour than the Portuguese. (...) One might imagine Rembrandt or Zurbaran or del Sartro to have advised Portuguese women what to wear." (262) A cor, aliás, constitui um elemento a que a viajante é particularmente sensível, quer se trate de trajes, de paisagens ou de bancas de mercados em que os produtos expostos para venda lhe proporcionam um espectáculo apreciado pelo seu colorido tão diverso: "little silver fish", "dark green melons with golden patches of ripeness on them", "purple and pale amber grapes", "bright green figs", "scarlett tomatoes", "golden bananas". (282) Mas a percepção da realidade estrangeira processa-se igualmente através de outros sentidos que nos estudos sobre escrita de viagem (sendo esta, por natureza, uma experiência multissensorial) não têm recebido tanta atenção dada a supremacia da visão,³² nomeadamente o olfacto e a audição. Os cheiros caracterizam, também eles, os lugares e podem desencadear reacções de prazer ou repugnância. Em Coimbra, a viajante australiana deleitou-se com os perfumes das plantas e da terra molhada após uma noite de chuva, o que por certo não lhe seria pouco familiar:

32. Num ensaio sobre relatos de viagem escritos por viajantes com deficiência visual (cegos ou com baixa visão), Charles Forsdick sumariza da seguinte forma o domínio da visão na escrita de viagem: "Travel literature provides a telling illustration of the ways in which the visual has been progressively policed, framed, normalized, and also, particularly since the eighteenth century, increasingly privileged (beginning with the picturesque and scientific empiricism, and continuing via phenomena such as the imperial and tourist gaze)." (115)

"In the night it rained, and morning was full of the paradisial scent of green leaves and earth refreshed." (260) Mas as experiências olfativas também constituem um sinal de estranheza e têm um potencial evocativo. Ao passear pela zona ribeirinha do Porto, "the smell of coffee and rope, timber and dried fish" (283) transportou-a para as aventuras marítimas dos portugueses e o seu império colonial, que as exóticas mercadorias que ali viu serem desembarcadas, provenientes de paragens longínquas, traziam de igual modo à lembrança: "For the river port was crammed with vessels unloading sugar, coffee, rice, peanuts, timber, cotton, and maize from Mozambique and Brazil; coal and tobacco and more sugar from rich Angola; tapioca from Lorenzo Marques; petrol from Timor; hemp and coffee and cocoa from Liberia; woods from the Zambezi...." (281) Fascinada com o movimento daquela parte da cidade e as suas cenas pitorescas, Nina Murdoch regista sons de actividades tradicionais – "From the water come the splash of oars and the cries of men unloading cargo; from the pavement the clatter of clogs, the shuffle and click of felt mules with wooden heels, the creaking of cartwheels" (282) – e cheiros característicos, confessando o prazer que sentiu ao percorrê-la, ainda que não deixe de admitir o seu desconforto e receio relativamente ao fedor emanado do rio, uma alusão à velha crença de que os maus cheiros causavam doenças:³³ "There among the oxcarts, the fishwives, the half-clad, dirty children, the dark-moustached men drawling to each other in the sunshine, with their speech full of *z* and *ch* sounds, I found delight, though such alarming smells rose from the river I had moments of unease, remembering a childish superstition that one could catch typhoid from a smell if it were terrific enough." (281) Numa narrativa em que a viajante solitária (em momento algum diz ter sido acompanhada por cicerones locais) demonstra sempre grande segurança, não deixa de ser interessante que inclua esta nota de vulnerabilidade.

Na expressão "their speech full of *z* and *ch* sounds" podemos vislumbrar uma outra vulnerabilidade, tantas vezes apontada a

33. Tal crença levou à tomada de medidas de saúde pública. V. Brant 249-251.

propósito da experiência da viagem: não possuir conhecimentos da língua falada no espaço visitado, ou possuir apenas poucos. A autora, porém, não se foca aqui nessa desvantagem, condicionante ou impedimento à comunicação e à compreensão da realidade circundante,³⁴ registrando somente a sonoridade da língua portuguesa como mais um elemento de estranheza que concorre para o pitoresco do quadro que descreve.³⁵ Já antes, a páginas 264, admitira, aliás, que a pronúncia do idioma português é difícil, tendo-se resignado a não a conseguir dominá-la, nem sequer superficialmente: “Portuguese pronunciation is difficult. I gave up my idea of acquiring the usual smattering of the language in passing when I heard that Leixoes, the port of Oporto, was pronounced Layshoynss.” Tal atenção à língua falada é comum na escrita de viagem, como observa Tim Youngs – “In travel writing the sound of the spoken word is commented on when travellers hear voices (languages, dialects or accents) that are foreign to them” (217) –, e também Nina Murdoch registou as suas impressões sobre esse tópico. O seu relato, contudo, levanta dúvidas quanto ao grau de conhecimento que possuiria da língua portuguesa. A julgar pelo que afirma, seriam irrisórios, pois a autora confessa que o francês e o castelhano ter-lhe-ão servido como línguas intermediárias na comunicação com os portugueses, que retrata como sendo capazes, em significativa percentagem, de entender esses dois idiomas (a viajante nada diz sobre as taxas de analfabetismo do país!), ao passo que reconhece ter grandes dificuldades a nível da compreensão do discurso oral em português: “About every third person in Portugal speaks French, and if you have a little Spanish it is most useful for making yourself understood, though more often than not the reply, being made in Portuguese, is

34. Michael Cronin chama a atenção para a questão linguística inerente à viagem: “In a multilingual world, language and language difference is an inevitable feature of travel. How travelers deal with the fact of languages other than their own, or radically distinct varieties of their own language, has clear implications for their capacity to engage with or interpret the realities they encounter.” (16)

35. Na página 257 ocorre um outro exemplo de atenção à sonoridade do português, quando a autora, no comboio que a levou até Portugal, escutou a conversa de uma família portuguesa: “Opposite sat a Portuguese clerk, his wife, and two little girls. (...) They talked among themselves, their speech sounding luscious after Spanish, for it was soft and slow, and towards the end of a phrase had a drooping inflection to invest it with a suggestion of the melancholy on which the Portuguese are rather inclined to flatter themselves.”

incomprehensible, unless the respondent is kind enough to let you see it in writing, when its likeness to Spanish becomes more apparent.” (263-264) Podemos admitir que as conversas que diz ter tido com um ou outro português tenham também decorrido numa dessas línguas. Porém, quando, no Capítulo IV, que narra a sua viagem por caminho-de-ferro de Espanha para Portugal, caracteriza as raízes antigas do *fado* e os temas tradicionais das suas letras – mais uma manifestação cultural que concorre para o pitoresco lusitano –, com as quais diz ter contactado através de uma tradução francesa que não identifica, apresenta uma tradução sua para inglês de uma quadra do poeta Augusto Gil (1873-1929), o que causa surpresa pelo inesperado:³⁶ “For all the world died He/Who thy great love doth own./Yet has thou none for me/Who die for thee alone?” (258)

De qualquer forma, independentemente do nível de conhecimento da língua portuguesa da viajante australiana, são pouquíssimas as passagens que referem uma interacção directa com a população local. Nina Murdoch é, sobretudo, uma observadora solitária e distanciada: aprecia as vistas com o seu olhar “educado”, a sua “learned ability”, (Urry and Larsen 1) capta os sons e os cheiros que vêm ao seu encontro, mas o tacto, “the most intimate (...) of the human senses”, como o define Das, (20) ou “the most personal of the senses”, nas palavras de R. Murray Schafer, (102) está ausente da sua narrativa sobre Portugal e o diálogo com os naturais do país por onde viajou é raro. O Outro é, essencialmente, objecto passivo da observação da viajante estrangeira e a voz do *travellee* (noção proposta por Mary Louise Pratt no seu estudo seminal *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*, 1992, com o sentido daquele que é *travelled to* e *travelled over*) raras vezes se faz ouvir na narrativa de Nina Murdoch, ainda que, significativamente, ela introduza no relato uma contra-imagem da representação bastante idealizada da autora australiana

36. “For all the world died He/Who thy great love doth own. / Yet has thou none for me/Who die for thee alone?” (Murdoch 258) Tradução da quadra de Augusto Gil “Amas a nosso Senhor/Que morreu por toda a gente, /E a mim não me tens amor/Que morro por ti somente”, cujo original português a autora não apresenta no seu relato. No *site* do Museu do Fado encontra-se um registo sobre o “Fado da Cruz”, com esta letra de Augusto Gil e música de Paulo de Sá: <https://www.museudofado.pt/colecao/partitura/fado-da-cruz-paulo-de-sa-augusto-gil-sassetti-ca-editores-1929>

quando alguém português menciona a falta de liberdade para discutir política (de molde a silenciar os opositores) e uma portuguesa da classe média comenta que os homens das classes trabalhadoras “were both lazy and arrogant, letting their wives work like men and then beating them in moments of discontent”. (256)

O Porto, em particular, satisfaz o gosto desta observadora atenta ao espectáculo visual pelo seu *exotismo pitoresco*. Neste contexto, o conceito de exótico não está simplesmente associado à ideia do que é estranho, não-familiar, culturalmente diferente, mas em específico ao mítico, misterioso e fascinante “Oriente” que faz parte do seu imaginário.³⁷ O olhar de Nina Murdoch exotiza insistentemente a cidade desde o início da sua descrição: “The natural setting of it is so barbaric and the final effect of the city so strangely Oriental that one walks there feeling any moment the plot will begin to unfold itself of some tale of Scheherazade.” (272) Um pouco mais adiante, reitera: “But the moment one sets foot in Oporto comes the sensation of having been transported to some city where Haroun al Raschid might wander in disguise. It is perhaps the curiously ramshackle air of the place which helps to give this strong feeling of the East.” (274) A viajante romantiza assim o Porto, que lhe parece um cenário saído de *As Mil e Uma Noites*, construindo uma imagem daquela cidade como um lugar belo na sua diferença, sedutor, que estimula a fantasia e o espírito de aventura (sem que introduza outras imagens estereotipadas do Oriente que encontramos em representações ocidentais, como o perigo, a violência, a corrupção moral, o fanatismo). Tal visão perpassa por toda a representação da cidade, que define como “so strangely un-European in character”:³⁸ “In Oporto it seems as if the East had carried conquest into Portugal instead of the other way about.”

37. “Exotic (...), recorded in both English and French from the late sixteenth century, initially designated something originating on or characteristic of a foreign country. The patterns of the term’s usage in European languages have restricted its application to specific geographical areas such as the mythical ‘Orient’” (...) as early as the seventeenth century, a subjective meaning, ‘unfamiliar’, or ‘unordinary’, became entwined with it (...) often positively connoted as ‘appealing’ or ‘alluring’. (Kapor 87)

38. Jane Hanley, no seu estudo sobre a visão de Espanha de Nina Murdoch, salienta este mesmo traço da representação do espaço ibérico: “Murdoch reproduces the popular idea of a Spain that, by virtue of its transcontinental heritage and ongoing relegation to the past, is both European and not.” (388)

(274) Estende-se aos barcos rabelos, que lhe fazem lembrar um *dhow*, um barco à vela árabe, e às “tiny one-roomed shops, dark as the magazines of an Eastern bazaar”. (282) O primitivo (o termo *barbaric* é usado por três vezes) e o moderno misturam-se e é esse contraste que a viajante idealiza e valoriza como uma experiência visualmente cativante: “To see the single white ballooning sail of a *barco rabelo*, with its suggestion of an Arab dhow, moving under the arch of the Dom Luiz Bridge among the modern barges and the coal-freighters of the port, always charmed with its barbaric quality.” (280) As fotografias que ilustram a narrativa verbal captam tal dualidade, mas sobretudo o lado tradicional da cidade.

Nina Murdoch viajou num tempo em que a escrita de viagem cada vez mais se fazia acompanhar de material visual e a nova e poderosa tecnologia da fotografia era posta ao serviço do olhar, contribuindo fortemente para a construção visual do Outro. Como aponta Stephanie Leitch, as imagens seduzem o público leitor e conquistam a sua confiança pela sua “verdade”: “As important elements of the visual apparatus of books, images in travel literature embellish stories and entice buyers. Depictions of peoples and prospects in these accounts inflect readers’ sense of place, establish authors’ reputation for truth-telling, and create fervour for travel, both real and imagined.” (456)

Nas páginas referentes a Portugal (Capítulos IV a VII da Parte IV) de *Vagrant in Summer: Holiday Memories of Nine European Towns* estão incluídas quatro fotografias a preto e branco, com as seguintes legendas: 1. “Coimbra from the Mondego (photo by Will F. Taylor)”, 2. “The bridge of Dom Luiz I (Photo by Will F. Taylor)”, 3. “The oxen of Oporto (Photo by Will F. Taylor)” e 4. “A Barco Rabello on the Douro (The wine lodges of Villa Nova are across the river)”, esta última sem atribuição de autoria. Não se tratando de fotos tiradas pela própria viajante, pelo menos três delas, a sua selecção poderá ter sido feita pela editora, George G. Harrap & Co., ou pela autora. De qualquer modo, a escolha é reveladora do tipo de imagens que era habitual incluir na escrita de viagens da época (e não só!): paisagens, monumentos ou edifícios de interesse histórico ou com valor arquitectónico, trajes, costumes ou objectos típicos, neste caso icónicos meios de transporte

tradicionais que ilustram o pitoresco local e a identidade cultural de determinadas regiões. Tal como o olhar do viajante-autor é sempre selectivo, focando-se em determinados aspectos e ignorando outros, também o olhar do fotógrafo é subjectivo:

Every image embodies a way of seeing. Even a photograph. For photographs are not, as is often assumed, a mechanical record. Every time we look at a photograph, we are aware, however slightly, of the photographer selecting the sight from an infinity of other possible sights. This is true even in the most casual family snapshot. The photographer's way of seeing is reflected in his choice of subject. (Berger 10)

A inserção de fotografias entre as páginas da narrativa escrita permite aos leitores relacionar o texto verbal com o visual (reforçando a centralidade da visão no contexto das práticas turísticas), os quais se complementam e iluminam entre si, ampliando e enriquecendo o significado e a compreensão, ao mesmo tempo que confere autenticidade e credibilidade ao que é descrito, já que aquelas têm o valor de um testemunho em primeira mão, ocular.³⁹ Na obra de Nina Murdoch em análise, concorrem ainda para evidenciar a noção de pitoresco que subjaz à apreciação estética de Portugal feita pela forasteira australiana, *dando a ver* aspectos que a autora desenvolve no seu relato e outros que não descreve em pormenor.

No Capítulo V, sobre Coimbra, encontramos uma única fotografia com uma vista panorâmica da cidade, que mostra o pitoresco casario disposto pela encosta da colina, encimado pela Universidade, e, em baixo, o rio Mondego. Contrariamente ao que poderíamos esperar, não é esta ancestral instituição nem a malha urbana que constituem o foco do interesse da viajante e sim a beleza natural e as gentes de Coimbra: "It was Salamanca's beauty which filled me with the desire to see Portugal's old university city. But where Salamanca's

39. "Photography, invented around 1830, became the technology par excellence to reassert eyewitness claims that had been the cornerstone of travel narratives in both textual and visual iterations. Photography could perhaps best advocate for the veracity of the subject without the intervention of the observer." (Leitch 471)

stones cast a spell upon the eyes that leaves one blind to her inhabitants Coimbra's natural beauty and the enchantment of her people are apt to make one neglect the finest of her monuments." (259) E, logo a seguir, confessa: "I never so much as set a foot within the quadrangle of her [Coimbra] university!" (*Ibidem*) Assim, à fixidez da imagem fotográfica a preto e branco que retrata a arquitetura da cidade, a pedra, opõe-se, no relato de Nina Murdoch, um quadro vivo, pleno de movimento e cor, de paisagens naturais e humanas que, pelo pitoresco, prenderam e deleitaram o seu olhar. Mesmo as barcas típicas do Mondego que figuram, com pouca definição, na fotografia, só nas palavras da autora ganham contornos nítidos e evocam o glorioso passado de Portugal que a política do Estado Novo tanto gostava de enaltecer:

Below the wooded slopes the Mondego flows broad and winding over a sandy bed, a slow, voluptuous stream with poplars by its banks and gondola-shaped craft moored, black crescents against the green of shrub and tree. But the prow of the Portuguese skiff is not a gondola's. A bouquet of flowers is tied to the peak, and upon the side an eye painted after the fashion of the East to keep the fishermen from harm – and also to remind the idly gazing stranger of such names as Bartholomew Diaz, Vasco da Gama, Tristão da Cunha, Albuquerque, and the great days of the fifteenth and sixteenth centuries, when Portuguese navigators and conquistadores made the eyes of Europe's popes and princes start with envy over the silks and ivory, the copper and ebony and amber, the spices and pearls, the carpets and slaves and gold and scented woods, they brought home from their colonies in India and China, Africa and Brazil. (259-260)

Se bem que veraneante, Nina Murdoch afirma-se como uma viajante informada acerca da história da Portugal. Aliás, conhecer a história dos lugares visitados era para a autora australiana um requisito fundamental, mais importante do que ter algum domínio dos idiomas ali falados – afinal, o gesto é uma linguagem universal que permite o entendimento mútuo, como prova através de um episódio que viveu em Lisboa quando entrou numa loja da Rua Augusta. (Cf. 263-264)

Na Parte III de *Vagrant in Summer: Holiday Memories of Nine European Towns*, dedicada ao Tirol do Sul, apresenta este seu ponto de vista que, como vemos, colocou em prática: "For a traveller to know nothing of the history of a country – that is to say, of the events which have affected the spirit of its people – is far worse than to arrive knowing no single word of its language. (...) The significance of everything seen in a country is intensified by travellers who know enough of its history to be aware of the susceptibilities of its people." (129) A história dos amores trágicos de Pedro e Inês, resumida nas páginas 269-271, é outro momento do capítulo sobre "Lovely Coimbra" em que demonstra ter-se preparado para a viagem a Portugal – sem contudo identificar o que leu acerca desse país, ao passo que em capítulos sobre outras cidades europeias se refere a guias de viagem como o Baedeker, nem sempre em termos apreciativos, diga-se⁴⁰ –, conhecimento esse que lhe permite sentir a cidade do Mondego como um "idyllic spot [where] only the poesy and the *saudade* remain." (271)

As gentes de Coimbra, ausentes da fotografia atrás mencionada mas que o leitor poderá imaginar a mover-se por entre o aglomerado urbano nela captado, constituem, como já foi dito, um foco de particular atenção do olhar de Nina Murdoch em busca pelo pitoresco. Encontrou-o no traje de um estudante de Coimbra, que se movia por entre o colorido, igualmente pitoresco, de um dia de mercado:

In the midst of all this mellow gaiety of peasant dress one is ever and again reminded of Coimbra's ancient dignity by the passing of a university student picturesque in a great circular black cape falling to the feet. (...) Under it the student wears a black frock coat with lapels of dull silk, so that he looks like a young Nonconformist minister. But it is not often one sees him thus deprived of picturesqueness, for the cape is the symbol of his pride in Coimbra. (268)

40. "Guide-books in themselves may be dull affairs, yet how often their most edifying suggestions lead one into situations fantastic, dangerous, or ridiculous, and quite irrelevant to the things one sets out to see!" (Murdoch 40)

E, sobretudo, nas mulheres daquela cidade, cuja aparência física e vestuário são alvo de um olhar fascinado com a harmonia, a graciosidade e os efeitos cromáticos, que estimulam a sua imaginação:

In the narrow streets leading from the market-place to the main thoroughfare (the Rua de Ferreira Borges) women stood about on the cobblestones gossiping with concentration, but not shrilly, baskets, urns, milk-cans, or pottery on their heads and as often as not their arms too burdened with marketing. Hazel-eyed and tawny-skinned and chestnut-haired the majority of them.

I came upon four talking in slow, luscious voices. (...) Her head-drape was of dark ochre, her legs honey-coloured between purple slippers and the faded green of her skirt. (...) Of the others a girl stood (...). Graceful and unaware she stood, tawny and slim and lightly poised as any terra-cotta figurine of classic Greece. She had no shawl, but her blouse, the warm red of a ripe nectarine, was worn with a thin black, finely gathered skirt and an apron of faded lilac. Filigree rings dangled from her ears. (...) It is rarely one sees a Coimbra woman returning from market without a bunch of brilliant flowers among the purchases on her head. They represent her final gesture of satisfaction and achievement.

My gossips stood four square, unconscious of the loveliness of their grouping. (...) If suddenly there had come strange piping music and they had moved in some ancient ritual dance one would have accepted it as what they were there for. (266-267)

O Capítulo VI, sobre o Porto, por sua vez, é ilustrado por três fotografias que mostram, respectivamente, uma vista da Ribeira com a Ponte de D. Luís ao fundo; um barco rabelo navegando o Douro; e uma rua repleta de carros de bois. Em todas elas o elemento humano está presente, dando a ver um pouco do quotidiano citadino. Trata-se de vistas e quadros típicos da cidade que alimentariam a imaginação geográfica dos leitores estrangeiros, o que nos alerta para o papel da fotografia na construção de imagens de identidade e, neste caso, de diferença cultural.

O rio Douro e os seus barcos característicos, o comércio do vinho do Porto e o casario, retratados em duas das fotos, constituem focos

de particular interesse do olhar da viajante. Uma vez mais, a sua sensibilidade estética é atraída pelos efeitos cromáticos, sejam as cores do próprio rio – “Ordinarily the Douro flows green, the colour of plate glass, but in January and February the winter rains transform it into a yellow flood” (273) – ou as das casas pintadas a cores vivas ou revestidas de azulejos (o termo português é preservado no relato, sinal da sua alteridade), descritas com detalhe: “Many houses are faced with terra-cotta fish-scale tiles, or with the square porcelain tiles (*azulejos*) of which the Portuguese make such a variety. Generally they are coloured china-blue, but sometimes green or the chalk-pink so dear to natives in India. When house walls boast no tiles the plaster is washed over with brilliant yellow ochre or gamboge or the carmine of raspberry syrup.” (274) A disposição pitoresca do aglomerado do casario desta parte antiga da cidade – “many-windowed houses which now possess the chasm, clambering up its sides from the river’s edge and flinging themselves in all directions over the lip of the ravine”; (273) “the crowded, ramshackle, brightly coloured houses” (275) –, o pitoresco das varandas adornadas de flores exóticas – “picturesque balconied houses (...) crowding into them (...) exotic plants” (285) – e as suas ruas estreitas, “cobbled and crooked”, (275) “strangely exotic”, (277) que a seu ver conferem ao Porto “its Oriental air”, (275) são igualmente objecto de descrição em termos que sugerem a apreciação de um quadro. A ponte de D. Luís, em ferro, embora seja a protagonista de uma das fotos, não é descrita nem merece contextualização histórica, como se a imagem dispensasse as palavras: a autora apenas faz uma breve referência, “the great iron bridge of civilization crossing its wild gorge in a single span”, (273) que introduz uma nota de modernidade numa paisagem que a impressiona antes pela sua antiguidade e tradição, pela sua “essential barbaric nature”. (273)

A fotografia que mostra um *barco rabelo* (280) – também esta palavra portuguesa é tomada de empréstimo, pela falta de equivalente em inglês, bem como *armazéns*, (273) conferindo assim um certo exotismo linguístico ao texto, embora no segundo caso a autora empregue igualmente o termo correspondente no seu idioma, *wine lodges* –, contudo, é complementada por uma descrição pormenorizada deste

tipo de embarcação, que considera ser “one of Oporto’s fascinations”. (280) É a própria autora que confessa ter optado por se concentrar no que o Porto tinha a oferecer-lhe de pitoresco em vez de se preocupar em visitar muitos lugares daquela cidade: “But here you have to choose between picturesqueness and fastidiousness. I flung fastidiousness to the winds.” (281) Para Nina Murdoch, a zona da Ribeira representava “the real Porto” (281) e foi para essa zona da cidade que dia após dia se sentiu atraída. A contemplação do movimento dos barcos rabelos rio abaixo, rio acima, usados no transporte de pipas de Vinho do Porto, e a vista dos armazéns que guardavam esse mesmo produto, situados na outra margem do rio, em Vila Nova de Gaia, que a fotografia também mostra e destaca através da legenda que a acompanha, permite-lhe sonhar com o *Paiz do Vinho* (ou seja, o Alto Douro Vinhateiro) onde não chegou a ir mas que gostaria muito de ter visitado (bem como Viseu, Viana do Castelo, Tomar, Buçaco, Batalha e Évora):

And then one could not help wondering about the Paiz do Vinho, the wine country whence they [barcos rabelos] came loaded with pipes of vintage (...) the Paiz de Vinho, where vines grow on steep stony terraces, which need building up with the mattock all year round. Up there they still tread the wine in ancient Biblical fashion – fifteen or sixteen men and women treading it for hours, until they weary and their place is taken by another batch. The vintage is ushered in with song and dancing and processions that must have had their origin in pagan celebrations. I planned to go up the Douro for the vintage that October on returning from the Amazon, where I was bound from Portugal, but the plans went awry and the Paiz do Vinho remains one of my dream countries. (281)⁴¹

41. Nina Murdoch viajou até à região da Amazónia a partir de Portugal e no regresso desembarcou em Leixões, como informa, a propósito das muitas taxas que teve de pagar (mas que considerou bem empregadas): “On leaving for the Amazon my visa cost 85 *escudos* (the equivalent at that time of 17s.), in addition to 215 *escudos* (£2 3s.) for port dues before embarking. On arriving nine hundred miles up the Amazon at Manaos I had to visit the Portuguese consulate with more *escudos* before returning by the same boat to Portugal.” (288)

Curiosamente, a viajante vê no adiamento ou impossibilidade dessa satisfação um estímulo e não uma frustração: "Yet how splendid a malady it is to have a passion for the wonders of the world and only enough in one's purse to whet the appetite instead of satiating it!" (290)

Foi também na zona do cais por onde tantas vezes deambulou com prazer⁴² que Nina Murdoch se deu conta dos típicos carros de bois usados no transporte de mercadorias que ali se concentravam e que surgem retratados na segunda das fotografias relacionadas com o Porto.⁴³ O momento nela fixado é complementado largamente pela narrativa da viajante australiana, que descreve com pormenor e sensibilidade os animais e seus condutores: "huge-horned, soft-eyed oxen drawing coffer-shaped carts and led by dirty, ragged, sleepy little lads armed with sticks for prodding the beasts along." (279) Anota a doçura dos primeiros, apesar do seu enorme porte, e os olhos dos bois sugerem-lhe uma comparação reveladora da sua mente educada pela arte: "their great dark eyes mildly upturned, for all the world like ingénues of the cinema screen." (279) Da mesma forma, também os jugos das juntas de bois, quando descoloridos pelo tempo, lhe lembram "a Medici collar of grey lace", (279) não lhe escapando, porém, que por mais bonitas que sejam as cangas (esculpidas e pintadas), provocam cicatrizes no pescoço dos animais devido à fricção. Já relativamente aos pobres rapazes que os conduziam, não lhe ocorre nenhuma associação de ideias de cariz cultural, observando antes a autora o que lhe pareceu ser uma sintonia de atitude: "These long-trousered little boys seem patient, laborious, acquiescent, as the working beasts. But they are less smartly garbed." (279) Abertamente, não é feita uma crítica à vida dura a que estes

42. "Down on the Ribeira (the river quayside), in the shadow of the Bridge of Dom Luiz, I loved to wander" (Murdoch 278); "In strolling so about the maritime quarter of Oporto" (283); "One day, having hung about the Ribeira. (284)

43. No capítulo dedicado a Coimbra Nina Murdoch refere, como muitos outros viajantes, a chiadeira estridente típica dos carros de bois da paisagem tradicional portuguesa, uma marca de identidade cultural: "The high squeaking complaint drew nearer and nearer, till presently into view came a dark red ox drawing a long narrow cart of plain unpainted timber set low on little wheels that were but discs of wood bound round with iron." (261)

rapazinhos estavam condenados, mas a adjectivação usada para os descrever – “the lean and weary child”, “shabby shoulders” (279) – permite pensar que a designação de bestas de carga se estende também a eles. Tal comparação é mais óbvia quando fala insistentemente nos fardos que as mulheres do Porto transportavam à cabeça, e que nenhuma fotografia da obra documenta, pois mais uma vez o olhar de Nina Murdoch se fixa no exotismo dos costumes, a não ser que detectemos ironia no emprego da palavra “honra”: “In Oporto the women share with the working oxen the honour of adding to the towns’s mysterious exotic charm.” (278)

Ao encerrar o livro com uma avaliação retrospectiva da sua experiência de viagem em Portugal (Capítulo VII, “Retrospect”), Nina Murdoch conclui que o encanto deste país ibérico (que em muitos sentidos lhe agradou mais do que a vizinha Espanha⁴⁴) reside precisamente na “intriguing mixture of the barbaric and the civilized, East and West, the very old and the very new”, (290) simbolizada pela primeira mulher portuguesa que viu quando entrou em Portugal, por Vilar Formoso: “picturesque, assured, resolute, and vigorous as she sped forward along the road, barelegged yet queenly, in *traditional dress*, but with a very *modern can of aluminium* carried on her head (in the manner of the ancients!); her eyes languorous as Psyche’s, her limbs supply strong as Atalanta’s.” (287-288; *italicos meus*) E também pelas novas tecnologias já ao dispor dos viajantes nesse ano de 1934 em que nos visitou: “(in Lisbon already in 1934 service cars

44. No Capítulo IV, “Spain into Portugal”, a viajante estabelece um conjunto de comparações entre o país que acabara de visitar, a Espanha, tema de uma outra obra sua, e Portugal. De tal processo comparativo resulta uma imagem bem mais favorável do segundo. A autora começa por afirmar que se trata de duas realidades muito distintas, contrariando a opinião daqueles que consideravam os países ibéricos como muito semelhantes entre si. As diferenças que notou fizeram-se sentir logo que entrou em Portugal: “At Villar Formoso, the Portuguese border station, the face of the country changes almost as if a wand had been waved. It is not only that you are aware of alertly moving people, but of a changed landscape.” (253) Tal mudança de paisagem natural deve-se, a seu ver, à existência de árvores: “Trees! (...) There are trees, trees, trees! (...) Scorched fields no longer stretch away interminably under a steel-grey sky to the faint blue smudge of too far-distant hills.” (253) No respeitante à população, a diferença apontada é igualmente substancial: os portugueses são asseados, têm um ar mais respeitável, são trabalhadores e diligentes, especialmente as mulheres, que, ao contrário das camponesas espanholas de aspecto cansado e resignado, exibem alegria, jovialidade, determinação, apesar da sua vida árdua. A energia que sentiu assim que atravessou a fronteira transmitiu-lhe uma sensação de prazer que anuncia o seu entusiasmo por Portugal: “All this briskness of Portugal was a tonic after the strolling lethargy of Spain.” (256)

were equipped with radio sets, and on the Oporto-Lisbon line ear-phones were available for second-class train passengers who paid but a tiny fee to tune in the T.S.F. programmes)." (290) Assim, ainda que o binarismo "the barbaric and the civilized" referido na citação acima transcrita pudesse ser entendido como sugestivo de uma visão de superioridade do Ocidente, "civilized", face ao Outro-Oriental, tido como não-civilizado, primitivo,⁴⁵ a autora não estabelece uma hierarquia de valores, vendo precisamente tal combinação como o que confere uma identidade marcada a Portugal; tanto mais que reconhece sinais de modernização que contrariam a ideia de que o país esteja estagnado no tempo. Pelo contrário, elogia a prosperidade económica atingida, o que significa enaltecer a política de equilíbrio financeiro de Salazar (salvador da pátria): "a Portugal grown so prosperous as to be able to balance the budget even in 1934, when the majority of countries were still floundering in the slough of a world depression." (286)

Nina Murdoch é uma mulher do seu tempo e não revela qualquer desejo de querer escapar à modernidade. Define-se, porém, como uma pessoa que nutre "a passion for the wonders of the world" (290) e Portugal tinha muito a oferecer nesse capítulo. O seu sentido estético deleitou-se na contemplação de um velho país como Portugal, com uma herança cultural rica e variada que se revelava nos contrastes que o seu olhar de viajante captou e valorizou:

Crossing the borders into Portugal, one is aware of a tapestry of impressions intensely interesting because the variety of threads in the design is so complex. There is, for instance, the delicious picturesqueness of the people – of their dress, their temperamental melancholy, their clinging to such ancientry as the *barco rabello* and the treading of the vintage – despite the simultaneous impression they give of commercial alertness and prosperity. (287)

45. Sobre as representações ocidentais do Oriente, moldadas por questões de poder, que resultam num discurso construído à base de processos de estereotipização, exotização e inferiorização daquela parte do mundo e do qual decorre uma visão da superioridade do Ocidente, ver a obra seminal de Edward W. Said, *Orientalism* (1978).

Mais uma vez, aqui, a autora recorre a uma metáfora, “tapestry of impressions”, que ilustra bem o seu *modo de ver*, profundamente moldado por referências pictóricas, cores, formas, padrões, texturas: “The way we see things is affected by what we know or what we believe”, como observa John Berger. (8) A imagem de Portugal construída por Nina Murdoch resulta do seu *olhar cultural*,⁴⁶ para usarmos a expressão de Helena Carvalhão Buescu, educado pela instrução que recebeu, as leituras que fez, as preferências que desenvolveu. Na sua passagem por este país ibérico privilegiou o que apreendeu como pitoresco e estimulou a sua curiosidade, “consumiu” Portugal como se fosse uma sucessão de quadros e terá levado consigo na bagagem cultural adquirida uma imagem deste país como uma referência não apenas histórico-geográfica, mas estética. Tal como para muitos dos seus compatriotas, a sua viagem à velha Europa foi uma experiência de valor artístico: “The most common Australian metaphor for the experience of travel to the Old World was that it was like entering some sort of pre-existing imaginative world, a dream, a painting, a novel, a film.” (Pesman *et al.* xv)

No contexto da escrita de viagem sobre Portugal em língua inglesa, a obra de Nina Murdoch, viajante australiana com fome de pitoresco, contribuiu para a projecção de uma imagem atraente deste país no século XX, à semelhança de outras narrativas de viagem escritas por mulheres estrangeiras que visitaram o Portugal do Estado Novo.⁴⁷ A título de exemplo mencione-se a obra *L'Enchantement du Portugal*

46. Em *Incidências do Olhar: Percepção e Representação*, a autora refere-se à “completa interdependência, no conceito de ‘paisagem’, entre sujeito e objecto, acentuando uma apreensão que é sempre fruto de um olhar cultural (em particular, de uma determinada concepção de cultura pictórica) e, por assim dizer, de uma transformação do ‘objecto’ em ‘objecto estético’”. (Buescu 67)

47. Sobre visões femininas do Portugal do Estado Novo produzidas por visitantes estrangeiras, ver o estudo de Sónia Serrano, *Mulheres Viajantes no País de Salazar* (2025), em que a autora analisa em pormenor oito narrativas publicadas entre 1934 e 1961 e estabelece relações de sintonia entre as imagens do país aí apresentadas e as propagandeadas pelo regime salazarista: “Os oito livros de viagens que vimos acompanhando revelam que (...) as autoras eram maioritariamente favoráveis ao regime de Salazar. Ainda que descrevessem situações de miséria ou de pobreza extrema, o tom é geralmente acrítico e positivo, acolhendo os ideais veiculados pela propaganda do SPN/SNI e ignorando aspectos da ditadura como a ausência de liberdade de expressão ou os mais altos índices de pobreza, iliteracia e mortalidade infantil da Europa. Todos esses indícios parecem ter sido desvalorizados face a uma aparente estabilidade e ao facto de a nação conseguir atravessar, supostamente incólume, os desastres da guerra, chegando até a acolher, ainda que involuntariamente, refugiados.” (Serrano 126)

(1934), da escritora francesa Gabrielle Réval (1869-1938), publicada exactamente no ano em que Nina Murdoch aqui esteve, onde nos deparamos com um retrato idílico do país, claramente em apoio do regime de Salazar, e encontramos pontos de vista muito idênticos aos da viajante australiana.⁴⁸

O modo como Nina Murdoch traduziu o que viu e sentiu (no sentido em que a escrita de viagem constitui uma forma de tradução cultural) constitui uma representação muito diferente dos retratos e estereótipos profundamente detratores, preconceituosos, “negros” de Portugal – lembre-se a tradição da “Lenda Negra” construída pela Europa do Norte protestante em relação aos povos peninsulares católicos, vistos como bárbaros, despóticos, intolerantes, supersticiosos – que, durante os séculos anteriores, tinham sido disseminados por um grande número de relatos de viagem britânicos; na verdade, não há na obra quaisquer referências a práticas religiosas católicas.⁴⁹ A imagem do Outro visitado que nela encontramos, apresentando Portugal como um país pitoresco, como o regime de Salazar tão

48. Gabrielle Réval, que esteve por diversas vezes em Portugal e escreveu outras obras relacionadas com este país, nomeadamente o romance *Fonte dos Amores* (publicado em folhetins no *Diário de Notícias*, 1923), toca na sua narrativa de viagem em tópicos que Nina Murdoch também abordou, como a graciosidade das mulheres portuguesas das classes trabalhadoras, o pitoresco das velhas tradições e o exotismo do país: “la *varina*, quand elle s’arrête, ressemble à un bouquet de fleurs au seuil de la maison. Elle ne marche pas, elle vole; jadis, elle allait pieds nus, comme les divinités qui foulent les nuages (Réval 49); “Ce qui faisait l’enchantement du Portugal c’était la survivance du passé, des traditions pittoresques, de ses usages et ses mœurs d’un autre âge. Il y avait en lui l’Europe, mariée à l’Asie et à l’Afrique.” (Réval 23-24). No número de 16 de Novembro de 1932 do jornal *Ilustração*, página 11, encontra-se um artigo intitulado “A escritora Gabrielle Réval prepara uma obra sobre o Marquês de Pombal”, onde é anunciada a publicação para breve das impressões de viagem da autora francesa e fica claro o quanto esta era próxima das autoridades portuguesas: “[impressões de viagem] onde a sua sentimentalidade de artista descreverá os mais característicos costumes da nossa gente, as mais belas paisagens e os mais nobres monumentos. (...) despediu-se de Portugal, guardando o último adeus para a cidade que, há dez anos, fôra a primeira a mostrar-lhe a beleza, a atracção, o pitoresco de um país perdido, por mal seu, no extremo ocidental da Europa, mas que a natureza encheu pródigoamente das mais preciosas riquezas. Antes de abandonar Lisboa, Gabrielle Réval foi recebida em audiência pelo sr. general Carmona, que lhe pde testemunhar quanto os portugueses estimam a sua admirável obra de persistente e desinteressada propaganda nacional. Mas o que importa sobretudo é que a escritora talentosa e a conferencista eloquente, saiba que em Portugal o seu esforço é conhecido e apreciado, sendo estimada e querida um pouco como se nossa fôra; e que os portugueses, sem excepção, tenham conhecimento, para exemplo próprio, da influência decisiva exercida sobre um alto espírito feminino da sublime França, pelos encantos sedutores da pátria lusitana, que a transformaram num paladino da nossa propaganda internacional, com uma folha de serviços que raros portugueses podem egualar.”

49. Uma vez que Nina Murdoch não fornece informação sobre as leituras que fez sobre Portugal, desconhece-se até que ponto estaria familiarizada com a imagem negativa de Portugal disseminada no mundo anglófono pela escrita de viagem.

insistentemente apregoava, de paisagens idílicas, (“idyllic”, 290) “silvan beauty”, (254) “Warm sunshine and cool-sea breezes”, tradições populares e costumes únicos, aromas paradisíacos, manifestações culturais típicas, como o lamentoso fado (“little plaintive songs they have been singing to the guitar since as long as the sixteenth century”, 257) símbolo de um país de poetas e de um povo melancólico e sentimental (“The Portuguese know their gentle sentimentality as *saudade*”, 257), gastronomia deliciosa e um passado de aventuras marítimas esplendoroso, tudo isso “produtos” e “bens” para consumo dos forasteiros, está alinhada, em grande medida, com o que o regime de Salazar queria que os turistas vissem. O objectivo visado pelo poder instituído relativamente ao sector turístico – que o estrangeiro levasse sempre consigo uma impressão agradável e positiva do país, como sucedeu com esta viajante vinda da longínqua Austrália a julgar pelo balanço que faz ao concluir a sua narrativa⁵⁰ – foi atingido, pois a experiência prazerosa de Nina Murdoch em terras portuguesas derivou de três pilares fundamentais da propaganda ideológica do Estado Novo conservador e nacionalista: a hospitalidade, a singularidade e o pitoresco de Portugal, “a country quietly smiling”. (257)

Fontes Citadas

- Aldrich, Robert. “Gender and Travel Writing.” *The Cambridge History of Travel Writing*. Edited by Nandini Das and Tim Youngs. Cambridge: Cambridge University Press, 2019. 520-534.
- Berger, John. *Ways of Seeing*. London: British Broadcasting Corporation and Penguin Books, 2008 [1972].
- Bird, Dúnlaith. “Travel Writing and Gender.” *The Routledge Companion to Travel Writing*. Edited by Carl Thompson. London and New York: Routledge, 2020. 35-45.

50. “Looking back on those summer days in Coimbra, Oporto, and Lisbon, I remember an idyllic landscape, peasant colours warm and mellow as ripe fruits, gentle voices, charming service, and delicious food, good wine (...); the sea wind soft on the cheek and the splendour of ancient sea-adventuring in the mind”. (Murdoch 290)

- Birkett, Dea and Sara Wheeler (eds.). *Amazonian: The Penguin Book of Women's New Travel Writing*. London: Penguin Books, 1998.
- Bohls, Elizabeth A. "Picturesque Travel: The Aesthetics and Politics of Landscape." *The Routledge Companion to Travel Writing*. Edited by Carl Thompson. London and New York: Routledge, 2020. 246-257.
- Brant, Clare. "Smelling." *The Routledge Research Companion to Travel Writing*. Edited by Alasdair Pettinger and Tim Youngs. London and New York: Routledge, 2020. 249-261.
- Buescu, Helena Carvalhão. *Incidências do Olhar: Percepção e Representação*. Lisboa: Editorial Caminho, 1990.
- C., S. "A escritora Gabrielle Réval prepara uma obra sobre o Marquês de Pombal". *A Ilustração* 22, 7º ano (16 de Novembro de 1932):11.
- Cadavez, Cândida. *A Bem da Nação: As Representações Turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940*. Lisboa: Edições 70, 2017.
- Cronin, Michael. "Speech Acts: Language, Mobility, and Place". *Travel and Ethics*. Edited by Corinne Fowler, Chales Forsdick, and Ludmilla Kostova. London and New York: Routledge, 2014. 16-30.
- Das, Santanu. *Touch and Intimacy in First World War Literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- Edgar, Suzanne. "Murdoch, Madoline (Nina) (1890–1976)". *Australian Dictionary of Biography*. National Centre of Biography, Australian National University, 2006. 1-3. <https://adb.anu.edu.au/biography/murdoch-madoline-nina-7694/text13469>. Published first in hardcopy in Volume 10 (1891-1939), 1986. Acedido em 22 Maio 2025.
- Ferreira, Tânia Sofia. "'Vamos, senhores: em nome da civilização calcem-se!' A campanha contra o Pé Descalço na primeira metade do século XX". *Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical* 23 1 (2024): 159-167. <https://anaisihmt.com/index.php/ihmt/article/view/488/408>
- Forsdick, Charles. "Travel Writing, Disability, Blindness: Venturing Beyond Visual Geographies". *New Directions in Travel Writing Studies*. Edited by Julia Kuehn and Paul Smethurst. London: Palgrave, 2015. 113-128.
- Foster, Shirley and Sara Mills (eds.) *An Anthology of Women's Travel Writing*. Manchester and New York: Manchester University Press, 2002.
- Hanley, Jane. "Nina Murdoch alone in Spain: tremendous past, savage present." *Studies in Travel Writing*, 21:4 (2017): 383-402.

- Johnston, Anna. "Australian Travel Writing". *The Cambridge History of Travel Writing*. Edited by Nandini Das and Tim Youngs. Cambridge: Cambridge University Press, 2019. 267-282.
- . "Australian Travel Writing, 1900-1960". *Oxford Research Encyclopedia of Literature: Australian Literature*. Ed. David Carter. USA: Oxford University Press, 2017. 1-26. https://www.academia.edu/43902132/Australian_Travel_Writing_1900_1960
- Kapor, Vladimir. "Exotic." *Keywords for Travel Writing Studies: A Critical Glossary*. Edited by Charles Forsdick, Kathryn Walchester and Zoë Kinsley. New York: Anthem Press, 2019. 87-89.
- Kinsley, Zoë. "Travellers and Tourists". *The Routledge Companion to Travel Writing*. Edited by Carl Thompson. London and New York: Routledge, 2020. 237-245.
- Leitch, Stepanhie. "Visual Images in Travel Writing". *The Cambridge History of Travel Writing*. Edited by Nandini Das and Tim Youngs. Cambridge: Cambridge University Press, 2019. 456473.
- Löfgren, Orvar. "Holidays." *The Routledge Handbook of Mobilities*. Edited by Peter Adey, David Bissell, Kevin Hannam, Peter Merriman and Mimi Sheller. London and New York: Routledge, 2014. 442-449.
- . *On Holiday: A History of Vacationing*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1999.
- McCabe, Scott. "Tourist". *The Routledge Handbook of Mobilities*. Edited by Peter Adey, David Bissell, Kevin Hannam, Peter Merriman and Mimi Sheller. London and New York: Routledge, 2014. 349-357.
- Murdoch, Nina. *Seventh Heaven: A Joyous Discovery of Europe*. Sydney: Angus & Robertson, 1930.
- . *She Travelled Alone in Spain*. London, Bombay and Sydney: George C. Harrap & Co. Ltd., 1935.
- . *Tyrolean June: A Summer Holiday in Austrian Tyrol*. London, Bombay and Sydney: George C. Harrap & Co. Ltd., 1936.
- . *Vagrant in Summer: Holiday Memories of Nine European Towns*. London, Bombay and Sydney: George C. Harrap & Co. Ltd., 1937.
- Pesman, Ros, David Walker and Richard White (eds). *The Oxford Book of Australian Travel Writing*. Melbourne: Oxford University Press, 1996.
- Pratt, Mary Louise Pratt. *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*. Second Edition. London and New York: Routledge, 2008.

- Réval, Gabrielle. *L'Enchantement du Portugal*. Illustré de Planches Hors Texte. Paris: Fasquelle, 1934.
- Rosas, Fernando. *História de Portugal: O Estado Novo (1926-1974)*. 7º volume. Direção de José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.
- Said, Edward W. *Orientalism*. New York: Pantheon Books, 1978.
- Schafer, R. Murray. "The Soundscape". *The Sound Studies Reader*. Edited by Jonathan Sterne. London and New York: Routledge, 2021. 95-103.
- Schwartz, Joan M. and James R. Ryan (eds.) *Picturing Place: Photography and the Geographical Imagination*. London and New York: I. B. Tauris, 2003.
- Serrano, Sónia. *Mulheres Viajantes no País de Salazar*. Lisboa: Tinta da China, 2025.
- Theroux, Paul. *The Tao of Travel*. London: Hamish Hamilton, 2011.
- Thompson, Carl. *Travel Writing*. London and New York: Routledge, 2011.
- Topping, Margaret. "Travel Writing and Visual Culture". *The Routledge Companion to Travel Writing*. Edited by Carl Thompson. London and New York: Routledge, 2020. 78-88.
- Urry, John and Jonas Larsen. *The Tourist Gaze 3.0*. 3rd edition. Los Angeles/London/New Delhi/Singapore/Washington DC: Sage, 2011.
- White, Richard. "Armchair Tourism: The Popularity of Australian Travel Writing". *Sold by the Millions: Australia's Bestsellers*. Edited by Toni Johnson-Woods and Amit Sarwal. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2012. 182-202.
- . "Australian Tourists in Britain 1900–2000". *Australians in Britain: The Twentieth Century Experience*. Edited by C. Bridge, R. Crawford and D. Dunstan. Clayton, Victoria, Australia: Monash University Press, 2009. Chapter 11, 1-15.
- . "The Retreat from Adventure: Popular Travel Writing in the 1950s". *Australian Historical Studies*, vol. 28, n° 109, 1997: 90–105.
- . "Time Travel: Australian Tourists and Britain's Past". *PORTAL: Journal of Multidisciplinary International Studies*, vol. 10, n° 1, January 2013. *Australians Abroad Special Issue*, guest edited by Juliana De Nooy. ISSN: 1449-2490; <http://epress.lib.uts.edu.au/ojs/index.php/portal>. Acedido em 28 de Junho de 2025.
- White, Richard and Justine Greenwood. "Australia". *The Routledge Companion to Travel Writing*. Edited by Carl Thompson. London and New York: Routledge, 2020. 404-413.
- Whitfield, Peter. *Travel: A Literary History*. Oxford: Bodleian Library, 2011.

- Youngs, Tim. "Hearing". *The Routledge Research Companion to Travel Writing*. Edited by Alasdair Pettinger and Tim Youngs. London and New York: Routledge, 2020. 208-221.
- . "Travel Writing after 1900". *The Cambridge History of Travel Writing*. Edited by Nandini Das and Tim Youngs. Cambridge: Cambridge University Press, 2019. 125-139.

Samuel Beckett em Portugal

Carlos Ceia

(NOVA FCSH/CETAPS)

A presença de Samuel Beckett em Portugal pode ser descrita quase como uma narrativa de pequenos dramas, o que não se estranha num escritor que deixou uma marca única na escrita minimalista de teatro. Após receber o Prémio Nobel de Literatura em 1969, Beckett buscou refúgio no Hotel Cidadela em Cascais, um local discreto longe da atenção da imprensa internacional e das exigências públicas advindas do prémio. Ali, encontrou privacidade para lidar com os dilemas resultantes da sua consagração, recusando aparições públicas e encontrando um pouco de sossego face à pressão pública para a promoção e reconhecimento da sua obra. Durante este período, a sua escrita e correspondência revelam um homem em busca de equilíbrio e de resposta às novas responsabilidades impostas por uma fama que recusou sempre. Em 1968, acometido por problemas de saúde, Beckett já tinha escolhido outro refúgio português: Porto Santo, na Madeira, depois de uma passagem frustrante pelo Funchal. Permaneceu vários meses na ilha, onde buscou descanso e tratamento para uma condição pulmonar debilitante que agravava a sua rotina. A quietude e o isolamento de Porto Santo tornaram-se cruciais para o seu bem-estar, oferecendo um cenário propício à introspecção. Várias cartas destas estadias em

Portugal revelam muitos comentários sobre o clima e os costumes portugueses, muitas vezes em oposição ao seu modo de vida marcado pela circunspecção e pelo silêncio que tão bem soube traduzir nos seus textos de dramaturgia.

Portugal conheceu o teatro de Samuel Beckett desde muito cedo. Francisco Ribeiro (ou Ribeirinho como ficou conhecido no cinema português) encenou (e interpretou a personagem Estragon) *Waiting for Godot*¹ em 1959, com o Teatro Nacional Popular, no Teatro da Trindade, em Lisboa. Em 1966, Carlos Avilez encenou a peça matriz de Beckett no Teatro Experimental de Cascais, consolidando este Teatro, que havia fundado três anos antes, como um espaço importante para a dramaturgia contemporânea em Portugal. Assim, quando Beckett chega pela primeira vez a Portugal não é um total desconhecido da sociedade letrada portuguesa. Mas todas as suas visitas serão marcadas por uma ausência de diálogo com essa sociedade, pois o que traz Beckett a Portugal nunca é uma motivação cultural ou social.

Nesse mesmo ano de 1966, em 24 de Dezembro, Beckett e a mulher, Suzanne Dechevaux-Dumesnil (francesa, com quem se casara em 1961), chegam a Lisboa pela primeira vez. Ficam no Hotel Avenida Palace, mas o destino, após o Natal, será Cascais. Primeira impressão registada: "Il fait soleil." (*Letters* 57)² Em Cascais, o casal fica hospedado na Estalagem Albatroz, que tinha sido inaugurada em 1963. Numa outra única carta, a Jocelyn Herbert, em Londres, Beckett resume numa frase a curta estadia de Inverno em Cascais: "We fled from Paris trouble and the fun games, drew Portugal out of a hat and arrived in Lisbon on Xmas Eve, then on here next day. It's pleasant and quiet, sun, sand & mountain. Back to Paris Jan 4." (*Letters* 58) Ainda teve tempo de visitar o Convento de Santa Cruz da Serra de Sintra, depois o Convento dos Capuchos, fundado

1. Publicado em Outubro de 1952, em Paris, em francês (*En attendant Godot*). A versão em inglês, traduzida pelo próprio Beckett, foi publicada em 1954. Encenado pela primeira vez em 5 de Janeiro de 1953, no Théâtre de Babylone, em Paris.

2. Carta a Avigdor Arikha, em Jerusalém, datada de 25/12/1966, em *The Letters of Samuel Beckett: 1966-1989*. (Editado por George Craig, Martha Dow Fehsenfeld, Dan Gunn e Lois More Overbeck. Cambridge: Cambridge University Press, 2016). Todas citações das cartas de Beckett remetem para esta edição, excepto nos casos indicados para outras fontes.

no século XVI, para religiosos franciscanos da Estrita Observância, tendo Beckett ficado impressionado com a história de Frei Honório, que viveu quase 100 anos, dedicando as últimas três décadas da sua vida a uma rigorosa penitência: “Saw the stone under which Honorious lived for 20 years”, (*Letters* 60)³ confessa a Barbara Bray, tradutora, crítica literária e amiga do casal Beckett, a quem escreverá a maior parte das cartas portuguesas. Beckett notou que, como forma de redenção espiritual, Frei Honório teria escolhido habitar uma pequena e austera gruta no interior do convento, renunciando a qualquer conforto material.

De notar que o relato das estadias de Beckett em Portugal está praticamente ausente de todas as biografias conhecidas,⁴ excepto a de James Knowlson, ainda assim com apenas um pequeno registo sobre a estadia de Inverno no Funchal e em Porto Santo. Portugal não tem um interesse particular na produção literária de Beckett, talvez por isso os seus biógrafos se tenham escusado de investigar a sua presença aqui. Portugal foi sempre uma escolha de turismo de Inverno arbitrária, mas a mulher de Beckett terá gostado tanto do local que irá insistir para repetirem a visita, o que lhes permitirá fugir a ambos do maior bulício de Paris e do maior rigor do Inverno francês. No início de Dezembro de 1968, o casal Beckett viaja para o Funchal. É preciso recuar trinta anos para podermos entender a procura de Beckett por países do sul da Europa durante largos períodos de Inverno. No final de 1937, ficou gravemente ferido ao ser agredido por um estranho, que lhe desferiu uma facada no peito, valendo-lhe depois a ajuda de James Joyce e de Nora Joyce. Este episódio trará problemas de saúde futuros, que o levarão, a conselho médico, a procurar países mediterrânicos, na esperança de poder respirar um ar mais saudável e um sol mais acolhedor. De acordo com Anthony Cronin,

3. Carta a Barbara Bray, de 28-12-1966.

4. Ver, por exemplo, Deidre Brair, *Samuel Beckett: A Biography* (Pan Macmillan, 1980); James Knowlson, *Damned to Fame: The Life of Samuel Beckett* (London: Bloomsbury, 1996); Anthony Cronin, *Samuel Beckett: The Last Modernist* (London: Harper Collins/Flamingo 1997); John Pilling, *A Samuel Beckett Chronology* (London: Palgrave, 2006); e Andrew Gibson, *Samuel Beckett* (Reaktion Books, 2009).

Then in the winter of 1967-8 he suffered from a series of illnesses, which he identified as a cold, bursitis and a mysterious fever of some kind. The main link between these complaints was a cough, which caused him pain, and a pain in his chest irrespective of the cough. Eventually these were diagnosed as consequent on an inflammation of the pleura in the area where the knife had penetrated more than thirty years before. (*Samuel Beckett* 541)

Não se estranha que a motivação principal para Beckett escolher Portugal, depois de falhada a estadia na Tunísia, seja sobretudo por razões de saúde:

The state of his own health generally and of his lungs in particular became one of the main reasons why he now began to seek out sunny, warm places where he might spend periods of rest and recuperation during the severest part of the French winter. There were lengthy visits to Cascais in 1966-7 and 1968-9. In 1966-7 he went to Porto Santo, Madeira, with Suzanne. Later they would go to North Africa and Malta. Whether these winter visits to sunnier climes or his half-hearted attempts to cut down on his smoking were responsible or not, the discomfort did subside; though, as the doctor had told him after the stabbing, his lung was still a barometer and the pain recurred in certain kinds of weather. (*Idem, Ibidem*)

A chegada à Madeira, pela primeira vez, é então em Dezembro de 1968 (não há registos de viagens aqui em 1966-67, como afirma Cronin). Uma carta a Josette Hayden e Henri Hayden, datada de 5 Dezembro de 1968, escrita na Quinta da Ribeira, no Funchal, é o primeiro registo conhecido da sua presença no Arquipélago.⁵ O destino final era Porto Santo e a pressa para lá chegar era evidente, pelo desconforto que lhe causou o Funchal, sobretudo por causa dos carros e da poluição: "Funchal really unpleasant. Overrun with cars and buses

5. Carta depositada no Trinity College, Dublin, collection MS 11488, repository information TCD MS 11488/235. Verificado na base de dados <https://chercherbeckettletters.emory.edu>. Os planos do casal incluíam, inicialmente, as Canárias, mas acabaram por escolher a Madeira e Porto Santo. V. Knowlson, *Damned to Fame* 496.

and stinking with cheap gasolene fumes." (*Letters* 136)⁶ No entanto, Suzanne apreciou bastante o Jardim Botânico e todo o artesanato madeirense, enquanto Beckett se interessou mais pelos vinhos.⁷

O que é interessante nesta carta é a revelação de que Beckett trouxe na bagagem o *Compêndio de Gramática Portuguesa*, de José Nunes de Figueiredo e António Gomes Ferreira, na edição de 1968, o que não se estranha pelo seu amor pelas línguas estrangeiras (era fluente em francês, uma das suas línguas literárias, italiano e tinha bons conhecimentos de alemão):

On tomorrow to Porto Santo with relief. Address: Hotel Porto Santo, Porto Santo, Madere. [sic] Here a lot of rain & snow on mountains. Nothing at P.S. but vast strand, hotel & village. Hope to be able to stay there nevertheless. If not next move no doubt to Cascaïs [sic] or Faro etc. or both. Have bought a Portug[u]ese [sic] grammar and it doesn't look too formidable. They have an [sic] surcompound pluperfect and a future subjunction! [sic] also charming construction equivalent of *je lavemerai* instead of *je me laverai*. Looked in vain for a future participle. But no idea of pronunciation. Shall ask the cook at P.S. to help me. (*Letters* 136)⁸

6. Carta a Barbara Bray, de 11/12/1968.

7. A biografia de James Knowlson, *Damned to Fame: A Life of Samuel Beckett*, relata mais pormenores da desagradável estadia na Madeira (notando que Knowlson acrescenta dados que resultam de uma conversa com Beckett sobre esta estadia, para além da informação que consta de toda a correspondência conhecida):

The address from which they wrote while they were in Funchal was the Quinta da Ribeira hotel. But Suzanne had made the arrangements for their visit in Paris and had expressed a wish for them to be in Madeira anonymously. So the travel agent arranged for them to stay in reality at a small residence called the Vila Marina, close to the Estrada Monumental. Some surprise was expressed at their request to have separate bedrooms prepared, but Suzanne offered her customary explanation that her husband wrote mainly at night and that, consequently, he needed the freedom of his own room. Beckett and Suzanne were interested in the flora of the island of which there are said to be 2000 different species. They soon found that walks were possible after all between the banana plantations, along the levadas or irrigation canals, built to carry the rainfall of the northern part of the island to the lower slopes of the south. They visited the Jardim Botânico, where Suzanne was thrilled by the profusion of orchids, camellias, bougainvillea and gardenia, but most of all by the anthuriums, shaped like red arum lilies, and the famous strelitzias or bird of paradise flowers. Beckett took his usual interest in the wines and liked the menu with its emphasis on fish dishes. The Madeiran speciality, espada or black scabbard fish, did not compare for delicacy with his favourite Dover sole, but it was still palatable. With her keen interest in dressmaking, Suzanne watched fascinated as the women worked concentratedly at their delicate lace tablecloths, napkins and blouses. (497)

8. Carta a Barbara Bray, de 11/12/1968.



Fig. 1 – Hotel Porto Santo (sítio do Campo de Baixo), em 1962.

Beckett interessou-se, de facto, pela língua portuguesa e tentou dominá-la minimamente. Algum tempo depois, já conseguia ler o jornal português que estava no Salão do Hotel Porto Santo onde se hospedara: “Any fool can read the stuff and even I the odd jornal I find in the salão”. (*Letters* 140)⁹ Um mês depois, já conseguia ler Agatha Christie na língua de Camões: “Have done no work of anykind but can now read Agatha Christie in the language of Camoens.” (*Letters*

9. Carta a Barbara Bray, de 31/12/1968.

lxxx)¹⁰ O seu entusiasmo com a língua portuguesa já lhe permite citar de cor Fernando Pessoa nas suas cartas, como nesta a Jacoba van Velde: “Bom courage, chère Tonny, nous n’én avons plus pour longtemps. Pourquoi esperar? Tudo é sonhar”. [do poema “Dizem?”, de Pessoa ortonímo]. E numa carta a Avigdor Arikha, datada de 7/1/1969, escrita em Porto Santo, declara:

I’m not doing anything, except a little Portuguese. I have a priceless grammar book [*Compêndio de Gramática Portuguesa*, de José Nunes de Figueiredo e António Gomes Ferreira], by a good Catholic! Weird language. Personalised infinitive and fujture subjuntive. Blend of economy and excesso. Still no way for me to get the sound. Anyway what’s the point.” (*Letters* 143-144)

É interessante saber que, apesar das dificuldades com a língua, Beckett não largou o *Compêndio* e até confessou que tinha gostado muito do capítulo sobre literatura, “A língua como expressão literária”: “Wonderful last chapter of grammar on what is literature, with examples”. (*Letters* 144)¹¹ Não deixa de ser um apontamento relevante, porque em Portugal só teremos mais uma boa gramática – *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra (1ª ed. 1984) – que não receia apostar na literatura para explicar os melhores usos da língua.

Sem necessidade de falar português, esta primeira estadia em Porto Santo, mostrou a Beckett uma ilha remota, de paisagem árida e vida simples, praticamente visitada apenas pelo seu tesouro natural: a praia de areia dourada de 9 km, ainda, nesta época, intocada pelo turismo massificado e sem infraestruturas de lazer, com apenas um único hotel, onde Beckett estava hospedado, juntamente com alguns turistas alemães:

10. Carta depositada no Trinity College Dublin, MS 11090/32, dirigida a Jacob van Velde, transcrita parcialmente em *Letters*.

11. Carta a Barbara Bray, de 7/1/1969.

Gale of wind and rain in the night & still this morning. Very wind-swept place. Alizé. Good walk yesterday across the island to north coast, desolate country, one donkey with 3 ragged children only encounter. To have that so close invites to stay. And no roads, few cars. So stay in spite of discomforts. Only news that from papers discarded by TAP crew twice a week. Monde abonnement has started functioning, but week out of date on arrival. Hotel almost empty, the few nearly all German. But the quiet kind. (*Letters* 139-40)

Beckett supôs que o Inverno em Porto Santo seria mais suportável do que em Paris, mas não teve muita sorte, porque choveu muito, o que o levou a concluir: "Seem to have come to the wrong ocean." (*Letters* 144) Não podia experimentar a água do mar de Porto Santo, por causa do seu pulmão danificado, o que era uma pena porque a água do mar de Porto Santo é conhecida pela sua alta pureza, resultado da localização da ilha e da acção contínua das correntes oceânicas que renovam e limpam o ambiente marinho. Os mares ao redor de Porto Santo são ricos em diversos minerais e oligoelementos, como magnésio, potássio e iodo. Esses elementos, naturalmente presentes na água salgada, podem oferecer benefícios à saúde, tanto para a pele quanto para o sistema respiratório, além de contribuírem para uma sensação de bem-estar geral que apesar de tudo era o que Beckett procurava e resumia todos os afazeres enquanto permaneceu na Ilha.¹² Mas o que verdadeiramente o

-
12. O resumo das ocupações e impressões dos Beckett na e sobre a ilha de Porto Santo pode encontrar-se nas cartas que escreveu e também neste excerto da sua biografia mais completa:

Porto Santo was much more to their taste. There were only two planes a week; their hotel looked onto a wide expanse of sandy beach which separated it from the village there were almost no other holiday-makers; and they could walk every day either along the seashore or into the picturesque interior. The only disadvantage was the hotel's prefabricated nature, so that everyone could hear everything through the walls. But, since, from the middle of January, they were the only remaining guests in a 140-bed hotel, this scarcely mattered. Atlantic storms of enormous ferocity strike the islands from time to time and, after a good deal of tempestuous weather, Beckett began to wonder whether they had chosen the wrong ocean in the wrong hemisphere. Late in their stay, Porto Santo was completely cut off by sea from Madeira and food supplies began to run uncomfortably low. Even bread was in short supply as a boat with flour on board was unable to disembark its much needed cargo on account of the size of the waves. But, in the middle of January, there was a brief spell of sunny weather, allowing them to sit on the beach. Beckett did not yet dare bathe for the sake of his lung. But they both adored the peace, silence and solitude of the little island.

The aridity of the interior, the primitive huts and the oxen or donkeys that pulled the old ploughs all fascinated Beckett. He was enchanted by the simple, little old windmills built on the hillsides and walls made of loose stones piled one on top of the other reminded him of Ireland. He had no

incomodou em Porto Santo, o que lhe faltou para poder querer ficar por ali até morrer, foi o facto de não poder confiar num bom dentista:¹³

This would be a place to come and die (buy a little bit of land, build a little bit of a house) when the worst comes to the worst, i.e. start immediately selling out on the mainland. The one thing that makes me hesitate is the bad Portug[u]ese dentistry, not a single school of stomatology in the length & breadth of the country. It is true the summer must be hell. The spring too, and autumn. (*Letters* 148)¹⁴

Beckett não descurou a cultura portuguesa nem ficou indiferente à sua literatura e às referências históricas sobre Portugal. Recorde-se que Beckett conhecia já Lisboa pela via literária, pois lera a obra de Henry Fielding, *The Journal of a Voyage to Lisbon*, escrito no Verão de 1754, pouco antes falecer em Outubro desse ano, e obra apenas publicada no ano seguinte, o do terramoto de 1 de Novembro de 1755, data coincidente com o Dia de Todos os Santos, tema que serviria de inspiração para outras referências literárias e filosóficas bem conhecidas de Beckett: o poema *Poème sur le désastre de Lisbonne* (1756) e *Candide* (1759), que Voltaire usaria como crítica às doutrinas optimistas e racionalistas de Leibniz e outros filósofos europeus. A história portuguesa não é lhe é totalmente estranha e a sua curiosidade literária fará o resto. Na mesma carta a Barbara Bray, já havia agradecido a oferta do primeiro volume das *Obras Completas* de Fernando Pessoa que a Ática publicara em 1950. O primeiro verso do poema “Hora Absurda” – “O teu silêncio é uma nau com todas as velas pandas...”

desire to work and in truth there was little to do other than read, rest and walk. Jérôme Lindon had taken out a subscription for them with Le Monde and copies used to arrive in batches bringing news of a remote, outside world. Typically for a linguist, Beckett entertained himself by teaching himself Portuguese, ‘an easy language but unpronounceable’, he concluded. He made enough headway in the language to read an Agatha Christie novel in Portuguese. But he also spent some time reading the poems of the Portuguese poet, Fernando Pessoa, finding from time to time (although not often enough to satisfy Beckett) some wonderful passages of poetry. (Knowlson, *Damned to Fame* 498)

13. Nota importante de José Campinho, no único texto conhecido sobre a presença de Beckett em Porto Santo: “até aos anos 80, os habitantes do porto santo consumiam a água salobra das nascentes da ilha e por isso os seus dentes adquiriam uma aparência acastanhada resultante da acentuada oxidação.” (“Beckett, Samuel”, 6/10/2020. <https://aprenderamadeira.net/article/beckett-samuel>)

14. Carta a Barbara Bray, de 28/1/1969.

parecia ter sido escrito para o mestre do teatro do absurdo, poderíamos dizer, mas o comentário de Beckett vai noutro sentido oposto ao do absurdo: “Glad I wasn’t there when it broke”. (*Ibidem*)

No final de 1969, Beckett e Suzanna regressam a Cascais e ao Hotel Cidadela. Apenas vão uma vez a Lisboa para comprar livros. Voltam a não ter muita sorte com o tempo, que era afinal a principal motivação para vir novamente a Portugal no Inverno, como se fosse obrigatório que o destino português não desiludisse quem o procura para se refugiar num Sol, ou mesmo num clima menos agressivo, que não se goza em outras paragens, sobretudo no Norte de França: “Here we’re still in poorish form and hardly ever go out of the hotel. Weather has taken a turn for the worse, though no doubt delicious compared to what it is the Brie.” (*Letters* 216)¹⁵ A privacidade que Cascais oferecia a Beckett parecia recompensar as agruras do clima português e assim podia manter-se a longa distância da atenção dos *media* mundiais que o procuravam ansiosamente por causa do Nobel. Pelo menos nas seis semanas que aqui passou, conseguiu esse momento de privacidade, apesar desse hotel ser já na altura um emblema de Cascais, devidamente inaugurado com muita pompa política por Américo Tomás, em 1966. (O hotel foi encerrado em 2019 e é hoje o Legacy Hotel Cascais, da cadeia Curio Collection by Hilton.)

A presença de Beckett em Portugal pode ter sido apenas circunstancial, motivada em primeiro lugar por razões de saúde, e por poder funcionar como um refúgio distante de Paris. Os seus momentos turísticos em Lisboa, Cascais e na região autónoma da Madeira ressaltaram a afinidade que desenvolveu com a cultura e, curiosamente, com a língua portuguesa. Beckett encontrou em Portugal um espaço de privacidade e respiração saudável, onde os contrastes do clima e as paisagens singulares serviram de contraponto às pressões da vida pública e do palco europeu, porque Portugal tinha sido mais do que um simples exílio terapêutico, representando um encontro enriquecedor com uma cultura que, discretamente, funcionou como um espaço de fuga e contemplação, onde Beckett encontrou, por breves momentos, a quietude e os silêncios que tanto prezava.

15. Carta a Barbara Bray, Cascais, de 30/12/1969.



Fig.2 – Hotel Cidadela, Cascais, inaugurado em 1966.

Obras Citadas

- Brair, Deidre. *Samuel Beckett: A Biography*. Pan Macmillan, 1980.
- Campinho, José. "Beckett, Samuel". *Aprender Madeira*. <https://aprenderamadeira.net/article/beckett-samuel>
- Collection MS 11488. Trinity College. Repository information TCD MS 11488/32-235. <https://chercherbeckettletters.emory.edu>.
- Craig, George; Dan Gunn; Martha Dow Fehsenfeld; e Lois More Overbeck (eds.) *The Letters of Samuel Beckett: 1966-1989*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- Cronin, Anthony. *Samuel Beckett: The Last Modernist*. London: Harper Collins/Flamingo 1997.
- Gibson, Andrew. *Samuel Beckett*. Reaktion Books, 2009.
- Knowlson, James. *Damned to Fame: The Life of Samuel Beckett*. London: Bloomsbury, 1996.
- Pilling, John. *A Samuel Beckett Chronology*. London: Palgrave, 2006.

110, Stapleton Hall Road: Imagens de Londres nos Anos 80 em *O Mapa Cor de Rosa* de Maria Velho da Costa

Cláudia Capela
(ESEV, IPV/CEL, UTAD)

O *Mapa Cor-de-Rosa*, de Maria Velho da Costa, constitui um testemunho multifacetado de um tempo convulso. O relato da experiência da autora, residente em Londres nos anos 80, durante o governo de Margaret Thatcher, produz um retrato crítico da cidade, observando-a sob as noções de violência e carência. Mais do que uma expressão isolada do individual, este binómio interdependente revela traços estruturantes de uma comunidade em crise, na qual o mal-estar se torna visível nas ruas e nos discursos, configurando uma paisagem de desamparo que ultrapassa o biográfico e remete para o coletivo e o seu espaço simbólico.

Ante estas circunstâncias, Maria Velho da Costa convocará ainda a noção de loucura, intertextualmente dialogante com o que apelida como “ouro literário da casa”, na evocação da Ofélia shakespeariana e do *nonsense* aliciano. (Costa 199) Compreendida, assim, como consequência de um sistema alienante, segregador e autorreferencial, a loucura não se esgota na listagem de figuras tidas por marginais, e percorre as instituições, ilustrando tensões latentes entre a população fragmentada e um governo centralizador, cujo discurso assenta numa forma de nostalgia imperial. Com o seu mapa, Maria Velho da Costa revisita criticamente as mitologias coloniais, desconstruindo-as,

identificando também paralelismos entre o Reino Unido e Portugal, antigos impérios confrontados com a erosão do seu lugar no mundo, e refletindo, por fim, sobre os espectros do passado que continuam a assombrar o presente. Neste contexto, a *hantologie* de Jacques Derrida oferece um quadro conceptual fecundo, já que analisa a persistência fantasmática do passado e a permanência das suas representações na moldagem de imaginários, identidades e políticas. (Derrida 2006) Deste modo, *O Mapa Cor-de-Rosa* propõe-se como um exercício de descodificação crítica dos fantasmas colonialistas, articulando memória e linguagem, bem como os seus efeitos. Mais do que a alteridade genérica, é a reflexão sobre a herança colonial que estrutura o olhar de Maria Velho da Costa, demonstrando, com atualidade, de que forma as mitologias nacionais colonialistas permanecem e ainda edificam os discursos culturais, a produção literária e as tensões sociais.

Maria Velho da Costa oferece-nos uma série de interrogações sobre os cenários londrinos dos anos 80. No texto – não delimitaremos *O Mapa Cor de Rosa* como diário, carta, crónica, mas salientaremos a sua dimensão dialógica, no imperativo de ser lido –, a autora sopesa, nas suas interpelações, as auto e hetero imagens de britânicos e portugueses no rescaldo dos seus mitos mais arreigados, nomeadamente o de império. Dados como aliados desde John of Gaunt e D. Fernando, na sua infinita *différance*, o Reino Unido e Portugal partilham, enquanto cimentam a narrativa da aliança mais antiga do mundo, traços mitológicos similares, fundando um imaginário que materializa uma leitura comum quanto à ideia de carência e violência, como veremos.

“Violação” é o título do texto cronístico¹ de que partiremos para a reflexão em torno do binómio opositivo carência/violência. Esta correlação conclui-se da perceção de crise no seio de Londres, manifesta na procrastinação relapsa do tempo: “A Primavera vem longe, muito longe, ou parece-o tanto – a neve, o gelo, e o degelo agudizaram aqui a já crescente crise crónica”. (Costa 143) Por seu lado, também o

1. Como foi já mencionado, a delimitação de género textual não é o pretexto desta análise e embora a autora tenha cunhado a obra com o subtítulo “Cartas de Londres”, cremos que tal consignação tende, antes, a dialogar inevitavelmente com as *Cartas de Inglaterra* e *Crónicas de Londres* de Eça de Queirós.

exílio agudiza a sensação invernãl. Comentando uma autoimagem comum dos portugueses, a sua condição de exilados, Maria Velho da Costa afirma: “A nossa cultura deve muito a viajantes, a nossa democracia a degradados, a nossa economia a emigrantes. Parece que não, Salazar fez todo o possível para parecer que não, mas isso faz de nós uma sociedade carente, isso faz de nós um povo de carência”. (144) O argumento de “Violação” é muito simples e, mais do que o citado “casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão”, o clichê, como a autora se lhe refere, desta interdependência entre violência e carência ultrapassa a falta material, ainda que de substancial relevância, impondo-se-lhe a desiludida vivência da interação social e do contrato social que a possibilita, fazendo incidir a experimentação da ausência sobre um patamar profundo da interioridade individual.

De facto, a ilustração dessa relação contratual falhada será feita no relato do julgamento de Ripper, “o homem que trouxe as mulheres de Yorkshire em justificado estado de sítio, com recolher obrigatório durante mais de um ano”. (Costa 146) O cenário descrito, como que reatualizando um período sinistro da Londres vitoriana do final de Oitocentos, produz um foco que atravessa multicamadas contextuais, destacando a tensão social e a pobreza, bem como a violência, não somente decorrente do crime, mas da repetição de lugares-comuns de inferiorização da mulher. Se, então, ainda no período da “Long Depression” e de que “Bloody Sunday”, em 1887, fora já consequência, o sensacionalismo e a curiosidade mórbida, aliados a episódios de mal-estar geral devido ao desemprego galopante, tornaram as condições insalubres de East End visíveis, também em fevereiro de 1982, o “escândalo ou *fait divers* erótico-pornográfico apaixona esta puritana opinião pública” e põe a descoberto a degradação socioeconómica: desemprego, cisão e confrontos no Partido Trabalhista ante denúncias “macarthyanas” de infiltrações trotskistas, conflitos sindicais, divergências etnicoculturais, greves, degelo e inundações, e a beatífica “countryside”, “a sacra instituição inglesa de uma agricultura e pecuária prolíficas e amenas” em lágrimas, a população a tiritar de frio. Eis a violência: “o espetáculo da abundância à carência”. (Costa 144-146)

A sexualidade parece aqui, num quadrante apresentado como puritano, um lugar de significante devassa e, sobretudo, espelho da salubridade social, oscilante entre a intimidade e a violação. Cite-se do texto de Maria Velho da Costa a analogia entre a sexualidade e o contrato social: “a violência tem muito a ver com a contradição nas escolhas, com a indeterminação dos objetivos, com a carência do ânimo, da formação, de algo mais profundo, que é a fidelidade àquilo em que se investiu (...) a firmeza é o único antídoto da violência, como o ato de intimidade com alguém é o oposto do estupro”. (144) A carnavalização em torno do caso de Ripper dos anos 80 do século XX e a própria reação à violência, produzindo discursivamente um segundo grau de agressão sobre as mulheres, implica a consideração do abjeto. De acordo com Julia Kristeva, “it is thus not lack of cleanliness or health that causes abjection but what disturbs identity, system, order”. (4) Kristeva desenvolve:

Any crime, because it draws attention to the fragility of the law, is abject, but premeditated crime, cunning murder, hypocritical revenge are even more so because they heighten the display of such fragility. He who denies morality is not abject; there can be grandeur in amorality and even in crime that flaunts its disrespect for the law – rebellious, liberating, and suicidal crime. Abjection, on the other hand, is immoral, sinister, scheming, and shady: a terror that disassembles, a hatred that smiles, a passion that uses the body for barter instead of inflaming it. (4)

A sexualidade, tal como o escatológico, revela o antagonismo entre pureza e impureza, fazendo radicar a constituição do indivíduo na objetividade dessa diferenciação. Construindo-se nas imediações desses dois lugares, de aceitação e estranheza, do *eu* face ao *outro*, o indivíduo conforta-se perante a condição de segurança e reconhecimento dos critérios que o protegem do risco, como sejam a morte, a doença, a contaminação: da incerteza que o assalta. De acordo com as leituras do trabalho de Kristeva, conclui-se que os crimes como o feminicídio e a violação não apenas transgridem a lei, como revelam as fragilidades do contrato social e dos limites simbólicos que

sustentam o coletivo. A espetacularização da violência reforça tal crise, evidenciando que a banalização social do sofrimento, ao recusar a proteção dos seus fundamentos como a intimidade e a confiança, revela uma sociedade imersa no abjeto, entendido, por Maria Velho da Costa, como reflexo de um modelo social classista e sexista. A reflexão de Kristeva, sublinhando a fragilidade da lei, permitirá associar a inquietação à qualidade das relações sociais básicas. De um ponto de vista universal, a garantia de sobrevivência e de condições primárias que viabilizam o consequente desenvolvimento é indispensável numa sociedade de direito democrático, pelo que tudo o que a puser em causa será do domínio do abjeto. Cabe lembrar, portanto, que a confiança e o consentimento, como John Locke explicita, determinam a natureza do contrato social. (Locke 2016) Relembremos as palavras de Maria Velho da Costa a propósito da sexualidade, aqui tida como analogia social, correlacionando uma sociedade carente com a violência: “a firmeza é o único antídoto da violência, como o ato de intimidade com alguém é o oposto do estupro”. (Costa 144) O abjeto, de que a violação sexual é incômoda síntese da exclusão, da carestia de bens, do recolher obrigatório e das greves, resultará tanto de razões circunstanciais, como de uma crise substancialmente transversal. Trata-se, no entender da autora, do modelo de sociedade, “classista e sexista”. A causa é clara:

A Inglaterra esbraceja ainda com uma vinheta vitoriana e imperial a servir-lhe de espelho – se a classe operária trabalhar voltaremos a ser uma grande nação; são precisos criminosos medonhos de século em século para expiar a culpa; uma *lady* não é violada e se o é, não se queixa. (Costa 147)²

No entender da autora de *O Mapa Cor de Rosa*, os sintomas crescentes de carência e violência de variada ordem dependem de uma conceção social estratificada e ordenada piramidalmente. Tecendo

2. A autora descreve: “E foi-nos mostrado através de filme *in loco* como a polícia tende a ser dissuasora em relação às queixosas – Tanta coisa sórdida que vai surgir em público, pense bem, minha senhora”. (Costa 147)

uma comparação direta com Portugal, país em que, na mesma época, se regressaria às “bipolarizações em que andamos desde o tempo do senhor D. Miguel (...) aos terrores e ardores sebastianistas de sempre (...) ao medo da diversificação democrática dos poderes”, (147) Maria Velho da Costa expõe as duas realidades pela sua herança colonialista. O que apelida de “teoria democrática” afigura-se-lhe um “*laissez-passer* da tirania íntima, da estrutura repressiva de cada cidadão de um povo de pequenos ou grandes predadores, perdida a couxada, mas não as ilusões e os hábitos”. (Costa 148)

O binómio face/máscara promove igual reflexão, orlando o significado de estereotipia. A referência à “máscara mortuária”, que no texto “Violação” se assume como problematização da herança identitária de um povo em risco de que aquela se torne o seu rosto, fora abordada já em “Restos”, um dos primeiros textos de *O Mapa Cor de Rosa*, a propósito da impressiva apresentação dos jovens londrinos: “encenam-se – isto é, vestem-se com a exterioridade absoluta de uma boca de cena, de um ensaio geral, de uma cenografia funérea (...) os que ainda se maquilham, e se o fazem, fazem-no muito, parecem mortos (...) a base na cara é de um ocre quase branco, a boca e os olhos são roxos”. À descrição acrescem outros símbolos de relevante significado: a suástica, “púrpura, como um grão de beldade sinistro (...)”. É melhor não os fitar, ninguém o faz se estiverem em grupo. Toda a gente foi avisada de que é perigoso”. A *mise en scène* implica a consciência de que a “cenografia da violência tomou uma tonalidade mortuária”. (Costa 24) O cenário restante remete para a escassez: “um pedaço de pão que parece ter dentro bacon velho. É um homem idoso (...) um rapaz, com esses olhos de anjo doido a que deram o nome anglos, tirar um troço de maçã ratada de um caixote do lixo, limpá-la e comê-la devagar”. O remate é significativo: “O Império tece”. (Costa 25)

“O crocodilo, coitado” atesta a percepção anterior, amplificando o irónico mal-estar da sociedade londrina de oitenta: “a vida prossegue em Londres na sua normalidade quase arrepiante – adolescentes assassinados, crianças que morrem sozinhas em casa pelo meio da noite, os *skinheads*, ou cabeças rapadas, passam a usar cães-polícia

contra os cães-polícia". (Costa 198) Citando posteriormente o discurso do presidente da Associação de Professores, que responsabiliza "a hora de hedonismo" pela perturbação da criança e a delinquência, fazendo uso, para isso, de razões como "a sexualidade promíscua, a adulação da mãe solteira, divórcio rápido (...) aborto livre", Maria Velho da Costa ensaia a "coisa moral em Inglaterra", a qual, "dantes, era só hipócrita". (198-199) Num dos habituais exercícios intertextuais, remetendo para Herberto Helder, a autora comenta a "apresentação do rosto" dos jovens britânicos, na cenografia do horror no quotidiano, como "sarcasmo necrófilo e exasperação" e não, afinal, segundo o discurso institucional, sinalização de prazer. Encontrar-se-á ainda neste texto a referência a Ofélia, à sua "abulia divagante, a suave demência" que antecipa a "catástrofe violenta do príncipe". Ofélia torna-se, assim, rosto do "desarrazoado fim de Império". Os outrora meninos-flores dos anos sessenta contrastam com o sentimento de "luto do futuro" das novas gerações, as quais, por meio da violência e da encenação agressiva, ironicamente nostálgica, comunicam o seu "coração aterrado e a cólera". (Costa 199)

O contexto de crise parece agravado pela Guerra das Malvinas – ou Falklands, de acordo com a perspetiva britânica –, como conjuntura que obriga a expressivas reduções orçamentais e caminha, aquando da escrita do texto, em 4 de abril de 1982, data coincidente com a da viagem da esquadra britânica em direção à Argentina, para um sentimento de "ridículo e dano quanto à monumentalidade da operação militar, ou ao menos de dúvida quanto à rigidez da posição do governo de Sr.^a Thatcher." (Costa 198) *Thatcherism* e *Reaganism* são retratados em *O Mapa Cor de Rosa* como duas forças imperiais, colonizadoras e repressivas. (Costa 198-246) Além da intensa violência decorrente do confronto entre 10 Downing Street e os independentistas da Irlanda, e do episódio das Malvinas, "entre dois governos de direita azelhas", (Costa 183) que deu ao "Império, de novo, uma causa", (Costa 182) outros confrontos tomaram lugar, nomeadamente entre o executivo Thatcher e os setores mais fragilizados da sociedade britânica. Além da repressão sobre a população caribenha de Brixton em South London face à insurreição resultante

das condições de segregação sentida pelos mais jovens, também a privatização da indústria mineira, a liberalização do mercado e a intimidação sobre os sindicatos produziram anos de inconstância e violência, numa perpetuação circular de hostilidade e atribuições.

A apresentação do Reino Unido no texto de Maria Velho da Costa, não obstante os momentos de descoberta e partilha *in loco*, esboça um fresco sobre o país, validando princípios identitários por parte do governo de Margaret Thatcher. De facto, ao ligar irreversivelmente a identidade britânica à manutenção das Malvinas, Thatcher evocou um significado de hereditariedade e da sua defesa: “We have to recover those islands. We have to recover them for the people on them are British and British stock and they still owe allegiance to the crown and want to be British”. (Thatcher 1982) A estimulação de um qualquer ressentimento coletivo pode ser igualmente lido nessas palavras de Thatcher, como se abaladas as fundações da identidade nacional. Como referem Filipe Carreira da Silva e Mónica Brito Vieira sobre a consideração do *nós*, no *European Journal of Sociology*: “the populist ‘we’ is as much a redeemed projection as an offended collective. This is how populists construct the first-person plural in a democracy – the ‘we’ in ‘We the people’”. (Silva e Vieira 1) Por sua vez, David Dixon reflete: “the British Nationality Act of 1981 was no mere peripheral modernisation, but rather the formalised expression of a reconstructed national identity which was a vital and central objective of the Thatcher programme’s racial and ideological politics”. (Dixon 175) Mais adiante, o autor refere-se à restrição das autorizações de residência e *work permits* delineada pelo manifesto do Conservative Party de 1979 que resultaria na eleição de Thatcher como primeira-ministra, defendendo tratar-se de medos resultantes da competição pelo mercado de trabalho e uma tentativa de racializar a migração. No artigo “Race and Populism. A Comparative Study of Thatcherism, Peronism and the American Populists”, Filipe Carreira da Silva e Mónica Brito Vieira questionam: “How is ‘THE PEOPLE’ defined in populist politics?” (Silva e Vieira 1) Abordando o populismo americano, o peronismo e o “authoritarian populism” de Thatcher, que alimentou o debate dos anos oitenta, (Laclau 1977; Hall 1980) os autores partem do argumento de que

"any politics built around 'the people', at least in any white majority country, will have a racist undercurrent". (Silva e Vieira 2) Atendendo ao discurso de Thatcher sobre a imigração, em 1978, numa entrevista em que refere que o Reino Unido se sentiria amedrontado face à iminência de se encontrar "swamped by people of a different culture", (Thatcher 1978) à sua proximidade com o racismo cultural e o neo-liberalismo de Enoch Powell, e ao normativismo na consideração de "British people", baseado na típica oposição us/them, considerando que "the heart of politics (...) are people who just want to live their lives", (Conservative Party 1979) a posição de Thatcher, como, de resto, defendem Filipe Carreira da Silva e Mónica Brito Vieira, é racialmente demarcada, hegemónica e identitária, conceptualizando a ideia de nacionalidade britânica. Enquanto prática de uma política racial excludente, o Thatcherismo assenta numa representação identitária que, citando novamente o estudo de Filipe Carreira e Mónica Vieira: "depends on a racial other that is blamed for the undeserved suffering of the 'we' in 'We the people'". (Silva e Vieira 24)

Numa nova era de populismo, fazendo uso dos instrumentais imperialismo/ expansionismo e da nostalgia mítica do *nós*, tem-se vulgarizado o ressurgimento de discursos nacionalistas grandiloquentes na contemporaneidade. As reincidências no euroceticismo, os movimentos nacionalistas e as pretensões neocolonialistas veiculadas em agressões bélicas ilustram-no, salientando as correlações estabelecidas por Maria Velho da Costa nos anos 80 entre carência e violência, e ajustáveis, nas suas circunstâncias, à atualidade.

Em *O Mapa Cor de Rosa*, as perceções de Maria Velho da Costa quanto à importância do historial imperialista, cujo fantasma, na consideração da *hantologie*, (Derrida 2006) se faz notar, colocam, em "Texugos, países", a questão sem retórica: "Que temos ainda a ver com a Inglaterra?", "que tem ainda a Grã-Bretanha a ver consigo mesma?" (Costa 215) Ora, a noção de *hantologie*, desenvolvida por Derrida em *Spectres de Marx*, em 1993, fixada pelo neologismo e jogo de palavras combinatório entre *ontologie* e *hantise*, descreve a persistência de elementos do passado, como se de espectros se tratassem, constituindo na verdade resíduos ideológicos, simbólicos e até afetivos, que não se

deixam exorcizar. (Derrida 2006) A hantologia, como ontologia do assombro, inscreve-se, pois, no horizonte da Desconstrução, admitindo que qualquer esforço para compreender a origem da identidade ou da história depende de um conjunto de condições linguísticas pré-existentes que assombra o presente. A realidade presente assume-se assim ambigualmente como presença e ausência, segundo a ontologia da espectralidade, causando uma disjunção temporal. (Derrida 2006) Tal assombração, no nosso entender, quanto ao caso britânico, implicará a consideração da nostalgia imperialista e a violência sistêmica dela decorrente enquanto fantasmas estruturadores do tecido social. Assim, a loucura de Ofélia acentua a ansiedade face à presença fantasmal da identidade a braços com a sua delimitação, oscilando entre o absurdo e a reflexão consequente. Num domingo, na ausência do *Sunday Times* que, devido à crise, não fora editado, a autora opta pelo *Observer*, cuja curiosa capa ostenta um texugo, animal suspeito de disseminação de tuberculose no gado bovino. Abata-se, portanto, o texugo, ainda que sem provas, e contra os protestos do país; porém, “em tudo parece hoje em dia o desejo desta nação a si mesmo ser contrário”. (Costa 216) Comentando o périplo da Rainha pela Austrália aquando do encontro anual da Commonwealth, a autora centra-se na Sr.^a Thatcher, “depois de uma digressão pelos intermináveis conciliábulos do petróleo”, a qual, em visita a um país árabe, usa “um chapéu surpreendente de ambiguidade cultural”. (Costa 216) A ambiguidade cultural surpreende, dadas as “resistências deste país à mudança e a sua porém incrustação inevitável (...) que dão origem a incongruências e confrontos literalmente gritantes. Que outro país ‘europeu’ tem mais violência?” (Costa 216) A assombração do passado, ou da identidade pretérita, assumindo vestígios culturais e ideológicos, permite uma espécie de dissociação temporal, pondo em causa a própria linearidade, como se esta desse lugar a sucessivos arcos centrípetos, numa persistência continuamente dialogante. Nesse sentido, os textos de Velho da Costa, dos anos oitenta, dobram-se tanto para o oitocentismo vitoriano, como para a atualidade, pelo menos no que respeita ao carácter dominador de alguns discursos sociopolíticos atuais, na senda de um revivalismo conservador.

Do texto “Texugos, países”, deduz-se a percepção de crise e a convulsão nas representações individuais e nacionais. Além de demonstrar a perplexidade da autora face às dificuldades do *Sunday Times* e ao colapso de indústrias como a Leyland e a Rolls Royce, o texto aponta ainda as incongruências do país – o *Observer* traria em primeira página um apelo, em duas colunas, *Aid Angola Now*, noticiando, na mesma edição:

Enoch Powell afirmou impunemente que a solução para o problema da violência e da marginalidade, a seu, claro!, entender, de origem racial, seja o retorno da população de cor (milhões ora na segunda geração de desempregados, sub-empregados e outros, todos eles residuais duma prática imperial) para as ex-colónias. (Costa 217)

A ironia seria risível, se não fosse grave, no entender da autora, que logo depois se apressa a comentar a sanidade moral da intervenção, evocando Alice, como outrora Ofélia, para ilustrar um estado de demência social. “Alice mora aqui, na ponta final do pesadelo, e qual a duquesa, como todos aqueles a quem uma crise desmiola, também a Sr.^a Thatcher parece não ver mais solução que a de cortar-lhes a cabeça”. (Costa 217) Se, antes, Ofélia já havia sido sinalizada como marca de uma demência divagante, a referência aliciana parece acentuar o absurdo da figura angular da hierarquização e estratificação decorrente. A tragédia parece dar lugar ao *nonsense*, aos seus contornos paródicos e quase caricaturais, ainda que sempre perniciosos.

Edward Said não discordaria, no mínimo, quanto ao carácter impositivo desvendado pela autora: “England of course is in an imperial class by itself, bigger, grander, more imposing than any other”. (Said XXII) E como o autor menciona ainda em *Culture and Imperialism*, “since narrative plays such a remarkable part in the imperial quest, it is therefore not surprising that France and (especially) England have an unbroken tradition of novel-writing, unparalleled elsewhere”. (XXII) Maria Velho da Costa, em outubro de 1981, em “Os fala-só”, questiona: “Que é feito do romance inglês?” (43) Surpreendida pela, então, parcimónia da oferta (“há pouco para ler”, queixa-se), revisa a

biblioteca do leitor português, de tardes demoradas sobre o romance de um tempo e espaço que evadia mais do que aquilo que a paisagem de emoções da “coisa francesa”, por familiaridade, permitia. (Costa 43) Lista-se Christie, Huxley, Lawrence, Woolf, Dickens, Eliot, Durrell, personagens como Jane Eyre e Catherine, a *cinematização sob traços melífluos de Merle Oberon*. E, depois, lemos a reflexão atenta de Maria Velho da Costa sobre o romance inglês: “assentavam sobre uma perspectiva centrípeta e inalterável – o império, a *teatralidade* do sistema de castas britânico, a intrínseca bondade duma percepção pragmática da realidade *tal como se reconhece*”. (45) Esta perspectiva do romance inglês, quando posta em comparação com obras posteriores, propicia uma astuta argumentação: “A Grã-Bretanha é grande e o romancista o seu profeta, sem catástrofe (...) nesse quietismo social e ético da coisa inglesa de que os seus romancistas foram publicitários sublimes (...) Joyce, da colónia irlandesa, foi pedrada do lado que caiu ao lado – só cronologicamente há na Inglaterra ficção post-joyceana”. (Costa 45)

Se a publicação do género não *feneceu*, o que se edita, porém, são milhares de exemplares de romance de terror, histórico, de amor, de “adultério superado pelo amor verdadeiro e de sexo mais ou menos explícito e sempre culposos”. (Costa 46) Sem desdém, Maria Velho da Costa comenta que talvez as leitoras, embora a realidade possa não se lhe reduzir, ainda que assim pareça publicamente, sejam de facto as herdeiras das *great expectations* e *sense and sensibility*. A autora conclui que a “Inglaterra é o único país do mundo (ledor) onde (...) as traduções de literatura estrangeira não entram (...) onde a incuriosidade pelo que se passa nas outras literaturas, mesmo nos meios intelectuais, quando não é total, é rebarbativa – Barthes, aqui por exemplo, se não foi um maçador, foi um aldrabão”. (Costa 46) Ao leitor do romance inglês de outrora, Angus Wilson, Iris Murdoch e John Fowles não dirão muito. A exceção seria Doris Lessing, “*por acaso* nascida na África do Sul”. (Costa 47) Maria Velho da Costa adianta como possibilidade o facto de Lessing, Durrell e Lowry darem continuidade ao romance “*por fora* do espaço-tempo do prado, do *cottage*, da mina, da grande casa”. (48) Conclui-se que o descrédito das instituições e a ordem do espaço interferirão, assim, inevitavelmente na literatura e na sua receção.

Conclui-se ainda que o mundo em convulsão de oitentas materializaria o hibridismo, distanciando-se do lugar comum do romance inglês e da sua inteireza elementar, e que, como refere Ana Paula Coutinho, “o redimensionar do espaço e tempo britânicos, a alteração nas relações de força entre centro e margens”, (58) formularia uma fala nova, já identificada no ano seguinte em “O Dia dos Namorados”. (Costa 149) Volta a ler “difícil e longo”, “o consumidor de cassetes de vídeo e de escovas elétricas”: a necessidade de entender sobrepõe-se, segundo uma aluna de Português da Universidade de Londres. (Costa 152) Maria Velho da Costa concordará: “o autor da *grande* ficção volta a ser procurado como um produtor de sentidos”. (153) A autora refere-se a William Golding, Anthony Burgess, Salmon Rushdie e D. H. Thomas.

A questão da representação não é, evidentemente, de somenos. Intrinsecamente ligada aos discursos de identidade e alteridade, a representação constrói, reproduz e contesta os modos de inclusão e exclusão das estruturas de poder, produzindo sentido no âmbito das estruturas simbólicas. Se representar não reflete apenas uma realidade, construindo-a discursivamente, então é fundamental compreender como os sujeitos são autorizados a falar ou impelidos a permanecer em silêncio. Assim, entre a face e a máscara, a ocultação ou o desvelamento, recordemos os trabalhos de Gayatri Chakravorty Spivak, na sua interrogação sobre o discurso e a subalternidade, pensando a possibilidade de o sujeito tido como subalterno poder de facto representar-se, problematizando os mecanismos discursivos ocidentais. (Spivak 1988) Por seu lado, Stuart Hall, que compreende a cultura como um sistema de significados partilhados, afirma que a representação, não sendo neutra, é mediada por relações de poder, ideologia e luta simbólica, pelo que representar será sinónimo de disputa pelo sentido, e a linguagem, meio de construção de identidade. (Hall 2016) Homi Bhabha complexifica esta discussão, propondo conceitos como “third space”, hibridismo e “in-between”. (Bhabha 1994) O autor procura, desse modo, desestabilizar a conceptualização das identidades fixas e dos binarismos coloniais, já que a representação não resulta de termos lineares, mas em espaços negociados e de ambiguidade, no quais o sentido se encontrará em trânsito contínuo.

Deste modo, a desconstrução derridiana mostra-se instrumento particularmente eficaz para a nossa leitura, na medida em que a subversão da lógica fixa colonial permite uma desmontagem de conceitos rígidos como centro/margem, identidade/ alteridade, sujeito/ objeto, permitindo-nos pensar a representação como processo dinâmico. (Derrida 1967, 1972) No âmbito dos Estudos Culturais, compreende-se, assim, a consistência da desconstrução derridiana com o incremento, nos anos 80, em plena era Reagan-Thatcher, da semiótica e do questionamento das hegemonias, sob uma teorização de fundo gramsciano, os quais parecem nortear também as reflexões de Maria Velho da Costa. Compreendemos, pois, a ironização crítica da autora relativamente aos discursos britânicos e portugueses face à sua herança imperialista, destacando, no primeiro caso, as narrativas de Doris Lessing, William Golding e Salman Rushdie como demonstrações da mudança e da ambiguidade na construção de novos sentidos através da literatura.

O propósito de Maria Velho da Costa, mais do que simplesmente produzir uma imagem da Grã-Bretanha, ou de Londres em particular, prende-se com o que dela poderá ser equiparável a Portugal, permitindo ainda ensaiar o diálogo mantido pelos dois países. “O que isto tem a ver com Portugal não sei bem. Um ardor de catástrofe, finalistas igualmente chumbados de uma desigualmente proveitosa, mas igualmente idealizada, prova imperial?” (Costa 218) As pretensões portuguesas sobre o mapa geoestratégico de 1884 e o Ultimato que viria a originar reações nacionalistas e antibritânicas³ ilustram a relação oscilante entre o Reino de Portugal e Algarves e The United Kingdom of Great Britain and Ireland, indagando-se, em último caso, a condição de protetorado. A titulação *O Mapa Cor de Rosa (Cartas de Londres)* não desobriga Portugal das leituras feitas sobre e em solo londrino, seja por via irónica, na submissão de Portugal à impetuosa armada inglesa da Rainha Vitória, seja pela disputa entre potências

3. A secção “High Life” do *Diário Ilustrado* foi rebatizada como “Alta Sociedade”, escreviam-se poemas patrióticos, instigou-se que palavra *hurrah* caísse em desuso, vários ingleses enfrentaram despedimentos e o repúdio daqueles ficou firmado na expressão “guerra santa aos ingleses”. (Barros 85)

colonialistas. Ao revisitar o episódio traumático – sobretudo para a monarquia –, revalida-se a noção de ambivalência entre carência e violência, espoletando-se a última na tentativa de afirmação do Reino de Portugal como nação imperialista beligerante entre as demais europeias. Similarmente a um episódio anterior, aquando da Questão de Bolama, tais incursões pela história desvelam um fenómeno processual aparentemente repetível quanto à, chamemos-lhe, diplomacia política, numa alternância entre aliança e protetorado, coligação e submissão. O paradoxo e a antinomia são fatores relevantes que devem ser somados a este breve comentário aos imagótipos nacionais patentes na relação anglo-portuguesa instados pelo texto de Maria Velho da Costa. De facto, a condição geograficamente periférica do país, durante séculos, poderá ter influenciado a autoavaliação paradoxal ilustrada no argumento antitético de superioridade e inferioridade nacional, bem como na relação de repulsa e atração face quer a Espanha, quer a Inglaterra, num movimento de aproximação e afastamento validado pela história. Recorde-se o apoio inglês aquando das Invasões Francesas e, logo depois, a permanência regencial de William Beresford, bem como, décadas após a expulsão, a questão que dá nome ao texto de Velho da Costa.

O último texto, “O tratado de Windsor”, resultará assim numa clara evocação das relações entre Portugal e o Reino Unido ou, como a linhagem monárquica estabelecia, a Inglaterra. Assinado em 1386, o acordo abre caminho ao casamento entre D. João I e D. Filipa de Lencastre, ou ainda Lancaster, um ano depois. As treze cláusulas do Tratado de Windsor, enquanto confirmação da aliança prévia entre D. Fernando e Edward III, em 1373, implicam o socorro mútuo, o apoio diplomático-militar e a livre circulação de pessoas e bens. Quatrocentos anos depois, o mapa pintado de rosa ilustra a política expansionista portuguesa, de que é exemplo a fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1875, na qual se desenvolveu a Comissão Nacional Portuguesa de Exploração e Civilização da África, mais conhecida por Comissão de África.

O que tem, então, tudo isto a ver com Portugal? “(...) passando um pano de luto por cima da espoliação, fartámo-nos de dar mundos

ao mundo". (Costa 218) Ora, esta expressão adaptada da épica camoniana, tornada máxima cultural, encerra toda uma retórica patriótica que, não obstante a revisitação crítica, é citada amiúde como menção representativa do país. De facto, a ideia de *descoberta* será o centro da mitologia portuguesa, como advoga Margarida Calafate Ribeiro (Ribeiro e Lourenço n.p.). A convergência dos sentidos de nação e império terá sido habilmente produzida e, sabemos, grandemente incentivada pelo Estado Novo. Mas seria o romancista português profeta e publicitário da coisa portuguesa?

Em 1926, foi criado o "Concurso de Literatura Colonial" pela Agência Geral das Colónias. O concurso pretendia estimular a produção literária sobre as colónias e dar a conhecer os efeitos do regime, na convicção de que o contacto com esses textos aproximaria a "metrópole" de África. Mas a preocupação antecede-o. Segundo Margarida Calafate Ribeiro, a literatura colonial reflete uma "ideologia de dominação ligada ao processo histórico da colonização moderna, lançado no século XIX desde o Congresso de Viena de 1814/5 e da Conferência de Berlim de 1884/5 até à emergência das independências". (Ribeiro 517) Refere ainda: "Trata-se de uma literatura cujo empenhamento político-ideológico é evidente e cujo objetivo de registar esteticamente os vários momentos do processo colonial prevalece na elaboração narrativa, nos títulos escolhidos, nos prefácios e notas que muitas vezes constituem verdadeiros manifestos por uma literatura colonial". (517) A missão de promoção do sistema e do imaginário colonial resulta na clarificação da identidade colonial europeia. Margarida Calafate Ribeiro refere que tal literatura, apesar dos estímulos, nunca terá marcado concretamente o panorama literário português. Ainda assim, os traços generalizados seriam o princípio moralizante e ideológico das narrativas, bem como a relevância dada às personagens brancas europeias.

De qualquer forma, e a literatura da e sobre a, então, "metrópole"? De que forma os romancistas e demais narradores da, a haver uma, "casa portuguesa" lhe edificaram a fachada? No mesmo trabalho, Margarida Calafate Ribeiro refere-se a António Nobre, Camilo Castelo Branco e Eça de Queirós, na construção de uma imagem de

África para a qual remetem as “personagens fracassadas”. De facto, “no imaginário literário português do final do século XIX e início do século XX, África é raramente referida, aparecendo quase sempre associada a uma imagem de degredo e fim do mundo”. (Ribeiro 520) Mas, a par da literatura inglesa, no entender de Maria Velho da Costa, foi o romancista português um profeta da “coisa” portuguesa? Atendendo às palavras de Eduardo Lourenço (1994), dando conta de uma hipereidentidade patológica, talvez possamos concordar. Mas poderemos considerar a intelectualização da “coisa portuguesa” como a “coisa portuguesa”? Os mitos nacionais resultam da idealização do passado, e o processo de ficcionalização ou “filtragem que rasura ou ‘esquece’ os fracassos e exalta os sucessos nacionais”, como refere Ana Cristina Gil, é substancial. (Gil 30) Assim, reconhece-se que a essencialização será um efeito provável de tal filtragem.

Os alegados espírito saudoso, o profetismo e a decadência abúlica do país são constatações veiculadas por diversas poéticas: os sermões vieirianos, as críticas realistas finisseculares, a diagnose futurista de Almada Negreiros⁴ ou, ainda, o cariz espiritualista da obra de Teixeira de Pascoaes, entre outros exemplos. O sebastianismo patológico, agudizado por um isolamento autoapologético, segundo Eduardo Lourenço, citado por Ana Cristina Gil, (Gil 52) são tidos como traços comuns ao povo português e às produções literárias, tendentes à subjetividade e ao pretenso narcisismo lírico. Fidelino de Figueiredo, em *Características da litteratura portuguesa* (1915), aponta justamente essa propriedade, avolumada na figura do herói coletivo no texto epopeico. Não será, pois, de descurar a apresentação de Portugal como um “país de poetas”. Ao contrário da imagem do pragmatismo inglês – “percepção pragmática da realidade” (Costa 45) – eventualmente registado no enquadramento e organização do espaço íntimo da casa inglesa dos romances, o que se destacará no suposto carácter português, de acordo com os estudiosos da identidade e autoimagem portuguesas

4. “Portugal está a dormir desde Camões”, refere José de Almada Negreiros, pondo em causa “o atavismo alcoólico e sebastianista de beira-mar”, (Negreiros 41) propondo a participação do país na guerra como anulação do decadentismo, na Primeira conferência Futurista, em 1917.

como Eduardo Lourenço, Fidelino de Figueiredo e António Sérgio, para citar alguns do industrioso trabalho de Ana Cristina Gil, é o excesso de subjetividade, misticismo, atavismo e défice de racionalidade. (Gil 53) Um autoimagótipo comum e reiterado, portanto, cujos critérios de ordem literária são extrapolados para a vida cultural e para a identidade portuguesa e daí novamente para a representação. Ainda que a autora, no texto em análise, não desenvolva um comentário alargado a tais pressupostos, em “Um dia no campo”, regista uma observação contundente:

O que Fernando Pessoa não escreve a Sá-Carneiro (...) o que Camilo inscreve na paixão funesta de Fanny Owen e seu amigo (ou o que Agustina nos faz saber que um Camilo poderia inscrever) – é medonho. Mas não é medonho porque Camilo ou Pessoa nos ‘apareçam’ como vampiros de almas (...) mas antes como contaminadores de um *excesso*, um excesso até de função, que outros, ávidos, não poderão suportar sem tragédia. Que isso nos faça de Pessoa (...) uma memória depressiva, e de Camilo, que era violento, uma memória irada, e que isso ainda nos fascine tanto é que já é da ordem da sociologia da literatura em Portugal. Eça ou Almada foram muito poucos para retirar à situação de autor português a sua quase obrigação de desgraça, ou de eminência moral ou de reclusão esquizóide ou isso tudo junto. (Costa 66)

À autora reconhecem-se ainda apontamentos (auto)paródicos quanto ao mal de sangue (Costa, *Missa* 89) que, acreditamos, associa à literatura portuguesa, tanto numa vertente intertextual como irónica, face ao seu excesso romântico ou, antes, à imagem que é feita da literatura portuguesa.⁵ Em *Missa in Albis*, Maria Velho da Costa evoca as paixões trágicas de Simão e Teresa na relação de Simão e Sara, norteadas pela toada passional de “Carta de Amor” de José Régio. A leitura que a autora faz da imagem do autor português, como vemos, diverge do estereótipo de uma condição de exceccionalidade

5. O diálogo é o seguinte: “– E você, vem direitinho do Amor de Perdição? Que não, mas que para lá caminhava, estava-nos na massa do sangue”. (Costa, *Missa* 89)

melancólico-trágica que lhe tem sido atribuída. Tal posicionamento crítico reforça a percepção de uma generalização naturalizada do autor e da literatura portuguesa, bem como dos efeitos modelares dos discursos sobre as questões de índole identitária.

Além da imagem de destino turístico – representação que se fez notar ao longo das décadas, especialmente visando o sul do país –, descrito não sem sarcasmo porventura metonímico, “friendly, unspoilt Portugal a preços módicos”, (Costa 117) a conceção que Londres fará de Portugal não é muito evidente no texto de Maria Velho da Costa. Evoca-se Maria Leonor Machado de Sousa, que teria visitado King’s College e falado das “relações culturais entre Portugal e a Inglaterra ao tempo do iluminismo”, (Costa 189) mas não é clara a imagem, naturalmente filtrada pela autora, de Portugal junto de ingleses, nem quando, numa sessão dedicada ao cinema português, alguns filmes são projetados.

É um verão quente, mas não o “nosso Verão quente”, refere Maria Velho da Costa, algo provocatoriamente, dir-se-ia, como quando opta, diante dos alunos de Português, por intitular o objeto de imbróglio geográfico como Malvinas e não Falklands. É o ano de 1982, junho, data da visita de Ronald Reagan, que “cavalgava ontem de selim à inglesa e perna aberta à cowboy ao lado da rainha de lenço na cabeça, como uma reminiscência geriátrica do *pantheon* dos anos cinquenta. Tudo se imita, como que naturalmente”. (Costa 245) Tratar-se-ia da “missão civilizadora do ocidente, a cruzada pacifista e democrática”, (Costa 246) um remoque irónico face ao que se assumirá como o semblante ecuménico da identidade americana. A autora despede-se: “sai-se daqui, após estes dois anos, com a perspetiva mudada”. (Costa 247)

Ora, como foi possível verificar, Maria Velho da Costa pinta um retrato social sombrio de Londres, fazendo-o assentar no ensaio sobre a oposição carência/violência. Ao salientar as razões pelas quais a carência ultrapassa a dimensão material, resultando na desilusão com o contrato social e na falência da solidariedade coletiva, a autora reflete sobre as suas causas mais profundas. Assim, a violência sexual, de que o caso Ripper é exemplo trans-epocal, é abordada como prova

da fragilidade da lei, bem como da reprodução de estereótipos de inferiorização da mulher, revelando uma sociedade desigual e insustentável. No entender de Maria Velho da Costa, a sexualidade pode ser analisada como espelho da sociedade, na qual a intimidade se opõe naturalmente à violação pela salvaguarda da firmeza relacional como único antídoto para a violência. Sob a aparência de civilidade, oculta-se uma estrutura sexista e classista, propensa a desequilíbrios e exclusões, materializadas em pulsões agressivas. O paralelismo entre Inglaterra e Portugal evidencia, deste modo, continuidades colonialistas e autoritárias no trato social, caracterizado pela “tirania íntima” (Costa 148) e hábitos de repressão demarcados, não raramente, por uma espécie de estetização da violência, especialmente durante o governo de Thatcher, visto como um projeto político populista, racialmente demarcado e entendido como fiel herdeiro do imperialismo.

Tais imagens dos anos 80, destacando episódios que, no entender da autora, revelam bem o colapso social e as manifestações racistas, são correlacionadas com o “ouro literário da casa”, (Costa 199) Ofélia e Alice, destacando-se o absurdo e a decadência do poder britânico na alegoria da loucura e do *nonsense*. A ironia é um instrumento de crítica à persistência do imperialismo fantasmático cuja aparição assombra o presente, no mesmo desempenho que Jacques Derrida descreve como *hantologie*. O filósofo da Desconstrução, ao instar à abordagem do fantasma – “Il faut parler du fantôme, voire au fantôme et avec lui” (Derrida 15) –, faz implicar o reconhecimento do passado como suporte para a construção de uma ética e política verdadeiras. Maria Velho da Costa parece concordar, assinalando o imperativo de revisitar criticamente as heranças das, outrora, potências coloniais.

Os comentários da autora à identidade, exclusão, nostalgia imperial e instrumentalização cultural poderão ser debatidos à luz da contemporaneidade sobre populismo, racismo e neocolonialismo, o que revela a atualidade das suas observações.

No retrato de Londres estabelecem-se afinidades e contrastes históricos com Portugal, mostrando a ambiguidade mais uma vez inscrita entre carência e violência. Das observações literárias tecidas pela autora, levanta-se a questão: seria o romancista português um profeta

da coisa portuguesa? Um dos mais evidentes contrastes é resultante, então, das autoimagens: Portugal é lido internamente como místico e lírico, e o Reino Unido como pragmático e organizado. Por outro lado, o traço antinómico parece irrevogável, concluindo-se da coexistência do sentimento de superioridade/inferioridade e atração/repulsa na relação, inclusivamente, com a Inglaterra. A perspetiva da autora, finalmente, parece mudar quanto à imagem consolidada do Reino Unido no que diz respeito ao aspeto pragmático, salientando-se a ironia e lentidão britânicas como forma de reação à crise, no verão de 1982, o que contrasta ironicamente com o verão quente português. Esta inversão contraria generalizações essencialistas ou autoimagens reiteradas na receção crítica literária, das quais a autora parece discordar.

É, então, afeição o que sente por “este povo que aboliu a pressa e que, afligido de uma grande crise, recorre a uma abulia um tanto irónica, que talvez tenha estado sempre no íntimo de todas as suas proezas. São povos tristes, os povos imperiais, dizia-me (...) o meu amigo, que é italiano de origem”. (Costa 247) Despede-se dos “meninos de Pimlico” com a crise dinástica de 1385. A língua, como cultura e história, é bem descrita no seu ofício didático. “Maybe, maybe, talvez não houvesse Portugal, se a Inglaterra não tivesse sempre ajudado tanto. Não tivesse sempre temido tanto a Espanha”, são as leituras dos aprendizes. “Talvez, talvez”, é a resposta da professora, já centrada na escrita, refletindo posteriormente sobre a relação anglo-lusa. (Costa 248) Essa indecisão exprime a ambiguidade na formação dos países de uma forma generalizada, na conceção das suas fronteiras, dos seus mitos e identidade, face ao medo e ao orgulho, à carência e à violência. Mas, sobretudo, a irreversibilidade do contacto com a alteridade e do que dele resulta como processo de individuação e de metamorfose constante. Uma tristeza consciente ou, antes, uma forma de abulia irónica parece permear ambos os países na consideração dos seus passados. Serão os países imperiais similares na experiência da sua rememoração?

Ali, “um lugar de arrebatamento surdo e de domesticidade cosmopolita, a cidade está toda preparada para as pessoas se poderem

sentar num banco à beira relva, debaixo das árvores, a deixar fluir uma convivência profunda com *all things both great and small* (...) como diz Coleridge". (Costa 248) Tendo partido da situação de crise nacional, a braços com a herança colonialista e a imersão num mundo multicultural, *O Mapa Cor de Rosa* aproxima-se gradualmente de um sentido mais lato e mais profundo das idiossincrasias londrinas, patente na organização do espaço. A aparente dolência será afinal a abulia irónica de quem tristemente se reconhece na falha. Dos alunos, a autora revela terem-se impressionado com a primeira dinastia – Inês, Salado, rosas –, concluindo que "a escolaridade inglesa, toda centrada no *visto e tocado* mais do que no *aprendido*, os deixa muito disponível para o maravilhoso". (Costa 247) Mais uma vez se salienta a distinção entre portugueses e ingleses, um imagótipo que resiste desde *Os Maias*, pelo menos, obra em que o velho Afonso apontava o conservadorismo tradicionalista e livresco como fator de atraso português, contrariamente ao método inglês, experimental. Embora Maria Velho da Costa não secunde essa formulação quanto a eventuais fenómenos de atraso cultural, como o autor realista, é, no entanto, evidente a distinção estabelecida entre as metodologias didático-pedagógicas e o efeito. Das línguas, como culturas, modo de estar, abraçar o mundo, a autora reflete:

Os alunos de Pimlico vão de férias a Portugal que mal conheço, o das ilhas e o de vilas obscuras no interior nortenho, onde falarão inglês como os irmãos, até que a necessidade de tarefas e jogos infantis os distraia para os outros nomes das coisas, que voltarão a esquecer até para o ano que vem. Eivados já da certeza de que a língua é uma passagem para um outro modo de ser e estar. (Costa 248)

Migrar será aprender "os outros nomes das coisas" que, sendo as mesmas, não o são, na concretude da diferença que as propriedades físicas em conjunto com as narrativas históricas e humanas imprimem. O trajeto, aparentemente curto, deste *Mapa Cor de Rosa*, não deixa de demonstrar o rigor da observação crítica e o afeto pelo lugar e pelas gentes, superando leituras iniciais, aprofundadas pela

retificação ou, pelo menos, averiguação das causas e razões, numa vertente sensível à diferença e às condicionantes. Um exercício de imagologia que, porém, não evita o lugar do próprio enunciador que, em trânsito, não deixa de se *outrar* e assim reestruturar pelo conhecimento dos “outros nomes das coisas”.

O périplo terminará, justamente, em “tempo de adeuses e separações”, de regresso à sua Ítaca com o comentário à apropriação da língua pelo espaço como uma vivência temporal absorvida do exterior para o interior: “Não é a minha cidade, mas dificilmente adoptaria outra para uma tão íntima passagem de estar”. (Costa 249)

Obras Citadas

- Bhabha, Homi K. *The Location of Culture*. London: Routledge, 1994.
- Barros, Miguel. *O ultimato de 1890 e o nacionalismo português de fim de século*. Tese de Mestrado. ISCTE, 2011. <https://www.iscte-iul.pt/tese/3472>.
- Silva, Filipe Carreira da, e Mónica Brito Vieira. “Race and Populism. A Comparative Study of Thatcherism, Peronism and the American Populists.” *European Journal of Sociology* 65.3. 2024: 281-307. Doi: <https://doi.org/10.1017/S0003975624000031>. Consultado em abril de 2025.
- Conservative Party, 1979. *Conservative General Election Manifesto 1979*. Disponível em: <https://www.margareththatcher.org/document/110858>. Consultado em abril de 2025.
- Costa, Maria Velho da. *O Mapa Cor de Rosa (Cartas de Londres)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.
- . *Missa in Albis*. Porto: Assírio e Alvim, 2016.
- Coutinho, Ana Paula. “Outras ‘Cartas De Londres’: O Mapa Cor de Rosa de Maria Velho da Costa (Contributos para uma Cartografia Enunciativa de Escritores em ‘passagem de estar’)”. *Cadernos de Literatura Comparada*, nº 24/25, Dezembro de 2011. <https://ilc-cadernos.com/index.php/cadernos/article/view/131>. Consultado em abril de 2025.
- Derrida, Jacques. *L'Écriture et la Différence*. Paris: Éditions du Seuil, 1967.
- . *Of Grammatology*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1976.
- . *Spectres de Marx*. Paris: Galilée, 2006.

- Dixon, David. "Thatcher's People: The British Nationality Act 1981." *Journal of Law and Society*, 10, 1983: 161-180.
- Gil, Ana Cristina. *A Identidade Nacional na Literatura Portuguesa. De Fernão Lopes ao fim do século XIX*. Lisboa: Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Universidade Nova de Lisboa/ Universidade dos Açores, 2015.
- Hall, Stuart. *Cultura e Representação*. Trad. Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Apicuri.
- . "Race, Articulation and Societies Structured in Dominant Theories: Race and Colonialism". UNESCO, 1980.
- Homero. *Odisseia*. Trad. Frederico Lourenço. Lisboa: Quetzal, 2024.
- Kristeva, Júlia. *Powers of Horror. An Essay on Abjection*. New York: Columbia University Press, 1982.
- Laclau, Ernesto. *Politics and Ideology in Marxist Theory*. London: Verso, 1997.
- Locke, John. *Second Treatise of Government: And a Letter Concerning Toleration*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- Lourenço, Eduardo. *Nós e a Europa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994.
- Negreiros, José de Almada. "Primeira Conferência Futurista/ Ultimatum Futurista às Gerações Portuguesas do século XX". *Obras Completas. Textos de Intervenção*. Vol. VI. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.
- Ribeiro, Margarida Calafate. "Letras do Império: percursos da literatura colonial portuguesa". *O Império Colonial em Questão (Sécs. XIX e XX)*. Org. Miguel Bandeira Jerónimo. Lisboa: Edições 70, 2012.
- . "Eduardo Lourenço – um diálogo com Portugal". Coimbra: Seara Nova, 1764, 2023. Disponível em: <https://searanova.publ.pt/2023/11/16/eduardo-lourenco-um-dialogo-com-portugal/> . Consultado em abril de 2025.
- Said, Edward W. *Culture and Imperialism*. New York: Vintage Books, 1994.
- Spivak, Gayatri Chakravorty. "Can the subaltern speak?". *Can the subaltern speak? Reflections on the history of an idea*. Ed. Rosalind C. Morris. New York: Columbia University Press, 1988. 21-80.
- Thatcher, Margaret. TV Interview with Gordon Burns for *World in Action*, Granada Television, 27 January. Disponível em <https://www.margaretthatcher.org/document/103485>. Consultado em abril de 2025.

Um Mar de Esperança:
Uma Leitura de *The Road* (Cormac McCarthy),
A Vida no Céu (José Eduardo Agualusa) e
Prophet Song (Paul Lynch)
Através da Lente das Humanidades Azuis

Márcia Lemos
(FLUP/CETAPS)

Consider all this; and then turn to this green, gentle, and most docile earth; consider both, the sea and the land; and do you not find a strange analogy to something in yourself? For as this appalling ocean surrounds the verdant land, so in the soul of man there lies one insular Tahiti, full of peace and joy, but encompassed by all the horrors of the half known life. God keep thee! Push not off from that isle, thou canst never return!

Herman Melville, *Moby Dick* (270-271)

As Humanidades Azuis (*Blue Humanities*) estudam, entre outras coisas, a forma como o mar é representado na literatura e outras artes, e o modo como simbolicamente influencia a construção da identidade humana, povoando o nosso imaginário individual e coletivo com histórias de ruína, mas também de superação e resiliência. Simultaneamente, afirmando-se como um campo multidisciplinar de investigação, as Humanidades Azuis procuram igualmente consciencializar os humanos para a importância de se pensar os oceanos, e outros cursos de água, com uma visão renovada e

um discurso menos utilitarista. Como sublinha Oppermann em *Blue Humanities: Storied Waterscapes in the Anthropocene*: “What is of utmost importance here is subverting the dominant assumptions about the seas as exploitable resources separate from the human sphere, thus emphasizing the coextensivity of human realms and the seas”. (3) De resto, a argumentação de Oppermann está em linha com o pensamento crítico na área. Em *The Human Shore* (2012), por exemplo, o historiador John R. Gillis, já tinha sublinhado, precisamente, a componente relacional entre o elemento humano e o elemento natural, neste caso concreto o mar e a sua linha de fronteira com a terra. O termo “blue humanities”, cunhado em inglês por Steve Mentz, em 2009, foi, de resto, retomado e popularizado por Gillis¹ num artigo intitulado “The Blue Humanities”, publicado na revista *Humanities* (2013), em que Gillis reforça a importância do mar no imaginário até dos que nunca nele se aventuraram: “The sea lurks in the imaginations of millions, if not billions, of people who will never test its waters. It is forever in our dreams and nightmares, more now than at any time in history”. (s/p.) A mesma ideia é retomada por Mentz, em *Ocean* (2020), quando reflete sobre a origem do mar e a forma como os humanos com ele se relacionam, não apenas nas suas ações, mas também nas narrativas que criam para lhe dar sentido: “Poised on the sea’s edge, we balance between kinship with and alienation from the watery part of the world. Ocean insinuates its salty fingers into that division and wedges meaning out of both the longing that draws us to the great waters and the fear that drives us away”. (4)

No contexto português, é impossível refletir sobre a representação do mar na literatura sem convocar de imediato Fernando Pessoa e o seu célebre “Mar Português” (1934):

1. Curiosamente, embora fosse uma novidade no meio anglófono, o termo já havia sido introduzido no século XX por um escritor turco. (V. Oppermann 2)

Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.
(Pessoa *Mensagem*, s/p.)

A exaltação dos feitos e da coragem dos portugueses na época da expansão marítima, dos séculos XV e XVI em particular, é óbvia, desde logo pelo próprio título do poema que reclama para Portugal a posse do mar, mas também pela poderosa imagem das lágrimas portuguesas que terão contribuído para os seus níveis de salinidade, e pela invocação de diferentes vocábulos que reforçam o risco destas incursões marítimas: “Bojador”,² “dor”, “perigo”, “abismo”. Malgrado todos os perigos, Pessoa sintetiza bem a natureza ambivalente do mar nos versos finais ao afirmar que: “Deus ao mar o perigo e o abismo deu,/ Mas nele é que espelhou o céu”. Todavia, sabemos que a expansão marítima não foi motivada apenas pela curiosidade científica, o espírito de aventura e a valentia dos marinheiros portugueses ou demais, mas também, ou sobretudo, pela escassez de oportunidades ou as ameaças existentes em terra. E, por outro lado, sabemos também que o resultado destas incursões celebradas pelos portugueses e demais povos colonizadores europeus tiveram consequências

2. O Cabo Bojador, dobrado pela primeira vez pelo navegador português Gil Eanes em 1434, era também conhecido como o Cabo do Medo. Sendo um ponto especialmente perigoso da travessia em torno do continente africano, está associado ao desaparecimento de inúmeras embarcações, com consequentes perdas de vidas humanas, e inspirou, por conseguinte, muitas histórias sobre monstros marinhos.

devastadoras para outros seres humanos e habitats naturais. As humanidades azuis procuram precisamente refletir sobre estas dinâmicas de poder, desconstruindo-as, (Opperman 11) e este é um dos pontos mais relevantes porque tem sido transversal na relação dos humanos com o mar, perdurando na contemporaneidade e refletindo-se decisivamente na literatura e outras artes. Opperman refere-se mesmo a uma visão binária do oceano – “awe-inspiring and uncontrollable” (7) –, sobretudo na tradição ocidental e eurocêntrica. (6)

Numa época em que as notícias de naufrágios de barcos cheios de migrantes (provenientes de África ou da Ásia), que procuram desesperadamente realizar o seu sonho europeu, são, tragicamente, diárias, não podemos deixar de continuar a interrogar-nos sobre o poder real e simbólico do mar, com o seu incomensurável potencial de esperança, mas também com todos os perigos, armadilhas e incertezas que lhe estão associados.³ Os três romances definidos como objeto de estudo no presente artigo foram publicados já no século XXI e oferecem três visões, de algum modo complementares, da importância do mar para a sobrevivência dos respetivos protagonistas. Com efeito, se em *The Road* (EUA, 2006) e em *Prophet Song* (Irlanda, 2023), o mar é entendido como a única alternativa a uma terra que se tornou, por circunstâncias diversas, estéril, ameaçadora e claustrofóbica, em *A Vida no Céu* (Angola, 2013), o mar, embora seja sinónimo de “assombro”, “abismo” ou “irrealidade paralela”,⁴ continua a ser uma reserva importante de bens alimentares sem os quais muitos não sobreviveriam.

Com o curioso subtítulo *Romance para Jovens e Outros Sonhadores*, *A Vida no Céu* apresenta ao leitor o mundo após um dilúvio de proporções bíblicas – “O mar cresceu e engoliu a terra” (15) –, ao qual

3. Para além do Bojador, o Cabo da Boa Esperança é também um marco geográfico histórico para os portugueses. Dobrado por Bartolomeu Dias em 1488, curiosamente começou por ser denominado como Cabo das Tormentas, o que mais uma vez mostra o carácter ambivalente do mar na forma como é apreendido e representado pelos seres humanos: depois de “conquistado” passou de tormenta a esperança.

4. “O que mais me impressionou foi a piscina. Entrei na água, aterrorizado, aturdido, pois nunca vira nada semelhante. Havia o mar, lá muito em baixo, **uma irrealidade paralela**. O mar era o **assombro**, afundado em nuvens, para onde lançávamos os mortos. A piscina do Paris tem fundo transparente. Mergulhar nela é como saltar para o **abismo** sem a segurança de um bom cabo.” (Aqualusa 19-20; meus negritos)

apenas um por cento da humanidade sobreviveu.⁵ O texto começa, de resto, com uma frase solitária e ambígua, escrita integralmente em letras maiúsculas: “DEPOIS QUE O MUNDO ACABOU FOMOS PARA O CÉU”. (15) Trata-se de uma frase ambígua porque esta ideia de uma ida para o céu, sobretudo quando associada a um cenário catastrófico, poderia ser interpretada num sentido metafórico e religioso. Terá sido isto que aconteceu à grande maioria dos humanos que não sobreviveram ao grande dilúvio? Terão eles ascendido ao Céu, no sentido religioso da palavra? Estas questões permanecem em aberto porque, logo após a enigmática frase inicial, o leitor é informado de que os sobreviventes do dilúvio (ocorrido trinta anos antes), encontraram um novo lar literalmente no céu, habitando pequenas embarcações ou grandes dirigíveis. Neste contexto, as palavras de Pessoa em “Mar Português” parecem quase proféticas. O dilúvio e o consequente aquecimento das águas fizeram do mar um abismo asfixiante e inabitável para os humanos, mas a alternativa – o céu – ficou, desde logo, espelhada nessas mesmas águas inóspitas.

A existência da humanidade no céu representa, de resto, uma inversão da que outrora foi considerada uma nova fronteira utópica. De facto, no século XVIII, a invenção dos balões de ar quente permitiu ao ser humano olhar para cima e sonhar com um lugar mais alto para realizar os seus desejos. Pelo contrário, no romance de Agualusa, os humanos olham para baixo na esperança de encontrar um pedaço de terra sobrevivente que possa tornar a vida em terra novamente possível. À medida que a narrativa avança, os ecos de uma Ilha Verde permeiam todos os rumores e há muitas personagens que a procuram. Isto revela, ironicamente, um profundo sentimento de aprisionamento sentido pelos habitantes do céu, especialmente os que ainda se recordam da

5. A premissa base da narrativa de Agualusa apresenta algumas semelhanças com o argumento do filme *Waterworld* (1995), realizado por Kevin Reynolds e protagonizado por Kevin Costner, que integrou igualmente a equipa de produção. A longa-metragem, ambiciosa para a época, no que diz respeito, por exemplo, aos efeitos especiais e à construção de *sets* de filmagem em meio aquático, retrata um futuro bem mais distante do que o antecipado por Agualusa em *A Vida no Céu*. Em 2500, os humanos sobrevivem em atóis artificiais, após o degelo dos polos ter levado à (aparente) submersão de toda a terra. Alguns desenvolvem até mutações genéticas (guelras e membranas interdigitais) que lhes permitem uma melhor adaptação ao meio aquático, mas também implicam a sua exclusão das comunidades dos atóis, uma vez que são rejeitados enquanto subespécie mutante que poderá corromper o que resta da humanidade.

vida na terra: “Vocês, os filhos do ar, não fazem a menor ideia de como a terra era bonita”; “Eu era livre, lá na terra, podia ir para onde quisesse. Aqui no céu, somos todos prisioneiros, ricos e pobres”. (Agualusa 26) Embora em perpétua circulação, os habitantes do céu sentem-se mais do que nunca prisioneiros, pois não encontram um lugar. Na verdade, como se lê no romance: “(...) no céu não existem lugares. No céu tudo está sempre em movimento”. (Agualusa 28)

O dilúvio levou ao desaparecimento de países e continentes inteiros,⁶ mas as grandes metrópoles de outrora, geralmente as capitais dos respectivos países, continuam a existir sob a forma de imponentes dirigíveis, barcos voadores ou modestos balões de ar quente: “Os países desapareceram, mas as cidades continuam a existir. O que se passa é que agora viajam. A toponímia tornou-se móvel”. (Agualusa 20) Cada

-
6. Não raras vezes, a ficção antecipa a realidade e, no caso da ficção de Agualusa, um tal dilúvio seria já a segunda coincidência. O escritor angolano ganhou, em 2017, o prestigiado prémio International Dublin Literary Award (IDLA) com a tradução para inglês de *Teoria Geral do Esquecimento*/A General Theory of Oblivion, traduzido para língua inglesa por Daniel Hahn. O livro conta a história de uma mulher portuguesa expatriada, chamada Ludovica, que se emparedou, literalmente, no seu apartamento, temendo os efeitos da independência angolana, e emergindo apenas vinte e oito anos depois. Embora a história seja fictícia, aquando da publicação do livro soube-se que em Moçambique, país de acolhimento de Agualusa, um casal tinha vivido quase trinta anos num lugar fechado, tal como a protagonista de *Teoria Geral do Esquecimento*, uma coincidência, aliás, destacada pelo autor no seu discurso de aceitação do IDLA. (Kean s/p.) O dilúvio que dá o mote a *A Vida no Céu*, felizmente, não aconteceu (ainda), mas há quem defenda que tem grandes probabilidades de vir a acontecer. No documentário *Before the Flood* (2016), o conhecido ator e ativista ambiental Leonardo DiCaprio, mandatado Mensageiro da Paz pelo, na altura, Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, percorreu o mundo para ouvir especialistas na área das ciências e responsáveis políticos sobre o tema das alterações climáticas e suas possíveis consequências, tendo concluído que cheias de magnitude apocalíptica são um cenário assustador, mas plausível. É, por essa razão, que o documentário se intitula *Before the Flood* (*A Inundação da Terra*, na sua tradução para português europeu, e *Seremos História?*, na tradução para português do Brasil) e termina com a partilha do discurso emotivo do próprio DiCaprio na cimeira das Nações Unidas sobre as alterações climáticas, em 23 de setembro de 2014, apelando à ação para se salvar o planeta e a humanidade:

As an actor I pretend for a living.

I play fictitious characters often solving fictitious problems. I believe mankind has looked at climate change in the same way: as if it were a fiction, as if pretending that climate change wasn't real would somehow make it go away.

But I think we know better than that. Every week, we're seeing new and undeniable climate events, evidence that accelerated climate change is here now. We know that droughts are intensifying, our oceans are warming and acidifying, with methane plumes rising up from beneath the ocean floor. We are seeing extreme weather events, increased temperatures, and the West Antarctic and Greenland ice-sheets melting at unprecedented rates, decades ahead of scientific projections.

(...)

This is not a partisan debate; it is a human one. Clean air and a livable climate are inalienable human rights. And solving this crisis is not a question of politics, it is a question of our own survival. (DiCaprio s/p.)

cidade ou aldeia é eminentemente especializada. (Aqualusa 33) Há uma aldeia-casino e uma aldeia-restaurante prontas a proporcionar entretenimento; Nairobi é o único sítio onde se pode visitar algo parecido com um jardim zoológico – ironicamente, não havendo terra, tornou-se mais difícil e mais caro alimentar um herbívoro do que um leão, pelo que há poucos animais herbívoros para ver (Aqualusa 33) –; e Luanda, antiga capital de Angola, país natal de Aqualusa, é, muito apropriadamente, uma vila especializada na produção e empréstimo de livros. Algumas aldeias concentram-se no abastecimento de combustível; outras prestam serviços e assistência aos viajantes que são agora, na verdade, todos os habitantes do planeta. Para acompanhar esta nova organização civilizacional, existe uma *Skypedia* (Aqualusa 70) na qual se podem encontrar as coordenadas de cada cidade, vila ou aldeia.

Para além do recurso à especialização, muitas comunidades e viajantes solitários dedicam o seu tempo à pesca à linha para obterem os alimentos necessários à sua sobrevivência. (Aqualusa 16) Trata-se de um trabalho muito difícil e perigoso, não só porque o aumento das temperaturas e da humidade afeta a respiração dos seres humanos, mas também porque a visibilidade é limitada e muitos detritos flutuantes do mundo antigo podem causar acidentes fatais. Além disso, as temperaturas elevadas favorecem o crescimento das populações de tubarões, criando um terceiro fator de risco para todos os pescadores-mergulhadores.

Embora *A Vida no Céu* não seja um exemplo canónico de distopia, por não seguir, em sentido estrito, as regras e as convenções do género, aborda temáticas que nele claramente se inserem, correspondendo, por exemplo, à primeira imagem que Gregory Claeys descreve na sua lista de associações à palavra distopia, num estudo intitulado *Dystopia: A Natural History* (2017):

The word “dystopia” evokes disturbing images. We recall ancient myths of the Flood, that universal inundation induced by Divine wrath, and of the Apocalypse of Judgement Day. We see landscapes defined by ruin, death, destruction. We see **swollen corpses**, derelict buildings, **submerged monuments**, decaying cities, wastelands, the rubble of collapsed civilizations. (Claeys 3, meus negritos)

Todavia, talvez porque o romance se destine, como o subtítulo parece sugerir, a jovens e outros sonhadores, ou talvez pela circunstância de Agualusa não ser, de facto, um escritor distópico,⁷ *A Vida no Céu* não nos confronta propriamente com destruição e morte. Após a breve descrição que é feita do dilúvio e das suas consequências, rapidamente o foco de atenção do leitor é desviado para as comunidades flutuantes enquanto solução viável e engenhosa para a impossibilidade de viver no solo. É verdade que a falta de terra para cultivar levanta uma questão muito relevante em termos de produção alimentar, uma questão também ela central na literatura utópica e distópica. Como observa Lyman Tower Sargent em “Everyday life in utopia: food”, a alimentação não deve, aliás, ser entendida como um tema menor:

Much utopianism is concerned with the “big” questions of economic, political and social systems and downplays such apparently “little” questions as what people eat. But once one asks what people eat, questions arise about how the food is produced, how it is prepared and who prepares it, how it is served and who cleans up after the meal, and what happens to the leftovers. And these questions clearly imply such issues as the nature of families and communities, gender relations, rural/urban relations, the economics and mechanics of production, distribution and consumption, and sanitation, and these issues also clearly relate to the political system and how decisions about these questions are made. (Sargent 14)

O romance de Agualusa representa bem a ligação determinante entre a produção alimentar e a organização política e social, tal como é descrita por Sargent. Com efeito, só nos dirigíveis mais luxuosos

7. Mesmo em *Barroco Tropical* (2009), narrativa que se projetava sobre um futuro próximo, Luanda 2020, entretanto tornado passado, o registo de Agualusa, embora crítico de uma sociedade profundamente desigual e com sinais evidentes de repressão e violência política, situa-se muito mais no domínio da sátira e da fantasia do que propriamente da distopia. Como sublinha Claeys, “The adjective *dystopian* implies fearful futures where *chaos* and *ruin* prevail.” (5, meus negritos) Nos universos textuais de Agualusa, embora possa haver convulsão e medo, a civilização não colapsa inteiramente, o caos e a desordem não prevalecem por completo, existindo espaço para a expressão individual e coletiva, nomeadamente através da arte, e muito concretamente da literatura, algo que certamente não acontece nas distopias canónicas – *Nós* (1924), de Evgueni Zamiatine; *Brave New World* (1932), de Aldous Huxley; e *Nineteen Ninety-Four* (1949), de George Orwell –, nem nos textos distópicos que delas são herdeiros.

podem ser encontrados pomares ou jardins; ou consumidos certos tipos de alimentos, como laticínios, carne de vaca e, especialmente, fruta; e, como não há muitas vagas disponíveis nestes grandes dirigíveis, a concorrência é feroz, o pagamento baixo e as competências exigidas aos novos funcionários/habitantes são extremamente diversificadas e desafiantes:

A maioria dos trabalhadores chegam até ao Paris numa balsa frágil, sozinhos, desesperados, dispostos a aceitar qualquer trabalho desde que lhes assegurem um chão para dormir e uma refeição por dia. Somos escravos, sim, todos nós. Ao contrário de mim, porém, que posso partir quando quiser, pois disponho de uma balsa sólida, a maioria dos imigrantes não tem alternativa. Isso explica a apatia. (Aqualusa 24)

Percebe-se assim que, no céu, as desigualdades existentes no mundo pré-dilúvio permanecem inalteradas. A diferença é que agora os barcos dos que procuram sobreviver deslocam-se nas nuvens, estando, todavia, à mercê dos que detêm a riqueza e o poder, tal como simbolizado pelo Paris, “o zepelim mais bonito do mundo”. (Aqualusa 18)

Em Luanda, cidade formada por um conjunto de mais de trezentas balsas, (Aqualusa 16) assim como em outras comunidades mais pequenas, a comida é um bem escasso, criando frustrações e anseios, tal como a descrição de Carlos Benjamim Tucano, narrador da história e também a sua personagem principal, ilustra exemplarmente:

Os meus amigos ricos, amigos virtuais, claro, nados e criados em zepelins dourados, gostavam de me atormentar filmando-se a si próprios enquanto jantavam pato com laranja ou saboreavam barras de chocolate produzidas com cacau legítimo. Foi no Paris que provei pela primeira vez leite, iogurte e carne de vaca. Ah, e a fruta. Sim, os parisienses cultivam pomares: maçãs, nêspersas, cerejas. Lá fora, nas nuvens, um homem podia matar por uma maçã fresca.⁸ Cerejas, por exemplo, eu nem sabia que existiam. (Aqualusa 19)

8. De forma semelhante, numa das cenas iniciais de *Waterworld*, mata-se (e morre-se) por “apenas” alguns limões (00:03:30-00:09:00).

Originário de Luanda, Carlos Tucano, de apenas dezasseis anos, percorre os céus à procura do pai, Júlio Tucano, que desapareceu durante uma grande tempestade. A existência no céu é especialmente precária para quem não tem a sorte de viver em “zepelins dourados”, suficientemente luxuosos, protegidos e bem providos para imitar o anterior estilo de vida na terra, nomeadamente no que diz respeito a segurança e alimentação. Para atingir o seu objetivo, Carlos candidata-se e consegue obter um emprego no Paris. (Aqualusa 20) Uma vez lá chegado, encontra-se pela primeira vez com Aimée, uma das suas amigas virtuais, e juntos acabam por encontrar e libertar Júlio Tucano, aprisionado por piratas do céu sob o comando de um homem chamado Bonifácio. No processo, descobrem que o interesse dos piratas por Júlio Tucano se deve às suas origens. Tucano é descendente de índios brasileiros e a Ilha Verde que tantos desejam encontrar é, nada mais nada menos, do que a antiga floresta amazónica. Agora rodeada por mar, é o único lugar da Terra que proporciona aos seus habitantes não só terra firme para pisar, mas também condições de habitabilidade, através do consumo de um fruto capaz de abrandar o ritmo cardíaco e todo o metabolismo humano, facilitando a respiração sob temperaturas que seriam, de outra forma, asfixiantes. (Aqualusa 172) Durante muito tempo, os habitantes da Ilha Verde tentaram esconder a existência deste fruto e afastar os visitantes, o que não foi difícil pois as características geográficas do local, as altas temperaturas e a existência de muitas pragas, como mosquitos ou crocodilos, representam uma armadilha mortal para os forasteiros. Entre os habitantes da aldeia encontram-se brasileiros oriundos de diversas partes do antigo país e alguns estrangeiros. Como sublinha o narrador, esta ilha não é perfeita, mas pode ser o início de uma nova civilização em terra. (Aqualusa 182) Para todos os sonhadores, este lugar representa esperança, mas só a proteção das cidades mais poderosas pode garantir a sua preservação.⁹

9. Também em *Waterworld* encontramos piratas, não do ar, mas no mar. Trata-se dos Smokers, liderados pelo vilão Deacon, que perseguem rumores de uma alegada Terra Seca. Os rumores revelam-se verdadeiros e este último reduto terrestre é o que resta da montanha mais alta da Terra: o Monte Everest. Com reservas de água doce, cavalos e várias outras espécies animais e vegetais, constitui um verdadeiro oásis de esperança para a humanidade, tal como a Ilha Verde de Aqualusa.

Estarão elas dispostas a fazê-lo? Agualusa deixa a questão em aberto e cabe ao leitor refletir sobre ela. A visão do leitor poderá ser mais pessimista se equacionar o romance de Agualusa em diálogo com os cenários futuros enunciados por McCarthy e Lynch nos seus respectivos romances.

Com efeito, antes de Agualusa nos fazer sonhar com a Ilha Verde, já McCarthy tinha formulado a sua própria visão do pós-apocalipse. À semelhança do que acontece em *A Vida no Céu*, em *The Road*, o leitor é confrontado com a ausência de informação sobre o que motivou o apocalipse; mas, ao contrário do que acontece em *A Vida no Céu*, em *The Road*, o leitor tem menos tempo e espaço para sonhar já que o choque da quase extinção da humanidade não é mitigado por nenhuma organização social alternativa. Na estrada, como no céu, os protagonistas dos respectivos romances são obrigados a estar em constante movimento. (McCarthy 260) Porém, na estrada, ao contrário do céu, a barbárie substitui integralmente a ordem, a bondade e qualquer ato de genuína solidariedade. Como observa Gregory Claeys, no romance de McCarthy, a luta pela sobrevivência faz emergir o pior da humanidade:

Defined by its sparse, stark, economical, transparent prose, the account follows the travels of a man and his son across a bleak and violated landscape following an unspecified disaster which has killed most of the population (apparently a nuclear war, followed by epidemics). Ruined houses, corpses, decay, and grey ash are everywhere. The book is a political dystopia only insofar as the social relations of substantial groups play a role. Most survivors are armed, some only with spears. Some groups of 'bad guys' have slaves who are harnessed to draw wagons. Some are cannibals. All are slowly reverting to animality (...). (Claeys 485)

A infertilidade dos solos, a escassez de comida e o desejo de sobreviver a qualquer custo, rapidamente fazem com que os seres humanos esqueçam qualquer forma de ética, moralidade ou compaixão, abraçando (novamente) a escravidão, a tortura e o canibalismo. A exceção são os protagonistas, pai e filho (ainda criança), que

percorrem aquilo que parece ser o antigo território americano, em direção ao sul, (McCarthy 2, 43) em busca de água potável, alimentos e outros sobreviventes que com eles possam partilhar a chama da esperança e da própria civilização¹⁰ (Cant 187):

What is it, Papa?
Nothing. We're okay. Go to sleep.
We're going to be okay, aren't we Papa?
Yes. We are.
And nothing bad is going to happen to us.
That's right.
Because we're carrying the fire.
Yes. Because we're carrying the fire.
(McCarthy 87)

A necessidade de fazer algum sentido da barbárie, para poder explicar as dramáticas circunstâncias vigentes a uma criança que nunca conheceu o mundo pré-apocalipse justifica esta imagem escolhida pelo pai para os diferenciar dos outros sobreviventes desumanizados que encontram na sua jornada. Tal como Carlos Tucano, protagonista de *A Vida no Céu*, nunca perde a esperança de encontrar e salvar o pai, o protagonista de *The Road* nunca desiste de salvar o filho. Como sublinha John Cant, na sua análise do romance: "The entire novel is devoted to a journey motivated by the father's heroic quest for a place in which his young son can survive. And this quest, undertaken in the certainty of his own impending death, is motivated by paternal love, a love that the son returns". (188) Para lá do amor paternal, o pai vê mesmo no filho um dos últimos possíveis indícios de uma força maior que pode dar sentido ao aparente absurdo da existência: "He knew only that the child was his warrant. He said: If he is not the word of God God never spoke". (McCarthy 3) Como fica

10. John Cant refere-se a uma passagem de testemunho civilizacional entre pai e filho e descreve esta chama metafórica como sendo um sinal de vitalidade que, de alguma forma, contrasta com o cinzento de um mundo em ruínas, sem aparente capacidade de regeneração: "The fire signifies that vitality that burns within the ardent heart, the mystery that is the spark of life itself and that needs no reason to exist". (188)

evidente na citação anterior e é também realçado por Cant, as interrogações sobre a fragilidade da existência humana, tema recorrente na obra de McCarthy, ficam especialmente patentes em *The Road*: "The sense of man's insignificance in a godless universe, one of McCarthy's constant themes, is powerfully conveyed here. The theme is addressed directly and the author's characteristic answer to the existential question is provided in the working out of the tale". (Cant 185)

A resposta que a narrativa nos oferece não é, todavia, evidente ou consensual. Na sua jornada, pai e filho procuram o mar, na esperança de que ele possa oferecer uma saída para um qualquer lugar que tenha escapado à devastação que testemunham em terra. Para o rapaz, o mar é um conceito abstrato, nunca antes visto, que suscita elevadas e naturais expectativas. Para o pai, o mar representa um manancial de História e histórias, evocando catástrofes e provações, mas também feitos heroicos, descobertas e a sublimação do medo; bem como um repositório de memórias de outros tempos que já na época lhe pareciam perfeitos:

He remembered waking once on such a night to the clatter of crabs in the pan where he'd left steakbones from the night before. (...) He rose and walked out and stood barefoot in the sand and watched the pale surf appear all down the shore and roll and crash and darken again. When he went back to the fire he knelt and smoothed her hair as she slept and he said if he were God he would have made the world just so and no different. (McCarthy 234)

Com efeito, na sua memória, único lugar que continua a preservar o colorido da existência, o pai regressa a um momento partilhado com a mulher, a mãe ausente da história que ao contrário do pai não acreditava na viabilidade, nem mesmo na validade da sobrevivência num mundo chegado a tal ponto de destruição e desumanização;¹¹

11. Neste ponto, McCarthy parece fazer eco de uma questão equacionada por George Orwell, em *Nineteen Eighty-Four* (1949): quando confrontados com o apocalipse, tenha ele que origem for, o que é mais importante, permanecer vivo ou humano? (174)

uma dúvida razoável que não deixará, de resto, de assombrar o próprio pai, apesar da sua vontade inquebrantável de continuar: "Suppose you were the last one left? Suppose you did that to yourself?" (McCarthy 179) No quadro pintado pela sua memória, a linha de fronteira entre o mar e o ser humano esbate-se, numa comunhão cósmica gizada pela providência divina que se torna especialmente pungente quando comparada com o presente diegético.

Para o leitor, o mar, tal como descrito em *The Road*, parece ser mais uma evidência de que a extinção da humanidade se sucederá à destruição do planeta enquanto lugar habitável, já que também ele se apresenta sem vida, frio, cinzento, desconhecido ("alien"), e especialmente desolador na sua incomensurável vastidão: "He looked at the boy. He could see the disappointment in his face. I'm sorry it's not blue, he said. That's okay, said the boy". (McCarthy 230) Apesar de confrontados (e desapontados) com o céu e o mar espelhados no seu cinzentismo, pai e filho parecem condenados à esperança que o filho invariavelmente inspira no pai:

Do you think there could be ships out there?
 I dont think so.
 They wouldnt be able to see very far.
 No. They wouldnt.
 What's on the other side?
 Nothing.
 There must be something.
 Maybe there's a father and his little boy and they're sitting on the beach.
 That would be okay.
 Yes. That would be okay.
 And they could be carrying the fire too?
 They could be. Yes.
 (McCarthy 231)

Ao construir uma narrativa que permita ao filho visualizar a sua continuidade no planeta Terra, o pai não consegue deixar de se interrogar e de criar bolsas de esperança para o momento imediato e as

suas necessidades prementes de abrigo e de alimentação, mas também para a regeneração da natureza e para a reconstrução de uma comunidade realmente humana: "He thought there could be deathships out there yet (...). Or life in the deep. And perhaps beyond those shrouded swells another man did walk with another child on the dead gray sands. Slept but a sea apart on another beach among bitter ashes of the world or stood in their rags lost to the same indifferent sun". (McCarthy 233-234) A verdade é que o mar, transformado numa imensa sepultura salina, aparentemente sem sentido – "One vast salt sepulchre. Senseless. Senseless." (McCarthy 237) –, revela a pai e filho a existência de um navio encalhado, oriundo de Tenerife, não inocentemente chamado Pájaro de Esperanza. (McCarthy 239) O uso de termos em espanhol não é um aspeto raro na obra de McCarthy; a existência de uma embarcação proveniente de outras latitudes é verosímil no contexto do romance; mas, ainda assim, a escolha do nome não pode deixar de adensar as dúvidas quanto ao otimismo ou pessimismo que encerra o texto. Diz-nos a mitologia grega que o pássaro que representa a esperança é a Fénix, capaz de carregar grandes cargas, de se transformar em ave de fogo e de renascer a partir das próprias cinzas, mas será este o mesmo fogo que pai e filho carregam? O facto de ser o nome escolhido por McCarthy pode ser visto como um sinal esperança. Todavia, a circunstância de o navio se encontrar encalhado e sem nenhum vestígio de sobreviventes não deixa de ser desolador, especialmente se considerarmos também o enigmático final do romance:

Once there were brook trout in the streams in the mountains. You could see them standing in the amber current where the white edges of their fins wimpled softly in the flow. They smelled of moss in your hand. Polished and muscular and torsional. On their backs were vermiculate patterns that were maps of the world in its becoming. Maps and mazes. Of a thing which could not be put back. Not be made right again. In the deep glens where they lived all things were older than man and they hummed of mystery. (McCarthy 306-307)

McCarthy recorda a origem da vida na água e opta por terminar o romance com a imagem de um peixe num curso de água doce; uma opção que parece validar o argumento de Erik Hage quando afirma que a visão de McCarthy face aos seres humanos é de uma existência efêmera e corrompida que os desqualifica quando comparados com os restantes protagonistas do mundo natural. (Hage 36) Mas será este final elegíaco uma mensagem encriptada para a criança, para o leitor, ou para ambos? Irá o planeta alguma vez regenerar-se e permitir a sobrevivência dos seres humanos? Ou, pelo contrário, irá reduzi-los definitivamente a cinzas ao permanecer para sempre estéril e inabitável? Numa altura em que a emergência climática paira sobre as nossas cabeças, as interrogações de McCarthy são verdadeiramente inquietantes, mas profundamente relevantes, quase duas décadas depois da publicação de *The Road*, encontrando-se em linha com as preocupações das humanidades azuis: “Let me reiterate that any scientific or cultural paradigm that objectifies the Earth and commodifies wet matter is like a boomerang that eventually strikes its thrower”. (Oppermann 35)

Igualmente inquietante, pelas semelhanças desconcertantes que apresenta com o contexto atual, é o apocalipse político e civilizacional com que Paul Lynch confronta os leitores em *Prophet Song*. Numa Irlanda distópica onde as incertezas e os perigos da fuga por mar são a única forma de escapar à degradação coletiva e pessoal resultante de uma sociedade vergada pelo autoritarismo, o medo e a violência, uma mãe, Eilish, tenta desesperadamente proteger os seus quatro filhos após a prisão arbitrária e subsequente desaparecimento do marido, Larry Stack, durante uma marcha organizada pelo sindicato de professores que presidia. Sem apresentar um Grande Irmão para, simultaneamente, amar e temer, o romance de Lynch não deixa, todavia, de refletir sobre a forma como os grupos são atraídos por líderes carismáticos e proféticos que definem inimigos e caminhos de sentido único, manipulam emoções para intensificar o ódio e a ansiedade, e reforçam uma forma de fazer política que mobiliza o ressentimento,¹²

12. Sobre a forma como a política mobiliza emoções, ver Staiger 230-238.

(Staiger 232-35) especialmente em tempos de crise.¹³ E foi precisamente uma crise que inspirou Lynch. Refiro-me à crise dos refugiados sírios, com os seus pesadelos individuais e o seu drama coletivo, e a necessidade de se promover, nas palavras do autor, uma “empatia radical” que rompesse a apatia e a indiferença das democracias ocidentais face a tal crise:

I was trying to see into the modern chaos. The unrest in Western democracies. The problem of Syria – the implosion of an entire nation, the scale of its refugee crisis and the West’s indifference. The invasion of Ukraine had not even begun. I couldn’t write directly about Syria so I brought the problem to Ireland as a simulation. The book began with a problem that Larry Stack is faced with: how do you prove that a democratic act is not an act against the state? The novel grew in complexity and developed its own implacable logic. It began to speak to multiple political realities all at once. (Lynch, “Interview” s/p.)

O tema dos refugiados, dos migrantes e agora até já dos imigrantes tem vindo a marcar as agendas políticas dos países ocidentais, convocando novos e velhos fantasmas que contribuem para dessensibilizar os seres humanos para o sofrimento do Outro, invariavelmente responsabilizado por tudo o que é visto como errado, criminoso ou ameaçador para a vida em sociedade. Ao transportar para um país europeu um cenário distópico de rápida e progressiva implosão política e social, Lynch confronta o leitor com a fragilidade dos direitos e liberdades conquistados até ao momento, uma reflexão que se torna ainda mais pungente pela circunstância de Eilish ser uma

13. A forma como os que estão no poder manipulam os grupos em função de inimigos reais ou imaginários é bem sintetizada por Claeys no já mencionado estudo *Dystopia: A Natural History*:

In every social context power relations come into play. So here the social constructions of group fears can be, in the words of David Altheide, relatively easily ‘manipulated by those who seek to benefit’. (...) Societies at war naturally generate hate; ‘If you don’t hate enough, you’re going to be beaten’, wrote an observer of the vicious Pacific war in 1945. Real enemies will do well enough here. Jews, Muslims, blacks, women, foreigners have all played the role. But the best enemy, we will see, is the (mostly) imaginary enemy. Here, hatred, functioning to unite the group, can be more easily manipulated. (5)

cientista, racional, que demora algum tempo a aceitar o retrocesso civilizacional que está a viver: “You call yourself a scientist and yet you believe in rights that do not exist, the rights you speak of cannot be verified, they are a fiction decreed by the state, it is up to the state to decide what it believes or does not believe according to its needs (...)”. (Lynch, *Prophet Song* 65) De forma reveladora, Eilish equipara a nova realidade com que se vê confrontada com um mar, sombrio e estrangeiro, que não oferece qualquer sinal de conforto ou segurança:

What she sees before her is an idea of order coming undone, the world slewing into a dark and foreign sea. She holds him in her arms, seeking in her whispers to rebuild for her son the old world of laws that lies broken at his feet, for what is the world to a child when a father without word can be made to disappear? The world gives to chaos, the ground you walk on flies into the air and the sun shines dark on your head. (Lynch, *Prophet Song* 45, meu negrito)

Na verdade, Eilish vê-se forçada a lidar com o mesmo dilema do protagonista de *The Road* – como enquadrar para os quatro filhos, especialmente o filho bebé que não conhecerá o mundo pré-distópico, uma realidade que ela própria não consegue interpretar e na qual a sensação de impotência se faz por diversas vezes sentir. Como observa Lynch, referindo-se à escolha de Eilish como protagonista: “The book had to be centred around Eilish, paying attention to the hidden life of unrecorded acts, constantly asking the question, how much agency does an individual have when caught within such an enormity of forces?” (Lynch, “Interview” s/p.) De resto, as ações, ou aparente inação de Eilish, resultante não apenas da sua resistência em aceitar que o desmoronar da ordem social pudesse acontecer, na Irlanda do século XXI, com tamanha rapidez e devastação, mas também de um sentimento de prudência natural em quem tem a responsabilidade de proteger a sua família, traz-lhe inclusivamente conflitos com os três filhos mais velhos que querem ativamente, sem pensar no preço pessoal a pagar, combater as forças totalitárias que dominam o país:

That's fine, Eilish says, (...) go out onto the street dressed like that, maybe you'll get as far as the bus stop without somebody passing a remark at you or taking note of your behaviour to report it later on, (...) you think because you're fourteen years old you can do what you like, that the state isn't interested in you, (...) you think I'm not doing anything, that I'm just standing about waiting for your father to return, but **what I am doing is keeping this family together because right now that is the hardest thing to do in a world that seems designed on tearing us apart**, sometimes not doing something is the best way to get what you want, sometimes you have to be quiet and keep your head down, **sometimes when you get up in the morning you should spend more time choosing your colours**. (Lynch, *Prophet Song* 76-77, meus negritos)

Eilish está certa ao sugerir que a resistência tem muitas cores, o mesmo é dizer, muitas formas de se manifestar, e que isto é particularmente decisivo quando é difícil distinguir os amigos dos inimigos, algo que diferencia os universos textuais de *Prophet Song*, *A Vida no Céu* e *The Road*. A verdade é que Agualusa substitui a ordem social vigente, por uma ordem semelhante no céu, que permite a manutenção de laços familiares e de amizade, e uma vivência em comunidade próxima da que conhecemos, embora num plano alternativo que não deixa de contar com a ameaça dos piratas do ar, por exemplo. McCarthy, por sua vez, não dá conta de nenhuma ordem social pós-apocalíptica que possa ser entendida como a base para uma reconstrução; em vez disso, o leitor é confrontado com a velha dicotomia bem/mal incorporada pelo pai e o filho, portadores da chama, (87) de um lado, e os "bad guys", (97) do outro. Lynch torna tudo mais complexo ao sublinhar, ao estilo orwelliano, que o inimigo não é necessariamente um pirata, um agente da polícia política ou um criminoso, facilmente identificáveis ou caricaturáveis, mas pode ser qualquer cidadão anônimo com que nos cruzamos na rua, ou até mesmo um amigo, um vizinho ou um colega de trabalho:

She drives back into the city where the houses look onto the sea, watching each passing car, seeking past the liquid-seeming glass for the faces within. These are the nameless who have brought the present into being, yet what she sees are faces as her own, faces that pass by as ever in this city as it breathes the ceaseless exhalations of night into day. (Lynch, *Prophet Song* 55, meus negritos)

Uma vez mais, o mar está presente e tal como as casas perscrutam a sua vastidão, Eilish perscruta, através dos vidros do carro, que assumem uma qualidade líquida, as faces dos seus passageiros. A falência do estado de direito e das suas garantias foi levada a cabo ou permitida por pessoas que, à primeira vista, em nada se distinguem de Eilish. Todavia, à medida que a narrativa progride, torna-se mais evidente que há diferenças e Eilish apercebe-se disso em definitivo quando é despedida: “She looks into Paul Felsner’s eyes and sees in the face an abyss”. (Lynch, *Prophet Song* 150) Este abismo não é mais do que a total ausência de empatia¹⁴ que leva Felsner a ver em Eilish alguém responsável pela sua própria ruína ao não ser complacente com a nova ordem vigente que ele há muito abraçou.

No final de *Prophet Song*, por circunstâncias diversas, restam a Eilish apenas dois filhos para salvar: a menina e o bebé. Com relutância, aceita embarcar numa viagem clandestina, organizada por grupos de traficantes, que em troca de dinheiro, a farão, no melhor dos cenários, chegar ao Canadá para juntar-se à irmã e ao pai. O fim ambíguo do romance – “[Eilish] touches her son’s head and she takes Molly’s hands and squeezes them as though saying she will never let go, and she says, **to the sea, we must go to the sea, the sea is life**” (Lynch, *Prophet Song* 309, meu negrito) – realça a componente da esperança, não apagando, todavia, da mente dos leitores, a crise

14. Sobre o conceito de “empatia”, ver, por exemplo, o estudo homónimo de Derek Matravers, publicado em 2017; e sobre a ligação entre empatia e literatura, ver *Literature and Moral Feeling: A Cognitive Poetics of Ethics, Narrative, and Empathy* (2022), de Patrick Hogan.

migratória¹⁵ e o modo como o sonho se transforma, não raras vezes, num pesadelo eliotiano: “Death by Water”. (*The Waste Land*, 1922) Com apenas um colete salva-vidas disponível, as perspectivas não são muito encorajadoras para estes três refugiados europeus, em fuga da Irlanda, uma terra tomada pela desordem, o autoritarismo e a violência do estado e da própria resistência. Absolutamente inocentes e em tudo semelhantes a muitos dos migrantes que vemos diariamente nas notícias, Eilish e os dois filhos são vítimas de um sistema que nada fizeram para criar e só um pequeno barco de borracha no mar poderá salvá-los. As palavras finais de Eilish, aparentemente de esperança, contrastam com a equiparação anterior do contexto irlandês a um mar escuro e estrangeiro. (Lynch, *Prophet Song* 45) Deste modo, *Prophet Song* ilustra exemplarmente as palavras de Sidney Dobrin, em *Blue Ecocriticism and the Oceanic Imperative*: “The ocean is strange and promising all in one breath”. (1)

Oriundos de três tradições literárias diferentes, os romances de McCarthy, Agualusa e Lynch, publicados nas três primeiras décadas do século XXI, em três continentes que partilham o Atlântico – América, África e Europa –, ilustram bem uma preocupação crescente com o nosso futuro e a nossa casa em comum. Em todos eles, o espaço público e o privado justapõem-se e cruzam fronteiras, recordando-nos que a sobrevivência da humanidade nunca poderá ser alcançada à custa do Outro, seja este um outro humano ou o próprio planeta. Em todos eles, o calor de um laço íntimo e (só aparentemente) frágil, como o amor que une pais e filhos, aconchega um mundo que parece ter perdido as suas bússolas éticas e morais. Em todos eles, o mar surge como catalisador, simultaneamente de medos e esperanças, apelando a novos sonhadores, viajantes, peregrinos, migrantes,

15. É impossível deixar de notar a forma como Lynch e McCarthy, em particular, reverterem com ironia a crise migratória. Com efeito, nos seus respetivos romances, são os ocidentais que se fazem ao mar ou deambulam pelas estradas, incapazes de compreender e de contrariar o colapso da sua civilização: “In those first years the roads were peopled with refugees shrouded up in their clothing. Wearing masks and goggles, sitting in their rags by the side of the road like ruined aviators. Their barrows heaped with shoddy. Towing wagons or carts. Their eyes bright in their skulls. Creedless shells of men tottering down the causeways like migrants in a feverland. The frailty of everything revealed at last. Old and troubling issues resolved into nothingness and night”. (McCarthy 28)

deslocados e refugiados de todo o tipo. Em todos eles, ainda que o otimismo não seja a nota dominante, o fim permanece em aberto, imitando o nosso próprio destino, individual e coletivo, que não raras vezes, não depende apenas de agentes humanos, mas de outras entidades do mundo natural que a todo o momento nos recordam da necessidade de repensarmos a nossa visão utilitarista e antropocêntrica da natureza em geral e do mar em particular.

Obras Citadas

- Agualusa, José Eduardo. *Barroco Tropical*. Lisboa: Quetzal Editores, 2018 (2009).
 ---. *A Vida no Céu – Romance para Jovens e Outros Sonhadores*. Lisboa: Quetzal Editores, 2013.
- Before the Flood*. Realizado por Fisher Stevens, protagonizado por Leonardo DiCaprio, National Geographic, RATPAC Documentary Films, Appian Way Productions, 2016. *YouTube*, 20 de fevereiro de 2019, <https://www.youtube.com/watch?v=mRMu07sn88g>. Acedido em 7 de maio de 2025.
- Cant, John. "The Road." *Cormac McCarthy*. New Edition. Edição e introdução de Harold Bloom. New York: Bloom's Literary Criticism, 2009. 183-200.
- Claeys, Greogry. *Dystopia: A Natural History – A Study of Modern Despotism, Its Antecedents, and Its Literary Diffractions*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- DiCaprio, Leonardo. "Leonardo DiCaprio at the UN: 'Climate change is not hysteria – it's a fact'." *The Guardian*. 23 de setembro de 2014. <https://www.theguardian.com/environment/2014/sep/23/leonardo-dicaprio-un-climate-change-speech-new-york>. Acedido em 7 de maio de 2025.
- Dobrin, Sidney. *Blue Ecocriticism and the Oceanic Imperative*. Londres: Routledge, 2021.
- Eliot, T. S. *The Waste Land*. <https://www.poetryfoundation.org/poems/47311/the-waste-land>. Acedido em 6 de maio de 2025.
- Gillis, John R. "The Blue Humanities." *Humanities*, vol. 34, n.º 3, maio/junho 2013, s.p. www.neh.gov/humanities/2013/mayjune/feature/the-blue-humanities.
- . *The Human Shore: Seacoasts in History*. Chicago: The University of Chicago Press, 2012.

- Hage, Erik. *Cormac McCarthy: A Literary Companion*. Jefferson, North Carolina/Londres: McFarland & Company, 2010.
- Hogan, Patrick Colm. *Literature and Moral Feeling: A Cognitive Poetics of Ethics, Narrative, and Empathy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.
- Kean, Danuta. "Angolan writer José Eduardo Agualusa wins €100,000 International Dublin literary award." *The Guardian*, 21 de junho de 2017. <https://www.theguardian.com/books/2017/jun/21/angolan-jose-eduardo-agualusa-wins-100000-impac-dublin-prize-general-history-of-oblivion>. Acedido em 6 de maio de 2025.
- Lynch, Paul. "Paul Lynch Interview: 'Prophet Song is an attempt at radical empathy'." *The Booker Prize*. 21 de agosto de 2023. <https://thebookerprizes.com/the-booker-library/features/paul-lynch-interview-prophet-song>. Acedido em 7 de maio de 2025.
- . *Prophet Song*. Londres/Dublin: Oneworld, 2023.
- Matravers, Derek. *Empathy*. Cambridge: Polity Press, 2017.
- McCarthy, Cormac. *The Road*. Londres/New York: Picador, 2006.
- Melville, Herman. *Moby Dick*. Londres: Penguin Classics, 1994 (1851).
- Mentz, Steve. *Ocean*. Londres/New York: Bloomsbury, 2020.
- Oppermann, Serpil. *Blue Humanities: Storied Waterscapes in the Anthropocene*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.
- Orwell, George. *Nineteen Eighty-Four*. Londres: Penguin Books, 1990 (1949).
- Pessoa, Fernando. "Mar Português." *Arquivo Pessoa*, <http://arquivopessoa.net/textos/2405>. Acedido em 6 de maio de 2025.
- Sargent, Lyman Tower. "Everyday Life in Utopia: Food." *Food Utopias: Reimagining Citizenship, Ethics and Community*. Eds. Paul Stock, Michael Carolan e Christopher Rosin. Londres/New York: Routledge, 2015. 14-32.
- Staiger, Uta. "The heart of the matter: Emotional politics in the new Europe." *Brexit and Beyond: Rethinking the Futures of Europe*. Eds. Benjamin Martill e Uta Staiger. Londres: UCL Press, 2018. 230-238. <https://doi.org/10.14324/111.9781787352759>.
- Waterworld*. Directed by Kevin Reynolds. Universal Pictures, 1995. DVD (2002).

RECENSÕES CRÍTICAS REVIEWS

Cacey Bowen Farnsworth, *Atlantic Crossroads in Lisbon's New Golden Age, 1668-1750*. University Park, The Pennsylvania State University Press, 2024.

João Paulo Oliveira e Costa
(NOVA/FCSH-CHAM)

Dado à estampa no ano transacto, este livro oferece um retrato vivo da cidade de Lisboa durante os governos de D. Pedro II (r.1683-1706), desde que assumiu a regência, em 1667, e de D. João V (r. 1706-1750) – um longo período de quase um século em que a cidade se tornou definitivamente na área fixa de residência da família real e em que Portugal se reorganizou e reestruturou, após o final da Guerra da Restauração. Os limites cronológicos desta obra coincidem com os do volume VII da *Nova História de Portugal*, colecção dirigida por Joel Serrão e por A. H. de Oliveira Marques. Esse sétimo volume, publicado em 2001, tinha por título *Portugal, da paz da Restauração ao ouro do Brasil* e foi coordenado por Avelino Freitas de Meneses, que, na apresentação do volume afirmou que, nesses oito decénios, “ressalta cada vez mais a prioridade do Além-Mar, que até converte a metrópole numa espécie de prisioneira do Brasil, em contradição com o sistema colonial mais vulgar”. (9) É sabido, pois, que o Portugal do final de Seiscentos e da centúria setecentista foi uma entidade atlântica de matriz euro-afro-americana, em que tanto as elites como a plebe circulavam facilmente, como se percebe pelo facto de em 1750, o secretário de estado que coadjuvava o rei D. João V, Alexandre de Gusmão, ser originário de Santos,

no Brasil. Com a descoberta das minas de ouro e de diamantes, o Brasil desenvolveu-se extraordinariamente ao longo do século XVIII, e a área sul-americana subordinada aos oficiais da coroa portuguesa cresceu desmesuradamente, assim como a sua população subiu de umas centenas de milhares de indivíduos para uns cinco milhões em menos de um século. Consequentemente, o peso económico e político do território americano sobrepôs-se fatalmente ao do espaço europeu, como bem explicou Avelino Freitas de Meneses. Portugal logrou manter os seus domínios sul-americanos, em grande medida, devido à eficácia da sua aliança com a Inglaterra e ao apoio que esta lhe prestou na segurança das rotas oceânicas em troca de amplas vantagens comerciais.

Estas dinâmicas foram agora analisadas de novo por Cacey Bowen Farnsworth com o foco apontado especificamente à cidade de Lisboa, numa obra que revisita competentemente as fontes primárias, especialmente os periódicos da época. Na sua análise, dividida em cinco capítulos, a autora começa por observar a população lisboeta para realçar o seu carácter único no seio da Europa, pelo elevado número de habitantes de origem africana, fossem escravizados vindos directamente de África, ou chegados a Portugal através do Brasil, fossem libertos, filhos de casais africanos, ou mulatos de parentalidades variadas, que se entranhavam no corpo da cidade, difundindo os seus hábitos e crenças ancestrais, fossem novos tipos de dança e de musicalidade, fossem novas devoções oriundas dos animismos, que chegaram a incomodar a Inquisição, como é referido no capítulo 3, sobretudo a propósito da popularidade das bolsas de mandinga. Ao mesmo tempo que acrescentavam elementos afro-americanos ao quotidiano e ao espírito da cidade europeia, esta massa indistinta de humanos trazidos à força para Portugal também absorvia traços da civilização europeia e da cultura portuguesa. Como é notado, o número de cativos vindos de África era então diminuto e também não chegavam muitos do Brasil, salvo os que circulavam com os seus senhores. A autora estima que, em 1650, a população lisboeta de origem africana atingiria os 20%, mas apenas 6% eram escravizados, (20) num processo de assimilação que prosseguiria, por via de

casamentos e uniões interétnicas, e que levaria ao quase total desaparecimento de população negra no território metropolitano no final do século XIX. É bem realçado o exemplo das confrarias, pois tanto existiam algumas só de negros, como outras interétnicas e, em vários casos, à devoção do santo patrono acrescentavam-se discretamente devoções a divindades africanas. (29-30) Realça-se ainda a mobilidade social que podia alçandorar indivíduos mestiços à dignidade de cavaleiros da Ordem de Cristo, (28) ou a capacidade reivindicativa, quando mulheres negras se manifestaram contra um novo imposto e lograram ser recebidas pela rainha, que escutou as suas reivindicações. (24) Estas dinâmicas entrecruzadas de europeização dos não-europeus e de africanização com alguma influência americana dos europeus, criaram, de facto, uma cidade com características únicas, o que leva a autora a concluir que Lisboa não era necessariamente europeia – “era atlântica”. (38) Uma afirmação pertinente, mas que me parece insuficiente para explicar a Lisboa barroca, pois mais do que atlântica, Lisboa era uma cidade tropical, levando mesmo diversos visitantes a pôr em causa o seu carácter europeu. (28) Voltarei ao assunto adiante.

No segundo e quarto capítulos, a autora foca-se na dimensão económica da cidade e o protagonismo pertence naturalmente aos ingleses. Embora seja realçada repetidamente a supremacia inglesa nesta relação e a enorme vantagem adquirida pela economia inglesa ao absorver uma parte significativa da riqueza gerada pelo império português, também é referida amiúde a capacidade dos portugueses em impor a sua vontade e os seus interesses e o segundo capítulo é rematado com a constatação de que Lisboa era uma “peça vital” para ambos os projectos imperiais; (68) mais adiante, é salientado, por exemplo, que o Tratado de Methuen contribuiu para que o déficit comercial português com a Inglaterra diminuísse. (111) Cacey Farnsworth destaca com muita pertinência a maior particularidade desta relação anglo-portuguesa pelo facto de se tratar de uma ligação então rara entre católicos e protestantes. Na realidade, o casamento do rei Charles II com D. Catarina de Bragança, sem que esta tivesse de abandonar a sua Fé, tinha sido o mote para uma relação pragmática

entre duas nações que reconheciam a importância de serem aliadas desde a segunda metade do século XIV. No capítulo 3, centrado na religiosidade e no papel da Inquisição, vemos que a par dos cristãos-novos e dos “feiticeiros” de origem africana, os hereges também foram alvo da Inquisição, o que representou um dos pontos de tensão sobre a comunidade inglesa. Apesar destas perturbações, como o facto de só em 1717, os ingleses disporem de um cemitério em Lisboa, (60) ou a de uma animosidade latente entre as classes populares, sempre prontas para reecer e afrontar os estrangeiros e para alimentar boatos como o de que os hereges queriam levar o ouro, (51) as comunidades inglesas em Lisboa e no Porto cresceram ao longo deste período e a interação económica também.

No capítulo 4, a autora aborda a incapacidade de Portugal criar uma indústria manufatureira por causa da dificuldade em competir eficazmente contra a grande capacidade exportadora de roupas e chapéus de ingleses e franceses, mas reconhece que em face da riqueza obtida no Brasil, pragmaticamente “Portugal trocou consistentemente benefícios económicos pela segurança do império”. (112) Ao abordar o comércio externo português, é sempre realçada a fragilidade das exportações quando comparadas com as importações, mas há pelo menos duas dinâmicas exportadoras que não são contabilizadas e que, pela sua omissão, mostram um cenário mais difícil do que foi na realidade. Por um lado, não há uma palavra sobre a exportação de sal, que foi o ouro branco dos portugueses desde as origens do reino, pois tinha uma enorme procura por todas as nações do Atlântico Norte, incluindo as escandinavas. Por outro, a referência às centenas de navios que escalavam o Tejo não é acompanhada por uma simples estimativa das enormes receitas geradas pelo apoio a esses navios, fosse em víveres para as tripulações fosse em materiais para reparações. Tratava-se, aliás, de uma receita que se espalhava até vilas e aldeias situadas a muitas léguas do estuário do Tejo, mas que eram essenciais para o bom funcionamento do porto internacional de Lisboa.

No derradeiro capítulo, a autora analisa a dimensão cultural da cidade e, especialmente, do rei D. João V. Começa estranhamente com

uma citação de um viajante suíço que considerou o monarca como sendo “completamente desprovido de cultura”, (123) o que é uma contradição face a tudo o que diz a seguir e com a própria conclusão do capítulo, em que a autora considera o rei como um monarca progressista que amava a ciência e a aprendizagem. (155) Neste capítulo, podemos vislumbrar a cidade que D. João V enriqueceu com novos edifícios e equipamentos e, nesta matéria, confirma, o que eu próprio escrevi recentemente,¹ mostrando um Portugal totalmente integrado na cultura europeia, pois “na era joanina a arquitectura portuguesa estava de novo a par da italiana” (136) e fica claro que a riqueza vinda da América foi usada para reforçar a dimensão puramente europeia da Lisboa barroca. (136-150)

Depois de cinco capítulos densos e extensos, profusamente justificados por uma anotação criteriosa, a autora remata a sua obra com uma breve conclusão que não só é suficiente, mas também espelha a própria história da Lisboa barroca, que se desfez num ápice no dia 1 de novembro de 1755.

A leitura deste livro proporciona, assim, um retrato vivo da capital de Portugal num tempo de mudança e afirmação, em que o país se tornou numa raríssima entidade intercontinental, o que leva a autora a enfatizar a ideia de que o período em análise é um período de atlantização de Lisboa. Ora esta ideia, na minha opinião, explica de modo insuficiente o quadro magnífico que é traçado ao longo do livro, o que se deve à falta de uma visão da História do Atlântico com maior amplitude cronológica, por um lado, e a uma aparente inadequação conceptual, por outro.

Note-se, pois, em primeiro lugar que a relevância do Atlântico na economia portuguesa, e na identidade de Lisboa, ao contrário do que a autora afirma persistentemente, não começou no século XVII. Lisboa foi fundada por navegadores fenícios, como o terminal das suas rotas mediterrânicas, mas depois, no seio do Império Romano, tornou-se, pela primeira vez, uma interface entre o mundo

1. Cf. João Paulo Oliveira e Costa, *Portugal na História. Uma Identidade*. Lisboa: Temas & Debates, 2022, 165-234.

mediterrânico e o norte atlântico. A desagregação do Império Romano do Ocidente diminuiu esse papel, mas quando se formou o reino de Portugal e Lisboa foi conquistada definitivamente, em 1147, a ligação ao Atlântico foi uma dinâmica vital da independência lusa. A exportação do sal e do vinho para o Norte remonta ao século XII, e as alianças matrimoniais extra-peninsulares da família real portuguesa fizeram-se inicialmente com a Dinamarca, a Flandres e os condados franceses. A partir do século XIV, Lisboa retomou o seu papel de placa giratória central da linha costeira europeia. Ou seja, o Atlântico fazia parte da sua alma, e assim continuou quando se iniciou a expansão marítima dos portugueses, mesmo depois de terem aberto a rota do Cabo, que ligou Lisboa à Índia. Com efeito, as riquezas vindas da Ásia eram vultuosas, mas exigiam investimentos enormes para sustentar dezenas de grandes navios com as suas tripulações. Na segunda metade do século XV e na primeira do XVI foi o Atlântico que permitiu o processo de centralização régia iniciado por D. Afonso V e consolidado pelos seus sucessores, através dos rendimentos excepcionais do ouro da Mina, mais o açúcar e os impostos sobre o comércio de escravizados.² É verdade que entre 1688 e 1750, a economia portuguesa era essencialmente atlântica, mas os fumos da Índia nunca retiraram protagonismo ao Atlântico como fonte de riqueza para as finanças públicas portuguesas. Aliás, quando é referido que o absolutismo de D. João V foi possibilitado pelo crescimento da dependência do ouro do Atlântico, o mesmo se pode dizer a propósito do século XV e XVI, como se vê pelo facto de que os reis do ouro, especialmente D. Manuel I (r. 1495-1521) e D. João III (r. 1521-1557), só terem convocado cortes, a partir de 1499, para legitimar os seus herdeiros, à semelhança do que sucedeu com D. Pedro II e D. João V.

Finalmente, parece-me que a excelente demonstração do carácter único de Lisboa neste período carece de uma visão mais certa, pois definir a cidade como profundamente atlântica não realça, como expliquei, a conjuntura específica deste tempo do barroco. O que distingue este período é o de ter sido então uma cidade de sabor tropical,

2. Cf. João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I. Um Príncipe do Renascimento*. Lisboa, Temas & Debates, 2007.

pois a atlantização que fazia os visitantes duvidar do carácter europeu da cidade vinha toda dos trópicos. A africanização tão bem estudada no primeiro capítulo do livro não se explica com o conceito de Atlântico, até porque as civilizações africanas relacionavam-se pouco com o oceano; a Lisboa atlântica foi, como se percebe por este livro, uma Lisboa tropical.

**Teresa Pinto Coelho, *Eça de Queirós no Egipto e a Abertura do Canal de Suez: Viagem, Orientalismo e Império*. Lisboa: Tinta da China, 2024, 366 pp.
ISBN: 9789896718732.**

Rogério Miguel Puga
(NOVA FCSH/CETAPS)

Entre 16 e 25 de Novembro de 1869, com 23 anos, Eça de Queirós viaja pela primeira vez ao estrangeiro e testemunha, na companhia do conde de Resende, que o convidara, a inauguração do Canal de Suez, talvez como correspondente do *Diário de Notícias*. Em 1926, o filho do romancista publica postumamente grande parte do inovador relato com o título *O Egipto: Notas de Viagem* que Teresa Pinto Coelho – Professora Catedrática da Universidade Nova de Lisboa agraciada, em 2022, com o título *Honorary Research Fellow* pela Universidade de Oxford – estuda, de forma interdisciplinar, em *Eça de Queirós no Egipto e a Abertura do Canal de Suez: Viagem, Orientalismo e Império* (EQEACS), na senda de vários artigos seus sobre o romancista e da monografia *Londres em Paris: Eça de Queirós e a Imprensa Inglesa* (2010), publicada, em inglês, com o título *Eça de Queirós and the Victorian Press* (Tamesis, 2014). EQEACS venceu o Prémio Grémio Literário 2024 por, de acordo com a justificação do Grémio Literário, constituir

um contributo de grande valia não apenas para o melhor conhecimento da personalidade de Eça de Queirós como romancista, mas também da época em que viveu. A obra (...) evidencia-se pela grande qualidade

científica e literária e por fornecer elementos preciosos para o conhecimento do período que estuda. Há uma feliz associação do percurso do jovem romancista, a sua inserção no Portugal do seu tempo e uma análise das circunstâncias internacionais que conduziram à construção do Canal do Suez.

A monografia começa por se deter na bagagem intelectual do jovem viajante para contextualizar histórica, artística, intertextual, cultural e cuidadosamente a expedição, cujo itinerário orientalista é reconstituído e analisado através de um sedutor enredo (ou estrutura) que a autora concebe para, com a já habitual mestria, nos convidar, desde a antecâmara e a introdução, a acompanhar Eça e desvendar as especificidades e os ganhos da *Bildungsreise* do futuro autor de *Os Maias* ao longo de um processo cumulativo, como revela, desde logo, o índice deste estudo seminal. *EQEACS* preenche agora um vazio no âmbito quer dos estudos sobre o imperialismo europeu e o orientalismo, quer de estudos queirosianos, anglo-portugueses e sobre a escrita de viagens oitocentista na medida em que até agora tinham sido publicados sobretudo artigos (há já algum tempo) sobre o relato a que não tem sido dada muita atenção, bem como o livro *Eça de Queirós e o Egipto Faraónico* (1987), de Luís Manuel de Araújo.

A escrita e a leitura de *EQEACS* são viagens que a autora e o leitor fazem paralelas à do jovem Eça excursionista, “colorista de cenas, paisagens e monumentos” (129) e “pintor de costumes” (188) no Egipto (estendendo-se a viagem também à Palestina de então e ao actual Líbano). A queirosiana narrativa de Teresa Pinto Coelho cartografa a estrutura e as estratégias narrativas de cada capítulo do relato, bem como a viagem física, interior e literária do “repórter-peregrino” (267) e enfatiza a sua entrada num novo mundo, “o verdadeiro Oriente”, ou seja, o Cairo “das *Mil e Uma Noites*”, (129) após visitar Alexandria. (120-126) Os inúmeros temas abordados pelo viajante – dos museus e ruas aos haréns e eroticizados banhos turcos, da política à religião “outrificadas” ou exotizadas, dos festejos a espaços religiosos – são estudados de forma interdisciplinar com base numa apurada e longa lista de estudos e conceitos que familiarizam o leitor com investigações em várias áreas do saber, da escrita de viagens e do orientalismo

à ciência política, à antropologia e aos estudos anglo-portugueses, rumo ao Egipto “eterno” (303) e ao episódio histórico que dá título à obra. Os inúmeros estrangeirismos veiculam topónimos e práticas, agentes e conceitos culturais específicos – do *dragoman* (151) e das *Ghawasis* (235) aos *fellahin* (247) à Shubra e aos *ulama* (184) –, estimulam a curiosidade do leitor, sobretudo a partir da visita ao Cairo que, como explica Teresa Pinto Coelho, é a verdadeira fronteira entre o mundo de Eça e o encantatório Oriente (130-131) também idealizado (139) e simbolizado amiúde pela dinâmica paisagem nilótica (134-136, 195) que o viajante também exotiza. (151-159) Como o estudo demonstra, Eça ocupa-se de vários temas da cultura, política, religião, história e do quotidiano do Egipto, como o património histórico e etnográfico, o trabalho agrícola, a família, as lendas e a geografia (194-195, 202-206, 214-223) ao viajar entre localidades que textualiza com base na observação directa e em leituras de relatos e guias de viagem franceses e ingleses sobre o Egipto, (196-199) sobretudo masculinos, em que a mulher, as dançarinas (*Ghawasis*) e o inacessível harém marcam presença, servindo também para questionar o leitor e desconstruir estereótipos. (224-246)

A antecâmara comenta a investigação (na Biblioteca Nacional de Portugal e em arquivos e bibliotecas da Fundação Eça de Queiroz, da Universidade de Oxford e do Institut du Monde Arabe) e a metodologia exigidas para estudar e acompanhar a viagem queirosiana, e, como as antecâmaras das pirâmides, convida o “viajante” a entrar noutra dimensão e acompanhar o fascínio e a curiosidade pessoais de Eça de Queirós e de Teresa Pinto Coelho pelo Egipto, apegos que pautam e enriquecem o estudo sobre “um relato de viagem não publicado pelo próprio autor e com reconhecidos problemas editoriais”. (10) A *anecdote* inicial que fantasia um Eça regressado do Oriente aligeira o documentário com que a autora nos brinda, ao “observar” a viagem de Eça através de uma espiral cumulativa de saberes que também caracteriza (e ecoa) a viagem. Esse episódio literário serve ainda de mote para a contextualização informada da “moda” orientalista europeia e do *Grand Tour* pelo Médio Oriente, cuja rota intertextual Eça segue (em parte), como o estudo informa. *EQEACS* revela a demorada e

interdisciplinar investigação ao apresentar o “estado da arte” e inúmeras curiosidades sobre a viagem e a juventude de Eça e ao revisitar as especificidades e os contextos de cada fase da expedição, com base no cotejamento do “acervo heterogêneo” de textos queirosianos sobre esse itinerário (nomeadamente os manuscritos indecifráveis, 19-32), a par dos mais variados estudos e fontes históricas, avançando novas possibilidades e rejeitando outras, como a possibilidade de Eça ter viajado em representação nacional, (19) ou as hipóteses para o autor não ter publicado o planeado volume *Jerusalém e o Cairo*, (29-30) apesar de, ao longo da sua carreira, ter regressado a temas sobre o Egipto, (30-31) com humor, coerência e espírito crítico, (32) como demonstra Teresa Pinto Coelho. Na página 33, a autora, que já partilhou (32) e partilhará (98) com o leitor, incertezas impossíveis de estudar, apresenta a metodologia por si cuidadosamente adoptada, nomeadamente a consulta quer de clássicos (da Bíblia às *Mil e Uma Noites*, 62-71), pinturas e fotografias orientalistas, (58-62) estudos sobre política, etnografia, história da religião, o Egipto como espaço político, social, arqueológico, (52-58) colonial e de guerra exibido em exposições europeias, (56-58) o “tecnológico” Canal (46-52) e a viagem em geral no século XIX, quer de um impressionante número de guias (cinco) e relatos (quinze sobre Egipto e doze sobre a abertura do Canal) de viajantes europeus coevos, (71-79) mapas e catálogos de exposições, tendo optado também por viajar, ou seja, fazer trabalho de campo, pelos locais percorridos por Eça.

O capítulo primeiro analisa as possíveis fontes consultadas por Eça sobre o geoestratégico (40) Canal para construir a sua própria narrativa (portuguesa) sobre a inauguração. O capítulo segundo do estudo corrige datas que têm sido apontadas em estudos queirosianos sobre a viagem (103, 106) que, até ao Cairo, é feita de paragens obrigatórias, sem grande interesse para Eça, como revela o capítulo terceiro. O capítulo quarto é, segundo a autora, o mais importante e acompanha o romancista ao entrar no “Oriente” do imaginário ocidental e analisa o relato sobre o Cairo e as considerações de Eça sobre o Egipto islâmico, antes de se ocupar quer dos artigos por ele publicados no *Diário de Notícias* e que descrevem a navegação-inauguração

do Canal, quer o impacto da viagem na obra do autor. Para o fazer, Teresa Pinto Coelho afasta-se um pouco, através da leitura de outros críticos, de *Orientalism* e dos pressupostos a-históricos de Edward Said, uma vez que “reduzir narrativas de viagem a um discurso essencialista de superioridade e veículo de poder ocidental é muito redutor” (35) e analisa o conceito de ambiguidade de Bhabba (36-37) que recuperara ao longo do seu texto, (138, 239) bem como o advento dos estudos pós-coloniais antes de estudar o relato de Eça, autor curioso e cosmopolita que, como ficamos a saber mais tarde, (247-261) estava familiarizado com a luta de poder colonial franco-britânica, com o sofrimento e as condições de trabalho dos *fellahin* durante a construção do Canal e com a espoliação do Egipto subalternizado pelos europeus. O texto de Eça revela a superioridade cultural e de classe do autor, o seu desejo de veicular a autenticidade do percurso e das experiências e a singularidade do próprio viajante (64) perante o espectáculo da alteridade, (137) mesmo quando “tenta rentabilizar o que não conseguira publicar” (180) ou quando se assume como analista político e oferece ao leitor, de forma original, um retrato político e social do Egipto (afrancesado) de Ismail através de uma personagem por si criada, o engenheiro do Canal, informante com quem dialoga e que não surge no caderninho de viagem, como informa Teresa Pinto Coelho, (247-266) que nos demonstra que Eça lera o relatos de Du Camp, os guias de Joanne e Islambert e o romance de About sobre o Egipto de então, autores cujas ideias também contrapõe, sendo “nas diferenças em relação ao que lê que reside a originalidade e a relevância do que escreve” (266) a partir das suas observação directa e reflexão crítica. Aliás, *o Egipto: Notas de Viagem* ganha uma nova relevância se recordarmos a reinauguração do canal em 2015, como a autora recorda (40-41, 304) neste estudo cujo subtítulo enumera as suas três maiores temáticas que, como sabemos, se interseccionam: *Viagem, Orientalismo e Império*.

Para além dos temas mais comuns em relatos de viagens, Teresa Pinto Coelho estuda os ilustres convidados (europeus e orientais) do *Khedive* Ismail durante as cerimónias, convivas que caracteriza como elementos da *performance* de exibição de poder político,

(81-89) explicando ainda o facto de Eça não visitar o Alto Nilo (88) ao guiar o leitor pelas várias etapas e dimensões sensoriais da viagem, das paisagens olfactivas às sonoras, (176-179) impressões que, aliás, complementam o conteúdo dos relatos estrangeiros sobre as festividades após a inauguração. O capítulo V analisa a descrição crítica das festividades da inauguração do Canal e a posterior peregrinação de Eça rumo às origens do Cristianismo, as Fontes de Moisés, em quatro artigos que o autor, “fascinado”, (288) publica no *Diário de Notícias*, em Janeiro de 1870, enfatizando as diferenças entre *O Egipto* e as peças jornalísticas (orientalistas) entre si (267-302) que omitem paisagens e práticas consideradas mais transgressoras, como o banho turco. (240-246) A apurada reconstituição do itinerário queirosiano desde Lisboa (89-106) identifica vários “vazios” sobre a viagem, das escalas e companhias marítimas utilizadas às luxuosas condições da viagem, que são agora preenchidos pela investigação de Teresa Pinto Coelho com base em guias e relatos, bem como na história de empresas como a Peninsular and Oriental Company, (92-95) em informação e nas aventuras autobiográficas egípcias que Eça inseriria posteriormente na sua ficção, nomeadamente em *A Correspondência de Fradique Mendes* e *O Mistério da Estrada de Sintra*, (95-97, 105, 114, 118-119, 180) a par da sua antipatia pela administração colonial inglesa, (292) nomeadamente em Gibraltar (112-114) e em Malta, (115-119) apesar de admirar a cultura britânica. (99) EQEACS ocupa-se amiúde das influências possíveis que Eça terá “absorvido” de autores ingleses e franceses, como Taine, (108-111, 136) entre outros, (134-135, 148-149, 165-167) e que informam o orientalismo queirosiano, e analisa os principais temas da viagem ao ambíguo e *uncanny* “Oriente eterno”. Teresa Pinto Coelho elabora um retrato identitário do famoso viajante-escritor a reflectir sobre vários Outros sociais, culturais e transnacionais ao longo da sua *Bildungsreise* que lhe permite apreciar o Canal como *tool of empire* e prever um Egipto inglês. (306-307) No final da monografia, a análise comparatista dos vários escritos de Eça sobre o Egipto entre si e outros textos coevos estrangeiros permite à autora sistematizar os principais temas do relato de viagem do autor (que considera)

transnacional, bem como as suas leituras antes, durante e após a viagem, corrigindo datas e percursos que guiarão, a partir de agora, o leitor do Egipto e do Oriente Mediterrânico queirosianos.

Relativamente aos paratextos, o apurado índice onomástico (355-362) facilita a consulta a investigadores que procurem figuras, topónimos, espaços e episódios específicos referidos ou convocados pela obra de Eça e pelo estudo. As 281 notas finais esclarecem, contextualizam e problematizam temáticas, indicando outras leituras ao receptor dos cinco capítulos. A Bibliografia, (336-352) dividida em estudos e fontes (manuscritos, relatos e guias de viagem) revela o quão demorada e interdisciplinar foi a investigação que permitiu produzir um livro-viagem seminal e essencial para os estudos queirosianos que revisita a famosa expedição e corrige informações imprecisas que eram até agora repetidas. A nota biográfica sobre a autora é antecedida pelo elemento paratextual que ilustra a capa (da autoria de Pedro Serpa), a lâmpada de Aladino, e que nos recorda que obras como *As Mil e Uma Noites*, referidas amiúde por Teresa Pinto Coelho, nos transportam, com o aprendiz de viajante e de escritor, para para-ens longínquas, no espaço e no tempo, como que por magia da referida lâmpada. O livro em si, enquanto objecto, espelha a cuidadosa qualidade a que a Tinta da China nos habitou, da oriental lâmpada ao óculo de Eça, símbolo da curiosidade e da observação atenta por parte do viajante que encerra a obra, na contra-capas.

Gabriela Gândara Terenas. *Imprensa, Viagens e Política: Episódios das Relações Luso-Britânicas ao Tempo da Primeira República (1910-1914)*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2024.

João Paulo Ascenso Pereira da Silva
(NOVA FCSH/CETAPS)

No início de 2025, a Editora Húmus procedeu ao lançamento de um original e inovador estudo das relações luso-britânicas durante o período compreendido entre 1910 (as vésperas do 5 de Outubro) e 1914 (início da Primeira Guerra Mundial), da autoria de Gabriela Gândara Terenas, assente em diversos vectores: um estudo das representações de Portugal, na fase inicial da Primeira República, na imprensa periódica britânica e no jornalismo de viagens anglo-saxónico e numa análise exaustiva da campanha anti-republicana, lançada e liderada por figuras destacadas de sectores *High Tory* e *High Church* da aristocracia, no Reino Unido, a pretexto de um combate pela amnistia e libertação dos presos políticos, pelo fim da política anticlerical do regime republicano, bem como em reacção à aprovação da Lei da Separação da Igreja do Estado. Os olhares britânicos sobre Portugal no período em epígrafe são complementarmente cruzados com o estudo das respostas da imprensa periódica portuguesa à cruzada anti-republicana e da estratégia de contra-propaganda adoptada pelo governo da República, nomeadamente ao endereçar convites a jornalistas anglo-saxónicos para uma visita oficial ao nosso país

Acrescentaremos que o texto é acompanhado de um número significativo de ilustrações, a preto e branco e a cores, reproduzindo artigos publicados nos *media* tipográficos britânicos e portugueses, nomeadamente aqueles que surgiam em revistas e jornais ilustrados, bem como de gravuras extraídas do relato de viagem de Martin Hume, *Through Portugal*, publicado em 1907,¹ posteriormente reeditadas pela Booth Line, empresa de navegação que adquirirá os direitos de as converter em postais que oferecia aos seus passageiros, e finalmente de cartazes propagandísticos da entidade nacional de promoção turística, a Sociedade Propaganda de Portugal, organismo oficial responsável pela célebre vinda a Portugal de uma delegação de jornalistas britânicos e norte-americanos, analisada pela autora nos capítulos 4 e 5 de *Imprensa, Viagens e Política*.

Antes mesmo de procedermos a uma leitura em maior profundidade deste ensaio, impõe-se efectuar uma apresentação da autora. Gabriela Gândara Terenas é Professora Catedrática na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Para além da sua área de especialidade, os Estudos Anglo-Portugueses, domínio no qual se inscreve o estudo que nos propomos agora recensar, bem como dois volumes anteriores, respectivamente intitulados, *O Portugal da Guerra Peninsular: A Visão dos Militares Britânicos (1808-1812)* (2010)² e *Entre a História e a Ficção: As Invasões Francesas em Narrativas Portuguesas e Britânicas* (2012), a autora tem vindo igualmente a realizar investigação na área das relações entre Literatura e Ciência, domínio dos estudos comparados no qual se inserem várias compilações de ensaios por ela coordenados desde 2012, mais precisamente *Ciência e Cultura. Ficcionalizações da Ciência na Grã-Bretanha (séculos XIX e XX)* (2012);³ *Literatura e Ciência: Diálogos Multidisciplinares* (2021);⁴ e *Representations of the Moon in Literature and*

1. V. Capítulo 4.

2. Lisboa: Edições Colibri, 2010 (1ª edição, 2000).

3. Casal de Cambra: Editora Caleidoscópio, 2012. Editado em colaboração com Filipe Furtado.

4. Lisboa: Universidade Aberta/Serviços de Produção Digital, 2021. Volume editado em colaboração com Isabel Barros Dias, Margarida Esperança Pina, Margarida Santos Alpalhão, Maria de Fátima Nunes, Maria do Rosário Lupi Bello e Teresa Nobre de Carvalho.

Art (2024).⁵ Para concluir esta breve apresentação da obra e do percurso científico de Gabriela Gândara Terenas, acrescentaremos que tem vindo igualmente a interessar-se pelos Estudos Luso-Espanhóis, no âmbito dos quais publicou os seguintes volumes, em colaboração com Beatriz Peralta García: *“El Noble Ejemplo de España”: Poesía de la Guerra de la Independencia (1808-1814). Estudio crítico y corpus Bilingüe Anotado* (2015)⁶ e *“Contadles a los Españoles”: Poesía Portuguesa del Trienio Liberal. Estudio crítico y corpus bilingüe anotado* (2019).⁷

Não obstante sabermos que os sete capítulos em que a obra em análise se encontra articulada constituíram inicialmente estudos parciais apresentados pela autora a encontros científicos ou parcialmente publicados sob a forma de artigos, importa, desde já, sublinhar que Gabriela Gândara Terenas procedeu posteriormente à descoberta de novos dados e a um sistemático trabalho de investigação que estão na origem das novas versões surgidas em *Imprensa, Viagens e Política*. Deste modo, partindo de um levantamento exaustivo de fontes primárias até agora maioritariamente inéditas – textos publicados na imprensa periódica britânica, norte-americana e portuguesa –, cuja análise foi a posteriori alicerçada num enquadramento teórico eclético, característico dos Estudos Anglo-Portugueses, cruzando a imagologia e o comparativismo, assim como estratégias provindas dos estudos de *media* e de jornalismo de viagem, e finalmente de estudos sobre propaganda, Gabriela Gândara Terenas consegue, com notório êxito, articular de forma lógica e eficaz as diferentes partes deste seu estudo, ao qual subjazem diversos vectores ou fios condutores, nomeadamente nos dois primeiros capítulos, de natureza contextual e preambular:

Como explicar o interesse e a postura favorável, inicialmente demonstrados pela imprensa britânica face à hipotética mudança de regime em Portugal, nas “vésperas” do 5 de Outubro de 1910, no preciso contexto da visita oficiosa dos republicanos moderados

5. Palgrave Macmillan, 2024.

6. Madrid: Ministerio de Defensa/ Gobierno de España, 2015.

7. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2019.

Sebastião de Magalhães Lima e José Relvas ao Reino Unido, ocorrida quatro meses antes da Revolução, posição obviamente desencadeada por declarações do Foreign Office e do governo britânico no sentido de uma atitude de não intervenção no nosso país? Como entender a mudança radical ocorrida entre a classe política do nosso mais antigo aliado logo após a Revolução, bem como a frieza e hostilidade que o *Establishment* viria a adoptar face ao novo regime português?

A nossa autora procura responder a estas questões referindo a forma autoritária como o Partido Republicano havia assumido o poder em Portugal, naquilo que não passava afinal de um regime de partido único, sustentado por sociedades secretas como a Carbonária, de cujas fileiras muitos suspeitavam terem saído os autores do regicídio, em 1908. Por outro lado, muito embora em 11 de Setembro de 1911 o representante diplomático de Portugal tenha comunicado a João Chagas que o Reino Unido iria finalmente reconhecer *de jure* o novo regime português, medidas legislativas radicais e precipitadas por este tomadas, tendentes a promover a laicização do Estado como, por exemplo, a Lei de Separação da Igreja do Estado, a expulsão dos Jesuítas e das ordens religiosas, bem como o encerramento dos conventos viriam a alterar por completo o clima das relações luso-britânicas, abrindo caminho a um crescendo de tensão política e diplomática entre as duas nações.

Por outro lado, a totalidade das medidas legislativas anticlericais, que viriam a redundar, em última instância, no aprisionamento de párocos e freiras, desencadearam, logo em 1911, o surgimento dos primeiros artigos declaradamente anti-republicanos na imprensa britânica, nomeadamente em jornais e revistas católicas, redigidos pelo jornalista irlandês James McCullagh, mas igualmente pelo lusófilo e hispanista Aubrey Bell, que já então residia no nosso país, onde trabalhava como correspondente de *The Morning Post*, colaborando igualmente com outros periódicos britânicos, como *The Times* e *The Contemporary Review*, onde denunciava prontamente a forma como o novo regime acabava por alienar a simpatia de vários sectores da opinião pública nacional e internacional, acabando por ser detido e preso pelas autoridades. Outro tanto se poderá dizer em relação

a Alice Lawrence Oram, filha dos proprietários do hotel Lawrence, em Sintra, e correspondente do ultra-conservador *Daily Mail*, um dos jornais londrinos de maior tiragem e paradigma do *new journalism*, acusada de conspirar contra o regime e por esse motivo capturada pelas autoridades na prisão do Aljube, em Agosto de 1912.

A intensificação da campanha propagandística anti-republicana na imprensa britânica coincidirá com a primeira insurreição realista ocorrida em Vila Nova de Gaia, em 1911, e com as posteriores incursões monárquicas lideradas por Miguel Paiva Couceiro, respectivamente em 5 de Outubro de 1911 e em 6 de Julho de 1912. Todas estas tentativas malogradas de golpe de estado dariam lugar a uma intensificação de medidas de excepção, a partir de Julho desse mesmo ano, nomeadamente a um aumento da actividade censória, a novas formas de processo judicial, que implicariam um aumento exponencial do número de aprisionamentos por traição, em particular de figuras da aristocracia a que a autora atribui destaque, como Constança Telles da Gama e Júlia Maria de Brito e Cunha. É precisamente neste contexto de exacerbação da instabilidade política e da repressão, que se intensificará a campanha propagandística anti-republicana na imprensa britânica e o consequente apoio à restauração de D. Manuel II no trono de Portugal. Tal como Gabriela Gândara Terenas afirma, a dado passo do segundo capítulo, as notícias então surgidas na imprensa anglo-saxónica, da qual faziam caixa de ressonância periódicos de outras nações e corroboradas por periódicos monárquicos em Portugal, eram verdadeiramente alarmantes e sensacionalistas, descrevendo “a crueldade com que os presos políticos eram tratados, sendo mantidos em celas abjectas, minúsculas e partilhadas com criminosos comuns, sem quaisquer condições higiénicas e alimentares, contraindo facilmente doenças.” (57)

Tendo como pano de fundo esta situação, para a qual as manchetes de grande parte dos jornais nacionais e regionais britânicos chamavam a atenção do público, constituindo na realidade uma baragem de propaganda anti-republicana e restauracionista, irá nascer o Committee of British National Protest, liderado por uma destacada figura da aristocracia britânica, Adeline Mary Russell, Duquesa de Bedford,

membro da High Church, e uma das personalidades que frequentavam a residência de D. Manuel II, em Richmond, onde pontuavam figuras tão diversas quanto exilados portugueses, mas igualmente as mais altas figuras britânicas e estrangeiras, desde Winston Churchill a Alfonso XIII, Rei de Espanha. De acordo com Gabriela Gândara Terenas, a aristocracia britânica havia encetado informalmente uma campanha em favor da restauração da Monarquia em Portugal, incluindo “subscrições com avultadas quantias”. (62) É igualmente sabido que a Duquesa viria a propor ao monarca português participar na campanha a favor dos presos políticos, à qual D. Manuel daria o seu apoio oficioso. Nesta sua actividade, Adeline Russell seria acompanhada por Eva Mabel Tenison, que viria a secretariar o Committee of British National Protest, e ao qual se viriam a associar o jornalista Philip Gibbs e Victor Bulwer-Lytton, 2º Conde de Lytton, que presidiria ao célebre comício realizado no AEolian Hall, em Londres, em 22 de Abril de 1913, após o regresso de Lisboa e da visita às prisões portuguesas da Duquesa, que decorreria entre 19 de Março e o início de Abril desse mesmo ano. Este núcleo duro do Committee viria a ser responsável pela publicação de artigos em periódicos britânicos, bem como de panfletos e opúsculos em favor da amnistia aos presos políticos portugueses, mas obviamente favoráveis à restauração da Monarquia em Portugal. Entre outros títulos, citaremos a colectânea de discursos políticos proferidos no comício acima referido, intitulada *Portuguese Political Prisoners. A British National Protest* (1913) prefaciada por Lord Lytton, pela Duquesa de Bedford e pelo militar e diplomata Aubrey Herbert, a compilação de artigos jornalísticos da autoria de Philip Gibbs, surgida em 1914, sob o título: *The Tragedy of Portugal, as Shown in the Sufferings of the Portuguese Political Prisoners: Royalists, Republicans, Socialists and Syndicalists*, prefaciada por E.M. Tenison, e, finalmente, da autoria desta última figura, *Will England Save Portugal? Our Hereditary Obligations (1373-1914)* (1914).

Concordamos, aliás, com Gabriela Gândara Terenas quando esta se coloca a questão de a campanha de apoio aos presos políticos ter vindo, na realidade, a constituir mero pretexto para uma operação mais vasta de desestabilização da República portuguesa, tendente a

generalizar uma imagem profundamente negativa do novo regime junto da opinião pública internacional, mas sobretudo do público britânico, tendente a levá-lo, em última instância a aceitar uma intervenção militar directa ou indirecta do Reino Unido em Portugal, em defesa, na realidade, dos interesses económicos e geoestratégicos britânicos, prática a que os nossos fiéis aliados nos souberam habituar ao longo de todo o século XIX. Na realidade, é sabido que a sistemática campanha anti-republicana, realizada nas páginas da imprensa britânica e norte-americana (excepção feita a alguns periódicos de orientação liberal), prosseguiu muito para lá de 1914 e da promulgação do decreto de amnistia aos presos políticos, em Fevereiro desse ano, com maior ou menor intensidade, ao longo de toda a 1ª República, incluindo o período coincidente com a Primeira Guerra Mundial, e que obviamente não é, como sabemos, coberto pelo presente volume. Recordaremos episódios de profunda instabilidade política ocorridos neste período, como a ditadura do General Pimenta de Castro (28 de Janeiro a 14 de Maio de 1915), o golpe de estado dirigido pelo General Sidónio Pais e o sidonismo (entre 8 de Dezembro de 1917 e 14 de Dezembro de 1918), verdadeira prefiguração daquilo que seria o golpe de 28 de Maio de 1926, a Ditadura Nacional e, sobretudo, o Estado Novo e, finalmente, a Monarquia do Norte (movimento contra-revolucionário que teria como ponto de partida a cidade do Porto e que duraria menos de um mês, mais precisamente entre 19 de Janeiro e 13 de Fevereiro de 1919).

Particularmente interessante nos parecem ser os capítulos 4 e 5 do presente volume, em que Gabriela Gândara Terenas nos dá conta da tentativa algo pueril por parte do governo português em responder e fazer frente à barreira de propaganda anti-republicana britânica. Assim, a esta campanha em larga escala, que mobilizou grande parte dos órgãos de imprensa nacionais e locais no Reino Unido e, nomeadamente, aqueles que se encontravam nas mãos de grandes grupos mediáticos, numa época em que já se assistia a uma concentração dos órgãos de imprensa britânicos em conglomerados ou monopólios detidos pelos futuros "Press Barons", na era dos "papers for the millions", tentaria responder o governo português, ainda que com

os meios de (contra)propaganda muito mais débeis e desiguais que tinha ao seu alcance. Estamos a referir-nos à campanha de charme levada a cabo pela Sociedade Propaganda de Portugal (SPP), atraindo ao nosso país jornalistas britânicos (incluindo irlandeses e escoceses) e norte-americanos, que produziriam maioritariamente textos em língua inglesa, que se inserem no âmbito daquilo que Gabriela Gândara Terenas define como jornalismo de viagem, de natureza obviamente tendenciosa, fazendo jus ao convite oficial que lhes fora efectuado e ecoando as posições oficiais do governo republicano português, cujas pulsões na verdade oscilavam entre uma aparente defesa da democracia e o uso de métodos repressivos e violentos, mais característicos de regimes autocráticos.

Os jornalistas e autores em questão viriam a visitar de Norte a Sul o nosso país, entre os dias 16 e 26 de Fevereiro de 2013, num percurso que havia sido meticulosamente calculado pela SPP e que, curiosamente, incluiu uma visita às prisões portuguesas. Se este último dado por si só não bastasse, o carácter propagandístico e político deste convite ficava evidente no facto de as escolhas dos locais visitados não terem sido livres, mas antes previamente ditadas pela SPP, que “estabeleceu itinerários e pontos de paragem, acompanhando e conduzindo sempre os jornalistas de além-Mancha em todas as suas visitas.” (100) Esta viagem decorre, como se poderá constatar, algum tempo antes da vinda a Portugal da Duquesa de Bedford e de Eva Mabel Tenison em visita às prisões, que recordamos decorreu entre Março e Abril deste mesmo ano.

Não obstante o carácter aparentemente frutuoso da visita dos convidados da SPP e consequentemente do governo da República, que recorreu a todos os meios ao seu alcance para a transformar num sucesso, a maior parte dos artigos publicados pelos jornalistas e obviamente encomendados foram publicados sobretudo em jornais e periódicos regionais britânicos e, em muito menor grau, nos jornais de Fleet Street e na imprensa internacional, parecendo até ter alcançado proporcionalmente maior eco na imprensa portuguesa. Enquanto isto, a campanha pela libertação dos presos políticos prosseguiria na imprensa britânica de forma sistemática e

talvez mesmo com uma intensidade superior à registada em períodos anteriores.

Na realidade, dificilmente o frágil regime republicano poderia fazer face ao poder da imprensa britânica, sobretudo aos jornais populares e sensacionalistas (o novo jornalismo que antecederia o tabloidismo), com as suas tiragens milionárias. É, aliás, sabido que desde o final da Era Vitoriana, jornalistas como T. P. O'Connor (1848-1929), político irlandês, jornalista e editor de *The Star* e W. T. Stead (1849-1912), jornalista e editor de *The Pall Mall Gazette*, viriam a introduzir no Reino Unido técnicas jornalísticas muito avançadas e que eram correntes nos Estados Unidos, nomeadamente nos jornais de Joseph Pulitzer. Estas estratégias de comunicação, *marketing* e propaganda viriam a ser utilizadas numa escala muito mais vasta pelos futuros "Press Barons", Alfred Harmsworth (1865-1922), o seu irmão Harold Harmsworth (1868-1926) e William Maxwell Aitken (1879-1964), nos seus respectivos jornais. Após a Primeira Guerra Mundial, receberiam respectivamente os títulos honoríficos de Visconde Northcliffe, Visconde Rothermere e Barão Beaverbrook, por terem participado activamente no esforço de propaganda britânico e ocupado pastas nos executivos de Herbert Asquith e, sobretudo, de Lloyd George.⁸ Foram estas e outras personalidades associadas ao

8. Sedentos de poder, através dos seus respectivos impérios mediáticos e de jornais como *Daily Mail*, *Daily Mirror* (pertencentes ao grupo Associated Newspapers dos irmãos Harmsworth) e *Daily Express* (de Max Aitken), ameaçavam e derrubavam governos, destruíam a reputação de primeiros-ministros, provocando crises políticas, quer durante a Primeira Guerra Mundial quer durante as décadas de 20 e 30. A este propósito, importa destacar a sua responsabilidade directa no derrube do primeiro-ministro liberal, Herbert Asquith, em 1915, substituído pelo seu correligionário David Lloyd George, o favorito de Harold Harmsworth (*Lord Northcliffe*), no ano de 1916. Outro tanto poderá ser dito acerca do conflito aberto de Harold Harmsworth e Max Aitken com o líder conservador Stanley Baldwin, já em 1929, após a sua derrota nas eleições legislativas desse ano. Tratou-se de uma imparável e permanente cruzada que tinha por objectivo último a conquista do poder político. Em todo este processo a figura mais sinistra foi, sem dúvida, a de Harold Harmsworth, que, durante os anos 20 e 30, apoiou declaradamente a subida ao poder de Benito Mussolini, bem como do Partido Nazi e de Adolfo Hitler na Alemanha, mantendo elos de estreita amizade com ambos os ditadores. No plano interno é bem conhecido o seu apoio à British Union of Fascists de Oswald Mosley, tendo transformado o seu jornal *The Daily Mail* num porta-voz deste quadrante ideológico. Este processo seria apenas interrompido com o deflagrar da Segunda Guerra Mundial e o seu auto-exílio nas Ilhas Bermudas, onde morreria em circunstâncias pouco claras, logo em 1940.

Quanto aos cargos ocupados pelos três "Press Barons", durante o Primeiro Conflito Mundial, citaremos o título de President of the Air Council, atribuído por Lloyd George a Harold Harmsworth, bem como os de Minister of Information e Director of Enemy Propaganda, respectivamente atribuídos a Max Aitken e Alfred Harmsworth.

jornalismo sensacionalista que conseguiram edificar no Reino Unido uma máquina de propaganda científica, que viria em larga medida a ultrapassar a da Alemanha e restantes potências centrais, durante a Primeira Guerra Mundial. Não nos pode por esse motivo espantar que os órgãos da imprensa detidos pelos ultra-conservadores irmãos Harmsworth, como *Daily Mail*, *Daily Mirror* e *The Times*, tenham ocupado igualmente um papel de destaque no combate à República e desempenhado essa função com notória eficácia.

Concluiremos esta recensão, saudando mais uma vez a autora pela notável qualidade deste estudo e desejando que nos venha a premiar com novos trabalhos de sua autoria e do grupo de trabalho que, sob a sua orientação, procede no CETAPS, da Universidade Nova de Lisboa, ao estudo das representações de Portugal na imprensa britânica, no período em epígrafe.

Neill Lochery, *Out of The Shadows.
Portugal from Revolution to the Present Day.*
London: Bloomsbury, 2017. 353 pp.

Ana Rita Pereira Brettes
(CETAPS)

Ao longo das últimas décadas, o historiador escocês Neill Lochery, professor de Estudos sobre o Médio Oriente e o Mediterrâneo no University College London, tem consolidado uma produção bibliográfica significativa dedicada à história contemporânea de Portugal,¹ com particular ênfase no seu posicionamento internacional ao longo do período que vai do início do Estado Novo até 2015. Inserível neste contexto, a sua obra *Out of the Shadows. Portugal From Revolution to the Present Day* (2017),²

1. A sua obra mais conhecida, *Lisbon: War in the Shadows of the City of Light, 1939-1945* (2011), foi amplamente divulgada em Portugal através de diferentes edições e traduções, destacando-se as versões de Talita M. Rodrigues (2012), Alberto Gomes (2012 e 2014) e Tiago Marques (2021). Acrescenta-se que em 2023 foi publicada uma recensão crítica da autoria de João Paulo Ascenso Pereira da Silva, no número 23 desta revista, intitulada "Neill Lochery. *Lisbon: War in the Shadows of the City of Light, 1939-1945*. New York: Public Affairs, 2012 (2011)", pp. 337-349. Seguiram-se outros estudos de relevo, como *Lisboa: A Cidade Vista de Fora, 1933-1974* (2013), cujo manuscrito original foi entregue diretamente à editora para tradução, mas que manteve a mesma linha de análise sobre o contexto político e cultural português durante o período do Estado Novo. A fase mais recente da sua produção inclui *Porto: Gateway to the World* (2020), publicado em português, no mesmo ano, sob o título *Porto: A Entrada para o Mundo*. Em 2023, Lochery publicou *Cashing Out: The Flight of Nazi Treasure, 1945-1948*, obra dedicada às movimentações de tesouros nazis no pós-guerra, que veio a ser traduzida para português em 2024 sob o título *Lisboa II. Os Países Neutros e a Pilhagem Nazi: A Última Grande Fuga da Segunda Guerra Mundial*. No seu conjunto, estas publicações e respetivas traduções revelam não só o interesse internacional suscitado pela abordagem de Lochery à história de Portugal, mas também a sua relevância académica e editorial no panorama historiográfico contemporâneo.
2. Doravante referido apenas como *Out of the Shadows* (2017).

procura oferecer uma visão abrangente e integrada das transformações históricas ocorridas em Portugal, entre 1974 e 2015, articulando-a com a perspectiva do Eu britânico. No mesmo ano da publicação do texto original *Out of the Shadows* (2017) foi publicado o texto em português, *Portugal Saído das Sombras. Da Revolução de 1974 até ao Presente*,³ decisão editorial que atesta a relevância imediata da obra no espaço luso.

Em *Out of the Shadows* (2017), ao longo de vinte seis capítulos, o autor apresenta uma proposta metodológica clara: a de olhar para a história recente de Portugal de forma “tridimensional”, cruzando perspectivas da política interna, da diplomacia internacional e das transformações sociais. Este anúncio é acompanhado da promessa de oferecer uma visão histórica original e única, capaz de trazer à luz informações inéditas e interpretações alternativas. A presente recensão crítica procura justamente avaliar em que medida o autor cumpre tal promessa, interrogando a relevância do recurso a referências musicais, televisivas e lúdicas internacionais como formas estruturantes da narrativa, bem como a consistência da documentação mobilizada.

Desde o prólogo, Lochery adota um registo híbrido, marcado pela aproximação entre recursos literários e narrativa histórica. A descrição ficcionalizada e, por vezes, personificada de Lisboa, no início do texto, funciona como dispositivo narrativo de enquadramento, mas levanta questões epistemológicas: até que ponto a voz autoral privilegia a opinião em detrimento da factualidade? O tom avaliativo do parágrafo final do prólogo, onde o historiador afirma que a ajuda recebida por Portugal, interpretada como condescendência por parte dos países europeus, impediu o país de experienciar um processo de amadurecimento, transformando-se num estado moderno, constitui um dos exemplos em que a subjetividade autoral se sobrepõe à objetividade documental. A insistência na tese de que diplomatas britânicos e norte-americanos desconheciam por completo a iminência de

3. Um elemento paratextual digno de nota nesta tradução prende-se na escolha da manutenção dos títulos em inglês por parte dos tradutores, Manuel Alberto Vieira e Alberto Gomes, cuja carga simbólica dialoga com os temas abordados em cada capítulo.

um golpe militar em abril de 1974, embora documentada, é repetitiva e, em alguns momentos, redundante ao longo do primeiro capítulo. Ainda assim, importa reconhecer que Lochery mantém um registo literário deliberadamente acessível, com a clara intenção de criar proximidade com o leitor, em linha com os prefácios das suas obras anteriores, onde habitualmente explicita processos de escrita, reconhece influências e destaca o papel das elites políticas e económicas como motores privilegiados da história. Contrariamente ao que transparece nas duas obras anteriores – *Lisbon. War in the Shadows of The City of Light. 1939-1945* (2011) e *Lisboa. A Cidade Vista de Fora* (2013) – nas quais o historiador assume, nos agradecimentos, a importância do contato direto com personalidades portuguesas reais que viveram durante o período do Estado Novo, no prólogo a *Out of The Shadows* (2017), o autor afirma que se fundamentou em exclusivo em documentos diplomáticos estrangeiros.

A escolha de Neill Lochery em privilegiar, em *Out of the Shadows*, a voz e os relatórios dos diplomatas britânicos pode ser interpretada, no âmbito da imagologia, como um exercício de construção de identidade e alteridade, no discurso historiográfico. Ao projetar a história portuguesa recente através do olhar estrangeiro, Lochery inscreve-se na tradição de escritores anglo-saxónicos,⁴ alguns deles lusófilos, que procuraram compreender Portugal a partir de uma matriz externa, mas simultaneamente reproduziram a assimetria cultural entre centro e periferia. Tal como defendem Manfred Beller e Joep Leerssen em *Imagology. The Cultural Construction and Literary Representation of National Characters. A Critical Survey* (2007), os estereótipos e as imagens nacionais (“ethnotypes”) não constituem descrições objetivas de realidades nacionais, mas antes construções discursivas e culturais (“mental images”) que revelam mais sobre o imaginário de quem as produz do que sobre a realidade que alegadamente representam. (12) Assim, ao privilegiar a perceção britânica sobre Portugal, o

4. Entre estes, podem mencionar-se Ronald Weber (1934-2024), *The Lisbon Route. Entry and Escape in Nazi Europe* (2011); Marion Kaplan (1946-), *The Portuguese, The Land and Its People* (1998) e Tom Gallagher (1954-), *Salazar. The Dictator Who Refused to Die* (2020) e *Portugal and the West. From British Ultimatum to Utopian Revolt, 1890-1975: Social Volatility, National Assertion, and Nervous Collapse* (2025).

autor cristaliza uma representação em que o país surge marcado pela fragilidade política e dependência internacional, o que revela mais sobre os horizontes de expectativa anglófonos do que sobre a experiência portuguesa em si mesma. Em *O Labirinto da Saudade* (1978), Eduardo Lourenço já havia chamado a atenção para este fenómeno, sublinhando como Portugal, na modernidade, se vê frequentemente representado a partir de olhares externos, que reforçam a sua posição periférica no quadro europeu. (34)

Para a leitura crítica de *Out of the Shadows*, considera-se pertinente adotar uma fundamentação teórica que permita compreender a obra não apenas como uma tentativa de reconstituição factual da história de Portugal, entre 1974 e 2015, mas também (e sobretudo) como uma construção narrativa marcada por escolhas estilísticas, epistemológicas e intertextuais. Neste sentido, importa recordar a reflexão de Hayden White, em *The Fiction of Narrative: Essays on History, Literature and Theory, 1957-2007*, quando afirma que “vivenciamos a ‘ficcionalização’ da história como uma ‘explicação’ pelo mesmo motivo que vivenciamos a grande ficção como iluminação de um mundo que habitamos juntamente com o autor.” (116) Lochery mobiliza este princípio, ao permitir que o leitor experiencie a história através de associações intertextuais e reminiscências culturais. A título de exemplo, atente-se no capítulo 7, no qual estabelece paralelos entre acontecimentos políticos e a estreia da novela brasileira *Dancing Days* nas televisões portuguesas, em 1979, relembra músicas icónicas como YMCA e compara temporalmente as mortes de Francisco Sá Carneiro e do ex-Beatle John Lennon, em 1980. (72-73) Estes recursos transportam o leitor simultaneamente para a mente criativa, as preferências pessoais do autor e para um universo histórico-cultural partilhado, permitindo que a narrativa seja vivida em co-presença, com a sensibilidade do historiador. Ao optar por títulos musicais⁵ como fio

5. As músicas em língua inglesa que dão o título a cada parte e capítulo de *Out of the Shadows* (2017) são as seguintes:

Parte 1- “Children of the Revolution” (cantado por T-Rex em 1972)

Capítulo 1 - “Revolution” (cantado pelos Beatles em 1968)

Capítulo 2 - “Wish you were here” (cantado pelos Pink Floyd em 1975)

Capítulo 3 - “SOS” (cantado pelos ABBA em 1975)

condutor ou ao construir descrições ficcionalizadas de Lisboa, o autor oferece uma interpretação situada e parcial, ainda que ambiciosa na sua intenção de apresentar uma “nova história”.

Na “Parte I – Children of the Revolution” (T. Rex, 1972) e nos capítulos “Revolution” (The Beatles, 1968), “Wish You Were Here” (Pink Floyd, 1975), “SOS” (ABBA, 1975) e “In the City” (Eagles, 1979), bem como ao longo de toda a obra, os nomes dos capítulos convocam uma dimensão intertextual que se cruza com a narrativa histórica proposta, abrindo espaço para questionar a pertinência temática de cada referência musical no desenvolvimento analítico. Interessa, portanto, analisar se existe relevância temática entre cada canção e os acontecimentos narrados, e até que ponto esta estratégia contribui para reforçar (ou limitar) a tridimensionalidade histórica anunciada no prólogo. Complementarmente, importa observar como a ausência de entrevistas formais a protagonistas políticos portugueses, opção assumida por Lochery e repetida tanto no início

-
- Capítulo 4 - “In the City” (cantado pelos Eagles em 1979)
 - Parte 2- Safe European Home (cantado por The Clash em 1978)
 - Capítulo 5 - “Trans Europe Express” (cantado por Kraftwerk em 1977)
 - Capítulo 6 - “Picture This” (cantado por Blondie em 1978)
 - Capítulo 7 - “London Calling” (cantado pelos The Clash em 1979)
 - Capítulo 8 - “The Eternal” (cantado por Joy Division em 1980)
 - Parte 3 – Mad World (cantado pelos Tears for Fears em 1982)
 - Capítulo 9 - “Ghost Town” (cantado por The Specials em 1980)
 - Capítulo 10 - “This is the Day” (cantado pela banda The The em 1983)
 - Capítulo 11 - “What Difference Does it Make?” (cantado por The Smiths em 1984)
 - Capítulo 12 - “Road to Nowhere” (cantado por Talking Heads em 1985)
 - Parte 4 - Absolute Beginners (cantado por David Bowie em 1986)
 - Capítulo 13 - “Holding Back the Years” (cantado por Simply Red em 1985)
 - Capítulo 14 - “With or Without You” (cantado pelos U2 em 1987)
 - Capítulo 15 - “All Around the World” (cantado por Lisa Stansfield em 1989)
 - Parte 5 – Fields of Gold (cantado por Sting em 1993)
 - Capítulo 16 - “Wicked Game” (cantado por Chris Isaak em 1989)
 - Capítulo 17 - “Under the Bridge” (cantado pelos Red Hot Chili Peppers em 1991)
 - Capítulo 18 - “Fake Plastic Trees” (cantado pelos Radiohead em 1995)
 - Capítulo 19 - “Don’t Look Back in Anger” (cantado pelos Oasis em 1995)
 - Parte 6 – No Surprises (cantado pelos Radiohead em 1997)
 - Capítulo 20 - “Overload” (cantado pelos Sugababes em 2000)
 - Capítulo 21 - “Hurt” (cantado pelos Nine Inch Nails em 1994)
 - Capítulo 22- “Fix You” (cantado pelos Coldplay em 2005)
 - Capítulo 23 - “Chasing Cars” (cantado pelos Snow Patrol em 2006)
 - Parte 7 – Cruel World (cantado por Lana del Rey em 2014)
 - Capítulo 24 - “Hometown Glory” (cantado por Adele em 2007)
 - Capítulo 25 - “Love the Way You Lie” (cantado pelos Eminem em 2010)
 - Capítulo 26 - “Blame” (cantado por Calvin Harris em 2014)

(introdução) como no fim do volume, mais concretamente nas notas sobre as fontes, pode ter condicionado a pluralidade de vozes representadas. Segundo Lochery, este procedimento visa evitar distrações interpretativas e a tentação de perder-se em detalhes pessoais de líderes como Mário Soares. No entanto, esta escolha acaba por limitar a representatividade da obra, na medida em que exclui a voz dos próprios atores políticos e sociais portugueses.

Esta fragilidade da narrativa Locheriana é reforçada nas notas sobre as fontes, onde a reformulação de informações históricas tende a repetir-se. A título de exemplo refira-se a alusão repetida à intervenção de Henry Kissinger no regime do Chile, dados históricos já relatados no prólogo e ao longo da narrativa. Do ponto de vista metodológico, a repetição de conteúdos em diferentes secções reforça a impressão de circularidade argumentativa. Embora tal recurso possa funcionar como elemento de clareza para leitores não especializados, compromete a densidade analítica da obra e fragiliza a promessa de novidade historiográfica anunciada no prólogo. Este enquadramento deverá guiar a análise crítica do leitor, capítulo a capítulo, procurando avaliar a eficácia da escolha musical enquanto paratexto, a consistência do uso das fontes e a relação entre o discurso narrativo e a promessa de novidade historiográfica. Observe-se, a título de exemplo, os quatro primeiros capítulos.

Na já referida Parte I, intitulada “Children of the Revolution” (T. Rex, 1972), a referência musical à canção de T. Rex antecipa o ambiente de rutura geracional e cultural que contextualiza o 25 de Abril de 1974. A escolha é significativa, pois evoca uma juventude em transformação e o espírito de contestação que marcou os anos setenta, estabelecendo uma ponte entre o imaginário britânico e o processo revolucionário português.

O capítulo 1, “Revolution” (The Beatles, 1968), centra-se no primeiro ano da Revolução, sublinhando sobretudo as relações externas de Portugal, a partir de documentação britânica e norte-americana. A pertinência da letra e da música dos Beatles parece ser clara: questionar a revolução, os seus sentidos e direções futuras. No entanto, a narrativa peca por apresentar uma visão algo redutora, porque limitada

ao olhar anglo-saxónico e negligenciando aparentemente as fontes portuguesas. Neste âmbito, a evocação da teoria de White afigura-se de novo útil, pois ao construir uma narrativa a partir de perspetivas externas, Lochery interpreta a história através de um filtro particular, revelando tanto a força como os limites da sua abordagem.

No capítulo 2, “Wish You Were Here” (Pink Floyd, 1975), Lochery aborda a instabilidade política de 1975, a chegada dos retornados e as dificuldades sociais e económicas. A canção dos Pink Floyd, marcada pela melancolia, ausência e perda, identifica-se simbolicamente com a experiência traumática dos que regressaram das ex-colónias e com a sensação de incerteza coletiva.

No capítulo 3, “SOS” (ABBA, 1975), a razão da escolha da canção torna-se porventura mais evidente, em termos temáticos, pois reflete a busca desesperada de Portugal por apoio financeiro internacional, em plena crise social e económica. O capítulo descreve as tentativas de obter auxílio externo, confirmando a fragilidade do país, recém-saído da ditadura. Contudo, mais uma vez, a narrativa é dominada por fontes anglófonas, marginalizando o olhar português sobre as dificuldades internas.

Por último, no capítulo 4, “In the City” (Eagles, 1979), Lochery constrói uma narrativa de forte carga imagética, quase cinematográfica, para retratar a consolidação democrática e o papel desempenhado por Lisboa enquanto espaço de encontro político e social. A música dos Eagles sugere urbanidade, dinamismo e mudança, funcionando como uma metáfora da progressiva integração de Portugal no contexto internacional. Do ponto de vista narrativo, o recurso literário é eficaz, mas mantém-se a tendência em atribuir ao olhar externo o protagonismo da história portuguesa, deixando para segundo plano a agência popular e militar.

A escolha do historiador em nomear os capítulos de *Out of the Shadows* (2017) com títulos de canções anglo-saxónicas pode ser analisada sob múltiplas perspetivas, pois revela uma estratégia que combina objetivos comunicacionais, culturais e comerciais. Em primeiro lugar, a utilização de referências musicais de artistas consagrados, como Adele, Eminem ou Calvin Harris, (*vide* nota de rodapé 5)

aproxima o leitor não académico do texto, facilitando a compreensão e a identificação emocional com o conteúdo histórico, ao inseri-lo num contexto cultural globalmente reconhecível. Paralelamente, esta opção aproxima a obra da cultura pop, conferindo-lhe um tom contemporâneo e lúdico, que poderá contribuir para captar o interesse de um público mais jovem, amplo e diversificado. Do ponto de vista do marketing editorial, a intertextualidade musical funciona como um recurso persuasivo e potencialmente motivador da aquisição do livro, ao apelar à memória afetiva e ao imaginário cultural do leitor. Por fim, é possível considerar que esta estratégia reflete também uma dimensão pessoal e criativa do autor, que integra os seus gostos e referências culturais na construção da obra, combinando intencionalidade estética e propósito comercial, num gesto que torna a narrativa histórica mais envolvente e mediática.

Em *Out of the Shadows* os paratextos desempenham, não raro, um papel central, contribuindo para fortalecer e consolidar a dimensão literária da obra. Mais se acrescenta que estes funcionam não apenas como elementos acessórios, mas sobretudo como parte integrante da estratégia narrativa de Lochery. As trinta e duas páginas, não numeradas, de fotografias a preto e branco, inseridas no volume entre as páginas 128 e 129 e entre as 256 e 257, desempenham uma função essencialmente documental, na medida em que corroboram e legitimam a narrativa histórica construída pela pena criativa do autor. Estas imagens introduzem também uma dimensão estética que confere à obra um efeito quase cinematográfico, aproximando-a de um ambiente literário de cariz quase “hollywoodesco”, no qual a facticidade histórica é construída através de recursos visuais que reforçam a dimensão imaginativa e evocativa do texto. Estes elementos contribuem para consolidar o carácter híbrido da obra, situada num espaço intermédio entre a historiografia académica e a narrativa histórica destinada a um público mais alargado.

Ainda no respeitante aos paratextos, verifica-se que as notas de autor, as referências bibliográficas e os agradecimentos se revelam particularmente significativos para compreender o posicionamento do historiador face ao seu objeto de estudo. A dimensão confessional

do autor, nomeadamente ao reconhecer que algumas das suas percepções iniciais sobre Portugal se revelariam incorretas, contribui para humanizar a voz historiográfica, mas evidencia igualmente a centralidade da sua perspetiva pessoal no processo narrativo. Nas notas sobre as fontes, (308-310) o autor admite que muitas das suas conceções iniciais relativas à “baixa qualidade” da produção portuguesa se revelaram incorretas à luz da sua investigação, manifestando surpresa face à robustez do jornalismo português, entre 1974 e 2015. Tais elementos não só conferem maior densidade interpretativa ao volume, mas também reforçam a articulação entre a dimensão literária da escrita e as exigências de rigor historiográfico, contribuindo para a consolidação da competência narrativa do autor.

Out of the Shadows (2017) inscreve Neill Lochery no grupo de outros lusófilos britânicos, nomeadamente enquanto historiador interessado em elevar a experiência portuguesa, articulando-a com os grandes eixos da história europeia e atlântica contemporânea. A obra apresenta-se como um esforço de síntese e de divulgação de quatro décadas de história nacional, conjugando uma escrita acessível, com marcas de literariedade e com a ambição declarada de oferecer uma “nova história”. Contudo, a análise crítica permite concluir que esta promessa apenas se cumpre de forma parcial. A originalidade da estrutura narrativa, assente em títulos de canções de língua inglesa, abre espaço a uma intertextualidade que pretende estabelecer pontes entre imaginários culturais globais e a realidade portuguesa. Todavia, essa estratégia revela-se ambígua, pois, se em alguns casos (como nos capítulos “Wish You Were Here” ou “SOS”), a correspondência simbólica entre as letras das canções e os conteúdos históricos se afigura eficaz, noutros a ligação é mais ténue, funcionando sobretudo como mero recurso estilístico. Esta opção reforça a dimensão híbrida da obra, situada entre a historiografia académica e a narrativa literária, o que constitui uma virtude em termos de divulgação, mas uma limitação no plano da investigação especializada.

O livro beneficia de uma prosa clara e envolvente, mas, do ponto de vista metodológico, a sua dependência quase exclusiva de documentação britânica e norte-americana, associada à recusa explícita

de integrar testemunhos de protagonistas portugueses, resulta numa visão algo desequilibrada. Por outro lado, o peso concedido às elites políticas e económicas, a par da desvalorização da agência popular e militar, central no processo revolucionário, confirma uma interpretação seletiva e tendenciosa da história recente de Portugal. A redundância de alguns argumentos e a repetição de informação em diferentes secções reforçam esta limitação, fragilizando o impacto da narrativa enquanto contribuição inovadora para a historiografia do período em causa.

Em síntese, *Out of the Shadows* deve ser lida como uma obra de divulgação, que procura colocar Portugal no centro da história internacional do pós-1974, e não propriamente como um estudo resultante de uma investigação aprofundada ou inovadora. A sua relevância reside sobretudo na capacidade de projetar a experiência portuguesa para fora das fronteiras nacionais, convocando leitores não especialistas e reforçando a presença de Portugal no debate historiográfico global. Todavia, a obra confirma também os riscos inerentes a leituras excessivamente dependentes de fontes anglo-saxónicas, as quais, *grosso modo*, tendem a reduzir a complexidade do processo revolucionário português. Assim, a principal contribuição do volume reside menos na promessa de revelar uma “nova história” (como o autor decerto desejaria) e mais no estímulo ao debate académico sobre as formas de narrar, interpretar e internacionalizar a história contemporânea de Portugal.

ABSTRACTS

Gabriel Touça, “Visões Utópicas em Portugal e na Inglaterra do Século XVIII: Discursos em Contraste”

This study proposes a comparison between the tendencies of utopian literature in 18th-century England, represented in James Burgh's *An Account of the (...) Cessares*, and an example of a utopian literary work in Portuguese, *Viagens d'Altina*, by Luís Caetano Altina de Campos. The analysis will focus first on utopia as a literary genre in England and Portugal, and then on the two particular texts and the contrasts in their discourse.

Keywords: Utopia, Discourses, Visions, *Cessares*, *Altina*.

Elisabete Mendes Silva e Pedro Couceiro, “The infection of liberty has reached this country’: The First Liberal Attempts in Portugal Represented by the British Press”

The Liberal Revolution of August 24, 1820, in Oporto marked a pivotal moment in Portuguese political affairs, driven by instability from the Portuguese Court's move to Brazil. General Beresford's English representation exacerbated discomfort among Portuguese elites. Anglo-Portuguese relations, established in the 18th century, spurred British press interest in the 1820 events. Using private letters, Portuguese newspapers, and the foreign press, British newspapers

reported on the revolution. This article aims to scrutinise the discourse and representations constructed by the British press regarding the Portuguese Liberal Revolution.

Keywords: Liberalism, liberal revolution, Portugal, British press, Anglo-Portuguese relations.

Gonçalo Santos Dias, “ ‘Purposed action never act to be’ or *A Vision in a Dream*: Interruption and Literary Creation”

This essay explores the notion of interruption as a central, paradoxical principle in Fernando Pessoa’s poetics, through a dialogical reading of the sonnets V and IX from *35 Sonnets* and the literary essay “O homem de Porlock”. Revisiting S. T. Coleridge’s preface to the poem “Kubla Khan”, it examines how interruption – external or internal – becomes both obstacle and inexorable condition to act, create or write, only possible on an oneiric level. The analysis highlights Pessoa’s philosophical engagement with an ontological incapacity to act and, therefore, to write, and a paralysing self-awareness, ultimately proposing interruption as a structural matrix of literary or artistic creation.

Keywords: Fernando Pessoa, S. T. Coleridge, interruption, poetic creation, dream.

Maria Zulmira Castanheira, “ ‘... the picturesqueness which is Portugal’s charm’: Nina Murdoch’s aestheticized gaze in *Vagrant in Summer: Holiday Memories of Nine European Towns* (1937)”

Journalist, writer, teacher, radio broadcaster, Madoline “Nina” Murdoch was born in Melbourne, Australia, in 1890. Alongside her journalistic activity she devoted herself to literature, writing poems, novels, and four travel narratives that represent a very significant part of her literary output. A passionate traveller, Murdoch ventured alone into foreign lands in the period between the two World Wars, proving her intellectual curiosity and her “hunger for the picturesque”. She

visited Europe for the first time in 1927, and again in the years 1934, 1935 and 1937. The books that resulted from those travels, written in a lively and colourful language, reveal her pleasure in observing foreign landscapes and people and her interest in European history and art, as well as her desire to assert herself as an author in a genre traditionally considered a male domain. Murdoch visited Portugal in 1934, an experience she recounts in *Vagrant in Summer: Holiday Memories of Nine European Towns*, published three years later (1937). The country had just entered the authoritarian political system known as the Estado Novo that would govern from 1933 until the Carnation Revolution of 1974. This essay analyses Murdoch's aestheticized view of Portugal, the way the Australian traveller focuses on delightful visual experiences, perceived through a picturesque lens, instead of critically addressing social problems such as poverty, child labour or lack of freedom of speech. The cultural Other is thus "consumed" as a beautiful spectacle to be enjoyed and its unpleasant realities are ignored, mitigated, devalued, or transfigured in aesthetic terms. The result is a portrayal of Portugal as "a country quietly smiling", largely in line with what the ideological propaganda of Salazar's conservative and nationalist regime wanted tourists to see.

Keywords: Australian Travel Writing, Nina Murdoch, Estado Novo Portugal, Picturesque.

Carlos Ceia, "Samuel Beckett in Portugal"

Samuel Beckett's presence in Portugal can be described almost as a narrative of minor dramas, which is not surprising in a writer who left a unique mark on minimalist theatre writing. After receiving the Nobel Prize for Literature in 1969, Beckett sought refuge at the Hotel Cidadela in Cascais, a discreet location far from the attention of the international press and the public demands arising from the prize. There, he found privacy to deal with the dilemmas resulting from his consecration, refusing public appearances and finding some peace in the face of public pressure for the promotion and recognition of his work. During

this period, his writing and correspondence reveal a man in search of balance and a response to the new responsibilities imposed by a fame that he always refused. In 1968, suffering from health problems, Beckett had already chosen another Portuguese refuge: Porto Santo, in Madeira, after a frustrating stay in Funchal. He remained several months on the island, where he sought rest and treatment for a debilitating pulmonary condition that aggravated his routine. The quiet and isolation of Porto Santo became crucial for his well-being, offering a setting conducive to introspection. Several letters from these stays in Portugal reveal numerous comments about the Portuguese climate and customs, often in opposition to his way of life marked by circumspection and the silence that he so well translated into his dramatic texts.

Keywords: Beckett, Portugal, Nobel Prize, letters, theatre writing.

Cláudia Capela, “110, Stapleton Hall Road: Images of London in the 1980’s in *O Mapa Cor de Rosa* by Maria Velho da Costa”

This article explores images of London in the 1980s through the lens of the ‘deprivation/violence’ binary, in a context described by Maria Velho da Costa as a colonial war “within the home”. (Costa 64) It also discusses the evocation of Ophelia and Alice as a metaphor for the crisis and madness of the Thatcher era, as well as the convergences and divergences between English and Portuguese self/hetero-imagotypes.

Keywords: Maria Velho da Costa, London, imagotypes, deprivation, violence.

Márcia Lemos, “A Sea of Hope: Reading Cormac McCarthy’s *The Road*, José Eduardo Agualusa’s *A Vida no Céu* and Paul Lynch’s *Prophet Song* through the Lens of Blue Humanities”

This paper addresses three 21st-century novels from different literary traditions – *The Road* (USA 2006), *A Vida no Céu* (Angola 2013), and *Prophet Song* (Ireland 2023) – which interrogate the intimate

ABSTRACTS

connection between the abysses and riches of the sea and timeless human struggles, dreams and expectations. The novels are read from a comparative perspective, through the lens of Blue Humanities, as they all seem to illustrate perfectly Sidney Dobrin's observation that the ocean can be simultaneously "strange" and "promising". (*Blue Ecocriticism and the Oceanic Imperative*, 2021)

Keywords: Blue Humanities, sustainability, contemporary narrative fiction, dystopia.

Biographical Notes

Ana Rita Pereira Brettes is a PhD Fellowship Student in Modern Literatures and Cultures at NOVA FCSH, focusing her research on Anglo-Portuguese Studies, namely on how the British “Self” portrays the Portuguese “Other” by studying the historical narrative of the Scottish historian Neill Lochery regarding the role of Portugal in World War II. She is also a researcher at CETAPS in the area of “Anglo-Portuguese Studies” (rita.brettes@gmail.com).

Carlos Ceia is a Full Professor of English Studies at the Faculty of Human and Social Sciences, NOVA University of Lisbon, since 2012. His academic leadership spans various roles, including serving as the Chair on Digital Humanities in Education for The International Council for Philosophy and Humanistic Studies from 2020 to 2025. Moreover, he has held positions such as the Head of CETAPS (Centre for English Translation and Anglo-Portuguese Studies) since 2014 and Head of the Institute of Languages of the NOVA University of Lisbon (ILNOVA) since 2006. Currently, he is member of the Scientific Council of NOVA FCSH and one of its vice-presidents. At CETAPS, he leads the Research Group “Translation, Teacher Education, and Applied Language Studies” (TEALS) and coordinates the PhD in Languages Teaching since 2012. Additionally, his editorial initiatives include founding and editing *E-Teals*, an esteemed e-journal focusing on Teacher Education and Applied Languages Studies. His main research project, the *E-Dictionary*

of *Literary Terms*, in open access since 2005, with a team of more than 160 collaborators, and more than 20 millions visits, reflects his dedication to impactful academic endeavours in literary studies.

Cláudia Capela has a PhD in Portuguese Literature and works as an Invited Adjunct Professor at Escola Superior de Educação de Viseu. She has dedicated herself to the study of contemporary Portuguese authors: Miguel Torga, Agustina Bessa-Luís and Maria Velho da Costa, among others. Comparative literature, ecocriticism and cinema are also areas of her interest.

Elisabete Mendes Silva is an Associate Professor at the Bragança Polytechnic University (IPB), where she teaches English language and culture in the Department of Foreign Languages. She was awarded her PhD in English Literature and Culture studies in 2012 by the Faculty of Arts and Humanities, University of Lisbon, with the thesis titled: *Liberalism and the principles of cosmopolitan ethics in Isaiah Berlin*. She was an integrated researcher at the University of Lisbon Centre for English Studies from 2005 to 2024 and currently serves as an integrated member of the Transdisciplinary Research Centre in Education and Development (CITeD). She has developed research in English culture studies, political thought and English language learning and teaching. She has extensive editorial experience (as both associate editor and editor-in-chief of the *Anglo Saxonica* Journal and as associate editor of EduSer).

Gabriel Touça has a degree in Portuguese Studies and a Master's degree in Literary, Cultural and Interarts Studies from the Faculty of Arts and Humanities of the University of Porto. In the period from 2021-2022 he held a grant as part of the research group "Letras no Claustro", and spoke at the VI International Seminar "Ora et Labora" in Cabeceiras de Basto in 2023.

Gonçalo Santos Dias is a PhD student in Portuguese Studies, holds a MA in Text Editing and a BA in English and Portuguese Studies from NOVA FCSH. He published the project *The (Un)finished Text – 35 Sonnets by Fernando Pessoa. Analysis and Edition* and is currently collaborating with the Institute for the Study of Tradition and Literature (IELT) in the research project “Estranhar Pessoa”. He dedicates his research to the analysis of Fernando Pessoa’s English poetry.

João Paulo Ascenso Pereira da Silva is Assistant Professor in the Department of Modern Languages, Cultures and Literatures at Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Universidade Nova de Lisboa, where he teaches English Culture, 18th and 19th century English Literature and Anglo-Portuguese Studies, since 1992. He holds both an MA and a PhD (Universidade Nova de Lisboa) in Anglo-Portuguese Studies and his main research fields are Anglo-Portuguese literary and cultural relations in the Augustan, Romantic and Victorian Ages as well as 18th, 19th and 20th century travel writing on Portugal. His most recent fields of interest are Media Studies and Media History. He has participated in national and international academic venues and published dozens of papers and several book chapters. Both his MA and PhD dissertations (entitled *Memórias de Portugal, a Obra Lusófila de John Adamson* and *Temas, Mitos e Imagens de Portugal numa Revista Inglesa do Porto: the Lusitanian 1844-1845*) were respectively published in 1990 and 2001, the latter one by the Calouste Gulbenkian Foundation. He is co-author of the volume *an Account of the Kingdom of Portugal /Relação do Reino de Portugal (1701)*, which was edited by the Portuguese National Library in 2007.

João Paulo Oliveira e Costa is a Full Professor in the Department of History at NOVA FCSH and he is coordinator of the UNESCO Chair “The Oceans Heritage”. His main focus of research is History of the Portuguese Overseas Expansion and History of Ancient Asia. He was awarded the Order of the Rising Sun (2015) by the Emperor

of Japan. In his PhD thesis he studied the action of Luis Cerqueira, bishop of Japan (1598-1614). He has published several books, such as *D. Manuel I, um Príncipe do Renascimento* (2005), *Henrique, o Infante* (2009), *História da Expansão e do Império Português* (2014, coordinator and co-author), and *Portugal na História, uma Identidade* (2022). He also published eight historical novels. The latest one was *A Capitoa* (2023).

Márcia Lemos (PhD) is an Integrated Researcher at CETAPS and the Vice-coordinator of the Research Area *Relational Forms: Medial and Textual Transits in Ireland and Britain*. She has published widely in journals and international collective volumes. She was executive editor of the online journal *Via Panoramica* (2019-2023). She translated *The Reason I Jump* (*O que me faz saltar*, Ideias de Ler, 2024) and she edited the collection *Literature Against Paralysis in Joyce and His Counterparts: The Other Dubliners* (CSP, 2022). She is Assistant Professor at the Faculty of Arts and Humanities of the University of Porto (FLUP).

Maria Zulmira Castanheira is Assistant Professor in the Department of Modern Languages, Cultures and Literatures at the Faculty of Social and Human Sciences, Nova University Lisbon, Portugal, where she teaches English Literature, Translation Studies and Anglo-Portuguese Studies, vice-coordinates the Undergraduate Programme in Languages, Literatures and Cultures and co-coordinates the inter-university Doctoral Programme in Translation Studies (Universidade Nova de Lisboa and Universidade Católica Portuguesa). She holds a MA and a PhD in Anglo-Portuguese Studies. She has been a researcher at CETAPS since 1981 and at present she coordinates the “Anglo-Portuguese Studies” research area. Her research concentrates mainly on eighteenth and nineteenth century Anglo-Portuguese historical, literary and cultural relations. She has written extensively on British travel writing on Portugal and on the reception of British culture in the periodical press of Portuguese Romanticism. She is particularly

interested in Anglo-Portuguese Studies, Travel Writing, Translation Studies and Early Modern English Literature and Culture.

Miguel Alarcão holds a BA in Portuguese and English Studies (1981), a MA in Anglo-Portuguese Studies (1986) and a PhD in English Culture (1996), awarded by NOVA FCSH, where he lectures as Associate Professor. He was also Colloquial Assistant in Portuguese at the University of Birmingham (late 1980s), Director of the Central Library (2001-2009) and Co-Coordinator of the Faculty's earliest research group on Medieval Studies (1999-2004). Author of *Príncipe dos Ladrões: Robin Hood na Cultura Inglesa (c. 1377-1837)*, 2001 (out of print) and *'This royal throne of kings, this sceptred isle': Breve Roteiro Histórico-cultural da Idade Média Inglesa (Séculos V-XV)*, 2014, plus 5 co-editions and around 80 articles in Festchriften, proceedings and academic journals.

Pedro Alexandre Oliveira Couceiro holds a PhD in History granted by the Faculty of Arts and Humanities of the Porto University, with the thesis "População e Guerra – os impactos das invasões francesas no Porto (1807 -1809)". He was an integrated researcher at CITCEM (Centro Interdisciplinar Território, Cultura, Espaço e Memória) (2009-2024). He is an Assistant Professor in the Department of Social Sciences at the School of Education-Bragança Polytechnic University, Portugal, where he teaches history, political thought, and international relations.

Rogério Miguel Puga is Associate Professor at NOVA FCSH and a researcher at CETAPS, CHAM and CECComp (FLUL). He has published several articles and monographies on travel writing, contemporary English literature, Anglo-Portuguese relations, and Post-Colonial Studies (British and Portuguese empires). He is co-editor of the Peter Lang book series Anglo-Iberian Studies.

Publication Ethics and Publication Malpractice

The editor of the journal is responsible for deciding which of the articles submitted to the journal should be published. The editor may be guided by the policies of the journal's editorial board and constrained by such legal requirements as shall then be in force regarding libel, copyright infringement and plagiarism. The editor may confer with other editors or reviewers in making this decision. The editor will at any time evaluate manuscripts for their intellectual content without regard to race, gender, sexual orientation, religious belief, ethnic origin, citizenship, or political philosophy of the authors. The editor and any editorial staff must not disclose any information about a submitted manuscript to anyone other than the corresponding author, reviewers, potential reviewers, other editorial advisers, and the publisher, as appropriate. Unpublished materials disclosed in a submitted manuscript must not be used in an editor's own research without the express written consent of the author.

Peer review assists the editor in making editorial decisions and through the editorial communications with the author may also assist the author in improving the paper. Any selected referee who feels unqualified to review the research reported in a manuscript or knows that its prompt review will be impossible should notify the editor and excuse himself from the review process. Any manuscripts received for review must be treated as confidential documents. They must not be shown to or discussed with others except as authorized by the editor. Reviews should be conducted objectively. Personal criticism of the

author is inappropriate. Referees should express their views clearly with supporting arguments. Reviewers should identify relevant published work that has not been cited by the authors. Any statement that an observation, derivation, or argument had been previously reported should be accompanied by the relevant citation. A reviewer should also call to the editor's attention any substantial similarity or overlap between the manuscript under consideration and any other published paper of which they have personal knowledge. Privileged information or ideas obtained through peer review must be kept confidential and not used for personal advantage. Reviewers should not consider manuscripts in which they have conflicts of interest resulting from competitive, collaborative, or other relationships or connections with any of the authors, companies, or institutions connected to the papers.

The authors should ensure that they have written entirely original works, and if the authors have used the work and/or words of others that this has been appropriately cited or quoted. An author should not in general publish manuscripts describing essentially the same research in more than one journal or primary publication. Submitting the same manuscript to more than one journal concurrently constitutes unethical publishing behavior and is unacceptable. Proper acknowledgment of the work of others must always be given. Authors should cite publications that have been influential in determining the nature of the reported work. Authorship should be limited to those who have made a significant contribution to the conception, design, execution, or interpretation of the reported study. All those who have made significant contributions should be listed as co-authors. Where there are others who have participated in certain substantive aspects of the research project, they should be acknowledged or listed as contributors. The corresponding author should ensure that all appropriate co-authors and no inappropriate co-authors are included on the paper, and that all co-authors have seen and approved the final version of the paper and have agreed to its submission for publication. All authors should disclose in their manuscript any financial or other substantive conflict of interest that might be construed to

influence the results or interpretation of their manuscript. All sources of financial support for the project should be disclosed.

When an author discovers a significant error or inaccuracy in his/her own published work, it is the author's obligation to promptly notify the journal editor or publisher and cooperate with the editor to retract or correct the paper.

